

## Editorial

Iniciamos em janeiro de 2012 a série de três publicações do quarto volume de ***Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica***. Nos três anos de publicação, buscamos profissionalizar os serviços editoriais e almejamos aprofundar este processo nas edições do quarto volume.

No final de 2011, a Revista foi inscrita na Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Os editores participaram do XIII Encontro Nacional de Editores Científicos, ocorrido em Gramado. Ao mesmo tempo, os três números do terceiro volume foram inscritos no **DOI®-Digital Object Identifier**. O DOI (<http://www.doi.org/>) é um sistema de identificação de conteúdo de objetos acadêmicos. Iniciamos, ainda, os trabalhos de submissão de *Passagens* a bases de dados e esperamos poder dar mais visibilidade aos trabalhos acadêmicos por nós editados.

Não é demais lembrar ao leitor que uma das metas perseguidas pelo projeto acadêmico de *Passagens* é propiciar a multidisciplinaridade dentro do campo dos estudos humanistas. Não é ocioso repetir nosso ponto de vista, quando afirmamos no editorial do número anterior que a pluralidade e a multidisciplinaridade são as marcas positivas a conferir ao periódico científico seu lugar de “passagem”, no sentido de abertura temática e de trânsito para diferentes campos de saber. Ao mesmo tempo, temos privilegiado as contribuições que contenham ineditismo e qualidade na apresentação de resultados de pesquisa. “Sobretudo porque apostamos que as inovações (temáticas ou epistemológicas) podem ser encontradas e estimuladas a partir de práticas de leitura, pesquisa e formulações de hipótese no lugar do Outro (campo de saber). Esta postura dialógica situa-se na contramão das

especializações tecnicistas (que alguns chamam de “canônicas”!). Ali onde menos se espera, na curiosidade pelos trabalhos e pesquisas de outro campo de saber, podemos viabilizar o avanço de nosso próprio campo de saber”.

Neste primeiro número do volume quatro, o conteúdo de *Passagens* apresenta, portanto, abrangência de temas, autores e campos de conhecimento.

Começando pelo último artigo, destacamos a contribuição de Gisálio Cerqueira Filho, editor de *Passagens*, que fecha o número 1 do quarto volume com um trabalho que reúne a um só tempo a discussão metodológica, e a crítica ao emprego da ideia de que existe um núcleo “canônico” do saber, corrente em algumas áreas acadêmicas da formação humanista no Brasil.

Os quatro primeiros artigos que abrem este número, de autoria de Marcelo Cheche Galves, Giselle Venâncio, Laura Maciel & Vitor Leandro de Souza e Ivana Hirschegger respectivamente, constituem, no nosso entender, exemplos do quanto a história política pode propiciar referência metodológica para os campos afins, especialmente a Ciência Política. O leque temático é variado e vale a pena conferir: a apropriação das ideias constitucionalistas no Maranhão provincial, no início do século XIX (Marcelo Cheche Galves); as comemorações do tricentenário de morte de Luís de Camões em Lisboa e no Rio de Janeiro, em 1880, visando o estudo dos intelectuais de ambos os países no sentido da valorização dos aspectos culturais luso-brasileiros, em fins do século XIX (Giselle Venâncio); a regulamentação e administração do comércio popular de alimentos nas Praças de Mercado do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX (Laura Maciel e Vitor Leandro de Souza); e o artigo de Ivana Hirschegger que aborda as motivações e critérios que levaram o peronismo provincial a outorgar hierarquia departamental e autonomia municipal a Malargüe (extremo sul da província de Mendoza, Argentina) em meados do século XX.

A visada da interdisciplinaridade encontra forte inflexão nos dois trabalhos, cujos autores, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará Pinheiro e Andrés del Rio, atuam profissionalmente no campo da Ciência Política e realizam suas pesquisas nos marcos dos estudos históricos, seja na temporalidade do século XIX na Argentina (Andrés del Rio), ou do século XX, no Brasil (Anna Marina Pinheiro).

Por fim, a contribuição de Cláudio Gurgel & Robson Moreira Cunha que discutem a história do “Movimento Neoclássico” no campo da Administração, campo de saber importante para os estudos do campo político; a relação empírica e teórica entre a administração, a política e a economia, diálogo que marca as teorias organizacionais é enfatizada pelos autores.

Os Editores

**Gizlene Neder**

**Gisálio Cerqueira Filho.**

Niterói, 15 de janeiro de 2012.

## **POLÍTICA EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO DO PORTO: CONSTITUCIONALISMO E DISSENSO NO MARANHÃO<sup>1</sup>**

## **POLÍTICA EN TIEMPOS DE REVOLUCIÓN DEL PUERTO: CONSTITUCIONALISMO Y DISENSIÓN EN MARANHÃO**

## **POLITICS AT THE TIME OF THE OPORTO REVOLUTION: CONSTITUTIONALISM AND DISSENT IN MARANHÃO**

## **POLITIQUE AU TEMPS DE LA RÉVOLUTION DE PORTO : CONSTITUTIONNALISME DISSENSIONS AU MARANHÃO**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124101

**Marcelo Cheche Galves<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O artigo analisa a movimentação política na capitania do Maranhão – província a partir de outubro de 1821, tomando como base as expectativas geradas pela Revolução do Porto, vitoriosa em agosto de 1820. O Maranhão adere à Revolução em abril de 1821, em um movimento capitaneado pelo próprio governador, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, figura vinculada ao “tempos do Absolutismo”. Desde então, disputas políticas são potencializadas pelos novos ares constitucionais, respirados nas praças e materializados nos prelos. Demandas distintas revestem-se de um constitucionalismo polissêmico, heterogêneo em suas motivações e práticas. Tais motivações serão exploradas com ênfase nas razões para o dissenso, expresso por intermédio das urnas, abaixo-assinados, folhetos e jornais.

Palavras-chave: política; imprensa; Maranhão; Revolução do Porto.

### **RESUMEN**

---

<sup>1</sup> Esse texto recupera e reelabora fragmentos de minha tese de doutorado. Galves, Marcelo Cheche (2010). *“Ao público sincero e imparcial”: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Essa pesquisa integra o projeto *O Maranhão nas Cortes constitucionais portuguesas (1821-1822)* e conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, e professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Socioespecial e Regional da mesma Universidade. E-mail: [marcelocheche@ig.com.br](mailto:marcelocheche@ig.com.br)

El artículo analiza el movimiento político en la capitania de Maranhão – provincia a partir de octubre de 1821, tomando como base las expectativas generadas por la Revolución del Puerto, victoriosa en agosto de 1820. Maranhão adhiere a la Revolución en abril de 1821, en un movimiento capitaneado por el propio gobernador, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, figura vinculada a los “tiempos del Absolutismo”. Desde entonces, disputas políticas son potencializadas por los nuevos aires constitucionales, respirados en las plazas y materializados en imprentas. Demandas distintas se revisten de un constitucionalismo polisémico, heterogéneo en sus motivaciones y experiencias. Tales motivaciones serán exploradas con énfasis en las razones para la disensión, expresada por intermedio de las urnas, peticiones, folletos y periódicos.

Palabras-clave: política, prensa, Maranhão, Revolución del Puerto.

## **ABSTRACT**

The article analyses political movements in the Maranhão captaincy - which became a province in October 1821 based on the expectations generated by the Oporto Revolution, victorious in August 1820. The Maranhão aligned itself to the revolution in April 1821 in a movement captained by the governor himself, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, who was linked to the “ages of Absolutism”. Political disputes were henceforth catalysed by the new constitutional stirrings, breathed in the squares and materialized in the press. Distinct demands were dressed up as a polysemic constitutionalism, heterogeneous both in its motives and practices. Such motives are explored with an emphasis on the reasons behind the dissent expressed at the ballot boxes and in petitions, flyers and newspapers.

Key words: politics, press, Maranhão, Oporto Revolution.

## **RÉSUMÉ**

Cet article analyse l'agitation politique de la capitainerie du Maranhão – qui deviendra une province en octobre 1821 sur la base des attentes créées par la Révolution victorieuse de Porto en août 1820. Le Maranhão a adhéré à la Révolution en avril 1821 par l'entremise d'un mouvement dirigé par le gouverneur lui-même, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, un personnage pourtant lié aux « temps de l'absolutisme ». À partir de moment-là, les conflits politiques prendront de l'ampleur grâce au nouveau climat constitutionnel que l'on sentait prendre forme sur les places et dans la presse. Différentes revendications se drapèrent d'un constitutionnalisme polysémique et hétérogène dans ses motivations et ses pratiques. De telles motivations seront étudiées en s'attachant tout

particulièrement aux raisons des dissensions exprimées dans les urnes, les pétitions, les tracts et les journaux.

Mots-clés : politique; presse; Maranhão; Révolution de Porto.

A partir de abril de 1821, um novo ambiente político pôde ser vislumbrado no Maranhão, especialmente na capital São Luís. Do Grão-Pará e Rio Negro e da Bahia, não chegaram apenas notícias da “adesão” ao movimento constitucional do Porto, mas também da derrubada de governos e instalação de juntas escolhidas pelos agora cidadãos, ampliando, sobremaneira, as possibilidades de participação na vida política. Para André Roberto de Arruda Machado<sup>3</sup>, o vintismo transferiu para a província, nova denominação das capitanias, a esfera decisória sobre qual governo eleger, dando forma à noção de “partidos”, que à luz dos ditames constitucionais, passaram a se enfrentar.

Em São Luís, tais mudanças geraram disputas que se consubstanciaram em torno da permanência do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca e /ou da eleição de uma Junta de Governo<sup>4</sup>, a ser decidida por eleições, marcadas para 13 de abril de 1821, sete dias após Pinto da Fonseca ter anunciado a “adesão” do Maranhão à nova ordem política. A primeira “semana constitucional” foi agitada: convocações, abaixo-assinados, prisões, deportações e pasquins afixados em lugares públicos. As tensões entre um espaço público de representação política, em gestação, e os mecanismos de controle e proibição das ideias divergentes, ditaram o ritmo das disputas.

Os “partidos”, inicialmente identificados como “pró” e “contra” a permanência de Pinto da Fonseca à frente do governo, manifestavam-se abertamente, em praça pública - para onde parte da discussão política havia se transferido. Enquanto buscava legitimar-se internamente, ante as incertezas do tempo, Pinto da Fonseca encaminhou documentos<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Machado, André Roberto de Arruda (2006). *A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 93-95.

<sup>4</sup> Havia, ainda, uma proposta intermediária, em que Pinto da Fonseca presidiria a Junta.

<sup>5</sup> Ao ministro Thomaz Antonio de Villanova Portugal, com pedido para que encaminhasse ao rei, enviou os *Acontecimentos políticos ocorridos na capital do Maranhão no dia seis de abril (1821)*. Biblioteca Nacional (BN), Seção de Manuscritos, 5, 4, 15; ao Congresso português, a *Exposição do Governador do Maranhão Bernardo da Silveira Pinto ao congresso português sobre o juramento à constituição que houver de fazer o mesmo congresso, e estabelecimento do Governo Provisório (1821)*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 58, pasta 35. Posteriormente, escreveu a *Singela e verdadeira narração do começo,*

ao rei e às Cortes resumindo os últimos acontecimentos e dando ênfase a “aclamação” de seu nome, único capaz de conduzir aquelas mudanças sem derramamento de sangue. Tais registros revelam quão delicada era sua situação. A ascendente carreira militar fora pautada por laços de fidelidade com a família real<sup>6</sup>, que lhe valeram a nomeação para governador da capitania, em 1819. Agora, as expectativas geradas nas tropas e nos setores ligados ao comércio e a agricultura de que o constitucionalismo seria capaz de, num só golpe, restabelecer a soberania nacional - abalada por anos de presença militar francesa, depois substituída pela subserviência aos ingleses<sup>7</sup> -, e desonerar a economia provincial<sup>8</sup>, combatida pelo aumento da carga tributária provocado pela estada da Corte no Brasil, o pressionavam a uma decisão que poderia lhe causar prejuízos políticos irreversíveis.

Às pressas e como parte desse novo ambiente político, começou a circular, ainda em abril, o *Conciliador*, primeiro jornal da província<sup>9</sup>. O intervalo de apenas nove dias entre a “adesão” e a primeira edição do jornal evidencia o vínculo entre a nova ordem política e a construção, via imprensa, de uma nova legitimidade. Seus redatores, José Antonio da Cruz Ferreira Tezo (o padre Tezinho) e Antonio Marques Costa Soares eram figuras ligadas a Meirelles e a Pinto da Fonseca. Alvo dos opositores, a casa de Tezinho foi denunciada como local em que nas madrugadas se articulavam “*planos de traição e aleivosia, métodos de suborno e elaboração de pasquins*”<sup>10</sup>; já Costa Soares acumulava

---

*progresso e conclusão da Regeneração Política do Maranhão, no glorioso dia 6 de abril de 1821* (s/d). Seção de Obras Raras, Coleção Benedito Ottoni.

<sup>6</sup> Ele e Rodrigo Pinto Pizarro, seu ajudante de ordens, pertenciam a famílias de militares que lutaram contra os franceses na Península Ibérica e, posteriormente, participaram das campanhas no Prata. Ainda em Portugal, Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pizarro, tio de Rodrigo, foi nomeado comandante das forças de vanguarda da província de Traz dos Montes, então governada pelo Conde de Amarante, sogro de Fonseca. Já no Brasil, Quevedo Pizarro foi nomeado governador do Maranhão, cargo que não assumiu por motivo de doença, sendo substituído por Fonseca, que nomeou Rodrigo como seu ajudante. De volta a Portugal, em 1822, Fonseca e Pizarro receberam títulos e cargos, após o restabelecimento dos poderes de D. João VI, em 1823. Ver: Vieira da Silva, Luís Antonio (1972) *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*, 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, p. 58-60 (Coleção São Luís, v. 4) e Pizarro, Rodrigo Pinto (1832) e *Carta de um português emigrado acerca do ex-imperador do Brasil e do seu chamado manifesto*, Lisboa (Paris, 20/2/1832). BN, Seção de Obras Raras.

<sup>7</sup> O movimento do Porto, em Portugal e no Maranhão, teve uma forte presença militar. Lá como cá, o aumento dos soldos e a reorganização da carreira militar estiveram entre as primeiras medidas para recobrar a tranqüilidade e instaurar a nova ordem política.

<sup>8</sup> À frente do Corpo de Comércio e Agricultura estava o negociante Antonio José Meirelles, figura-chave na composição política que viabilizou o “governo constitucional” de Fonseca: Meirelles foi o responsável pelo recolhimento das 270 assinaturas pró-permanência de Pinto da Fonseca, dando ares de “aclamação” à sua eleição, em 13 de abril.

<sup>9</sup> Inicialmente manuscrito, o jornal passou a ser impresso a partir da edição de nº 34, de 15 de novembro de 1821, momento de instalação da Tipografia Nacional do Maranhão, a primeira da província, sob controle da administração de Pinto da Fonseca.

<sup>10</sup> Mesquita, José de Loureiro (1821). *Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão concluída em 6 de abril de 1821. Para servir de justificação aquelles que foram*

funções no governo, a direção da Tipografia, além de ser o responsável pelas peças encenadas no Teatro União - chamado de “*Nacional*” pelo *Conciliador*.

Nas páginas do *Conciliador*, certa leitura da nova ordem política foi construída a partir de um “consenso geral” em torno da permanência de Pinto da Fonseca a frente do governo. Porém, o próprio jornal, na medida em que os opositores repercutiram nos prelos de Lisboa e Londres a situação política da província, revelou a fragilidade de tal consenso. Ao refutar as principais acusações, promoveu uma tensa interlocução sobre a dinâmica política provincial. As razões para o dissenso conduzem as páginas que seguem.

\*\*\*

Duas propostas distintas pautaram as primeiras discussões sobre a composição do primeiro governo constitucional. “Aclamado”, Pinto da Fonseca apresentou-se como a liderança “natural” da nova ordem política. Ante a proposta de criação de uma Junta Governativa, como ocorrera no Grão-Pará e Rio Negro e na Bahia<sup>11</sup>, o *Conciliador*, já em sua primeira edição, questionava,

*(...) qual será mais bem regido nas delicadas circunstâncias em que estão os domínios portugueses? Um país regido por governos compostos de muitos membros, pela maior parte noviços na grande arte de reger o povo, e talvez suspeitosos do mesmo povo, ou governado por um só homem prático nos deveres relativos ao seu cargo, respeitável em virtudes, ativo em providências e, sobretudo, amado dos mesmos povos que tem regido? Pode alguém preferir a incerteza do acaso à realidade da experiência? Basta<sup>12</sup>.*

Derrotados, os grupos que associaram a “adesão” ao acesso a cargos públicos e a um possível reordenamento das relações de poder na província deram início às primeiras acusações contra Pinto da Fonseca. Em síntese, atribuíram o fracasso da proposta a

---

*injustamente presos e perseguidos pelo despótico Governador daquela Província Bernardo da Silveira Pinto*, Lisboa: Imprensa de Alcobia. BN, Seção de Obras Raras, p. 18.

<sup>11</sup> O reconhecimento, por parte das Cortes, das juntas provinciais, eleitas em substituição ao antigo sistema de capitães-generais, ocorreu nos casos do Grão-Pará e Rio Negro e da Bahia, em janeiro e fevereiro de 1821, respectivamente. No entanto, apenas em outubro de 1821 as Cortes aprovaram um projeto que, entre outras determinações, estabeleceu a obrigatoriedade da eleição de juntas provinciais. Em documento encaminhado ao rei e às Cortes, em dezembro de 1821, 65 cidadãos reclamaram pelo fato de a junta ainda não ter sido instituída no Maranhão, “província em que os ares constitucionais ainda não haviam chegado”. *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei* (1821). IHGB. Coleção Instituto Histórico, lata 400, pasta 10, documento 2.

<sup>12</sup> *Conciliador*, nº 1, 15/4/1821, p. 4. Na edição número 3, um artigo assinado por *Um português* considerou as eleições como “mera formalidade em tempos de crise”. *Conciliador*, nº 3, 22/4/1821, p. 29.



algumas manobras tramadas pelo governador, a saber: 1 - O planejamento, juntamente com alguns militares de sua confiança, da “adesão”, forma de conter as pressões para que essa se efetivasse e de, ao mesmo tempo, manter-se à frente do governo da província; 2 - O aumento da tabela de soldos, forma de atrair / neutralizar os setores das tropas que imaginaram outro desfecho para o movimento constitucional; 3 - A recusa em aceitar a chefia de uma Junta de Governo e o anúncio de sua despedida da província como partes da estratégia de permanência à frente do governo, sustentada pelo “apelo popular”; 4 - A criação, em 9 de abril, de uma Junta Consultiva de governo<sup>13</sup>, paliativo contra uma efetiva reorganização das relações de poder na província; 5 - O ordenamento da prisão dos principais opositores, sob o argumento de incitação dos escravos, acusação perigosa, corporificada em alguns pasquins espalhados pela cidade, também por ordem de Fonseca; 6 - Além das prisões, a responsabilidade pelo clima de ameaças que marcou as eleições, restritas, por intermédio de convites, quase que exclusivamente aos cidadãos que o apoiavam<sup>14</sup>; 7 - O recolhimento de assinaturas em seu apoio como forma de transformar as eleições, marcadas para o dia 13 de abril, em “aclamação” de seu nome<sup>15</sup>.

Parte dessa oposição foi expulsa do Maranhão, alguns de seus membros publicizaram tais acusações nos prelos de Lisboa e Londres, além de se dirigirem às recém-constituídas Cortes portuguesas, expressão maior dos novos tempos e, se acreditava, instância capaz de resolver as disputas provinciais em torno da observância do constitucionalismo em vigência.

O major José de Loureiro Mesquita, por exemplo, publicou em Lisboa, para onde fora deportado em 1821, o *Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão, concluída em 6 de abril de 1821*. Em suas palavras, o autor “organizou discussões”, “espreitou a opinião pública”, “discursou em praça” e “exigiu a eleição de uma junta constitucional”. Acusado de insuflar os escravos a se rebelarem, foi preso e deportado no dia 12 de abril. Sua narrativa ocupou-se em reunir provas do caráter anticonstitucional de Fonseca e das manobras que fizera para permanecer no posto, mesmo contrariando setores importantes das tropas, ao qual o autor pertenceria.

---

<sup>13</sup> Presidida pelo bispo Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré. Esse mesmo frade foi eleito presidente da Junta Provisória que substituiu Pinto da Fonseca a partir de fevereiro de 1822.

<sup>14</sup> Um resumo do ambiente que teria marcado as eleições pode ser consultado na *Folha Medicinal*, nº 9, 6/5/1822, p. 70-72.

<sup>15</sup> As eleições terminaram com 86 votos a favor de Fonseca, 8 pela criação de uma Junta e 2 contrários à “adesão”. A lista com 270 assinaturas, apresentada no momento da eleição, foi posteriormente publicada pelo *Conciliador*, nº 5, 29/4/1821, p.35.

As palavras de Mesquita transparecem as cisões dentro das tropas, tratadas por Fonseca de maneira una nos documentos encaminhados ao rei e as Cortes, e definidas como “fiéis”, “ordeiras” e “constitucionais”. As tropas teriam elaborado uma petição<sup>16</sup> em que manifestaram o desejo da “adesão”, prontamente atendido por Fonseca. É importante registrar que a petição foi encabeçada por Manoel de Sousa Pinto de Magalhães e Ricardo José Coelho, militares que acompanharam Fonseca por toda a sua administração e, por várias vezes, foram alvos das representações encaminhadas às Cortes. O major Rodrigo Pinto de Pizarro, ajudante de ordens e também figura-chave do aparato militar de Fonseca, não assinou a petição, talvez com o objetivo de caracterizar os anseios das “tropas”, a serem acatados pelo “governo”, para o qual emprestava os seus serviços<sup>17</sup>.

Para Mesquita, a “adesão” também foi motivada pelas tropas, mas por seus setores “verdadeiramente constitucionais”, cujos nomes, posteriormente, compuseram documentos contra a administração de Fonseca. A pressão desse grupo teria motivado Fonseca a arquitetar um plano de “adesão” a partir dos militares de sua confiança, como Pizarro, Magalhães e Coelho<sup>18</sup>, que ainda “clamariam” por sua permanência à frente do governo.

Essas e outras acusações tinham como pressuposto as relações político-familiares de Fonseca, sempre realçadas. Como ponto de partida, Mesquita lembrou o fato de Fonseca ser genro do 1º Conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, militar que participou da luta contra os franceses e se opôs à Revolução do Porto<sup>19</sup>. Tais vínculos com o *ancien régime* contrastariam com a “legitimidade popular” do novo governo, constituído em “praça pública”. Ao major Rodrigo Pinto Pizarro, ajudante de ordens de Fonseca, denunciou por tê-lo advertido sobre os riscos que correria votando contra a permanência de Fonseca. Pizarro teria afirmado que: “*quatro peças de Artilharia,*

---

<sup>16</sup> No mesmo conjunto de anexos aos documentos encaminhados ao rei e às Cortes, estão as atas das Câmaras de 6 e 13 de abril, com 132 e 69 assinaturas, respectivamente. Registre-se que, a primeira ata, mais abrangente, versava sobre a “adesão”, já a segunda, sobre a permanência de Pinto da Fonseca à frente do governo. *Acontecimentos políticos...* Op. cit.

<sup>17</sup> Nos registros que produziu sobre o momento, Fonseca sustenta a centralidade da atuação de Pizarro na articulação entre a “adesão” das tropas e o seu consentimento. Fonseca (s/d). Op. cit.

<sup>18</sup> Pizarro e Coelho lutaram juntos nas guerras do Prata e, antes, Pizarro e Magalhães estiveram juntos na tomada de Badajoz. Fonseca (s/d). Op. cit., p. 2-4.

<sup>19</sup> Seu filho, o general Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, 2º Conde de Amarante, participou ativamente do movimento de resistência às Cortes portuguesas, que culminou com a Revolta de Vila Francada, vitoriosa em abril de 1823. Paixão e Dores, frei Manuel Moreira da (1972). *Diário da armada da independência*, 2 ed. Brasília: MEC / Instituto Nacional do Livro, p. 67, registrou as notícias chegadas de Portugal em 1823, dando conta de “*indisposições contra a Constituição*”, lideradas pelo 2º Conde de Amarante.

e mais de mil baionetas, com dez cartuchos embalados, apóiam o meu voto<sup>20</sup>. Tais palavras seriam uma reação ao discurso feito por Mesquita, momentos antes da “aclamação”: “Nunca convirei n’outra forma de governo, e muito menos no governo de um só, porque seria tornar outra vez a tomar nos pulsos os grilhões do Despotismo que o grito geral da nação nos acaba de despedaçar”<sup>21</sup>.

Contudo, antes dos ecos do degredo circularem impressos pelas ruas de São Luís, as primeiras edições do *Conciliador* já expressavam, talvez sem desejar, as fissuras da nova ordem política. Sem declinar nomes, o jornal registrou a decepção daqueles que desejavam uma Junta Provisória já em abril de 1821, “meros entusiastas de fórmulas incompatíveis com o caso”<sup>22</sup>. O “caso” exigia a permanência de Pinto da Fonseca, único homem capaz de garantir a propriedade e evitar os “riscos da anarquia e da discórdia”, como declarou a Câmara<sup>23</sup>, após o resultado das eleições de 13 de abril.

A praça, espaço que simbolizava a novidade política, vivia sob constante vigilância. No mesmo 13 de abril, os escravos foram proibidos de transitar pelo Largo do Palácio, medida tomada para evitar “desordens e alaridos” que atrapalhassem os que deviam decidir<sup>24</sup>. Dias depois, Fonseca encaminhou um documento às Cortes enfatizando a importância de se preservar o sossego num país coberto pela escravatura<sup>25</sup>. No Teatro União, em meio às comemorações constitucionais organizadas pelo redator Costa Soares, o jornal observou um murmúrio “quase nulo” e um apoio “quase geral” ao governo<sup>26</sup>.

Aos poucos e a contragosto, o *Conciliador* viu-se obrigado a tratar mais detidamente dos “tumultos de abril de 1821”<sup>27</sup>, tema incômodo para quem até o momento priorizara a tranqüilidade promovida pela permanência de Pinto da Fonseca; também aos poucos, foram apresentados os “amotinadores e seduzidos” que teriam levado Fonseca a tomar medidas duras, ordenando afastamentos, prisões e deportações.

Os primeiros ecos do degredo foram ouvidos entre novembro e dezembro de 1821, momento que marca o início de uma intensa interlocução atlântica. Em São Luís

<sup>20</sup> Mesquita (1821). Op. cit., p. 13.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>22</sup> *Conciliador*, nº 2, 19/4/1821, p. 12.

<sup>23</sup> *Conciliador*, nº 3, 22/4/1821, p. 36.

<sup>24</sup> *Conciliador*, nº 6, 3/5/1821, p. 44-45.

<sup>25</sup> *Carta de Bernardo da Silveira às Cortes em 30 de abril de 1821*, publicada no *Conciliador*, nº 8, 10/5/1821, p. 58.

<sup>26</sup> Observações feitas, respectivamente, nas edições nº 2, 19/4/1821, p. 14, e nº 4, 26/04/1821, p. 32.

<sup>27</sup> Situação reconhecida na edição nº 40, 28/11/1821, p. 8.

chegaram a edição nº 157 do *Correio Braziliense*<sup>28</sup>, folhetos “anti-Fonseca”, e notícias de denúncias contra sua administração, levadas às Cortes<sup>29</sup> - também nas Cortes, tramitava a devassa instaurada por ordem de Fonseca, em abril de 1821<sup>30</sup>. Entre os folhetos, constavam as *Violências feitas no Maranhão por B. da S. P.* (Bernardo da Silveira Pinto), o *Manifesto justificativo de M. P. de C.* (Manoel Pereira de Carvalho) e o *Almocreve das petas*<sup>31</sup>, atribuídos, por Costa Soares, ao comerciante Manoel Pereira de Carvalho e a Pedro Antonio do Nascimento, alcunhado de “*Pai Pedro*”<sup>32</sup>. Na mesma época, o major José de Loureiro Mesquita, já apresentado, publicou em Lisboa o *Manifesto de todos os acontecimentos...*<sup>33</sup>

Nesses registros o foco recaiu sobre o “despotismo” de Fonseca - termo tomado como oposto ao constitucionalismo dos novos tempos, expresso pelas Cortes. Polissêmico, o “despotismo” no Maranhão poderia ser visualizado nas demonstrações de afeto a figuras ligadas ao absolutismo; nas primeiras atitudes de Fonseca contra o movimento constitucional; ausência de uma Junta de Governo; rígido controle da tipografia, recém-instalada; uso político do *Conciliador*; prisões sem formação de culpa; punições por opiniões emitidas; demissão e remoção arbitrária de empregados da administração; ilegalidade nos contratos públicos, enfim, em toda sorte de práticas condenadas por aqueles que, por variados interesses, exigiam Constituição.

Entre as mais freqüentes acusações, estava aquela que punha em xeque os princípios constitucionais de Fonseca, comprometidos pelos já salientados vínculos com o conde de Amarante e seu filho. A pompa das exéquias organizadas na cidade de São Luís ao conde de Amarante, falecido no ano de 1821, reforçava tais suspeitas<sup>34</sup>. Ao

---

<sup>28</sup> A partir daqui *CB*.

<sup>29</sup> Na sessão das Cortes nº 173, de 11 de setembro de 1822, o deputado Muniz Tavares acusou Fonseca de despotismo. No suplemento ao nº 49 do *Conciliador*, 31/12/1821, o major Rodrigo Pinto Pizarro refutou tal acusação.

<sup>30</sup> Em novembro de 1821, as Cortes remeteram o processo para a “instância devida”. A devassa terminou com a absolvição de todos os envolvidos. *Autos da devassa a que procedeu o governador do Maranhão por ordem do governador das armas daquela província, contra os perturbadores do sossego público na capital da mesma província, que se opuseram ao sistema constitucional*. Ministério dos Negócios eclesiásticos e de justiça, maço 102, nº 1.

<sup>31</sup> Em dezembro de 1821, o jornal anunciou a chegada da galera Jaquiá, “*carregada de folhas de papel pardo, apelidadas Violências feitas no Maranhão por B. da S. P.*”. *Conciliador*, suplemento ao nº 46, 20/12/1821, p. 2. Tive acesso a fragmentos desses folhetos a partir da *Refutação dos escandalosos folhetos denominados ‘Violências’... e ‘Manifesto justificativo...’* publicados como suplemento aos números 56 e 62 do *Conciliador* e assinados por Costa Soares.

<sup>32</sup> “*Pai Pedro*” era uma alusão ao “*Pai Maranhão*”, forma pejorativa pela qual o jornal se referia a Honório José Teixeira, provável financiador dos folhetos, apresentado adiante.

<sup>33</sup> Mesquita (1821). Op. cit.

<sup>34</sup> No *Protesto...* (1821). Op. cit., os cidadãos denunciaram o disparate das homenagens ao Conde de Amarante, superior às que a cidade assistiu por ocasião do falecimento da rainha Maria I. O documento

argumento dos “vínculos familiares” de Fonseca, Costa Soares retrucou: “*Só nos costumes de bárbaros incultos, de selvagens cruéis é que se encontra a odiosa prática de punir nos descendentes os crimes dos antepassados (...) Deve a glória do General Silveira ser uma vítima de expiação?*”<sup>35</sup>.

Sabidamente, não era uma questão de fardo dos antepassados. As relações familiares e políticas mantidas por Fonseca até então diziam muito sobre as posições que assumira. Quando a Revolução do Porto chegou ao Pará, Fonseca expediu uma Ordem Circular aos comandantes de Distrito alertando para a “*insurreição da província do Pará*”, precavendo-os sobre a introdução de emissários e de papéis incendiários e pedindo a “*correção*” dos que espalhassem ideias perigosas pelo Maranhão. O raciocínio era pragmático: como alguém que tomou providências contra o movimento constitucional no Pará - chamado de insurreição -, três meses antes, tornara-se agora o paladino do constitucionalismo no Maranhão? Costa Soares refutou esse argumento com digressões sobre os possíveis sentidos de termos como “*revolução*” e “*insurreição*” e as metamorfoses factíveis a partir do “*grau de aderência*” que certas opiniões obtêm. Assim, Fonseca se preocupara em tomar medidas de precaução pela novidade daquelas ideias na região e seus possíveis efeitos numa província com uma “*opinião pública tão imatura*”. A seu favor, Costa Soares lembrou que nenhuma prisão ou repreensão foi motivada por demonstrações de apoio ao governo do Grão-Pará e que, nos três meses que separaram a “*adesão*” das duas províncias ao movimento do Porto, suas relações comerciais se mantiveram intactas. Ainda sobre a “*imaturidade da opinião pública*” no Maranhão, Costa Soares reiterou que a permanência de Fonseca à frente do governo também se devia ao estágio inicial de desenvolvimento do espírito público na província - tarefa para qual o jornal se habilitava -, quadro que oferecia riscos de uma “*dissensão cívica*”.

Os folhetos também questionaram a legitimidade das “*200 assinaturas*” que sustentaram a manutenção de Pinto da Fonseca à frente do governo, numa província que contava mais de 100.000 habitantes. A resposta de Costa Soares a esse argumento reforça certa percepção de opinião pública delineada pelo *Conciliador*:

*Não sabem eles que essa totalidade é de toda a província, e que os 200 (suponhamos) são habitantes da cidade capital? Esqueceram-se que a maior parte destes mesmos habitantes são pessoas de condição obscura, que vivem no esquecimento, no ócio, na apatia de sentimentos, lenhados a*

---

ainda afirmou que Antonio José Meirelles foi o responsável pelas despesas com as homenagens, mas que os convites foram feitos pelo bispo Nazaré, com o intuito de disfarçar o favor de Meirelles a Fonseca.

<sup>35</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 56, 23/1/1822, p. 2.

*uma existência pouco diferente da dos troncos, e que não têm expressão pública? Desconhecem acaso, que em tais ocasiões somente têm ingerência indivíduos conhecidos por sua representação, emprego, e estabelecimentos; e que 200 pessoas destas classes constituem uma absoluta maioria, em quase generalidade dos cidadãos do Maranhão?*<sup>36</sup>

Fonseca possuía a maioria entre os cidadãos “ativos, iluminados e com estabelecimento”, expressão da opinião pública ludovicense (São Luís), que se estendia / impunha a todo o Maranhão. De maneira arguciosa, Costa Soares devolveu a dúvida sobre a legitimidade de uma opinião sustentada em pequeno número de assinaturas, referindo-se a uma representação de 56 cidadãos que encaminharam ao rei e ao Soberano Congresso denúncias contra o governo:

*(...) que pretendem provar os seus acusadores com cinqüenta e seis assinaturas postas no caviloso, mentiroso, injurioso, faccioso, insidioso, escandaloso, aleivoso, furioso, manhoso, tenebroso, venenoso, vertiginoso monstruoso e asqueroso requerimento feito às Cortes? Podem acaso encobrir que a maior parte dessas mesmas assinaturas foram alcançadas com dolo e com suborno vil?*<sup>37</sup>

Adjetivações à parte, o trecho acima explicita a linha de defesa assumida pelo jornal, fundamentada na desqualificação dos publicistas e dos cidadãos que representaram contra a administração de Fonseca. Já nas primeiras respostas, o *Conciliador* atribuiu o financiamento dos folhetos que “*sujavam as tipografias de Lisboa*” a Honório José Teixeira, responsável pelo sustento desses autores em Portugal<sup>38</sup>. Teixeira também estaria ligado às representações encaminhadas ao Soberano Congresso: um dos deputados maranhenses nas Cortes, o desembargador Joaquim Antonio Vieira Belford, foi acusado pelo major Rodrigo Pinto Pizarro de ser “*escravo assalariado*” de Teixeira<sup>39</sup>. Teixeira foi preso em abril de 1821 e liberado dias depois. Sua atuação parece estar no cerne das cisões políticas que movimentaram o Maranhão naqueles meses<sup>40</sup>.

Honório era filho do comendador Caetano José Teixeira, um dos principais comerciantes de escravos, importante credor do erário e representante do Banco do Brasil no Maranhão. Com a morte do pai, em 1818, teve dificuldades com a administração do que herdara, perdendo espaço para Meirelles tanto no comércio de escravos quanto

<sup>36</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 62, 14/2/1822, p. 4.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 46, 20/12/1821.

<sup>39</sup> O irmão do deputado, José Joaquim Vieira Belford, era cunhado de Honório José Teixeira. Para as acusações, ver *Conciliador* nº 66, 27/2/1822, p. 4.

<sup>40</sup> Em carta de 16 de abril de 1821, publicada por *Hum maranhense* no *Diário do Governo* do Rio de Janeiro, localizei a primeira referência a Honório José Teixeira como principal opositor à permanência de Fonseca no governo do Maranhão. *Diário do Governo*, nº 71, 14/8/1821, p. 204.

nos negócios públicos. As possibilidades abertas pelo movimento constitucional do Porto permitiram-lhe uma intensa atuação no cenário político maranhense, com ecos em Lisboa e Londres. Por essa razão, tornou-se o alvo preferido do *Conciliador*, que dedicou espaços generosos a Teixeira, personificação dos “facciosos” que desejavam abalar a nova ordem constitucional.

Com ironia, o jornal estranhava o fato de Teixeira, um rapaz educado em Londres, responder a mais de oitenta processos<sup>41</sup>, entre dívidas, falsificação de assinaturas e brigas dentro do Teatro. O “*constitucionalismo ocasional*” de Teixeira também foi lembrado pelo jornal, que registrou o fato de as suas janelas não estarem iluminadas no aniversário de dois anos da Revolução do Porto, atitude estranha a um “*verdadeiro constitucional*”<sup>42</sup>. Sua educação londrina foi também ironizada após encaminhar um requerimento a Pinto da Fonseca, com base nos princípios de regulamentação da liberdade de imprensa, pedindo, sem sucesso, que um júri analisasse a conduta do jornal, por transcrever trechos do periódico português *Liberal* que lhe teriam sido ofensivos<sup>43</sup>. O *Conciliador* sugeriu a Teixeira que o tribunal dos jurados fosse substituído pelo tribunal da opinião pública, desafiando-o no campo do debate político, prática mais condizente a um “*Constitucional, liberal, educado na Inglaterra*”. Os redatores salientaram que a Tipografia sempre estivera à disposição, mas que alguns publicistas preferiam Londres - referência ao *CB* - a São Luís, como forma de dificultar a refutação dos disparates publicados<sup>44</sup>.

Talvez a Tipografia não estivesse tão disponível assim. Na edição nº 52, o jornal respondeu à acusação de Honório Teixeira, que teria chamado o *Conciliador* de “*mercenário do governo e monopolizador da tipografia*”, em alusão à recusa em imprimir um novo periódico: tratava-se da *Gazeta da Verdade*, sob a responsabilidade do médico Manoel Rodrigues de Oliveira<sup>45</sup>. A direção da Tipografia alegou, “*sobrecarga de trabalho e*

---

<sup>41</sup> A maioria desses processos dizia respeito a conflitos motivados pela herança deixada por seu pai. O *Conciliador* fez referência a “*parentes, sócios, correspondentes, credores, devedores*”. *Conciliador*, nº 51, 5/1/1822, p. 5-6.

<sup>42</sup> *Conciliador*, nº 118, 28/8/1822, p. 5.

<sup>43</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 46, 20/12/1821, p. 1-3.

<sup>44</sup> *Conciliador*, nº 64, 20/2/1822, p. 5.

<sup>45</sup> Nascido em Portugal, Manoel Rodrigues de Oliveira terminou seus estudos em Coimbra em 1799, tendo chegado ao Maranhão em 1804 ou 1805. Exerceu as funções de físico-mor e cirurgião-mor do reino, além de médico do Hospital Militar do Maranhão. Faleceu em São Luís no ano de 1826. Ver: Marques, César Augusto (2008). *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3 ed. São Luís: Edições AML, 2008, p. 740. Oliveira foi um dos abaixo-assinados do *Protesto...* e do *Requerimento...*, encaminhados ao Soberano Congresso com críticas à administração provincial, e redigiu a *Folha Medicinal*, questões que tratarei adiante.

*aumento dos custos de produção*<sup>46</sup>, argumentos que indignaram Oliveira. De modo “prestativo”, o *Conciliador* se ofereceu para publicar artigos endereçados ao novo jornal<sup>47</sup>.

Curiosamente, o controle do acesso à Tipografia Nacional do Maranhão deu mais visibilidade às demandas que, impressas do outro lado do Atlântico, atingiram um público muito maior. Além de Lisboa, Londres e Liverpool tomaram contato com as “novidades” do Maranhão. Em fevereiro de 1822, o *Conciliador* acusou Hipólito da Costa de receber de um “certo ricoço do Maranhão boa porção de dinheiro para dizer bem dele e chamar pela independência ou desunião do Brasil”<sup>48</sup>. O “certo ricoço”, Honório Teixeira, esteve no centro das principais considerações feitas pelo *CB* sobre a movimentação política no Maranhão.

Desde junho de 1821<sup>49</sup>, momento em que os primeiros expulsos do Maranhão chegaram à Europa, o *CB* manifestou sua preocupação com as medidas de segurança tomadas por Fonseca, a partir de abril daquele ano. Ainda cauteloso, Hipólito observou que pessoas foram “presas por opinião”, mas que aguardaria a chegada de mais notícias para avaliar sua permanência à frente da província e seus possíveis efeitos. Amistosamente, o *Conciliador* atribuiu as primeiras considerações de Hipólito a informações equivocadas, transmitidas por “emissários da discórdia”, com o objetivo de desqualificar a “cívica decisão de punir os anarquistas” e manter Fonseca, livrando o Maranhão de “facções e partidos vingativos num momento de entusiasmo”<sup>50</sup>.

Gradativamente, os dois jornais subiram o tom. Hipólito classificou como “infeliz” a decisão de manter Fonseca no governo, opinião sustentada no conhecido desprezo que o redator nutria pelos governadores do reino, mas também pelo ordenamento de prisões, deportações e devassas sem formação de processo e à revelia - ou com a condescendência - do Tribunal da Relação, caracterizando o que Hipólito, ironicamente,

---

<sup>46</sup> *Conciliador*, nº 52, 9/1/1822. É importante frisar que, dias antes, a Tipografia concedeu um desconto de 25% para a impressão do *Conciliador*. Ver: Sousa, José Leandro da Silva. *Concessão de 25% de desconto para imprimir o Conciliador* (23/12/1821). Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Seção de Manuscritos, 239 (245) M1 G2 E9.

<sup>47</sup> Nas edições nº 52, 53 e 55, o jornal anunciou a disponibilidade em publicar artigos endereçados à *Gazeta da Verdade*. Esse espaço só foi efetivamente ocupado na edição nº 68, 6/3/1822, com a publicação de duras críticas à finda administração de Pinto da Fonseca, assinadas por Manuel Raimundo Correia de Faria - vereador na primeira Câmara eleita no pós-Independência - e refutadas por Costa Soares na edição seguinte. A pressão para a circulação de outro jornal parece ter resultado na publicação, a partir do mesmo mês de março, da *Folha Medicinal*.

<sup>48</sup> *Conciliador*, nº 95, 8/6/1822, p. 4. O jornal utilizou como recurso a transcrição do nº 24 das *Reflexões do Padre Amaro*, que, por intermédio de um diálogo, enumerou uma série de acusações contra Hipólito, dentre as quais a transcrita acima.

<sup>49</sup> *CB*, nº 157, junho de 1821, p. 669-670.

<sup>50</sup> *Conciliador*, nº 40, 28/11/1821, p. 7.



definiu como práticas de um “*Governo Constitucional à portuguesa*”<sup>51</sup>. Tais acusações eram conhecidas e levaram a sessão das Cortes de 2 de outubro de 1821 à decisão de advertir Fonseca por “*arrogar a si as atribuições do poder judiciário (...) a soltar uns e a exterminar outros, sem que estes fossem ouvidos em sua defesa*”<sup>52</sup>. A decisão das Cortes de apenas advertir Fonseca irritou Hipólito, para quem a fragilidade das acusações e a intenção das prisões ficavam evidentes com o resultado da devassa, que inocentou os principais envolvidos, inclusive Honório Teixeira.

Sobre o *Conciliador*, o redator do *CB* lamentou o fato de o periódico se prestar ao papel de elogiar desmesuradamente o governo e insultar seus inimigos políticos, que não tinham a quem recorrer. Prova disso era a recusa ao pedido de reparo feito por Teixeira, contra ataques publicados pelo jornal.

O *Conciliador* insistiu na tese dos “*sermões encomendados*” por Teixeira ao *CB*, que continham acusações também impressas em Portugal a mando do mesmo “*mecenas*”, reduzindo a questão a uma oposição sistemática, coordenada e financiada por Honório Teixeira.

Os argumentos desenvolvidos nos folhetos portugueses - e transcritos ou reformulados pelo *CB* - foram refutados pelo *Conciliador*, na maioria das vezes, em textos assinados por Costa Soares. Em meio às farpas trocadas de lado a lado, Costa Soares não esqueceu de apresentar esses autores como “*comerciantes falidos*”, “*incitadores de escravos*”, “*pretos*” e “*mercenários*”, que viram no momento político a possibilidade de obter algum tipo de vantagem. Exageros e ofensas à parte, o momento parecia mesmo propício para se clamar por mudanças.

O comerciante Manoel Pereira de Carvalho deixou o Maranhão em 20 de junho de 1821, alegando perseguições políticas que teriam trazido prejuízo aos seus negócios e culminado com uma ação de despejo, que expusera sua mulher e filhos a privações. Sua condição econômica serviu de base para as ponderações de Costa Soares, que o definiu como um cidadão sem peso político, por não possuir “*armas, letras ou riquezas*”. Para o autor, Carvalho aproveitou o momento político para se livrar das dívidas - primeiro, à

---

<sup>51</sup> Na edição nº 164, de janeiro de 1822, p. 75-80, o *CB* reproduziu a ordem de prisão contra Honório José Teixeira, de 15 de abril de 1821, e a portaria de 17 de abril que ordenou a devassa fundamentada na “*opinião pública*” e na “*notória conduta insidiosa*” de cidadãos como Honório José Teixeira. Transcreveu ainda a portaria de 25 de junho de 1821, em que Fonseca apresentou os primeiros resultados da devassa, que terminou por inocentar os acusados pela falta de “*prova plena e cabal*”. O objetivo da reprodução desses documentos era evidenciar as motivações políticas das medidas tomadas por Fonseca em abril de 1821, sustentadas em práticas características do Antigo Regime, típicas dos governadores das províncias portuguesas.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 64-65.

espreita de mudanças não ocorridas em abril de 1821; depois, incitando a revolução por meio de impressos, aproximando-se dos “*Martins de lá*”. Essa última referência é uma provável alusão ao comerciante Domingos José Martins, que atuou na cena política pernambucana entre 1817 e 1824. Martins estimulou a organização de regimentos compostos apenas por negros, no caminho de uma efetiva sublevação<sup>53</sup>. Guardadas as devidas proporções entre a intensidade dos conflitos em Pernambuco e no Maranhão, mas considerando aqui as intenções de Costa Soares, a imagem de Manoel Carvalho como um “*Martins*” lhe permitiu desqualificar as críticas à situação política da província, já que formuladas por “negros”, “libertos” e “simpatizantes”.

Sobre outro “*incitador de escravos*”, José de Loureiro Mesquita, Costa Soares argumentou que não fora punido<sup>54</sup> por crime de opinião, conforme publicado no *CB*<sup>55</sup>, mas por sua conduta. Pesava sobre ele um processo relativo ao período em que ocupou o cargo de Ouvidor Geral do Crime, no Piauí, de onde foi expulso em 1814. Além de “*deprecação da Fazenda Real*”, Mesquita foi acusado de armar escravos na cidade de Oeiras, processo que ainda transcorria. Em abril de 1821, foi preso juntamente com Honório Teixeira, acusados de incitarem escravos, dessa vez no Maranhão, com o objetivo de depor Pinto da Fonseca.

A preocupação com os escravos e libertos era latente numa sociedade em que representavam 77,8% da população<sup>56</sup>. Tomado ao pé da letra ou como mecanismo de demonização dos adversários políticos, o risco de um levante escravo paira sobre os registros do período<sup>57</sup>. Manoel Paixão dos Santos Zacheo<sup>58</sup> denunciou a farsa de um levante escravo concatenado pelos opositores de Fonseca, igualmente proprietários de

---

<sup>53</sup> Mota, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*, São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 52, definiu-o como “*jacobino rústico*”.

<sup>54</sup> Após ser deportado, Mesquita nomeou Honório José Teixeira como seu procurador. Ver: *Conciliador*, suplemento ao nº 47, 24/12/1821, p. 2.

<sup>55</sup> *CB*, nº 157, junho de 1821, p. 669-670.

<sup>56</sup> Lago, Antonio Bernardino Pereira do (2001). *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, São Paulo: Siciliano, p. 87-89.

<sup>57</sup> O que parece comum às “*cidades negras*” do Brasil oitocentista. Para o Rio de Janeiro, Moreira, Carlos Eduardo de Araújo (et al.) *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 52, observou uma intensa correspondência, além de matérias publicadas em jornais, sobre o medo de levantes escravos. Ainda que por vezes inexistentes, pretexto para o aumento da repressão, os potenciais levantes compuseram o cenário dessas cidades.

<sup>58</sup> Advogado e proprietário de terras, foi um dos principais publicistas do período, com a autoria de, pelo menos, sete folhetos. Fugiu do Maranhão em agosto de 1821, após Fonseca ordenar sua prisão. Para um ensaio biográfico sobre o personagem, ver Costa, Yuri e Galves, Marcelo Cheche (2011) *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*, São Luís: Café e Lápis, Editora UEMA.

escravos, como artifício utilizado pelo governo para justificar as prisões e deportações<sup>59</sup>. Mas não foi apenas a instrumentalização dessa população escrava, hipoteticamente levada adiante por grandes proprietários de escravos, como Honório José Teixeira, que preocupou as autoridades: parte dessa população atribuiu sentidos próprios às noções de “mudança” e “liberdade”.

Na devassa instaurada após os episódios de abril de 1821, testemunhas afirmaram ter visto dois pretos tocando viola, um dos quais teria dito: *“Deixa estar, parceiro, que amanhã é o último dia”*<sup>60</sup>. Cantos de sedição também provocaram prisões em 1822<sup>61</sup>. A partir da referida devassa, Iara Lis F. S. Carvalho Souza<sup>62</sup> recuperou testemunhos que falavam em pasquins afixados no prédio da Alfândega, prometendo liberdade aos escravos, com títulos como *“Às armas pretos ou à vossa liberdade”* e *“Viva Loureiro, e morram os brancos, e cá fica o dinheiro”*:

*Disseminava-se assim a apreensão em meio às elites de que uma nova São Domingos se repetisse. Comparação, aliás, que aparece nas falas das próprias testemunhas. O depoente tenente-coronel Manoel de Souza Pinto, de 26 anos, contou que ouvira uns pretos de Antonio José de Souza andavam falando, naqueles dias, de São Domingos. Ao serem inquiridos pelo senhor, responderam, ambigualmente, que tratavam de um amigo chamado São Domingos, o que não atenuava o temor senhorial ou esclarecia o dito*<sup>63</sup>.

Proibidos ou não, escravos, libertos e brancos pobres “estavam na praça” e viveram esse momento de ampliação dos espaços da política, preocupando as autoridades e explicitando os receios de publicistas como Costa Soares, que por diversas vezes aproximou as “desordens” provocadas pelos “facciosos” e pela “população”, por vezes, indissociando-as.

Também incomodava o redator a presença de libertos nos folhetos e abaixo-assinados, espaços de representação política reservados aos letrados e invadidos, agora, por ex-escravos, gente incompatível, acreditava, com os parâmetros civilizatórios

---

<sup>59</sup> Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822). *Ao Soberano Congresso Nacional, nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. O Epaminondas Americano sobre a Revolução do Maranhão*, Lisboa: J. B. Miranda, Biblioteca do Itamaraty.

<sup>60</sup> Afirmação recolhida junto à 35ª testemunha da devassa aberta no Maranhão em 1821. ANTT Arquivo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 102, nº 1 apud Souza, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho (1999). *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*, São Paulo: UNESP, p. 151.

<sup>61</sup> *Relação dos réus sentenciados no Maranhão em 1822*, publicada no *Conciliador*, nº 160, 22/1/1823, p. 4.

<sup>62</sup> As demais considerações da autora sobre a devassa também tiveram como referência o Arquivo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 102, nº 1, localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Op. cit.

<sup>63</sup> Souza (1999). Op. cit., p. 152.

vigentes. Curiosamente, recorreu ao argumento da origem desses pretensos cidadãos - lembro, em sentido diametralmente oposto àquele em que distinguiu Pinto da Fonseca de sua origem.

Entre a “populaça”, chama a atenção o caso de Pedro Antonio do Nascimento, o “*Pai Pedro*”. Na edição de 19 de janeiro de 1822, o jornal publicou uma carta de Gonsallo José do Nascimento, seu irmão, em que afirmava ser Pedro livre e pago por Manoel Carvalho e José de Loureiro Mesquita, a mando de Honório Teixeira - tratado pelo jornal como “*Zimbório Guiné*” Teixeira. Degredado para o Rio Negro em 1820, Pedro parece ter chegado a Lisboa no mesmo ano, exercendo uma série de ofícios antes de sua aparição na cena pública.

O fato de Pedro não pertencer à “gente branca” levou Costa Soares a fazer referências a ele apenas em notas de rodapé, lugar adequado para um “*Quixote da cafraria*” - alusão à senzala, “berço” de Pedro. Ainda nesse sentido, lembrou que Pedro “*estudou humanidades nas calcetas*”, menção a algumas penas que já havia cumprido. Ex-escravo, ex-presos e sem estudo, a atuação de Pedro Antonio do Nascimento irritou particularmente Costa Soares, que ainda alertou para o fato de Pedro representar outros “*semibranços do Maranhão*”. Com pesar, admitiu que as “*negras penadas*” do autor foram fixadas nas esquinas de Lisboa e de São Luís, “*parvoíces*” repetidas nas praças, ruas e lojas e sustentadas por “*assinaturas compradas, mendigadas ou extorquidas*” e encaminhadas ao Soberano Congresso<sup>64</sup>.

As acusações de Costa Soares deixam transparecer a articulação entre os folhetos produzidos em Lisboa e os abaixo-assinados que corriam por São Luís. O *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei* – analisado adiante, foi encaminhado ao Soberano Congresso com data de 18 de dezembro de 1821, momento em que os primeiros folhetos circulavam pela cidade.

Escrever e assinar eram duas formas de se fazer representar que preocupavam os redatores e colaboradores do *Conciliador*. A publicização dos motivos que levariam os cidadãos a compor um abaixo-assinado contrário ao governo de Fonseca: “*distração*”, “*coação*”, “*suborno*”, “*falta de caráter*” ou “*interesses políticos*” incutiam formas - quase sempre desairosas - de estar na política. Antes de se despedir do Maranhão, no final de fevereiro de 1822, Rodrigo Pinto Pizarro e João Pinto de Sousa Coutinho, ajudantes de

---

<sup>64</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 56, 23/1/1822.

ordens de Fonseca, afirmaram<sup>65</sup> que a maioria dos que assinaram e encaminharam ao rei e ao Soberano Congresso o *Protesto...* eram “filhos de mãe desconhecida”. Em meio a diatribes disparadas contra “crioulinhos forros”<sup>66</sup>, “comerciantes falidos” e “maridos traídos”, Pizarro e Coutinho reconheciam que a presença dos brigadeiros Manuel Antonio Falcão e Manuel José Palmeirim no abaixo-assinado se devia ao fato de terem sido afastados do comando militar por Fonseca, o que trouxe instabilidade às tropas, e que Miguel Ignácio dos Santos Bruce assinara o documento por desejar “*ser independente*”. Ainda que sem maiores explicações sobre o que significava “*ser independente*”, é importante salientar que Miguel Bruce esteve à frente do primeiro governo, após a Independência.

Sem minimizar o problema relacionado às tropas e a importância da atuação de Miguel Bruce, questões tratadas a seguir, vale destacar a heterogeneidade do dissenso, provocado por razões das mais diversas e nem sempre apreensíveis: de Manoel Rodrigues de Oliveira, demitido de suas funções no Hospital Militar e ainda sob o efeito da “*sobrecarga de trabalho*” alegada pela direção da Tipografia para a não impressão da sua *Gazeta da Verdade*<sup>67</sup>, até Honório José Teixeira, as motivações dos abaixo-assinados não oferecem um quadro seguro, derivado de grupos homogêneos, embora seus propósitos convergissem para a demissão de Fonseca e a reorganização da política provincial, demandas revestidas com o constitucionalismo português, em voga. A seguir, uma tabela com nome e ocupação dos 65 cidadãos que compuseram o *Protesto...*:

**TABELA 1 – Nome e ocupação declarada pelos assinantes do *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei*.**

Nome	Ocupação declarada <sup>68</sup>
1 - Luís Maria da Luz e Sá	arcipreste, presidente do cabido
2 - Maurício José Berredo de Lacerda	cônego, advogado do Tribunal da Relação
3 - Joaquim Antonio da Cunha	ajudante de ordens
4 - Agostinho Raymundo dos Reys	*
5 - Manoel José Xavier Palmeirim	brigadeiro
6 - Manoel Antonio Falcão	brigadeiro chefe do regimento de linha
7 - Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce	capitão reformado de milícia, advogado do

<sup>65</sup> *Carta de Rodrigo Pinto Pizarro em 17 de fevereiro de 1822 e Carta de João Pinto de Sousa Coutinho*, publicadas no *Conciliador*, nº 65, 23/2/1822, p. 2-5.

<sup>66</sup> Forma como se referiram a Valério Lopes e a Raymundo José Bruce, ambos assinantes do *Protesto...*

<sup>67</sup> Posteriormente, já como redator da *Folha Medicinal*, Oliveira afirmou que foi demitido do posto de médico do Hospital Militar por ter votado a favor de uma Junta de Governo, em abril de 1821. *Folha Medicinal*, nº 9, 6/5/1822, p. 70-72.

<sup>68</sup> \* Não declaradas.

	Tribunal da Relação
8 - Francisco do Valle Porto	tenente coronel
9 - Manuel José de Medeiros	proprietário
10 - João Rodrigues de Miranda	negociante
11 - Antonio Marques Rodrigues	*
12 - Manoel Caetano da Fonseca	secretário
13 - José Francisco de Magalhães	negociante
14 - Manoel Caetano de Carvalho	*
15 - José Joaquim Carvalho de Aragão	tenente coronel de milícias
16 - Valério Correia Lopes	*
17 - Joaquim da Costa Barradas	guarda mor do Tribunal da Relação
18 - José Antonio da Silva	*
19 - José Antonio de Freitas	capitão
20 - Domingos Rodrigues de Miranda	capitão de milícias
21 - João Dias Monteiro	tenente do regimento de milícias da cidade
22 - Domingos Antonio de Oliveira	negociante
23 - João José do Rego	militar
24 - Francisco Felix da Fonseca Pereira e Pinto	alferes do regimento de linha
25 - Diogo Sarmento da Maia	alferes
26 - Carlos Caetano de Miranda Vasconcelos	tenente
27 - Antonio José Rabello	alferes
28 - Antonio Benedito Bernardes	capitão do regimento de linha
29 - Manuel Raymundo Pereira	advogado
30 - Honório José Teixeira	coronel do regimento de milícias
31 - Manuel Caetano de Lemos	conselheiro da Mesa da Estiva
32 - José Antonio Soares de Sousa	médico
33 - José Lopes de Lemos	militar
34 - Manoel Rodrigues de Oliveira	médico do hospital militar
35 - Joaquim [...] de Carvalho	Tribunal da Relação
36 - José Cursino da Silva Raposo	tenente coronel de milícias
37 - Raymundo José Bruce	*
38 - Domingos Lourenço	*
39 - Custódio do Valle Porto	*
40 - José Raymundo Carneiro Junqueira	capitão do regimento
41 - José Francisco Gonçalves da Silva	capitão de milícias
42 - Joaquim Seixas Corrêa	funcionário público
43 - Manuel Cândido Castro	*
44 - José Joaquim Rodrigues Lopes	*
45 - [...] João Antonio Velloso	*

46 - José de Azevedo Freitas	*
47 - Custódio José das [...]	negociante
48 - Manuel Antonio Antunes Correia	conselheiro [...]
49 - Luiz da Fonseca	cônego
50 - Bernardo Pereira de Berredo	capitão do regimento de milícias
51 - Antonio Joaquim Moreira	negociante
52 - Manuel Gabriel [...]	*
53 - Izidoro Rodrigues Pereira	coronel reformado
54 - Antonio Teixeira C. Gonçalves	*
55 - Manuel [...] Ramos	alferes do regimento de milícias da cidade
56 - José do Carmo e Figueiredo	*
57 - Joaquim de [...]	negociante
58 - Antonio Correia d'Aguiar	negociante
59 - João Rodrigues [...]	*
60 - Miguel José Negreiros Guimarães	*
61 - João José [...]	*
62 - Miguel Lamagner [...]	*
63 - Domingos Cadavilla Velloso	*
64 - José Jansen Lima	*
65 - José Joaquim Vieira Belford	comandante do 1º regimento de milícias

\* Ocupação não declarada

Fonte: IHGB, lata 400, documento 10

Em comum a uma parcela importante dos abaixo-assinados, os desdobramentos provocados pelo abril de 1821: entre os 8 votos favoráveis à Junta de Governo, dados naquele mês, 7 foram de cidadãos que, agora, representavam contra o governo<sup>69</sup>; escrevendo em junho de 1821, portanto, alguns meses antes do *Protesto...*, José de Loureiro Mesquita fez referência ao envolvimento de, pelo menos, 7 outros abaixo-assinados<sup>70</sup> nas disputas que se seguiram à “adesão”. Tais permanências demarcam, sobremaneira, o momento da “adesão” como potencializador das divergências políticas provinciais, porém, explicar a contento as variadas razões para o dissenso, exercício praticado a seguir, não é tarefa das mais fáceis.

<sup>69</sup> São eles: Manoel Rodrigues Oliveira, Miguel Bruce, Miguel Lamagner, João Rodrigues de Miranda e Bernardo Pereira de Berredo. Outros dois cidadãos, Manoel Pereira de Carvalho e José Antonio de Freitas, compuseram o *Requerimento...*, abaixo-assinado apresentado a seguir. O único entre os 8 eleitores contrários a Fonseca que não compôs abaixo-assinados foi Manoel Paixão dos Santos Zacheo, à época, refugiado na província do Grão-Pará.

<sup>70</sup> A saber: Manoel José Xavier Palmeirim, Manoel Antonio Falcão, João Rodrigues de Miranda, Antonio Marques Rodrigues, José Joaquim Carvalho de Aragão, Honório José Teixeira e José Joaquim Vieira Belford. Mesquita (1822). Op. cit.

Sobre as tropas, o *Protesto...* contou com a assinatura de militares do primeiro escalão, como os brigadeiros Falcão e Palmeirim e os tenentes Monteiro e Aragão, nomes que não constaram da petição citada por Fonseca<sup>71</sup>, documento que teria fornecido o primeiro suporte para a “adesão”, como já salientado. De “*espírito constitucional*”, esses militares teriam resistido a todo tipo de pressão e recusado um aumento na tabela de soldos<sup>72</sup>, anunciado em 13 de abril, segundo Mesquita, em troca de servilismo, forma como Fonseca concebia a noção de ordem. Por tais razões, teriam sido demitidos, presos e /ou deportados<sup>73</sup>.

Honório José Teixeira, outro abaixo-assinado citado por Mesquita, também foi preso. Já salientei a importância de Teixeira para os debates do momento e suas desavenças com Meirelles, questão retomada adiante. Aqui, apenas reitero a importância das razões comerciais para as disputas em curso: entre os 7 cidadãos - cujos nomes completos permitiram a identificação - que assinaram o *Protesto...* como “*proprietários*” ou “*negociantes*”, apenas Domingos Antonio de Oliveira pertencia ao Corpo de Comércio e Agricultura. Um desses negociantes, João Rodrigues de Miranda, afirmou ser perseguido por Meirelles desde o tempo em que ocupou o cargo de almotacé, quando teria obstado algumas manobras do negociante<sup>74</sup>. Some-se aos “negociantes de oposição”, não vinculados ao Corpo de Comércio e Agricultura, o nome de dois cidadãos que preferiram assinar como “*militares*”, Izidoro Rodrigues Pereira e o próprio Honório Teixeira, e o de Custódio Valle Porto, que não identificou a sua ocupação. Outro negociante abaixo-assinado, Francisco do Valle Porto, era membro do Corpo de Comércio e Agricultura, mas assinou como “*tenente coronel*”, talvez com o objetivo de não vincular seu nome àquele agrupamento sob forte influência de Meirelles.

Mais heterogêneo, contudo, era o grupo de, pelo menos, 10 abaixo-assinados, ligados a Miguel Bruce. Personagem de relevo no pós-Independência, Bruce era um velho conhecido da política provincial. Vereador em 1804, compôs o governo de José Tomás de Menezes (1809-1811) e participou do governo interino formado antes da posse de Paulo José da Silva Gama, em 1811. No mesmo ano, foi preso, acusado de vários crimes, entre

---

<sup>71</sup> Entre os 25 militares da petição, apenas Carlos Caetano de Miranda Vasconcelos também assinou o *Protesto...*

<sup>72</sup> Na verdade, a nova tabela dobrava o valor dos soldos. Ver: *Folha Medicinal*, nº 3, 25/3/1822, p. 19. Como parte das pressões, Mesquita ainda teria recebido a cobrança e, depois, uma proposta de perdão, referente a uma dívida que possuía junto aos cofres públicos. Mesquita (1821). Op. cit., p. 14.

<sup>73</sup> O brigadeiro Falcão foi apenas afastado. *Ibidem*, p. 5.

<sup>74</sup> Outro abaixo-assinado, José Jansen Lima, foi almotacé em 1819 e pelas mesmas razões teria caído no desagrado de Meirelles. Tal afirmação consta no artigo assinado *O Velho dos Seminários*, publicado pelo *Argos da Lei*, nº 30, 19/4/1825, p. 4.



os quais: inquietar o sossego público; organizar reuniões; elaborar e assinar documentos em nome de José Tomás de Menezes; subornar e suspender injustamente funcionários públicos; e elaborar falsas representações<sup>75</sup>. Essas acusações lhe valeram quatro anos de prisão, entre 1811 e 1815<sup>76</sup>. A partir do ambiente de eleições pós-Revolução do Porto, Bruce ocupou lugar de destaque nos processos eleitorais: participou da comissão que tratou das eleições dos deputados maranhenses às Cortes; entrou para o escrutínio nas listas para deputado às mesmas Cortes, tendo sido o único candidato de oposição a Pinto da Fonseca; e foi eleito compromissário e juiz de fato. Com a “adesão” ao Império, em julho de 1823, presidiu as duas primeiras juntas de governo e foi o primeiro presidente da província, nomeado em 1824

Em novembro de 1821, portanto, um mês antes do *Protesto...*, Bruce escreveu ao rei e às Cortes, pedindo a saída de Fonseca, a demissão de “*todo o pessoal dos empregos públicos do Maranhão*”, e que as tropas fossem compostas apenas por “*amantes da Constituição*”<sup>77</sup>. Para além do “*despotismo*” de Fonseca, a ser extirpado, estavam demandas mais práticas, como o acesso aos empregos públicos e a outras benesses.

Contudo, em que pese a representatividade política de Bruce, antes e após a Independência, tal conexão exige alguns cuidados. A presença de sobrenomes como Barradas, Lemos, Medeiros, Raposo, Rego, Rabello e Fonseca, no abaixo-assinado, na futura administração de Bruce, e nos posteriores processos movidos contra essa administração, sugere certa coesão de um grupo que teria chegado ao poder com a “adesão” ao Império. É preciso salientar, porém, que tal articulação não os promove a um “partido” pró-Independência<sup>78</sup>, gestado desde os episódios decorrentes da Revolução do

---

<sup>75</sup> Para um resumo das acusações enfrentadas por Miguel Bruce, ver Acontecimentos do Maranhão (1810). Bernardo José da Gama. Visconde de Goiana. BN, Seção de Manuscritos, 11, 3,12, p. 10-13.

<sup>76</sup> Para o processo que resultou na prisão de Miguel Bruce, ver *Processo movido contra Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce entre os anos de 1811 e 1813*. Arquivo Nacional, Fundo Desembargo do Paço, caixa 161, pct. 1, doc. 2. No final de 1815, Bruce já tinha voltado às suas atividades de advogado, como permite entrever o documento *Sentenças proferidas em primeira instância, no juízo ordinário da Villa d'Alcântara, Comarca da Cidade de S. Luiz do Maranhão, e em sua confirmação, em segunda, na Relação da mesma Cidade a favor de José da Silva Maya d'Azevedo, e outros RR. Impressas a requerimento de Manoel Francisco Ramos, Comerciante da dita Capitania* (1816). Lisboa: Officina de J. F. Monteiro de Campos, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

<sup>77</sup> Ver *Carta de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce ao rei D. João VI, solicitando que a tropa do Maranhão seja constituída por amantes da Constituição. Considera aos antigos governadores do Maranhão déspotas e que a atuação de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca foi vingativa. Solicita ainda a substituição de todo o pessoal dos empregos públicos do Maranhão* (1821). São Luís do Maranhão, 9 de novembro de 1821. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), CU 009, cx. 167, doc. 12.183.

<sup>78</sup> Apenas como exemplo, lembro que, pelo menos, 19 desses abaixo-assinados, incluindo os cidadãos ligados a Miguel Bruce, assinaram o *Manifesto Constitucional dos Moradores da Cidade de São Luís do Maranhão*, em defesa da permanência do Maranhão junto ao Império português. O documento foi elaborado

Porto, o que não os impediu, evidentemente, de ocupar os espaços deixados pela administração deposta com a “adesão”.

Outro abaixo-assinado, José Joaquim Vieira Belfort, também esteve entre os eleitos para as duas primeiras juntas no pós-Independência<sup>79</sup>. Velho proprietário da ribeira do Itapecuru, o envolvimento de Belfort com as disputas em curso é peculiar. Cunhado de Honório Teixeira - com o qual, posteriormente, se desentendera<sup>80</sup>, Belfort recém-herdara parte da fortuna do comendador Caetano Teixeira, diversa em propriedades e ramos de atuação. Grande produtor de algodão, sua presença no documento parece mais atrelada aos incômodos provocados pelo poderio acumulado por Meirelles<sup>81</sup> que por uma oposição entre comerciantes e proprietários, ela mesma, diluída na diversidade das ocupações declaradas.

Tal diversidade, que incluía militares, comerciantes, religiosos, médicos, funcionários da administração, advogados e membros do Tribunal da Relação, expressa a representatividade de uma “opinião pública de oposição”, até então ignorada pelo *Conciliador*.

**TABELA 2 – Distribuição das ocupações declaradas pelos cidadãos que assinaram o *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei*<sup>82</sup>.**

Ocupação	Quantidade	%
Militares	22	52,38
Comerciantes	8	19,05

em dezembro de 1822 - momento em que as novidades do Centro-Sul já eram conhecidas no Maranhão, e publicado pelo *Conciliador*, nº 151, 21/12/1822, p. 6-12.

<sup>79</sup> Luís Maria da Luz e Sá e José Lopes de Lemos, também abaixo-assinados, foram eleitos como membros da segunda Junta de Governo, no pós-Independência. Já José Antonio Soares de Souza tornou-se o novo administrador da Tipografia Nacional do Maranhão.

<sup>80</sup> Anos mais tarde, Belfort e Teixeira tornaram-se inimigos ferrenhos, envolvidos em disputas viscerais pela herança do comendador Caetano José Teixeira. Nos requerimentos encaminhados à Corte, no Rio de Janeiro, localizei acusações mútuas de “dilapidação” dessa herança. BN, Seção de Manuscritos, Coleção de Documentos Biográficos – C 383,14 e C 210,020.

<sup>81</sup> Em 24 de outubro de 1821, um documento encaminhado ao rei e às Cortes queixava-se dos procedimentos de Meirelles, especialmente quanto às pressões para o recolhimento de assinaturas de apoio a Fonseca. Segundo os autores, Belfort recusara-se a “*procedimento tão infame*”. É de se supor, que os “*procedimentos*” de Meirelles relacionados à administração pública trouxessem maiores preocupações para Belfort. Ver *Representação dos moradores do Maranhão ao rei D. João VI, informando sobre o Estado do Maranhão e solicitando que o governador, o juiz de fora, entre muitos outros sejam substituídos* (1821). Maranhão, 24 de outubro de 1821. AHU, CU 009, cx. 167, doc. 12.168.

<sup>82</sup> Dos 65 abaixo-assinados, 42 declararam sua ocupação. Para a elaboração da tabela, observei estritamente as ocupações declaradas pelos cidadãos, forma com a qual se apresentaram ao rei e às Cortes. Mesmo em casos como os de Domingos Cadavilla Velloso e Domingos Lourenço, sabidamente, religiosos, manteve a ocupação como “não declarada”.

Advogados e funcionários do Tribunal da Relação	6	14,29
Religiosos	2	4,76
Funcionários públicos	2	4,76
Médicos	2	4,76

Tratando suas desventuras e demandas a partir do binômio constituição / despotismo, o *Protesto...* reforçou / atualizou as primeiras críticas publicadas em Lisboa, entre setembro e outubro de 1821, nos folhetos que tomaram como parâmetro a situação da província no primeiro semestre daquele ano.

Em linhas gerais, clamava-se contra o “despotismo”, palavra-chave que sustentara as representações ao rei e às Cortes em 28 de agosto<sup>83</sup>, 24 de outubro<sup>84</sup> e 25 de novembro<sup>85</sup> de 1821. Como objetivo último, a demissão de Fonseca, “*cada vez mais aferrado ao seu sistema anticonstitucional*”. Se as palavras e as denúncias se repetiam, a novidade agora ficava por conta da notícia trazida por Francisco Alberto Rolim, governador deposto do Ceará, referente à aprovação pelas Cortes de um conjunto de medidas conhecido posteriormente como “Decretos de Outubro”, que, entre outras deliberações, estabelecia a eleição de juntas provinciais. Para os autores, as eleições, desde que não influenciadas por Fonseca, abririam a possibilidade de se experimentar, pela primeira vez, as benesses de um governo constitucional. As expectativas por mudanças, motivadas pelo ambiente da “adesão”, em abril de 1821, e posteriormente sufocadas, ganhavam novo alento.

Por fim, o documento apontava para as relações nebulosas entre Antonio Meirelles e Pinto da Fonseca. Como já visto, Meirelles teria sido o patrocinador anônimo das exéquias organizadas por ocasião da morte do conde de Amarante, sogro de Fonseca. A pompa da cerimônia, superior à organizada por ocasião do falecimento da rainha Maria I, permitia aos abaixo-assinados dimensionar a influência de Meirelles naquele governo. Outro abaixo-assinado, o *Requerimento dirigido ao Soberano Congresso por 48*

<sup>83</sup> Um trecho dessa representação foi transcrito por Luís Antonio Vieira da Silva e faz alusão ao clima de vigilância e perseguição às opiniões políticas contrárias a Fonseca. Vieira da Silva (1972). Op. cit., p. 55.

<sup>84</sup> Ver *Representação dos moradores...* (1821). Op. cit.

<sup>85</sup> Denúncias contra Fonseca foram lidas nas sessões das Cortes nº 173, 195 e 264, de 11/9/1821, 2/10/1821 e 24/12/1821, respectivamente, conforme noticiado pelo *Conciliador*. Também é importante salientar que representações de apoio à permanência de Pinto da Fonseca foram enviadas às Cortes, como a que foi lida na sessão de 15 de fevereiro de 1822, solicitando a dispensa da criação de uma Junta Provincial no Maranhão. Para o extrato dessa sessão, ver *Folha Medicinal*, nº 6, 15/4/1822, p. 41-42.

*habitantes desta cidade*<sup>86</sup>, em fevereiro de 1822, tratou mais detidamente do “caso Meirelles”.

O *Requerimento...* foi elaborado uma semana após as eleições para a Junta de Governo do Maranhão, realizadas em fevereiro de 1822. A vitória de nomes como frei Nazaré (presidente)<sup>87</sup>, Filipe de Barros Vasconcellos, João Francisco Leal e Caetano José de Sousa, figuras próximas a Fonseca e Meirelles, assim como a derrota de Miguel Bruce e Izidoro Rodrigues Pereira, nomes que constavam no *Protesto...* e que assinaram o *Requerimento...*, parecem ter esgotado, ao menos provisoriamente, as possibilidades de mudanças no quadro político por intermédio de eleições, frustrando as expectativas manifestadas, dois meses antes, no *Protesto...*. Das 48 assinaturas que compuseram o *Requerimento...*, 40<sup>88</sup> constaram no *Protesto...*, sugerindo certa coesão entre os cidadãos que publicamente questionaram a administração de Fonseca e, agora, a Junta que o sucedia. Os procuradores do *Requerimento...* em Lisboa foram José de Loureiro Mesquita e Manoel Pereira de Carvalho.

Desta feita, os subscritores nominaram mais amplamente aqueles contra os quais se dirigiam, oferecendo novas pistas e reforçando algumas suspeitas quanto às razões para comporem a oposição. Além de Meirelles e Fonseca, o *Requerimento...* foi dirigido contra os militares Ricardo Coelho e Manoel Pinto de Magalhães - o último, esteve ao lado de Rodrigo Pinto Pizarro na “adesão” ao movimento do Porto; contra o desembargador José Leandro da Silva Sousa - provavelmente, por ocupar agora o cargo de diretor da Tipografia Nacional do Maranhão<sup>89</sup>; e contra o desembargador José Bento da Roxa e Melo, à época presidente da Câmara, que presidira as eleições de 13 de abril. Para Manoel Paixão dos Santos Zacheo<sup>90</sup>, Roxa e Melo foi um dos responsáveis pelas intimidações; ordens de prisão justificadas por boatos sobre um levante escravo;

---

<sup>86</sup> O *Requerimento...* foi transcrito pelo *Conciliador* no suplemento ao nº 82, 24/4/1822.

<sup>87</sup> Nazaré já era o presidente da Junta Consultiva, constituída em 9 de abril de 1821.

<sup>88</sup> Entre os 8 novos nomes, pelo menos 2 estiveram com Bruce nas disputas do pós-Independência: Raimundo João Pereira de Cáceres e Albuquerque e Francisco Antonio da Costa Barradas. Os outros 6 abaixo-assinados foram: Manoel Antonio Antunes Cardias, José Antonio da Silva Bastos, José Antonio da Silva, Manoel Pinto Pinheiro, Manoel Antonio Xavier e Joaquim de Azevedo Ramos. Já a *Representação dos moradores...* contou com 26 assinaturas, 19 das quais iguais às do *Protesto...* e 15 iguais às do *Requerimento...*

<sup>89</sup> Em um abaixo-assinado anterior, datado de 24 de outubro de 1821, 26 cidadãos pediram a demissão dos mesmos nomes, à exceção de José Leandro da Silva Sousa, provavelmente pelo fato de a Tipografia só começar a funcionar em novembro de 1821. Tal hipótese reitera a importância da Tipografia para os debates em curso, e justifica a rápida inclusão de Silva Sousa na lista dos cidadãos a serem demitidos. Ver *Representação dos moradores...* (1821). Op. cit.

<sup>90</sup> Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822a). *Carta do arguelles da província do Maranhão ao Illmo. Exmo Sr. Fco Simões Margiochi. Deputado em Cortes*. Lisboa: Na impressão de João Nunes Esteves. BN, Seção de Obras Raras, p. 5.

deportações e abertura de devassas, “garantindo” a construção da nova ordem constitucional. Noutro folheto<sup>91</sup>, Zacheo o acusou de perseguir ao negociante João Rodrigues de Miranda - abaixo-assinado no *Protesto...*, Miranda era o arrematador das saídas dos escravos ladinos, atividade prejudicada pela proibição da compra desses escravos, quase sempre vindos de outras regiões da América Portuguesa, a um custo menor. Ainda segundo Zacheo, tal proibição, ordenada por Roxa e Melo, tinha por objetivos beneficiar os grandes importadores de escravos - lembro, uma das principais atividades desenvolvidas por Meirelles - e lesar Miranda.

Basicamente, as denúncias versavam sobre suspensões de cargos públicos, transferências para lugares remotos, prisões injustificadas, manutenção, às expensas do erário, de um “*periódico infame*”, e a prática de contrabando feita sob a proteção do governo provincial, questão que tocava mais diretamente a Meirelles. Aliás, o aprofundamento das acusações contra Meirelles, ensaiadas no *Protesto...*, ocupou os maiores espaços do *Requerimento....*

Para os autores, o patrimônio de Meirelles era mais aparente que real, sustentado por juro que recebia da Junta da Fazenda - mesmo tendo dívidas junto a esta, e pelo prestígio político, que lhe valia benefícios indevidos e contratos como o do abastecimento de carne verde<sup>92</sup>, práticas consentidas por “*autoridades pervertidas*”, “*prevaricadores*” que precisavam ser prontamente substituídos. Colocando-se na condição de “*acusadores públicos*”, portanto sujeitos aos rigores da lei, os abaixo-assinados alegaram não poder anexar documentos comprobatórios de suas afirmações pela dificuldade de acesso aos papéis públicos e pediram que o Soberano Congresso nomeasse uma comissão, composta por membros de fora da província, para apurar as irregularidades. Aqui, o constitucionalismo tomava a forma de transparência nos negócios públicos, bandeira também erguida, a seu modo, pelo *Conciliador*, que saudava um governo cujos balancetes eram publicados pelo jornal, uma das novidades do tempo.

Illegalidades com o erário, perseguições políticas e prática de contrabando fundiram-se nas denúncias sobre a suspensão de Domingos Lopes da Silva e Araújo, guarda-mor da Alfândega, e, tema recorrente, de João Rodrigues de Miranda, ex-almotacé, atribuídas à influência política de Meirelles: o primeiro, por impedir o “*deliberado*

---

<sup>91</sup> Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822b). *Os últimos adeuses do Epaminondas Americano ao despotismo*. Maranhão: Imprensa Nacional. BNP, p. 17.

<sup>92</sup> Há registros da presença de Meirelles no abastecimento de carne verde a partir de 1810, podendo ser anterior. Para 1823, Meirelles perdeu a concorrência para Francisco do Valle Porto, que teria oferecido um preço abaixo do custo para vencê-lo. Sobre as polêmicas em torno do contrato de abastecimento de carne verde para o ano de 1823, ver *Conciliador*, nº 107 (suplemento), 117, 125 (suplemento) e 130.

*contrabando organizado por este*"; o segundo, por obstruir os interesses de Meirelles, quando exerceu o cargo de almotacé, em 1817. Sobre as rugas entre Miranda e Meirelles, cabe apenas acrescentar que remontam a um período anterior ao da "adesão", mas tomaram novas proporções a partir dessa, como de resto, as disputas pregressas agora envolvidas na órbita constitucional.

Meirelles foi acusado ainda de receber consignações como correspondente do Banco do Brasil, entre 1818 e 1821, na ordem de 570:000U000 réis e de oferecer, no mesmo período, créditos de apenas 170:000U000 réis, "desaparecendo" com a diferença de 400:000U000, transformada em bilhetes de liquidez duvidosa, dados como garantias de empréstimos contraídos com a Junta da Fazenda e particulares, como Filipe de Barros Vasconcellos, que teria lhe emprestado 50:000U000 réis, recebendo como hipoteca todos os seus bens.

A resposta de Meirelles ao *Requerimento...* dá a dimensão não apenas de sua influência sobre o *Conciliador*, como também da amplitude que os seus negócios atingiam. No suplemento à edição de 24 de abril de 1822, dedicado especialmente ao assunto, o *Conciliador* publicou o *Requerimento...*, de pouco mais de duas páginas, como introdução à defesa de Meirelles, que em sete páginas rebateu as acusações e anexou certidões, declarações e balancetes que comprovariam sua inocência.

Em estilo muito semelhante ao utilizado por Costa Soares - quiçá o verdadeiro autor, Meirelles queixou-se pelo fato de o *Requerimento...* ter sido espalhado pela cidade e das pessoas escondê-lo - talvez por receio de serem obrigadas a entregá-lo ou por medo de serem denunciadas como "anticonstitucionais". Classificou os cidadãos abaixo-assinados como "réus de peculato, vadios, pretos degenerados, taberneiros e sapateiros"<sup>93</sup>. Esses indivíduos, ainda segundo Meirelles, tomaram o cuidado de não colocar suas profissões junto à assinatura como forma de aparecerem perante o Soberano Congresso como "homens novos", com valor muito superior ao que realmente tinham<sup>94</sup>. Para o autor, o *Requerimento...* era obra de Honório José Teixeira, que, no intuito de abalar sua credibilidade mercantil, arregimentou 47 co-assinantes para legitimar

---

<sup>93</sup> Na nota que acompanha a cópia da defesa que Meirelles mandou publicar na imprensa de Lisboa, há a sugestão para a escrita de uma "biografia dos anarquistas do Maranhão", com breves resumos dos defeitos / delitos de 10 abaixo-assinados, quase todos europeus. Já os maranhenses, lembrava, "são pela maior parte mendigos", exceto Honório José Teixeira e Miguel Bruce. Meirelles, Antonio José (1822). *Manifesto do Commendador Antonio José Meirelles, da Cidade do Maranhão, desmentindo as monstruosas calúnias que o Bonifácio-mor, Honório José Teixeira, e seus sócios e assalariados levaram à presença do Soberano Congresso, em desabono da sua probidade e crédito mercantil*. Lisboa: Typografia de M. P. de Lacerda, BNP, p. 1-2.

<sup>94</sup> Lembro, apenas 23 abaixo-assinados não declararam sua ocupação.

suas acusações<sup>95</sup>. Tais preocupações com a credibilidade mercantil - e também com o Soberano Congresso, ainda renderam a impressão de dois folhetos, um em Lisboa, outro em Liverpool, refutando as mesmas acusações.

O “*rancor figadal*” que Teixeira nutria por Meirelles, segundo este, tinha dois motivos: a ação de Meirelles em abril de 1821 para garantir a permanência de Fonseca no poder; e, anteriormente, o fato de Teixeira não conseguir dar continuidade aos negócios do pai como correspondente do Banco do Brasil no Maranhão, posto ocupado por Meirelles a partir de 1819. Sobre as finanças, Meirelles negou a dívida de 400:000U000 réis junto ao Banco do Brasil, “provando” lhe ser credor em 808:274 réis. Reconheceu dever pouco mais de 52 contos de réis à Junta da Fazenda, atraso justificado pelas mudanças nos procedimentos de pagamento, feito anteriormente para o Rio de Janeiro e agora para Lisboa, e anexou um documento assinado por Filipe de Barros Vasconcellos, em que este atestava não ter dívidas vencidas de Meirelles.

A polêmica em torno de Meirelles teve seqüência com a publicação no *Conciliador* de uma carta assinada pelo *Inimigo da calúnia*, que acusou Meirelles de iniciar uma campanha pelo jornal<sup>96</sup> contra os contratadores de carne verde que o venceram na disputa pelo abastecimento da cidade para o ano de 1823. Retomando o tema das dívidas de Meirelles para com a Junta da Fazenda, o autor informou sobre um requerimento lido na sessão das Cortes de nº 387, em que Meirelles solicitou o parcelamento de suas dívidas, supostamente agravadas pela não renovação do contrato de abastecimento. Em resposta, o *Investigador da mentira*<sup>97</sup> acusou o *Inimigo da calúnia* de ser financiado por Honório Teixeira e lembrou que o novo contratador, Francisco do Valle Porto, era presença constante nas “*insidiosas, caluniosas e brejeiras representações impressas em Lisboa e assinadas pelos 48, 56 e 66 conspícuos desta cidade*”<sup>98</sup>. A derrota de Meirelles e a vitória de um “abaixo-assinado”<sup>99</sup> como contratante de carne verde evidenciam a complexidade das disputas que se travavam em torno da administração provincial, sempre pautadas pela obediência ao governo português.

---

<sup>95</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 82, 24/4/1822, p. 6.

<sup>96</sup> Meirelles foi acusado de ser o mentor de uma carta assinada pelo sertanejo Raymundo José Nogueira, e publicada no *Conciliador* nº 117, denunciando calotes aplicados pelos novos contratadores na compra de rebanhos, prática que inexistiria no período em que Meirelles foi o contratador.

<sup>97</sup> *Conciliador*, suplemento ao nº 130, 9/10/1822, p. 3.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

<sup>99</sup> Na verdade, de três “abaixo-assinados”. Valle Porto tinha como sócios no negócio de abastecimento de carne verde Honório José Teixeira e José Joaquim Vieira Belfort. Tal contrato vigorou entre 1823 e 1825. *Argos da Lei*, nº 14, 22/2/1825, p. 1-2.

Se a derrota nas eleições de fevereiro arrefeceu o ânimo dos opositores, a composição de uma Junta de Governo alterou, ao menos provisoriamente, o acesso à Tipografia Nacional do Maranhão, o que viabilizou, internamente, a publicização de alguns “papéis de oposição”. Em março de 1822, era publicado o primeiro número da *Folha Medicinal*, pertencente ao abaixo-assinado Manoel Rodrigues de Oliveira, o mesmo que intentara, sem sucesso, a publicação da *Gazeta da Verdade*.

Mais que uma “concessão constitucional”, a impressão do novo periódico parece expressar um momento de rearranjo político, marcado sobremaneira pela saída de Pinto da Fonseca da província, juntamente com o seu “Estado-Maior”, primeiro momento de organização da política provincial a partir de seus quadros, cidadãos nascidos ou há muito radicados na província. O objetivo maior de Oliveira era recuperar a “*História da regeneração política da província*”, principal tema de suas páginas<sup>100</sup>, intuito que atingia especialmente a figura e a administração de Fonseca e, em menor escala, aqueles que o apoiaram e permaneciam na província. Ainda assim, as páginas da *Folha Medicinal* revelam o clima de tensão da cidade e os bastidores da política praticada por intermédio de impressos e abaixo-assinados.

Quanto ao acesso a Tipografia, Oliveira narrou suas desventuras desde a propositura da *Gazeta da Verdade*, frustrada pela já salientada “*sobrecarga de trabalho*” alegada pela Tipografia. Em março, retomou, com sucesso, as negociações com o desembargador José Leandro da Silva Sousa, presidente da Junta Administrativa da Tipografia, e com Costa Soares, que além de redator do *Conciliador*, era diretor da Tipografia. Porém, em mais de uma edição, Oliveira sintetizou as dificuldades financeiras, técnicas e administrativas impostas pela direção da Tipografia: obrigatoriedade de pagamento semanal - o *Conciliador* pagava mensalmente, com desconto de 25%; boicote dos compositores, que invertiam propositalmente os tipos, dando outro sentido às palavras; e exigências, que considerava descabidas, no que respeitava as assinaturas que deveriam acompanhar o conteúdo e os documentos a serem impressos pelo jornal. Em constante atrito com Costa Soares, quase foram as “vias de fato”, razão pela qual foi proibido de entrar no prédio da Tipografia<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Das 10 edições localizadas, as 9 primeiras dedicaram generosos espaços para a narrativa dos acontecimentos de abril de 1821, com ênfase nas artimanhas de Fonseca para permanecer no cargo e na repressão que comandara contra os opositores. A edição nº 10 foi toda dedicada às notícias que chegavam do Rio de Janeiro e de São Paulo, motivos de preocupação e repúdio por parte do redator, como se verá.

<sup>101</sup> *Folha Medicinal*, nº 3, 25/3/1822, p. 23-24 e nº 8, 29/4/1822, p. 64.



Já os abaixo-assinados, que ainda repercutiam, foram objetos de outro desentendimento, desta feita, entre o redator e Antonio Meirelles. Andando pela Praia Grande, Oliveira teria sido abordado por Meirelles - posteriormente acompanhado pelo também comerciante José dos Santos Monteiro, inicialmente, de forma cordata, para parabenizá-lo pelo jornal, ironia que se tornou mais clara à medida que as brincadeiras ficaram mais ríspidas. A certa altura, veio à tona a questão dos abaixo-assinados, considerados “*patifes*”, por Meirelles e Monteiro; como resposta, ouviram que muitos outros patifes existiam, mas não assinavam tais documentos. Por fim, Meirelles quis apertar a mão de Oliveira para lhe propor um duelo<sup>102</sup>, recusado pelo redator<sup>103</sup>.

Outro duelo, de formato mais recente, dava seus primeiros passos nos prelos da província. Depois de Oliveira, foi a vez de Manoel Zacheo “estrear” na Tipografia. De volta ao Maranhão após a saída de Fonseca, Zacheo publicou, em maio, dois folhetos atacando, respectivamente, os “*déspotas do Rio de Janeiro*” e a inoperância do frei Nazaré, então presidente da Junta<sup>104</sup>; em outubro, publicou *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao Despotismo*<sup>105</sup>, referência ao despotismo de Pinto da Fonseca, que se despedira do Maranhão em fevereiro de 1822, e também ao que considerava como últimas manifestações de tais práticas na província, a serem definitivamente sepultadas com algumas medidas que sugeria e, com a aguardada finalização do trabalho das Cortes.

A trajetória de Zacheo como integrante da oposição provincial diverge um pouco da de outros publicistas e dos abaixo-assinados aqui apresentados. Derrotado em seu propósito de eleger uma Junta Provincial, em abril de 1821, enviou às Cortes, dois meses depois, o manifesto *A Sua Majestade Nacional e Real em Cortes de Lisboa, o*

---

<sup>102</sup> Evidentemente, discussões ríspidas e lutas corporais também compuseram as disputas políticas suscitadas, desde abril de 1821, nas ruas, tropas, e em reuniões no teatro e praças públicas. Em outro exemplo recuperado pela *Folha Medicinal*, dois militares - Bernardo Pereira de Berredo e Joaquim Raimundo Marques - se atracaram no Largo do Carmo, no dia 8 de abril de 1821, logo após a celebração de uma missa. O motivo teria sido a melhor forma de governo a ser instaurada. *Folha Medicinal*, nº 5, 8/4/1822, p. 38-39. Lembro que, posteriormente, Berredo assinou o *Protesto...* e o *Requerimento...*, enquanto Marques foi promovido ao comando do Regimento de Milícias, segundo Mesquita, “por ser anti-constitucional”. Mesquita (1821). Op. cit., p. 5.

<sup>103</sup> *Folha Medicinal*, nº 4, 1/4/1822, p. 28.

<sup>104</sup> Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822c). *Carta do Epaminondas Americano ao Ilmo e Exmo Sr. D. Romualdo de Souza Coelho. Bispo do Grão Pará e Deputado em Cortes Gerais*. Maranhão: Imprensa Nacional, Biblioteca do Itamaraty e Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822d). *Manifesto do Epaminondas Americano sobre a suspensão dos padres Fr. Joaquim Jerônimo de Castro e Silveira e Fr. Ignácio Guilherme da Costa, do Convento de Nossa Senhora das Mercês, da cidade do Maranhão*. Maranhão: Tipografia Nacional, Biblioteca do Itamaraty.

<sup>105</sup> Zacheo (1822b). Op. cit. O folheto era vendido na loja de Honório José Teixeira, provável espaço de movimentação política, o que incluía o recolhimento de assinaturas. Para o anúncio, ver *Conciliador*, nº 148, 11/12/1822, p. 6.

*Epaminondas Americano sobre a Revolução do Maranhão* e, à Câmara, um requerimento solicitando que Pinto da Fonseca jurasse solenemente as bases da Constituição<sup>106</sup>, razão para o ordenamento de sua prisão. Fugitivo desde então, provável razão para não assinar o *Protesto...* e o *Requerimento...*, imprimiu em Portugal quatro folhetos, encaminhados às Cortes e ao rei. Nesses escritos, para além de uma narrativa das perseguições sofridas, apresentação de provas de inocência e ataques aos responsáveis pelas fugas, prisões ou deportações, comuns à época, tais elementos coadjuvam uma questão maior: a síntese das expectativas geradas pelo constitucionalismo português, seguida de proposições que garantissem o exercício dos preceitos constitucionais.

Fundamentado nos pilares que, acreditava, deveriam sustentar a nova ordem, fundiu propostas objetivas e reformas mais estruturais. Defendeu a extinção do Tribunal da Relação do Maranhão, a substituição de Fonseca e a criação de mecanismos de regulamentação e garantia da liberdade de expressão, base de três projetos de lei que encaminhou às Cortes. Num dos trechos da proposição, pode-se ler:

*A maledicência, ou murmuração de qualquer autoridade pública, civil ou militar, ou eclesiástica, feita no teatro, no púlpito, na igreja, na audiência, ou em papéis públicos, nunca será considerada delito público, ou objetos de ações populares, quando não for acompanhada de fatos, ou persuasões que se encaminhem evidentemente a ofender a Constituição da Monarquia, o sossego público, ou a Real Pessoa do Soberano, ou sua Augusta Família. Aquele que se acreditar injuriado, poderá intentar em juízo civilmente as ações, que lhe competirem, e o injuriante embargará com a verdade, ou publicidade do convicto suporte e será obrigado a prová-la, e neste caso relevada a pena se a maledicência for a respeito da vida, ou conduta pública do injuriado, ou mau desempenho de seus deveres, ou jurisdição, e não de sua pessoa, ou vida particular<sup>107</sup>.*

Estabelecendo princípios que abrangiam todo o Império português, mas com os olhos fixados no Maranhão, o texto acima localizou os “*espaços de murmúrios*” e a ação dos “*papéis públicos*” no novo debate político, e reforçou o princípio do processo de formação de culpa, inclusive para os “*crimes de opinião*”, com o intuito de diminuir a prática de ordens de prisão arbitrárias, como teria sido a dele.

Essas preocupações em torno das opiniões publicamente manifestadas expressam a importância das disputas em torno da legitimidade de tais ideias, novidade do tempo.

---

<sup>106</sup> O requerimento é de 28 de junho de 1821. Fonseca o recusou sob a alegação de que aguardava ordens das Cortes, já que um prévio juramento fora realizado em abril de 1821. Como resposta, afirmou que não receberia ordens de gazetas, referência aos primeiros papéis que circularam na Europa contra a sua permanência no poder após o 6 de abril. As bases da Constituição portuguesa foram juradas no Maranhão em 19 de agosto de 1821. A ordem de prisão contra Zacheo foi expedida quatro dias depois.

<sup>107</sup> Zacheo (1822a). Op. cit., p. 5.

Noutro folheto, Zacheo acusou as autoridades de “*perfilhar a opinião pública*”, tornando-a sinônimo de suas vontades: “*20 ou 30 cidadãos não podem formar opinião pública verdadeira, e destruir aqueles todos, muito mais se aqueles poucos forem apoiados por aquela justiça*”<sup>108</sup>. Já tratei aqui da “batalha dos números” e sua relação com a legitimidade das demandas sustentadas, apenas registro outra conexão, estabelecida pelo autor, entre “opinião pública verdadeira” e práticas constitucionais. Assim, as autoridades constituídas e seus agentes não poderiam formar uma “opinião pública verdadeira”, porque foram forjadas no “despotismo”: “*Só pode ser Constitucional puro quem já o era no desejo, e não tinha empregos de Justiça, e fazenda no Brasil*”<sup>109</sup>. Em tais debates sobre a “pureza” dos envolvidos, voltava à tona a recorrente questão do acesso aos melhores cargos e demais empregos públicos.

Não obstante os entraves atribuídos ao “despotismo” ainda vigente, o direito de “*murmurar e escrever*” foi exercido com o consentimento ou à revelia das autoridades. Mesmo o *Conciliador*, ao refutar correspondências, abaixo-assinados e folhetos, transcreveu seus conteúdos, permitindo a um maior número de cidadãos o acesso às ideias e interesses que se confrontavam. A disputa pela “opinião pública”, conformada pelos autores a partir das premissas que os norteavam, sustenta a percepção de uma cidade agitada pelas “novidades da política”, assertiva que não implica o reconhecimento de um “desejo de emancipação”, consolidado pela “adesão” do Maranhão ao Império do Brasil, em julho de 1823.

## Fontes

### 1.1 Manuscritos

#### a) Arquivo Histórico Ultramarino - CD-ROM

#### **Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa (1614-1833):**

Carta de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce ao rei D. João VI, solicitando que a tropa do Maranhão seja constituída por amantes da Constituição. Considera aos antigos governadores do Maranhão déspotas e que a atuação de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca foi vingativa. Solicita ainda a substituição de todo o pessoal dos empregos

---

<sup>108</sup> Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822e). *Discurso do arguelles da Província do Maranhão a S. Magestade Nacional e Real em Cortes Gerais sobre a opinião pública, liberdade civil e comércio de escravatura*, Lisboa: Na impressão de João Nunes Esteves, BN, Seção de Obras Raras, p. 5.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 6-7.

públicos do Maranhão (1821). São Luís do Maranhão, 9 de novembro de 1821. CU 009, cx. 167, doc. 12.183.

Representação dos moradores do Maranhão ao rei D. João VI, informando sobre o Estado do Maranhão e solicitando que o governador, o juiz de fora, entre muitos outros sejam substituídos (1821).

#### **b) Arquivo Nacional - RJ**

##### **Coleções/Fundos:**

##### **Fundo Desembargo do Paço**

Processo movido contra Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce entre os anos de 1811 e 1813. Arquivo Nacional, caixa 161, pct. 1, doc. 2.

#### **c) Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa**

Autos da devassa a que procedeu o governador do Maranhão por ordem do governador das armas daquela província, contra os perturbadores do sossego público na capital da mesma província, que se opuseram ao sistema constitucional. Ministério dos Negócios eclesiásticos e de justiça, maço 102, nº 1.

#### **d) Biblioteca Nacional – RJ**

Acontecimentos do Maranhão (1810). Bernardo José da Gama. Visconde de Goiana. Seção de Manuscritos, 11, 3,12.

Coleção de Documentos Biográficos:

C 210,020 - Honório José Teixeira

C 383,14 - José Joaquim Vieira Belford

#### **e) Biblioteca Pública Benedito Leite - MA**

Sousa, José Leandro da Silva. Concessão de 25% de desconto para imprimir o Conciliador (23/12/1821). Seção de Manuscritos, 239 (245) M1 G2 E9.

#### **f) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

Exposição do Governador do Maranhão Bernardo da Silveira Pinto ao Congresso Português sobre o juramento à constituição que houver de fazer o mesmo Congresso, e estabelecimento do Governo Provisório (1821) 5 fls. São Luís, 30/4/1821. Lata 58, pasta 35.

Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão (1821). Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

### **1.2 Impressos**

## a) Folhetos

Fonseca, Bernardo da Silveira Pinto da (s/d). *Singela e verdadeira narração do começo, progresso e conclusão da Regeneração Política do Maranhão, no glorioso dia 6 de abril de 1821*. Sem data e local de impressão. BN, Seção de Obras Raras, Coleção Benedito Ottoni.

Meirelles, Antonio José (1822). *Manifesto do Commendador Antonio José Meirelles, da Cidade do Maranhão, desmentindo as monstruosas calúnias que o Bonifácio-mor, Honório José Teixeira, e seus sócios e assalariados levaram à presença do Soberano Congresso, em desabono da sua probidade e crédito mercantil*. Lisboa: Typografia de M. P. de Lacerda, BNP.

Mesquita, José de Loureiro (1821). *Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão concluída em 6 de abril de 1821. Para servir de justificação aquelles que foram injustamente presos e perseguidos pelo despótico Governador daquela Província Bernardo da Silveira Pinto*. Lisboa: Impressão de Alcobia. BN, Seção de Obras Raras.

Pizarro, Rodrigo Pinto (1832). *Carta de um português emigrado acerca do ex-imperador do Brasil e do seu chamado manifesto*. Lisboa (Paris, 20/2/1832). BN, Seção de Obras Raras.

Zacheo, Manoel Paixão dos Santos (1822a). *Carta do arguelles da província do Maranhão ao Illmo. Exmo Sr. Fco Simões Margiochi. Deputado em Cortes*. Lisboa: Na impressão de João Nunes Esteves. BN, Seção de Obras Raras.

\_\_\_\_\_ (1822b). *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo*. Maranhão: Imprensa Nacional. BNP.

\_\_\_\_\_ (1822c). *Carta do Epaminondas Americano ao Ilmo e Exmo Sr. D. Romualdo de Souza Coelho. Bispo do Grão Pará e Deputado em Cortes Gerais*. Maranhão: Imprensa Nacional, Biblioteca do Itamaraty.

\_\_\_\_\_ (1822d). *Manifesto do Epaminondas Americano sobre a suspensão dos padres Fr. Joaquim Jerônimo de Castro e Silveira e Fr. Ignácio Guilherme da Costa, do Convento de Nossa Senhora das Mercês, da cidade do Maranhão*. Maranhão: Tipografia Nacional, Biblioteca do Itamaraty.

\_\_\_\_\_ (1822e). *Discurso do arguelles da Província do Maranhão a S. Magestade Nacional e Real em Cortes Gerais sobre a opinião pública, liberdade civil e comércio de escravatura*. Lisboa: Na impressão de João Nunes Esteves, BN, Seção de Obras Raras.

## b) Jornais

(O) Argos da Lei - MA (1825)

(O) Conciliador - MA (1821-1823)

(O) Correio Braziliense - Londres (1808-1823)

Diário do Governo - RJ (1823-1824)

(A) Folha Medicinal do Maranhão - MA (1822)

### **c) Ofícios, bandos, proclamações e outros documentos públicos**

Sentenças proferidas em primeira instância, no juízo ordinário da Villa d'Alcântara, Comarca da Cidade de S. Luiz do Maranhão, e em sua confirmação, em segunda, na Relação da mesma Cidade a favor de José da Silva Maya d'Azevedo, e outros RR. Impressas a requerimento de Manoel Francisco Ramos, Comerciante da dita Capitania (1816). Lisboa: Officina de J. F. Monteiro de Campos.

### **Referências Bibliográficas**

Costa, Yuri e Galves, Marcelo Cheche (2011). *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*, São Luís: Café e Lápis, Editora UEMA.

Galves, Marcelo Cheche (2010). *“Ao público sincero e imparcial”*: *Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Lago, Antonio Bernardino Pereira do (2001). *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, 2 ed. São Paulo: Siciliano.

Machado, André Roberto de Arruda (2006). *A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Marques, César Augusto (2008). *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, 3 ed. São Luís: Edições AML (Notas e apuração textual de Jomar Moraes).

Moreira, Carlos Eduardo de Araújo (et al.) (2006). *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*, São Paulo: Alameda.

Paixão e Dores, frei Manuel Moreira da (1972). *Diário da armada da independência*, 2 ed. Brasília: MEC / Instituto Nacional do Livro.

Souza, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho (1999). *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*, São Paulo: UNESP.

Vieira da Silva, Luís Antonio (1972) *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*, 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana. (Coleção São Luís, v. 4).

Recebido para publicação em novembro de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

**“UM CONTO DE DUAS CIDADES”: O TRICENTENÁRIO DE CAMÕES EM LISBOA E NO RIO DE JANEIRO**

**“UN CUENTO DE DOS CIUDADES”: EL TRICENTENARIO DE CAMÕES EN LISBOA Y EN RÍO DE JANEIRO**

**“A TALE OF TWO CITIES”: THE TRICENTENARY OF CAMÕES IN LISBON AND IN RIO DE JANEIRO**

**“LE CONTE DE DEUX CITÉS»: LE TRICENTENAIRE DE CAMÕES À LISBONNE ET RIO DE JANEIRO**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124102

**Giselle Martins Venâncio<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Este texto trata das comemorações do tricentenário de morte de Luis de Camões em Lisboa e no Rio de Janeiro, em 1880. Investiga-se este evento como paradigmático das maneiras elaboradas por intelectuais de ambos os países no sentido da valorização dos aspectos culturais luso-brasileiros, em fins do século XIX. Considera-se, neste texto, a relação cultural e política em curso entre Portugal e Brasil, naquele período, destacando-se o fato de que as comemorações do tricentenário enfatizaram, na ação de seus organizadores, um ideal de identidade nacional brasileira definida como fundamentalmente lusitana.

Palavras-chave: luso-brasileirismo, Camões, comemoração.

**RESUMEN**

Este artículo aborda las celebraciones del tricentenario de la muerte de Luis de Camões en Lisboa y Río de Janeiro en 1880. Se examina el caso como paradigma de las formas elaboradas por intelectuales de ambos países en la recuperación de los aspectos culturales luso-brasileños a fines del siglo XIX. Se considera en este texto, las relaciones culturales y políticas en marcha entre Portugal y Brasil, en ese período, destacando el hecho de que las celebraciones del tricentenario enfatizaron, en la acción de sus

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [gmvenancio@yahoo.com](mailto:gmvenancio@yahoo.com)

organizadores, un ideal de identidad nacional brasileña definida como fundamentalmente lusitana.

Palabras-clave: luso-brasileirismo, Camões, celebración.

## **ABSTRACT**

This text discusses the tercentenary celebrations of the death of Luis de Camões in Lisbon and in Rio de Janeiro in 1880. The event is investigated as paradigmatic of the methods used by intellectuals in both countries to valorise features of Luso-Brazilian culture at the end of the 19<sup>th</sup> century. The text considers the cultural and political relations between Portugal and Brazil in the period, highlighting the fact that the tercentenary celebrations emphasized, through the organizers' activities, an ideal national Brazilian identity defined as fundamentally 'Luso'.

Key words: Luso-Brazilianism, Camões, commemoration.

## **RÉSUMÉ**

Ce texte aborde les commémorations du tricentenaire de la mort de Luis de Camões à Lisbonne et Rio de Janeiro en 1880. L'événement sera étudié en tant que symbole de la manière dont les intellectuels des deux pays mettaient en œuvre la valorisation d'aspects culturels luso-brésilien à la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle. L'on prendra ici en considération la relation culturelle et politique en vigueur à l'époque entre le Brésil et le Portugal, en soulignant le fait que les commémorations du tricentenaire ont représenté dans l'esprit de leurs organisateurs un idéal d'identité nationale brésilienne définie comme fondamentalement lusitaine.

Mots-clés : identité luso-brésilienne, Camões, commémoration.

*Estiveram animadissimos os festejos de ant-hontem n'esta capital, em homenagem ao terceiro centenario do sublime poeta.*

*Desde pela manhã o movimento nas ruas era immenso, e via-se claramente que toda a população alliava-se á festa que se celebrava em honra do grande cantor dos Lusíadas, cujo nome era repetido de bocca em bocca por todos os que – brasileiros e portugueses – fallam a lingua do immortal poeta.*

*As principaes ruas da cidade, quasi todas cobertas de folhas, apresentavam um aspecto de animada festa; das janellas dos sobrados pendiam grande numero de bandeiras de todas as nacionalidades, destacando-se entre essas a portugueza e a brasileira; em mais de um logar exhibiu-se o retrato ou o busto do poeta cujo centenario se commemorava.*

*Em quasi todas as repartições publicas houve feriado, e foram encerrados os*



*trabalhos em todos os estabelecimentos particulares, notando-se que a essa manifestação a que ajuntava-se o movimento espontâneo do povo, veio também alliar-se o commercio, cujas portas fecharam desde cedo*<sup>2</sup>.

A *Gazeta de Notícias* do dia 11 de junho de 1880 anunciava e narrava, com riqueza de detalhes, as festas em comemoração ao tricentenário de morte do poeta português Luis de Camões, realizadas no Rio de Janeiro. Como se pode ler nas páginas do periódico, o evento mobilizou, de forma intensa, o espaço cultural e intelectual da cidade nos primeiros dias de junho de 1880. Houve festa nos teatros, concertos, regatas, exposição na Biblioteca Nacional, uma profusão de eventos que marcava a adesão da cidade brasileira às comemorações realizadas em Portugal com os mesmos objetivos.

Pelo que se lê, é possível afirmar que a festa em torno do nome de Camões atingiu amplos espectros da sociedade brasileira, conseguindo congregiar diferentes segmentos. Além disso, o tricentenário foi comemorado como um indício certo da importância da cultura portuguesa para o país<sup>3</sup>.

Contudo, se em Portugal esta festa é já amplamente conhecida, e registrada pela historiografia, no Brasil há um profundo desconhecimento a respeito desta comemoração. Isso se dá, especialmente, pelo fato de que, em larga medida, a historiografia brasileira registra um distanciamento entre Portugal e Brasil na segunda metade do século XIX. Os poucos trabalhos que se referem às formas de aproximação entre estes dois países, limitam-se a investigar os aspectos diplomáticos dessa relação, negligenciando, largamente, as relações culturais, intelectuais e editoriais.

Ao analisar particularmente as políticas diplomáticas oficiais, os estudos constroem uma temporalidade que considera que apenas nos primeiros anos do século XX ou, mais precisamente, a partir das comemorações do centenário da independência em 1922, essa aproximação se deu, como pode se ler na análise desenvolvida por Tânia Bessone e Lucia Neves, quando afirmam:

*De fato, foi sobretudo após 1922 que começou a ser gerada a política de relações fraternais entre Brasil e Portugal que passaria a permear as relações oficiais luso-brasileiras daí em diante, fundada no sentimento de pertencimento a uma tradição histórica e cultural comum visando a minimização dos conflitos e das divergências. A partir e então e apesar da reafirmação nacionalista que representou, nesse mesmo momento, o movimento modernista, Brasil e Portugal voltavam a se ver como pátrias irmãs, unidas pela língua, pelas tradições e representações comuns*

---

<sup>2</sup> *Gazeta de Notícias*, 11 e 12 de junho de 1880, p. 1

<sup>3</sup> Venâncio, Giselle Martins (2010). "Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de Camões no Rio de Janeiro". (mimeo)

(...)<sup>4</sup>.

No entanto, já é possível identificar um conjunto de pesquisas que trabalham com a hipótese que a *“independência da colônia, em 1822 (...) não conduz[iu] ao desaparecimento da existência de referentes provenientes do Brasil na cultura portuguesa, nem tão pouco [significou] a ruptura de ligação entre os dois Estados”<sup>5</sup>* . Pelo contrário, estudos mais recentes, demonstram que parte das relações entre Brasil e Portugal (...)

*(...), na primeira metade do século XX, foram arquitetadas por uma quantidade significativa de intelectuais, interessados na afirmação do universo cultural brasileiro, como tributário do português<sup>6</sup>* .

Investigar, portanto, estas formas de aproximação entre os dois países é tarefa importante para se compreender os processos de organização e consolidação de formas de pensamento elaboradas tanto em Portugal quanto no Brasil. Nesse sentido, a festa do tricentenário de morte de Camões, realizada em 1880, emerge como um evento paradigmático das maneiras elaboradas por intelectuais de ambos os países no sentido da valorização dos aspectos culturais luso-brasileiros, em fins do século XIX.

### **A festa em Lisboa: referência para a brasileira**

Segundo Maria Isabel João<sup>7</sup>, em Portugal, foi Luciano Cordeiro, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia e jornalista d’*O Comercio de Lisboa* que decidiu convocar uma grande reunião da imprensa da capital para estabelecer os eventos que seriam realizados para comemorar Camões. A partir daí, um grupo de indivíduos ligados a imprensa de Lisboa tomou a frente da promoção da festa. Segundo essa mesma autora, o fato da organização ter sido realizada por uma comissão de imprensa garantiu um movimento de solidariedade e adesão dos jornais de todo o país. A festa espalhou-se por

---

<sup>4</sup> Ferreira, T. e Neves, Lucia. “As relações culturais ao longo do século XIX”. In: Cervo, A. e Magalhães, J. C (2000). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 232.

<sup>5</sup> Nunes e Miranda (1999). Op. cit, p. 697.

<sup>6</sup> Serpa, Élio (2001). “Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: língua, literatura e história”. In: Ramos, Maria Bernadete, Serpa, Élio e Paulo, Heloísa (orgs.) (2001). *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no panlusitanismo*, Chapecó: Argos, p. 89.

<sup>7</sup> João, Maria Isabel (2002). *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

várias cidades além de Lisboa, como Aveiro, Porto, Coimbra, entre outras. Os jornais e revistas publicaram números especiais ou dedicaram páginas específicas para evocar a memória de Camões. Na fala expressa nos jornais e revistas portuguesas, urgia comemorar Camões visto que essa era uma “ *festa da nação* ” e não a “ *festa de um partido, de uma escola, de uma comunhão parcial* ”<sup>8</sup>. Também o programa aprovado pela comissão de imprensa previa que o centenário “ *tinha o objetivo de estabelecer a convergência de todos os indivíduos em torno da Pátria de que Camões seria o símbolo* ”<sup>9</sup>.

A elevação de Camões ao panteão dos heróis nacionais era, portanto, um dos mais claros e presentes objetivos da festa. Considerando-se que “ *o trabalho de heroificação é inseparável da produção de uma memória coletiva* ”<sup>10</sup>, a festa concentrou-se em elaborar um conjunto de publicações que evocava a memória de Camões e fortalecia o estabelecimento de uma íntima relação entre os poemas camonianos e a glorificação da história pátria, unificando a figura do poeta a de grande patriota, pois que autor de páginas gloriosas da biografia da Nação portuguesa.

A festa em Portugal realizou-se, portanto, com a publicação de inúmeros impressos, a criação de pinturas, moedas comemorativas, festas nas escolas, procissões cívicas, discursos pronunciados e publicados, uma ampla variedade de eventos que atendia a indivíduos dos mais variados espectros políticos. A vastidão da festa foi tal que levou Oliveira Martins a afirmar, em 1880: “ *Camões é ao mesmo tempo uma infinidade de tipos para uma infinidade de criaturas arrastadas pelo Centenário* ”<sup>11</sup>. Monarquistas e republicanos articularam o culto ao poeta aos seus ideais político-ideológicos.

Do ponto de vista dos monarquistas Camões havia dado expressão aos três elementos que caracterizavam a nacionalidade: a tradição, a língua e o território, aspectos que foram valorizados pela sua escrita. Já sob o olhar dos republicanos, evocar o poeta era lembrar o passado como forma de superar as dificuldades de um presente de “ *apagada e vil tristeza* ” - nas próprias palavras de Camões, bastante repetidas -, e de estimular os ânimos para as mudanças políticas<sup>12</sup>. Na fala de um dos organizadores, citada por Isabel João, “ *lembrar os mortos [era] estimular os vivos; recordar Os Lusíadas [era] reviver a melhor época da nacionalidade portuguesa, e acordar um mundo*

---

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Ribeiro, Fernando Bessa (2005). “A invenção dos heróis: Nação, história e discursos de identidade em Moçambique”. *Etnográfica*, vol. IX, n. 2, p. 258. Acessado em 30/09/2010.

<sup>11</sup> Martins, Oliveira (1986). *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, 1986. *Apud* João, M. I. (2002). *Op. cit.*, p. 525.

<sup>12</sup> Ibidem.

onde Portugal foi senhor, foi grande, foi onipotente”<sup>13</sup>. Assim, o Camões e Os Lusíadas dos republicanos portugueses eram, antes de tudo, uma bandeira de luta contra a decadência nacional e a justificativa para a retomada dos valores mais genuinamente portugueses ligados ao heroísmo, a expansão, ao crescimento e ao desenvolvimento da Nação.

Mas, se a festa portuguesa é bastante conhecida, o mesmo não acontece com a comemoração que ocorreu no Rio de Janeiro.

A glorificação de Camões por amplos grupos intelectuais portugueses repercutiu de forma intensa no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Há quem afirme que mais que uma aproximação entre portugueses e brasileiros, a festa do tricentenário de Camões foi a data que permitiu a formalização de “relações estreitas entre os movimentos republicanos brasileiro e português”<sup>14</sup>.

Embora não seja ainda possível demonstrar se houve mesmo esta aproximação entre os republicanos portugueses e brasileiros, realizada por ocasião do tricentenário, é certo que a festa no Rio de Janeiro colocou em pauta a questão da discussão sobre um ideal de nacionalidade brasileira que deveria se definir em continuidade a sua herança portuguesa.

Ainda que, nesse momento, os intelectuais brasileiros estivessem mais preocupados com a constituição de um ideal de nacionalidade que se plasmava, em grande medida, por um discurso de oposição à produção intelectual da antiga metrópole, as falas e eventos da festa do tricentenário de Camões elaboraram-se num campo condicionado por um mito de fundação da identidade nacional brasileira que era, na opinião de seus mentores, na origem e fundamentalmente, lusitano. Assim, o que se constituiu como brasilidade, nesse momento, foi num certo sentido também lusitanidade<sup>15</sup>, pois Camões deixou de ser visto apenas como o “representative man da alma portuguesa”<sup>16</sup>, para tornar-se um “patrono recuado também da nacionalidade brasileira”<sup>17</sup>.

A festa em torno do nome de Camões no Rio de Janeiro conseguiu, assim como em Portugal, congrega diferentes segmentos sociais que a vivenciaram como um indício certo da importância da cultura portuguesa para o Brasil.

---

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Barbosa, Luisa Maria. *O Brasil e o movimento republicano português, 1880-1910* (mimeo).

<sup>15</sup> Serrano, Gisella Amorim (2009). *Caravelas de papel*. Tese (Doutorado) – UFMG, Belo Horizonte, p. 26.

<sup>16</sup> Catroga, Fernando (2005). *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*, Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, p. 120.

<sup>17</sup> Sandmann, Marcelo (2003). “Marcelo Corrêa. As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil”. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, jan./jun., Editora UFPR, p. 202.

Nessa cidade, os membros da colônia portuguesa, particularmente aqueles que se reuniam na diretoria do Gabinete Português de Leitura, tomaram a frente das comemorações, elaborando a noção de um ideário festivo no qual o Brasil aparecia como uma continuação de Portugal na América. O Brasil e os brasileiros eram, desse modo, vistos não numa ótica de alteridade, mas como uma parte da cultura e da sociedade portuguesa. Eram, na verdade, considerados o exemplo máximo da capacidade de Portugal como país colonizador.

### **A festa no Rio de Janeiro: tributo brasileiro a cultura portuguesa**

Na medida em que se aproximava a semana em torno do dia 10 de junho de 1880, data marcada para a festa, os grupos interessados em tomar parte na celebração anunciavam seus programas comemorativos<sup>18</sup>.

O programa elaborado pelo Gabinete Português de Leitura, esboçado ainda em 1879, incluía originalmente a distribuição gratuita de exemplares comemorativos d'Os *Lusíadas* no Brasil e em Portugal, a realização de um festejo artístico e, como momento máximo da festa, a colocação da pedra fundamental do edifício projetado para abrigar a biblioteca do Gabinete. Como afirmou naquela ocasião, Eduardo Lemos, então presidente da instituição:

*Ligar o nome de Camões ao nosso instituto por um laço perpetuo, por um vinculo de marmore, foi o primeiro pensamento da directoria. Neste intuito projecta-se com a maior solemnidade a fundação da primeira pedra do novo edificio para a nossa bibliotheca, no dia do memorando centenario*<sup>19</sup>.

Quando anunciadas ao público nas páginas do *Jornal do Commercio* do dia 07 de março de 1880, o plano traçado pela diretoria do Gabinete já constava das manifestações festivas<sup>20</sup>.

Porém, somente no dia 9 de Junho, às vésperas do centenário, seria divulgado

---

<sup>18</sup> Um levantamento realizado no *Jornal do Commercio* e na *Gazeta de Notícias* no primeiro semestre de 1880 mostra que houve uma intensa movimentação em torno da festa na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> Lemos, Eduardo. *Discurso proferido pelo presidente da directoria na sessão de posse do conselho deliberativo em 18 de Junho de 1879*, p.18.

<sup>20</sup> *Jornal do Commercio*, 07/03/1880, n. 67, p. 01.

pelo Gabinete Português de Leitura o programa do seu festejo de forma detalhada: a festa começaria às onze horas da manhã com o assentamento da pedra fundamental do novo edifício do Gabinete, haveria discursos, leitura e assinatura do auto de assentamento, entrega de medalhas – sendo a primeira destinada ao Imperador D. Pedro II -, oferta da edição comemorativa d’*Os Lusíadas* à Biblioteca Nacional e a vinte e nove pessoas e instituições escolhidas pelo Gabinete<sup>21</sup>. Além disso, haveria uma festa à noite, começando às oito horas, no Imperial Theatro D. Pedro II. Esta contaria com um “*grande festival litterario e artístico*” que teria a presença do Imperador e da Imperatriz, de membros do Ministério, do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal, do Instituto Histórico, do ministro e do cônsul de Portugal, bem como de membros do corpo diplomático e do corpo consular.

Na primeira etapa do evento, os indivíduos e as corporações que desejassem prestar sua homenagem ao poeta se reuniriam no palco do teatro para depositar coroas, insígnias e bandeiras em torno da efígie de Camões, presente em lugar de destaque<sup>22</sup>. Em seguida, a orquestra tocaria o hino nacional brasileiro e, logo após, Joaquim Nabuco proferiria o discurso inaugural<sup>23</sup>. Ainda seriam recitadas poesias antes do encerramento marcado pelo hino nacional português.

A segunda etapa seria dedicada à apresentação, em um único ato, da peça *Tu só, tu, puro amor*, escrita por Machado de Assis especialmente para o centenário. Por fim, a apresentação da orquestra e das bandas marciais ocuparia a última parte do festejo. Ainda indicava-se, no programa divulgado, que haveria a distribuição de milhares de exemplares de excertos dos mais notáveis trechos d’*Os Lusíadas*, como também de outras obras de Camões<sup>24</sup>.

A se crer no que noticiou a *Gazeta de Notícias* em 12 de junho de 1880, a festa foi um sucesso. A inauguração da pedra fundamental do novo prédio do Gabinete Português de Leitura contou com a presença de inúmeros convidados, autoridades, além do Imperador. O jornal narra o acontecimento com as seguintes palavras:

---

<sup>21</sup> *Jornal do Commercio*, 09/06/1880, n. 160, p. 05.

<sup>22</sup> Deste ato, como se verificou posteriormente, participaram centenas de pessoas representando associações científicas e literárias, como a Secção da Sociedade de Geographia de Lisbôa no Brazil, o Lyceu de Artes e Officios, e o Lycêo Litterario Portuguez.

<sup>23</sup> Sobre o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de Camões, ver: Venancio, Giselle M. *Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de Camões no Rio de Janeiro*. (mimeo)

<sup>24</sup> *Jornal do Commercio*, 09/06/1880, n. 160, p. 05.

*Desde ás 10 horas da manhã começou a affluencia do povo para as immediações do local onde devia dar-se a cerimonia e que fora convenientemente preparado e disposto para a festa. Logo depois entraram a chegar os convidados para a solemnidade, e cujos carros, em numero extraordinario, tiveram de occupar todas as ruas e praças adjacentes, ao longo das do Sacramento, Theatro, travessa das Bellas Artes e Leopoldina, largo de S. Francisco de Paula e Constituição. Fizeram-se representar na cerimonia todas as corporações scientificas e litterarias d'esta corte, instituições beneficentes, o commercio, a imprensa, o parlamento, a municipalidade, o exercito, a marinha, etc. Entre as commissões de sociedades viam-se: a do Club Gymnastico Portuguez, com a sua banda de musica á frente; a do Lyceu Litterario Portuguez, (...) a da Imperial Sociedade Amante da Instrução, representada por sua directoria, (...) a da Illma. camara municipal da corte, representada por seus membros, tendo á frente o seu procurador, que carregava a bandeira da municipalidade; a do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, representada pelo seu presidente visconde do Bom Retiro e outros membros; a do Lyceu de Artes e Officios, representada por seu director e alguns dos professores; a da Faculdade de Medicina da corte; a da Escola Polytechnica; a da Sociedade Portugueza de Beneficencia e secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, representadas pelo Sr. Conde de S. Salvador de Mattosinhos e outros socios; a do Retiro Litterario Portuguez, etc. Entre os cavalheiros representantes das mais elevadas classes sociaes, via-se grande numero de senadores, deputados, o Sr. ministro do imperio, o Sr. consul de Portugal acompanhado de sua Exma. Senhora, officiaes superiores do exercito e marinha, o Rev. Cura da freguezia, representantes do Jornal do Commercio, Cruzeiro, Diario Official, Revista Illustrada e da Gazeta de Noticias, representada por seu redactor principal<sup>25</sup>.*

Diante de todas as autoridades presentes, o presidente do Gabinete Português leu o auto de assentamento da pedra fundamental - realizado pelo Imperador D. Pedro II - que foi assinado pelos presentes:

*Aos dez dias do mez de junho de 1880, era memoravel do terceiro centenario do grande poeta Luiz de Camões. 59 da Independencia e do Imperio reinando S. M. o Imperador o Senhor D. Pedro II, n'esta muito leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, freguezia do Sacramento e rua de Luiz de Camões, achando-se presente o mesmo Augusto Senhor, representadas a Illma. camara municipal, o alto funccionalismo do Estado, o corpo diplomatico, corporações litterarias e scientificas e diversas sociedades, a imprensa, o commercio, as industrias, grande numero de convidados, a directoria, o conselho deliberativo e muitos socios e subscriptores d'esta associação instructiva, depois de benzida segundo o ritual romano pelo vigario respectivo, foi por sua Magestade o Imperador assentada a pedra fundamental do edificio qu epara a sua actual bibliotheca e para a de livros elementares e cursos publicos, faz construir a associação denominada Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, creada n'esta cidade em 1837. Assim inaugurada com toda a solemnidade a construcção do mencionado edificio, lavrou-se este auto, que vai assignado por Sua Magestade e pessoas presentes; e outro de igual theor, escriptos pelo 2º secretario, e authenticados e selados pelo 1º secretario d'esta associação<sup>26</sup>.*

Na noite daquele mesmo dia, a festa teve continuidade no Theatro D. Pedro, ricamente decorado para o evento e repleto dos mais ilustres personagens da sociedade

<sup>25</sup> *Gazeta de Notícias*, 11-12 de junho de 1880, n. 161, Ano IV, p. 1.

<sup>26</sup> Auto do assentamento da pedra fundamental do edificio para a bibliotheca do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. *Gazeta de Notícias*, 11-12 de junho de 1880, n. 161, Ano IV, p. 1

do Rio de Janeiro. A Gazeta de Notícias descreve o evento, em suas páginas, destacando seu luxo e beleza:

*(...) o grande numero de luzes dava ao theatro um aspecto brilhantissimo. Os camarotes estavam litteralmente guarnecidos de senhoras, que trajavam elegantes e riquissimos vestuarios de gala, fazendo reluzir joias de subido valor. Em geral e principalmente nos camarotes, varandas e cadeiras de primeira classe dos homens estavam de casaca preta. S. M. o Imperador trazia a farda de almirante e S. M. a Imperatriz trajava um rico vestido azul coberto de rendas brancas. Além dos Srs. Ministros do imperio, agricultura, marinha e negocios estrangeiros, muitos altos funcionarios ostentavam as suas fardas. Executado o hymno nacional pela orchestra, subiu o panno para o acto da commemoração. A scena estava preparada com grande luxo. Ao lado direito do espectador estava o busto do poeta, sob um rico docel e espaldar de damasco amarello, sendo o exterior, bem como a cupula em fórma de corôa, de velludo carmezim guarnecido de listrões e franjas de ouro. O pedestal bem como os degráus em que elle assentava, estavam cheios de coroas. Dos bastidores sahiam os riquissimos estandartes das diversas corporações que se fizeram representar. Ao fundo, do lado esquerdo, o panno representava a torre de Belém e o Tejo com alguns galeões. (...) No centro da scena estava uma tribuna coberta pelas bandeiras nacional e portugueza. Do lado esquerdo do busto formaram os representantes de diversas sociedades e membros da directoria e conselho do Gabinete Portuguez de Leitura. Do lado direito estavam os representantes das corporações scientificas, artisitcas e da imprensa. Apenas terminou o hymno, occupou a tribuna o Sr. Dr. Joaquim Nabuco que proferiu o discurso que se acha impresso e que provocou os mais entusiasticos applausos.*

Como se pode perceber dos registros encontrados na *Gazeta*, a festa congregou diversas instituições e autoridades, e pautou-se numa idéia de que aos brasileirosurgia comemorar Camões, pois neste poeta residia toda a origem da alta cultura brasileira necessariamente tributária da portuguesa.

Ainda neste mesmo dia, inaugurou-se, na Biblioteca Nacional, com a presença do Imperador D. Pedro II, a exposição camoneana, organizada por seu diretor Ramiz Galvão. Esta reunia um grande número de obras artísticas relacionadas ao grande poeta lusitano, destacando-se os diversos exemplares d' *Os Lusíadas* cedidos pelo Gabinete Português de Leitura, além de obras emprestadas por particulares, pelo Retiro Literário Português, pela Sociedade Portuguesa de Beneficência e pelo próprio Imperador.

Conta-se que a exposição despertou considerável interesse do público, de modo que, segundo o *Jornal do Commercio*, nos dias de 10 a 12 de Junho, a Biblioteca Nacional teria recebido aproximadamente 10.000 visitantes<sup>27</sup>.

É importante considerar que esse número significa uma grande dinamização do público da biblioteca naquele momento, pois a partir do que registram os documentos da

---

<sup>27</sup> *Jornal do Commercio*, 14/06/1880, n. 164, p. 01.



época, a quantidade de visitantes na Biblioteca Nacional naquele período girava em torno de, no máximo, cerca de 9000 pessoas ao ano, como se pode ver na tabela abaixo:

### **Número de leitores que frequentaram a biblioteca (1871-1881)**

Ano	Número de leitores
1871	2834
1872	8569
1873	7438
1874	6220
1875	4399
1876	4415
1877	7064
1878	Não consta relatório
1879	8485
1880	9625
1881	9180

Fonte: Relatórios do Ministério do Império<sup>28</sup>

Estes dados evidenciam ainda mais a importância do público da exposição camoneana estimada, no relatório elaborado por Ramiz Galvão, diretor da biblioteca, em doze mil visitantes, em seis dias. Este relevante afluxo de pessoas contribuiu, sem dúvida, para a decisão de prorrogação da exposição até o dia 15 do mesmo mês, por concessão do Ministro do Império<sup>29</sup>.

Os teatros também não ficaram alheios ao Tricentenário. No dia nove de Junho, o Theatro Phenix Dramatica organizou um espetáculo para celebrar o especial momento, enquanto que, no mesmo dia, fora realizada uma “Grande Festa Artística” no Theatro S. Luiz. No dia treze, também no Theatro S. Luiz, foi apresentado um espetáculo com o “Hymno a Camões” e a peça “Luiz de Camões”, enquanto que o Theatro Recreio Dramatico realizou um espetáculo com “Camões e a História” e “Hymno a Camões”.

Algumas organizações prestaram honras a Camões de maneira mais discreta,

<sup>28</sup> *Apud* Caldeira, Ana Paula Sampaio (2009). *A biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p. 57.

<sup>29</sup> *Jornal do Commercio*, 14/06/1880, n. 164, p. 01.

como a Imperial Sociedade União Beneficente Vinte e Nove de Julho e a Sociedade União Beneficente Commercio e Artes, que fecharam suas secretarias em vista da comemoração. As lojas maçônicas Grande Oriente Unido do Brazil e Grande Oriente Brazil declararam a suspensão de seus trabalhos com o mesmo intuito. A diretoria da Sociedade União Commercial dos Varejistas de Secos e Molhados fez convite a seus sócios para que, no dia 10 de Junho, iluminassem e embandeirassem seus estabelecimentos, *“fechando-os total ou parcialmente ás 3 horas da tarde, conforme lh’o dictarem os seus interesses e conveniencias dos seus freguezes”*. E estendia ainda o pedido aos comerciantes que atuassem no ramo e que não faziam parte desta sociedade, *“acompanhado-a assim na homenagem ao genio mais transcendente das letras patrias.”*

Além de todas essas comemorações, talvez a mais significativa tenha sido a regata realizada na Enseada de Botafogo. Marcada por seu aspecto grandioso, a regata pretendia vir a ser a maior celebração do Rio de Janeiro. No dia 20 de maio de 1880, O Club de Regatas Guanabareense anunciou pelos jornais a intenção de realizar uma regata no dia 13 do mês seguinte. A convocação para os interessados, fez-se então publicar no dia 24 do mesmo mês. No programa, divulgado uma semana após o primeiro informativo, indicava-se que a regata teria início às três horas da tarde e contaria com galeões ornamentados que juntos formariam um corredor por onde navegariam as vinte sete embarcações concorrentes - tripuladas por equipes de militares, profissionais e amadores - todas elegantemente ornadas e nomeadas em lembrança aos *“feitos cantados pelo grande épico”*<sup>30</sup>. Os prêmios disputados seriam doze exemplares d’*Os Lusíadas* e duas medalhas de bronze doadas pelo Gabinete Português de Leitura e que na ocasião da premiação seriam entregues pelo Imperador D. Pedro II.

Para o “festejo em terra” seria construído um pavilhão dedicado à família imperial e uma arquibancada capaz de abrigar os representantes dos poderes públicos, as comissões e os demais convidados. A praia de Botafogo estaria ornamentada e embandeirada, e esperava-se que os moradores da orla também enfeitassem e iluminassem suas casas e jardins. Estaria presente a maioria das sociedades musicais da “côrte e de Nitherohy” que, tomando seus lugares na praia de Botafogo, executariam seus repertórios durante a celebração.

A comissão organizadora também planejava que diversas embarcações percorressem a praia no decorrer do “festejo marítimo”, entre elas vinte “gôndolas

---

<sup>30</sup> *Jornal do Commercio*, 27/05/1880, n. 147, p.02.

venezianas” que conduziriam conjuntos musicais diversos. Os barcos “belamente iluminados”, juntamente com os fogos queimados em grande quantidade, teriam produzido efeitos luminosos deslumbrantes.

O grande número de embarcações, todas ornamentadas e iluminadas, algumas nomeadas em referências aos eventos narrados nos *Lusiadas*, a presença da família imperial e da comunidade portuguesa, além da música e dos efeitos luminosos incomuns, tudo contribuía para criar o sentimento de exaltação patriótica e de presentificação das glórias lusitanas. Na regata, desvelava-se o heróico cenário da expansão marítima, onde em disputa náutica os “navegantes” intentavam conquistar o tão honrado prêmio, Os *Lusiadas*, “a alma de um povo”.

Mas talvez o que mais surpreenda a nós leitores do século XXI, nas comemorações do tricentenário de Camões - realizadas num momento em que a historiografia destaca as críticas crescentes à monarquia e o avanço do movimento republicano - seja o fato dos jornais se referirem às festas populares.

O *Jornal do Commercio* destaca à comemoração da “mocidade academica” ao informar que alunos das escolas de medicina, politécnica e belas-artes

*Reunidos em numero superior a quinhentos, quasi todos trazendo vistosas lanternas de variadas cores e formando as alas (...)com os seus estandartes alçados, percorrêrão (...) as principaes ruas do centro da cidade dando vivas ao immortal cantor dos Luziadas*<sup>31</sup>.

Já a *Gazeta de Notícias*, do dia 12 de junho, descreve a movimentação das ruas:

*Durante todo o dia de ante-hontem, eram as ruas atravessadas por grandes ondas de povo, que visitavam aquellas onde mais brilhantes eram os ornatos e festivos preparos. Entre essas, as do Ouvidor, Ourives, Quitanda, Candelaria, Luiz de Camões, apresentavam um lindo aspecto, todas embandeiradas e preparadas. A’ noite além da illuminação a gaz em todas, tambem illuminaram-se muitas casas particulares, estabelecimentos publicos, etc. A rua do Ouvidor era principalmente concorrida, porque, alem da bella illuminação a gaz em toda a sua extensão, apresentava uma vista magnifica com os grandes festões de flores e globos de cores que pendiam dos arcos. Distribuiram-se pelas ruas versos impressos em diversas casas, no theatro D. Pedro II, na festa do theatro Gymnasio e do escriptorio d’esta folha distribuiram-se por vezes milhares de exemplares de poesias impressas avulsas em papeis de cores*<sup>32</sup>.

Pelo que se pode ler nos jornais do mês de junho de 1880, as festas em

<sup>31</sup> *Jornal do Commercio*, 13/06/1880, n. 163, p. 01.

<sup>32</sup> *Gazeta de Notícias*, 11-12 de junho de 1880.

comemoração a Camões ultrapassaram, em larga medida, os limites da colônia lusitana no Rio de Janeiro. Brasileiros e portugueses, populares e autoridades irmanaram-se no culto ao poeta, o que nos permite ao menos matizar a leitura tão consagrada pela historiografia brasileira sobre o período, que destaca a presença unívoca no espaço carioca de um forte antilusitanismo.

### Uma festa luso-brasileira

É bem verdade que comunidade portuguesa, mas não apenas esta, marcou seu interesse pela comemoração do Tricentenário, organizando solenidades, prestando homenagens, distribuindo materiais gratuitos relacionados a Camões e sua obra, ou mesmo participando coletivamente em manifestações populares.

Tendo sido realizada, portanto, sob um modelo de festividade cívica próprio do final do século XIX<sup>33</sup>, o Tricentenário da morte de Camões foi um terreno onde se pôde experimentar e fundamentar um imaginário correspondente aos projetos de transformação política e social tanto em Portugal como no Brasil.

Neste contexto, a obra de Camões, em especial *Os Lusíadas*, tornou-se *ficção de fundação*<sup>34</sup>, mito de origem, de Portugal e, por extensão, do Brasil. E nesta condição de mito, aquela que narra o momento primeiro que, num plano atemporal possibilita que a grandiosidade do passado português seja projetada em direção ao futuro como destino do povo - ou dos povos - lusitano.

Durante o período da festa, muitas vezes foi atribuída a Camões a condição de imortal ou eterno. Esta saída do tempo histórico teria, segundo os protagonistas das comemorações, se dado com sua própria morte “(...) em que, arrancado aos sofrimentos da vida terrestre, o poeta foi surgir no seio da immortalidade ao lado de seus iguaes”<sup>35</sup>. Neste sentido, o Tricentenário evidenciaria a celebração não da morte, mas do “primeiro dia da vida imortal de Camões”<sup>36</sup>. Assim, Camões eternizava-se pela ação e fala dos homens de 1880. Sua imortalidade era construída junto à patriótica comemoração de sua morte. A pátria fazia Camões imortal, e *Os Lusíadas* eternizavam suas glórias, cantadas “nos seus sublimes versos”.

<sup>33</sup> João, M. I. (2002). Op. cit, p. 48. p. 48.

<sup>34</sup> Aqui fazemos referência explícita ao livro de Summer, Dóris (2004). *Ficções de fundação: os romances nacionais na América Latina*, Belo Horizonte: UFMG.

<sup>35</sup> *Jornal do Commercio*, 11-12/06/1880, n. 162, p. 04.

<sup>36</sup> *Jornal do Commercio*, 10/06/1880, edição especial, p. 01.

Faz-se notável que durante o Tricentenário, a obra de Camões, em especial *Os Lusíadas*, tenha sido apreendida como o principal elemento construtor de sentido para a história lusitana e, por consequência, para a brasileira. O passado glorioso do povo português, tomado da obra de Camões, tornou-se a base de sustentação do ideal de civilização e progresso no qual se inseria não apenas as mudanças que se buscavam alcançar na política portuguesa, mas também o processo de construção da Nação brasileira.

A rejeição da época de decadência fez do Tricentenário um espaço intersticial onde se uniam as glórias passadas e o destino grandioso. E, tanto o passado como o futuro, elaborados neste momento, eram diretamente tributários dos versos do grande poeta. Nos acalorados discursos, poemas e artigos publicados e proferidos no Terceiro Centenário, a história de Portugal – e, por conseguinte, a do Brasil, – era frequentemente dividida em três etapas: o passado glorioso d’*Os Lusíadas*, o presente de renascimento ou rejuvenescimento e o grandioso futuro. Futuro no qual, em grande medida, se projetava o Brasil como herdeiro das glórias lusitanas. Nas comemorações do Tricentenário, ocultam-se as divergências entre Portugal e Brasil e evidencia-se a ideia de comunhão, de integração, cara àqueles que consideravam o universo cultural brasileiro necessariamente tributário das tradições lusitanas.

## Referências Bibliográficas

Barbosa, Luisa Maria. *O Brasil e o movimento republicano português, 1880-1910*. (mimeo).

Caldeira, Ana Paula Sampaio (2009). *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870- 1882)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

Catroga, Fernando (2005). *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*, Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará.

Ferreira, T. e Neves, Lucia. “As relações culturais ao longo do século XIX”. In: Cervo, A. e Magalhães, J. C (2000). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

João, Maria Isabel (2002). *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, Fernando Bessa (2005). “A invenção dos heróis: Nação, história e discursos de identidade em Moçambique”. *Etnográfica*, vol. IX, n. 2.

Sandmann, Marcelo (2003). “Marcelo Corrêa. As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil”. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, jan./jun., Editora UFPR.

Serpa, Élio (2001). “Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: língua, literatura e história”. In: Ramos, Maria Bernadete, Serpa, Élio e Paulo, Heloísa (orgs.) (2001). *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no panlusitanismo*, Chapecó: Argos.

Serrano, Gisella Amorim (2009). *Caravelas de papel*. Tese (Doutorado) – UFMG, Belo Horizonte.

Summer, Dóris (2004). *Ficções de fundação: os romances nacionais na América Latina*, Belo Horizonte: UFMG.

Venâncio, Giselle Martins (2010). “Comemorar Camões e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de Camões no Rio de Janeiro”. (mimeo).

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

**ORDEM NA PRAÇA: NORMAS E EXERCÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO EM MERCADOS DO RIO DE JANEIRO\***

**ORDEN EN LA PLAZA: LAS NORMAS Y LA GESTIÓN DE ADMINISTRACIÓN DE LOS MERCADOS EN RÍO DE JANEIRO**

**ORDER IN THE MARKET SQUARE: ADMINISTRATION STANDARDS AND PRACTICE IN RIO DE JANEIRO'S MARKETS**

**L'ORDRE SUR LA PLACE DU MARCHÉ : NORMES ET PRATIQUES ADMINISTRATIVES SUR LES MARCHES DE RIO DE JANEIRO**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124103

**Laura Antunes Maciel<sup>1</sup>**  
**Vitor Leandro de Souza<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Neste trabalho buscamos apresentar alguns aspectos da regulamentação e administração do comércio popular de alimentos nas Praças de Mercado do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Procuramos, também, evidenciar a diversidade de grupos e práticas sociais envolvidos com esse comércio, assim como as tensões e embates que opuseram administradores, comerciantes e trabalhadores nos dois maiores mercados da cidade.

Palavras-chave: mercados, comércio de alimentos, cidade, regulamentos, tensões sociais.

**RESUMEN**

En este trabajo buscamos presentar aspectos de la reglamentación y de la administración del comercio popular de alimentos en las Plazas de Mercado de Río de Janeiro en el

---

\* Este texto é uma versão revista e ampliada de parte de Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História de Vitor Leandro de Souza, intitulada "*ORDEM NA PRAÇA: Ação Municipal nas Praças de Mercado do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX*", concluída em julho de 2011 na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Laura Antunes Maciel.

<sup>1</sup> Professora Associada I da Universidade Federal Fluminense, com atuação na graduação e na pós-graduação. É tutora do Programa de Educação Tutorial em História/Conexão de Saberes na UFF. E-mail: [lauramaciel@uol.com.br](mailto:lauramaciel@uol.com.br)

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, com orientação de Laura Antunes Maciel. E-mail: [vitorleandro@if.uff.br](mailto:vitorleandro@if.uff.br)

pasaje del siglo XIX al XX. Buscamos también evidenciar la diversidad de grupos y de prácticas sociales involucrados en este comercio, así como las tensiones y los enfrentamientos que opusieron administradores, comerciantes y trabajadores en los dos más grandes mercados de la ciudad.

Palabras-clave: mercados, comercio de alimentos, ciudad, reglamentos, tensiones sociales.

## **ABSTRACT**

In this study we have sought to present features of regulations and administration concerning popular food trade in market squares across Rio de Janeiro at the turn of the 20<sup>th</sup> century. We have also striven to prove the diversity of social groups and practices pertaining to this trade, as well as tensions and conflicts between administrators, retailers and workers in the city's two largest markets.

Key words: markets, food trade, city, regulations, social tensions.

## **RÉSUMÉ**

Nous chercherons ici à présenter quelques-uns des aspects de la réglementation et de l'administration du commerce populaire d'alimentation sur les places de marché de Rio de Janeiro au tournant du XX<sup>ème</sup> siècle. Nous avons également voulu mettre en évidence la diversité des groupes sociaux et de leurs pratiques au sein de ce commerce, mais aussi les tensions et les conflits qui opposèrent administrateurs, commerçants et travailleurs sur les deux plus grands marchés de la ville.

Mots-clés : marchés, commerce alimentaire, ville, règlements, tensions sociales.

## **A cidade e seus mercados**

A região atualmente denominada Praça XV foi, desde meados do século XVII, um tradicional ponto de comércio de alimentos na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente conhecido por mercado da Praia do Peixe, pois ali estavam instalados pequenos vendedores de pescado, quitandeiras e negras de tabuleiro. Esse comércio, segundo o memorialista Nelson Costa, funcionava em bancas de forma "*desorganizada*", sem possuir um "*alinhamento ou simetria definidos*<sup>3</sup>", similar a uma espécie de "*feira*

---

<sup>3</sup> Costa, Nelson (1958). *Rio de Ontem e de Hoje*, Rio de Janeiro: Leo, p. 211.



*permanente*<sup>4</sup>”, dotado de intensidade e colorido que impressionava os viajantes estrangeiros que aportavam na cidade.

Relatos e imagens de vários viajantes e artistas retrataram a intensidade desse comércio no século XIX, destacando algumas de suas características. O pintor e viajante inglês Charles Martin mostra, entre 1848-50, que a tradição comercial das negras minas mantinha-se forte deste lado do Atlântico<sup>5</sup>. Os franceses Jean Baptiste Debret e Felix Taunay, ambos integrantes da Missão Artística Francesa na Corte Imperial, apresentam outro dado importante, as relações sociais que se constituíam nas praças de mercado: lugar de trabalho para muitos, mas, também, de lazer, distração e descanso para trabalhadores nas pausas do trabalho. Taunay, por exemplo, retrata em uma de suas aquarelas o movimento na Rua Direita, a principal da Cidade, destacando o seu colorido comércio, marcado pela presença de carregadores, negros, quitandeiros e “*senhores da sociedade*”, no desenrolar das negociações, nas conversas, ou seja, relacionando-se<sup>6</sup>.

Em fins do século XIX diversos cronistas, jornalistas e fotógrafos, registraram suas impressões sobre o cotidiano da cidade e nos ajudam a compreender o modo como esse comércio era realizado - em pequenas bancas, tabuleiros ou bacias -; assim como os relatos de alguns comerciantes: as pretas minas<sup>7</sup> com seus turbantes, panos da Costa e tabuleiros, homens e mulheres pobres, “*pescadores e marítimos em geral*”<sup>8</sup>. Apesar de alguns testemunhos indicarem que esse comércio de alimentos estava por todos os lados, “*nas praias e nos largos ou apregoavam os bufarinheiros pelas ruas os legumes, cereais, aves, hortaliças, frutos e outros gêneros*”<sup>9</sup>, outros identificaram e associaram determinados pedaços da cidade a essas práticas: o Cais das Marinhas, a Praia Dom Manuel e o Paço - “*nas proximidades da casa dos vice-reis*”<sup>10</sup>.

Desde 1789, pelo menos, há registros de tentativas de "ordenar" o comércio de alimentos, quando o vice-rei Luiz de Vasconcellos decidiu a reconstrução de barracas de peixe próximas instaladas no Largo do Palácio atendendo a padrões de "*regularidade e*

---

<sup>4</sup> Farias, Juliana Barreto (2010). “Mercado em greve: Protesto e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885”. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 127, p. 102.

<sup>5</sup> Martin, Charles (1848). *Quitadeiras do Largo do Paço*. (óleo sobre tela, cor). Acervo do Museu Imperial, Petrópolis/RJ.

<sup>6</sup> Debret, Jean Baptiste (1827). *Os frescos do Largo do Palácio* (aquarela sobre papel) e *Negra tatuada vendendo caju*. (Aquarela sobre papel); e Taunay, Felix Émile (1823). *Rua Direita* (aquarela sobre papel) Acervo Coleção Brasileira/Fundação Estudar. Pinacoteca de São Paulo/SP.

<sup>7</sup> “por volta de 1875, o fotógrafo Marc Ferrez registrou vendedoras negras” tanto no mercado quanto nos seus arredores, incluindo o cais das Marinhas. Por ocasião da greve de 1885 elas ainda chamavam a atenção dos editores do jornal *O Mequetrefe*. Ver: Farias, J. B. (2010). Op. cit., p. 138.

<sup>8</sup> Costa, N. (1958). Op. cit., p. 211.

<sup>9</sup> Azevedo, Moreira de (1877). *Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, V. 2. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, p. 319.

<sup>10</sup> Azevedo, M. (1877). Op. cit., p. 481.

*simetria*<sup>11</sup>, tentando impedir que o número de vendedores nessa parte da cidade se expandisse cada vez mais, sem um controle efetivo da Câmara. Ainda assim, essa tentativa de reordenar o intenso comércio, não foi suficiente para conter o “tumulto” provocado pelos frequentadores do mercado.

Diante de reclamações e acusações contra os vendedores que estariam perturbando “*com a sua vozeria os trabalhos*<sup>12</sup>” do Senado da Câmara, José Bonifácio de Andrada e Silva, a pedido do Imperador, ordenou em 1823 a mudança das barracas da calçada do Largo do Paço para outro lugar. No entanto, somente em 1834 teve início a construção da “*primeira Praça de comércio que teve o Rio de Janeiro*<sup>13</sup>”, seguindo projeto arquitetônico assinado por Grandjean de Montigny<sup>14</sup>. Essa iniciativa “*a pedido da municipalidade, para substituir o mercado do peixe que se realizava a céu aberto*<sup>15</sup>”, ocorreu com a intenção de colocar ordem no comércio da Freguesia da Candelária, ali instalado há pelo menos um século.

Com a conclusão das obras em 1841 o edifício estava pronto para servir a cidade e ficou conhecido como “*Praça do Mercado*”, “*Mercado da Praia do Peixe*” e “*Mercado da Candelária*”<sup>16</sup>. Ocupando todo o quarteirão, o mercado estava dividido “*em três partes, sendo destinado: o centro, para verduras, aves e ovos; o lado do mar, para peixe fresco e salgado; e o lado da rua, para cereais, legumes, farinha e cebolas*<sup>17</sup>”. Construído e instalado às margens da baía de Guanabara, a Praça do Mercado recebia através da doca contígua ao edifício “*os gêneros da roça e pescado que escravos e outros trabalhadores traziam em canoas de ganho, saveiros, faluas e barcos vindos de Guaratiba, Pedra, Sepetiba*<sup>18</sup>”. A tranquilidade das águas fluminenses garantia agilidade ao transporte dos gêneros mais perecíveis, como as verduras, legumes e carnes verdes<sup>19</sup>.

O Mercado da Candelária também recebia gêneros produzidos nos “sertões” que margeavam a Guanabara como São Gonçalo, Niterói, Itamby, Magé; além de “*café*,

<sup>11</sup> Fridman, Sergio A. & Gorberg, Samuel (2003). *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962*, Rio de Janeiro: S. Gorberg, p. 2.

<sup>12</sup> AGCRJ, Ofício da Secretaria de Estado de Negócios para o Senado da Câmara de 21/04/1823. Apud: Fridman, Sergio A. & Gorberg, Samuel (2003). Op. cit., p. 2.

<sup>13</sup> Azevedo. M. (1877). Op. cit., p.186.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>15</sup> Benchimol, Jaime Larry (1990). *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, p.38.

<sup>16</sup> Fridman, S. A. & Gorberg, S. (2003). Op. cit., p.12-13.

<sup>17</sup> Almanak Laemmert (1844). *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Império do Brazil*, Rio de Janeiro. p. 239.

<sup>18</sup> Farias, J. B. (2010). Op. cit., p. 102.

<sup>19</sup> Sampaio, Antonio Carlos Jucá de (1994). *Magé na crise do escravismo. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*, Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 18-42.

*tabaco, algodão, toucinho e outros víveres*”, que vinham de diversas regiões suburbanas da cidade; transportados por vias terrestres através de carros de boi e carroças e por um grande número de “*negros, a transportarem por toda a cidade leite, frutas, legumes e flores*”<sup>20</sup>.

O mercado era administrado e fiscalizado pela Prefeitura através do Fiscal da freguesia da Candelária. Os intendentes organizaram um Regulamento para o mercado, aprovado em 1844, que estabeleceu que as 114 bancas poderiam ser alugadas semestralmente com pagamentos antecipados, definindo a obrigatoriedade dos locatários serem “*peças livres e capazes*”<sup>21</sup>. Outras Praças de Mercados funcionaram na cidade no mesmo período e eram administrados de forma semelhante. Na região da Gamboa funcionava o Mercado da Harmonia, cedido ao General Lazaro José Gonçalves Junior, desde sua inauguração, em 28 de janeiro de 1857, para exploração e usufruto por 20 anos. O contrato firmado em 1854 entre a Câmara e o empresário determinou que o edifício fosse construído com base no projeto adotado pela municipalidade, as obras teriam início um mês após a assinatura do contrato e a conclusão das mesmas em dois anos, terminando a concessão o empresário deveria entregar o edifício a Câmara dos Vereadores em “*bom estado de conservação*”, o documento deixava claro que na entrega o edifício deveria estar com a sua manutenção em dia<sup>22</sup>.

Diante da crise no número de habitações populares na cidade, ao longo de todo o século XIX, e do movimento menos intenso nesse mercado se comparado com o Mercado da Candelária, fez com que parte de seu edifício fosse utilizado como moradia coletiva. Desde 1892, a Prefeitura travou uma batalha judicial com os comerciantes procurando desocupar o mercado qualificado pelo prefeito como “*um cortiço imundo [no qual] tudo se vendia, menos gênero de primeira necessidade*”, acusado de provocar muitos problemas de higiene, inclusive um caso de peste bubônica. Após idas e vindas ao Judiciário, e um incêndio que deixou o mercado “*em ruínas*”, a Prefeitura conseguiu a suspensão do arrendamento e o despejo dos comerciantes, medidas que se concretizaram em 1900, quando o mercado foi desativado. No entanto, o mercado só desaparecia por completo em 1911 após uma longa remodelação da Praça da Harmonia iniciada pela Prefeitura em 1904, assim que as autoridades policiais recuperaram o domínio sobre essa parte da cidade durante a revolta da vacina<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Seidler, Carl (1980). *Dez anos no Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia, p. 66-67.

<sup>21</sup> Regulamento da Praça do Mercado, aprovado por Portaria da Secretaria de estado dos Negócios do Império de 16 de agosto de 1844. *Apud* Fridman, Sergio A. & Gorberg, Samuel (2003). *Op. cit.*, p.14.

<sup>22</sup> *Coleção das Leis do Império do Brasil* (1854). Tomo XV, parte 1, p. 285-286.

<sup>23</sup> Fridman, S. A. & Gorberg, S. (2003). *Op. cit.*, p. 37-41.

Outro mercado foi construído entre 1856-58 na freguesia da Glória onde, desde o início do século XIX, funcionava o comércio de gêneros em barraquinhas improvisadas próximo ao litoral. Sua construção foi realizada sob a responsabilidade do senhor Inácio de Barros Vieira Cajueiro, cujo contrato com a Câmara determinava que a obra deveria ser concluída em 2 anos e, em contrapartida a municipalidade oferecia “*por aforamento perpétuo os terrenos de marinha existentes no local*”. Além do aforamento perpétuo dos terrenos a Câmara concedeu ao construtor plenos poderes para desapropriação e demolição de imóveis que por ventura impedissem à execução das obras.

O edifício do mercado da Praça da Glória não funcionou plenamente como centro comercial, porque além de feirantes e comerciantes da pequena lavoura, gradativamente ele teria sido ocupado por famílias pobres, que precisavam morar próximo das oportunidades de trabalho. Em 1893 apenas 11 boxes do edifício eram ocupados por comerciantes com açougues, padaria e quitandas e, destes, a maioria não possuía licenças para vender seus produtos. Neste ano a Prefeitura deu uma nova função ao espaço, ocupando o edifício com o Regimento do Batalhão da Guarda Nacional, entretanto, pouco mais de um ano depois a Autoridade Sanitária, fechou o edifício justificando sua ação frente às péssimas condições sanitárias. Abandonado pelo poder público e alvo de “*peessoas desocupadas que durante a noite ali fazem toda sorte de imundices e tropelias*”<sup>24</sup>, o que provocou reclamações dos moradores vizinhos ao edifício, o mercado da Glória permaneceu em ruínas até 1903 quando foi demolido para “*dar lugar*” ao aterramento para construção da Avenida Beira Mar. A “civilização” atingia também esse ponto da cidade. No local, foi construída uma praça com um chafariz, para embelezar o caminho que ligava as freguesias centrais às regiões do eixo-sul da cidade, reduto das classes aristocráticas.

### **De 'estômago' ao 'grande melhoramento' urbano**

A remodelação contínua de espaços da cidade com o objetivo de “reordenar” as práticas populares no comércio de alimentos não era uma experiência nova na cidade e remontam às duas últimas décadas dos Oitocentos quando tiveram início as discussões a respeito da necessidade de modernizar a Praça do Mercado da Candelária. Evidentemente, essa preocupação não estava restrita ao Mercado e fazia parte de um

---

<sup>24</sup> Ibidem, p. 42-46.

amplo projeto de saneamento da sociedade baseado em ideias médico-higienistas que, desde meados do século XIX, orientou ações de repressão às habitações coletivas e populares, definiu a abertura de largas Avenidas, o aterramento de pântanos e o arrasamento de morros. Como chamou atenção Benchimol:

*Esse discurso infiltrou-se no senso comum das camadas dominantes e das camadas médias, culturalmente subalternas, que nos anos setenta já constituíam uma influente "opinião pública", favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do Império numa metrópole salubre e moderna*<sup>25</sup>.

As freguesias centrais da cidade como a de São José, Santa Rita, Candelária - onde se incluía o Morro do Castelo - tiveram um crescimento vertiginoso e foram densamente habitadas por uma população pobre composta por negros libertos, migrantes e imigrantes em sua maioria trabalhando no comércio de gêneros alimentícios, tanto como ambulantes quanto no entorno do mercado mais importante da cidade. Certamente essa gente pobre que morava nas freguesias centrais fazia uso do mercado não só em busca de oportunidades de trabalho, mas, também, para as compras a preços mais próximos da realidade difícil que enfrentavam. A Praça do Mercado da Candelária consolidou-se como um importante lugar de compra e venda de alimentos variados, onde se desenvolviam sociabilidades também diversas, e foi justamente a variedade de pessoas, classes sociais e costumes em seu interior e entorno o que chamou atenção de um cronista:

*Há grande concorrência e movimento de povo não só no recinto do mercado como também na Praça das Marinhas, e a mistura das diferentes classes da população, a desordem que parece haver entre vendedores e compradores, a reunião de homens, mulheres, meninos e escravos que ou se recreiam ou vem em busca da variedade de produtos que aí se encontram é um espetáculo curioso e característico dos costumes do país*<sup>26</sup>.

Além do intenso comércio, essa região abrigava o centro administrativo do Estado e o terminal de embarque e desembarque de passageiros, por onde circulavam pessoas dos mais diversos pontos da cidade e mesmo da província. As obras realizadas nos trapiches, especialmente na segunda metade do século XIX, facilitaram consideravelmente a atracação de embarcações, ampliando o trânsito de passageiros e a carga e descarga de produtos para as casas de comércio, sobretudo no decorrer dos anos 1840 com o início da utilização de barcos a vapor.<sup>27</sup> Em 1877 foram concluídas as obras entre a ponta do Arsenal da Marinha ao Largo do Paço, junto à Estação das Barcas ligando o Distrito Federal a Niterói, obra considerada “importante [para o] desembarque

<sup>25</sup> Benchimol, J. L. (1990). Op. cit., p. 118.

<sup>26</sup> Azevedo, M. (1877). Op. cit., p. 322-323.

<sup>27</sup> Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer (1991). *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, p. 40-44.

*de legumes e outros gêneros alimentícios e mercadorias comercializadas no Mercado*"<sup>28</sup>. Aterros, rampas e escadas tornaram mais intensa a "mistura" que incomodava a Azevedo em sua memória. A circulação de trabalhadores, vendedores, escravos de ganho, viajantes, políticos, senhores que vinham à Corte fazer negócios ou buscar apoio político, indicam que essa região não era apenas um lugar de relações comerciais variadas, mas também de encontros e trocas sociais diversas e intensas.

Nesse sentido, o estabelecimento de um lugar fixo para centralizar a venda de produtos alimentícios foi muito importante tanto para a consolidação do controle fiscal e sanitário sobre esses comerciantes quanto como tentativa de alterar as demais relações e trocas entre os diversos extratos sociais. Não que o comércio de alimentos pelas ruas tenha deixado de existir, mas as fotografias e postais que registram o interior dessas Praças de Mercado oferecem indícios de que a centralização dos comerciantes no interior das Praças de Mercados fortaleceu esses laços e dinamizou as oportunidades de socialização entre carregadores, produtores rurais, vendedores ambulantes, varredores, barqueiros. Esses vendedores que transportavam seus produtos em cestos, junto levavam notícias e fatos da região central da cidade e traziam para o Mercado informações sobre as situações ouvidas e vistas nas ruas das freguesias mais internas da cidade. Em seu ir e vir pela cidade espalhavam pelas soleiras das casas e vielas as novidades recebidas nos corredores e nas quitandas, açougues e casas de pasto do Mercado.

Podemos supor que durante a negociação com os vendedores, as criadas que ali iam realizar compras em nome de seus patrões pudessem comentar sobre dificuldades financeiras das famílias, o que não seria tão improvável diante da carestia. Ou, ainda, revelar os segredos mais íntimos da casa dos patrões que podiam ser expostos entre bancas de pescado e legumes, compartilhados com os vendedores ou mesmo com outras criadas e escravas, que também iam às compras no mercado<sup>29</sup>.

Alguns testemunhos permitem visualizar o movimento intenso dentro e em torno do Mercado da Candelária desde "*antes das seis horas [quando] já é uma babel ruidosa, onde um mundo se agita e vozeia e se expande*"<sup>30</sup>. Mundo de oportunidades para vendedores e compradores, escravos de ganho, prostitutas<sup>31</sup>, carregadores, gatunos, imigrantes pobres em busca de trabalho, libertos, criadas, catadores pobres dos morros

<sup>28</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>29</sup> Graham, Sandra Lauderdale (1992). *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, São Paulo: Companhia das Letras.

<sup>30</sup> Edmundo, Luís (1957). *O Rio de Janeiro de meu tempo*, Rio de Janeiro: Editora Conquista, p. 60.

<sup>31</sup> Figari, Carlos (2007). *As outras cariocas. Interpolações e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Século XVII a XX*, Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Editora da IUPERJ, p. 108-110.

da região central, que se acotovelavam nos corredores apinhados de gente. As Praças de Mercado ofereciam uma variada gama de oportunidades de sobrevivência, frente à realidade excludente que se consolidava diante das mudanças sócio econômicas da segunda metade do século.

Agregando tantas diferenças e ocupando um espaço privilegiado no centro da cidade o Mercado da Candelária também não escapou às intervenções saneadoras. Apresentando como justificativa o “*crescimento da população*” e do “*movimento comercial*” da mesma<sup>32</sup>, a Câmara Municipal autorizou o prefeito, em 1899, a realizar os entendimentos necessários com os novos arrendatários do Mercado da candelária visando sua ampliação. Entretanto, uma série de incêndios, um tanto suspeitos, ocorridos nos dias 30 de abril, 10 e 18 de julho desse ano destruíram grande parte do Mercado da Candelária<sup>33</sup>, e levaram a administração Municipal a optar pela construção de um novo edifício, moderno e mais amplo em um local próximo. A partir daí, a municipalidade inicia um longo período de negociações com o Governo Federal para que o terreno proveniente do aterro realizado anos antes na Praia Dom Manoel fosse trocado pelo local onde, há poucos metros, estava localizado o Mercado da Candelária.

Os arrendatários do Mercado da Candelária - um grupo de empresários que incluía João Franklin de Alencar Lima, o comendador José Martins Rollo e o Coronel Theodulo Pupo de Moraes – associaram-se aos concessionários do futuro mercado em 1902 e juntos constituíram a Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro para apresentar proposta à Prefeitura para construção e arrendamento da Praça do Novo Mercado<sup>34</sup>. As obras foram iniciadas em 23 de junho de 1903 e a inauguração do Mercado Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, também chamado de Mercado Central, aconteceu em 14 de dezembro de 1907. Uma crônica de João do Rio, publicada por ocasião da mudança para o "novo" mercado, permite avaliar como essas mudanças poderiam afetar o cotidiano de muitos moradores e, particularmente, dos que sobreviviam desse comércio:

*Acabou de mudar-se ontem a praça do Mercado. Naquele abafado e sombrio dia de ontem era um correr de carregadores, carroças e carrinhos de mão pelos squares rentes ao Pharoux levando as mercadorias da velha praça abandonada para a nova instalação catita do largo do Moura e, ao passo que aí uma vida ainda desnorteada estridulava e enchia de ruído o silêncio do sinistro largo, na alegre e bonacheirona praça ia uma desolação de abandono, com as casas fechadas e o arrastar de utensílios para o meio das ruas sujas. Aquela mudança era, entretanto,*

<sup>32</sup> Mercado da Praia de D. Manoel 1897-1903. AGCRJ. Códice 61.2.34.

<sup>33</sup> As investigações policiais iniciadas após o primeiro incêndio concluíram que o principal acusado, Pedro Lemma Perez, denunciado pelo próprio sobrinho, era inocente. O advogado encarregado da defesa desqualificou os depoimentos apresentados pela acusação uma vez que as testemunhas teriam sido pagas para resolver ali, no tribunal, uma desavença entre parentes. Ver: Peres, Pedro Lema (1900). *Causa Célebre: O incêndio do Mercado*, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, p. 3-15.

<sup>34</sup> Mercado da Candelária, 1890-1898. AGCRJ. Códice 61.3.1.

*maior do que todas, era uma operação da cirurgia urbana, era para modificar inteiramente o Rio de outrora, a mobilização do próprio estômago da cidade para outro local*<sup>35</sup>.

O Rio, com o esforço para deixar de ser uma cidade exótica, colonial e com “*tantas tradições*” no dizer de João do Rio, “*foi-se delas se despojando com indiferença*”. “*De súbito, da noite para o dia*”, seus moradores foram confrontados com sonhos de “*ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até ao mar se puseram barreiras*”. Esse tom de melancolia unida a certo descontentamento e leve crítica norteia toda a narração de João do Rio sobre o fim do *Velho Mercado*.

Podemos através de crônicas e imagens visualizar outras pessoas e usos dentro do mercado, alguns destes combatidos pela fiscalização ou policiamento. João do Rio nos permite entrever alguns dos usuários do “velho estômago” da cidade, acompanhar o sentimento daqueles que faziam usos diversos do Mercado da Candelária ou dele dependiam para sobreviver.

*Na Praça havia a abundância, a riqueza, a miséria e a vagabundagem. Ao lado de rapazolas que mourejavam desde pela madrugada entre montanhas de vegetais e ruínas sangrentas de carne, rastejando por entre as fortunas feitas às braçadas no desencaixotar das cebolas e dos alhos, viviam e morriam com fome garotos esquálidos, vagabundos estranhos, toda a vasa do crime, do horror da prostituição (...)*<sup>36</sup>.

Mesmo deixando claro o seu preconceito, o cronista nos permite identificar que os mercados eram muito mais que espaços de compra e venda de alimentos, constituindo um canto “separado da cidade” onde conviviam, não sem tensões, a pobreza e a riqueza, além de prostitutas que, entre postas de bacalhau e fardos de farinha, ofereciam seu próprio corpo para consumo. Neles ocorreria toda sorte de “*promiscuidades*” ou ilegalidades, como o consumo de ópio que, ao cair da noite, aconteciam entre “*montanhas de vegetais*” e “*carnes sangrentas*”.

Outra crônica de João do Rio dá conta de outros personagens e relações ali estabelecidos como, por exemplo, malandros, ciganos, mendigos e trabalhadores pobres que não conseguiam mais trabalhar por algum tipo de problema de saúde. Em meio a essa “*Babel ruidosa*”, na beleza caótica do “*céu, muito azul*” e do sol “*derramando toda a sua luz dourada*”; entre lanchas, velas brancas, ilhas, fortificações e ruas movimentadas que desembocam no cais, “*a vida tumultuária da cidade vibrava num rumor de apoteose*,

<sup>35</sup> Rio, João do (1909). “O Velho Mercado”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1908, p. 1. Posteriormente foi incluída no livro de crônicas: *Cinematographo: crônicas cariocas* (1909). Porto: Lello & Irmão.

<sup>36</sup> Rio, João do. “O Velho Mercado”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1908, p. 1.



*e era ainda mais intensa, mais brutal, mais gritada, naquele trecho do Mercado, naquele pedaço da rampa, viscoso de imundícies e de vícios*<sup>37</sup>.

Não se pode perder de vista que as incursões de João do Rio pelo que ele próprio definiu como o lado “*viscoso de imundícies e de vícios*” da Capital Federal, reproduzia uma prática que era quase “lei” entre os colegas jornalistas franceses: guiar a “gente chique” com segurança pelos “lugares macabros” revelando vivências que essa sociedade fingia desconhecer. O objetivo do autor era levar seus leitores à excitante e trágica visão “*que a miséria tece na sombra da noite por essa misteriosa cidade*”.

Procurando apresentar aos leitores uma visão mais concreta, João do Rio às vezes reproduz a voz desses sujeitos que encontra em suas andanças pela cidade. Um bom exemplo é quando conta sobre as reivindicações de estivadores, quase sempre “os *pobres estrangeiros*” obrigados a buscar o sustendo, afinal era a única oportunidade que muitos possuíam, e trabalhar muito de sol a sol, por uma remuneração baixíssima<sup>38</sup>. Segundo João do Rio, um trabalhador consciente da situação afirmava: “*Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? (...) O capital está nas mãos de grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho*”. E continua “*os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço*”. Para aquele trabalhador, era fácil encontrar ali mesmo no Mercado muitos “*trabalhadores inutilizados*”, pelas condições as quais foram expostos, esmolando, tendo como sustendo os restos de comida<sup>39</sup>.

A cidade apresentada por João do Rio não é somente aquela dos cafés e boutiques da Rua do Ouvidor, muito menos das confeitarias e do *footing* da Avenida Central. No nosso entender, mesmo diante do abismo que se criava entre as classes, de alguma forma esses “modos de vida” que aparentemente habitam mundos tão distantes, se cruzavam, no Mercado, na Igreja, nas casas de prostituição, no Bonde. Ainda que a ideia fosse excluir e afastar cada vez mais as “classes perigosas” do Centro cosmopolita da Capital Federal em alguma ocasião ou lugar – como o Mercado – essas vidas se encontravam.

Esse choque entre os usos diversos da cidade pode ser percebido justamente na Região do Mercado da Candelária, seu cais, suas bancas e a diversidade de pessoas que reunia e aproximava. Afinal, ricos e pobres, criados ou patrões precisavam comer. Ainda que para alguns as dificuldades em comprar gêneros essenciais fosse mais intensa, para

<sup>37</sup> Rio, João do (1951). “O que se vê nas ruas. Pequenas profissões”. *Apud A Alma encantadora das ruas*, Rio de Janeiro: Organizações Simões. Esse livro é uma reunião de textos publicados entre 1904 e 1907 na *Gazeta de Notícias* e na revista ilustrada *Kosmos*.

<sup>38</sup> Rio, João do (1951). “Os Trabalhadores de Estiva”. *Apud A Alma encantadora das ruas*, Rio de Janeiro: Organizações Simões.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

aqueles pobres que viviam apinhados nos cortiços das freguesias Centrais, esse comércio era, também, um espaço de oportunidades.

O escritor Luis Edmundo também nos ajuda a imaginar como se relacionavam a cidade dos ricos (moderna, cosmopolita) e a cidade dos pobres (colonial, atrasada, negra) onde “*após uma boa noitada [em algum café, ou teatro ao estilo cabaré francês], o chique é comer nesse antro [o Mercado da Candelária], pela manhã ostras acompanhadas de vinho branco*”<sup>40</sup>. A Revista “*Fon-Fon*” endossa o que parecia ser uma prática frequente entre a sociedade carioca, ainda que deixe aflorar o preconceito sobre esses hábitos: “*Mlle Sans Titre, Tijuca. Essa história de comer ostras de madrugada na Praça do Mercado em companhia de duas interessantes senhoritas só lhe pode ser explicado pelo próprio Figueiredo Pimentel*”<sup>41</sup>. Nas palavras de Edmundo, ‘chique’ e ‘antro’ se encontram, expressando bem sua opinião sobre o lugar. A “*Praia do Peixe, ruidosa, tagarela, denunciando-se, de longe, pela enorme algazarra que levanta e pelo mau odor que exala. É um mercado digno da cidade colonial*”<sup>42</sup>. A modernidade que alguns procuravam impor desde o final do século XIX chocava-se com a sociedade “colonial”, particularmente com aqueles que viviam no entorno dos “estômagos da cidade”.

A inauguração do Mercado Municipal em novembro de 1907 foi notícia nos jornais diários da cidade que destacaram a arquitetura toda em ferro importado de Bruxelas ocupando uma área de “*22.500 metros<sup>2</sup> e compõe-se de um pavilhão central [destinado à venda de frutas e flores, todo envidraçado], de forma octogonal, (...) vinte e quatro pavilhões laterais (...), e quatro torreões nos ângulos, (...) contendo cada um oito compartimentos*”<sup>43</sup>. Uma preocupação naquele momento era com a qualidade dos gêneros de consumo e a reportagem descreve “*quatro magníficas câmaras frigoríficas destinadas à conservação de frutas, peixes e aves preparadas*”. Além de apontar a modernização oferecida pelo edifício aos comerciantes e usuários do mercado, o *Jornal do Brasil* salienta que os materiais utilizados na construção são uma segurança diante de incêndios como aquele que, anos antes, destruiu o Mercado da Candelária. O *Jornal do Comércio*, por sua vez, destacou outros detalhes da construção, como a disponibilidade de sistema de água e esgoto, “*sanitários ingleses dos mais aperfeiçoados*”<sup>44</sup>, valorizando a tecnologia, materiais e equipamentos europeus empregados na construção. Desse modo, para o jornal e aqueles que investiam nos ‘melhoramentos’, o novo mercado estava

<sup>40</sup> Edmundo, L. (1957). Op. cit., p.59-60.

<sup>41</sup> “Caixa de Gazolina”, Revista *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, n. 14, 18 de janeiro de 1908.

<sup>42</sup> Edmundo, L. (1957). Op. cit., p.59.

<sup>43</sup> “O Novo Mercado. Inauguração”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1907, p. 3.

<sup>44</sup> “O Novo Mercado”. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1907, p. 3.

em harmonia com a modernidade do Velho Continente. A reportagem prossegue afirmando que a nova construção “*obedece a todos os preceitos da higiene moderna, é vasto, elegante: excede a todos os edifícios do mesmo gênero da América do Sul*” e ainda de “*algumas das mais cultas cidades do Velho Mundo*” e conclui reafirmando que a obra “*é sem contestação, um grande melhoramento entre os muitos de que, nos tempos recentes, tem sido dotada a Capital da República*”.

A imponente edificação era a maior já construída em ferro no Brasil. Inspirado especialmente no mercado parisiense Le Halles, o mercado carioca pretendia atender aos padrões de ordem e higiene que as autoridades tentavam impor à cidade. Esses novos padrões ficam evidentes no tipo de construção e materiais utilizados, na aplicação das novas tecnologias ao projeto, o que também indica a percepção do grupo de empresários da Companhia Mercado Municipal de que seria possível obter lucros proporcionais ao investimento realizado.

### **Entre o legal e o legítimo: reivindicações e tensões no interior das praças de mercados**

A partir de 1869 o mercado da Candelária foi arrendado “*por nove anos, pela Ilma. Câmara Municipal, a Aureliano Dias da Costa Cabral e ao Tenente-Coronel Antônio José da Silva [o] qual em seguida organizou uma empresa para realizar os melhoramentos [previstos no] seu contrato*”, a *Aureliano Cabral & C.* A Câmara também determinou que os arrendatários deveriam construir o pavimento superior possibilitando seu uso como moradia ou escritório, assim como realizar obras de conservação e reparo no edifício. “*Antes deste arrendamento, [o mercado] só continha o pavimento térreo, sem portas exteriores, além das dos portões das quatro faces*”, e tais obras de ampliação, segundo a mesma edição do *Almanak Laemmert* duplicaram a capacidade e melhoraram muito a aparência do Mercado da Candelária<sup>45</sup>.

Em frente ao edifício da Praça do Mercado, pelo lado do mar, a mesma empresa substituiu as barracas de lona, transformando esse espaço ‘informal’ “*onde habitualmente faziam o seu negócio, expostos ao tempo, os roceiros que para aí traziam as suas quitandas [em] dois Chalets, que divididos em barracas, são ocupados com negócio de verduras, aves, ovos, casas de pasto, etc.*”. Esses melhoramentos, no entanto, que ampliaram ainda mais o Mercado e o contínuo crescimento do número de comerciantes

---

<sup>45</sup> *Almanak Laemmert* (1875). Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Império do Brasil. Rio de Janeiro, p. 839-840.

não impediriam as tensões e disputas entre eles e deles com os arrendatários e o poder público. A razão é que para ocupar as novas barracas era "*necessário solicitar uma licença e pagar uma taxa anual à Câmara*" enquanto os que desejassem continuar "*como antigamente, a venda de seus produtos*" podiam sem "*ônus algum de locação ou qualquer outro*" se instalar no "espaço livre" nos "*arredores do chalet erguido perto do Trapiche Maxwell*". Não tardaram a surgir descontentamentos e discordâncias, que opuseram dois grupos de negociantes e proprietários dentro da Praça das Marinhas, mais evidentes após o incêndio que destruiu dois pavilhões em abril de 1876. Em documento enviado ao Imperador um grupo de comerciantes afirmou que a "*a falta de higiene e a transformação de algumas barracas em cortiços estavam condenando os chalets e concorrendo para a proliferação da febre amarela*" e, por causa disso, eram contrários à sua reconstrução. No outro extremo, "*mais de 70 negociantes – entre os quais 18 quitandeiras – enviaram outro abaixo-assinado à Câmara Municipal*" reclamando a reconstrução dos pavilhões e alegando falta de condições adequadas para realização de seu comércio e consequente prejuízo também para o público<sup>46</sup>.

Acompanhando disputas cotidianas entre os grupos de comerciantes instalados no Mercado da Candelária, Juliana Farias analisa, em particular, a greve ocorrida em 1885, quando mais de cem pequenos lavradores, quitandeiras e *pombeiros* (vendedores ambulantes de peixe) paralisaram por uma semana suas atividades na Praça das Marinhas. O motivo inicial do protesto foi a discordância dos pequenos lavradores em pagar uma diária de 400 reis para o uso das "*53 bancas, com armação de ferro e cobertura de lona impermeável*", construídas pelos "*empresários do consórcio Oliveira & C., que arrendara o terreno à Câmara*" para instalar a "*feira*" de legumes e hortaliças. Os manifestantes recusaram-se a vender seus produtos e impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas e de locais mais distantes descarregassem no cais, impedindo o funcionamento da importante praça de abastecimento de gêneros, causando um grande transtorno para os moradores da cidade e prejuízo para todos os comerciantes.

Segundo a autora, no dia 5 de outubro, data da inauguração dos "melhoramentos" para os quais o consórcio cobrou a taxa extra, uma greve já havia sido organizada e "*nenhum barqueiro apareceu para oferecer legumes, aves, frutas, e outros gêneros de consumo diário*". Além disso, impediram que escravos, libertos e homens livres descarregassem os produtos das canoas de ganho, saveiros e faluas que transportavam

---

<sup>46</sup> Farias, J. B. (2010). Op. cit., p.104-105.

a produção das regiões produtoras até o Mercado. Mesmo as tentativas de fazer funcionar as bancas foram coibidas pelos grevistas, sendo necessária inclusive a presença policial para evitar maiores incidentes. O impasse estendeu-se por todo o dia, mas “*nada se deu*”<sup>47</sup>.

Os grevistas “*tanto [mediram] forças com empresários e vereadores, quanto [conseguiram] redefinir as formas de pressão aceitáveis na defesa de seus interesses*”. Os principais jornais apoiaram a greve, e os lavradores encontraram espaço para expor suas reivindicações; os manifestantes consideraram demasiadamente elevado os valores pagos como aluguel e taxa além de julgar insuficiente o espaço oferecido. Mas o aspecto mais questionado foi a legitimidade do contrato de arrendamento de 1869 que, segundo 50 mercadores, “*expropriara o povo de uma área pública*” - e livre da cobrança de taxas de locação pelos arrendatários - na qual desde “*tempos imemoriais*” se realizava a feira do mercado. O questionamento maior, portanto, foi sobre a atitude da Câmara Municipal que transformou a área de livre comércio em “*possessão de empresários felizes*” que passavam a lucrar com a exploração do aluguel diário das barracas.<sup>48</sup>

No dia 7 a movimentação continuou, estacas foram arrancadas de algumas barracas, e a polícia foi acionada após denuncia de que homens armados com cacetes ameaçavam aqueles que insistiam em tentar se aproximar com suas carroças cheias, vindas das regiões produtoras; porém, mesmo diante da tensão, nenhum fato mais grave foi registrado. Na manhã do dia 8, alguns vereadores foram à Praça do Mercado na tentativa de falar com os pequenos lavradores, porém não obtiveram sucesso, pela tarde “*um grupo de lavradores da Penha não deixava que um só animal carregado ou qualquer carroça com legumes e verduras passasse pela ponte de Cascadura em direção à Corte*”. Na madrugada, 13 barraquinhas da praça das Marinhas foram inutilizadas.

No dia 09 uma marcha reuniu mais de cem quitandeiros e mercadores das freguesias suburbanas até a Rua do Ouvidor para “*recorrer às folhas impressas*” em busca de apoio ao movimento. Diante da redação do *Diário de Notícias*, o Comendador João Gomes Carneiro, representando os grevistas disse “*que os pequenos lavradores não tinham como suportar ‘o pesado ônus agora imposto’*”<sup>49</sup>. Em outro ponto da cidade

---

<sup>47</sup> Ibidem, p.106-112. Os parágrafos seguintes seguem as narrativas reunidas por esta autora sobre o movimento grevista.

<sup>48</sup> A barraca do cais da doca. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1885, p. 2. *Apud* Farias, J. B. (2010). Op. cit., p.106. Considerando que cada vendedor pagaria 400 réis diários e que cada barraca seria dividida com outros 5 vendedores o valor total da taxa mensal para uso de cada barraca seria de 12 mil réis, valor muito próximo ao “arrendamento de pequenas roças” pelas quais muitos pagavam cerca de 15 mil réis anuais. Idem, p. 107.

<sup>49</sup> Farias, J. B. (2010). Op. cit., p. 107.

*(...) pequenos agricultores de Irajá, Inhaúma e Jacarepaguá dividiram-se em dois grupos: enquanto um, (...) impedia a passagem de cargueiros e carroças que se dirigiam para a estação de trem da região; o outro, (...) armados de cassetetes proibia que os carregadores recebessem os carros de cestos de hortaliças*<sup>50</sup>.

Porém, foi nas proximidades do Largo do Pedregulho que os embates ocorreram de forma mais violenta com cerca de 100 homens armados com revólveres, punhais, foices e cacetes, que também tentavam impedir que carregamentos vindos de Inhaúma chegassem ao seu destino. O conflito foi inevitável após a chegada da polícia, e o saldo foi soldados e grevistas feridos e 17 prisões.

Com o apoio da imprensa, o Ministro do Império Ambrósio Leitão da Cunha, ordenou que a os contratos fossem suspensos e também a armação das barracas até que toda a situação fosse resolvida. Diante de tamanha repercussão, no dia 12 de outubro o imperador ordenou, por intermédio do Ministro do Império que os vereadores “*designassem um local no litoral em que os referidos comerciantes possam expor à venda os seus produtos sem os vexames a que se sujeitou a concessão*”. A medida acalmou os pequenos lavradores, que suspenderam os protestos.

Examinando notícias, crônicas e ilustrações publicadas em revistas e jornais e também os debates travados pelos vereadores, os abaixo-assinados e as licenças enviados à Câmara Municipal, Juliana Farias acompanha o desenrolar da greve, revela quem eram os sujeitos envolvidos no movimento - indagando sobre suas motivações e articulações - e, também, procura respostas para a repercussão da greve e os apoios que conseguiu reunir na cidade. Segundo ela, alguns daqueles lavradores estavam ali desde 1870 e, através da análise das licenças concedidas pela municipalidade para as bancas de pequena lavoura, ela conseguiu reconstituir o perfil social dos grevistas. A maioria era composta por moradores da região de Niterói, e dos subúrbios do município neutro (Inhaúma, Irajá, Ilha do Governador, Engenho Novo). Levavam uma vida simples, algumas vezes estavam “*instalados em terras alheias*” cultivavam “*hortas e roças de mandioca, café, laranjas, limão, quase sempre atendendo a demanda do mercado do Rio de Janeiro*”<sup>51</sup>. A pesquisa nos 17 códices sobre o Mercado da Candelária, existentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nas listas de mercadores da praça publicadas anualmente no *Almanak Laemmert* entre o período de 1844 e 1889, ela verificou que, durante mais de vinte anos, todo um corredor do mercado estava ocupado por homens e mulheres da Costa da Mina. Porém, quando a greve ocorreu em 1885, já não existiam “*tantos africanos assim no Rio de Janeiro e as quitandas há muito já*

---

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Ibidem, p.24.

estavam ocupadas por seus descendentes e também por trabalhadores brancos, especialmente os imigrantes portugueses”<sup>52</sup>.

Antes da “greve dos legumes”, uma interpretação sobre a paralisação dos produtores construída pela imprensa, outro movimento de contestação ao contrato firmado entre a Câmara dos Vereadores e Arrendatários já havia mobilizado os mercadores da Praça da Candelária, em 1878. Na ocasião, comerciantes chegaram a encaminhar um requerimento ao Imperador pedido o cancelamento do arrendamento classificando-o como “vexatório e opressivo monopólio”<sup>53</sup>. Segundo eles, o contrato lesava os cofres públicos, além de atingir seus direitos, os interesses do Estado e do público em geral.

Por trás da “denúncia” encaminhada por parte dos comerciantes estava o descontentamento diante do reajuste de 50% no preço do aluguel das bancas da Praça do Mercado, cobrado pelos arrendatários do mercado. Além disso, questionavam a possibilidade dos arrendatários obterem a prorrogação, por mais nove anos, do contrato de administração do mercado “que lhes tem resultado tão fabulosos benefícios, sem sacrifício nem trabalho”<sup>54</sup>. Sendo mais claros nesse ponto, os comerciantes chegaram a relatar que “desde 1869 até hoje” não foi feita nenhuma manutenção no edifício e afirmam que suas instalações, a pintura, o chafariz, os portões estavam arruinados<sup>55</sup>. Ou seja, os negociantes acusaram os arrendatários do Mercado de descumprir um ponto importante estabelecido no contrato de concessão, pois não investiam na manutenção do edifício, explorando apenas os valores dos aluguéis, inclusive impondo um reajuste de 50%, sem que a manutenção mínima fosse realizada. Qualquer semelhança com nossas concessionárias de hoje é mera coincidência.

Outras tensões podem ser vislumbradas acompanhando os modos como diferentes sujeitos utilizaram os regulamentos dos Mercados da Candelária e Municipal para encaminhar reivindicações ou protestos aos poderes executivo e legislativo. Lidamos com esse conjunto de ordenações não apenas como um dos instrumentos utilizados para regular as práticas sociais constituídas entre os diferentes grupos envolvidos com a compra e venda de alimentos, mas, principalmente, procurando sinais de que elas também geraram expectativas de direitos e serviram para mediar as relações com a administração pública dos mercados. Inicialmente procuramos reconhecer aproximações

---

<sup>52</sup> Ibidem, p.140.

<sup>53</sup> Silva, Antonio José (1877). *A prorrogação do arrendamento da Praça do Mercado e Chalets*, Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, p. 3.

<sup>54</sup> Ibidem, p.8.

<sup>55</sup> Ibidem.

e diferenças entre as normas definidas para o funcionamento dos dois maiores mercados da cidade, para identificar quais os direitos e deveres que os regulamentos reconheceram e observar quais as esferas do cotidiano e das relações sociais que eles procuraram normatizar. Nessa direção, um aspecto que procuramos observar foi quais as dimensões do trabalho e das relações constituídos no interior dos mercados foram objeto de maior atenção por parte da Câmara Municipal. Ou seja, tentamos perceber se os regulamentos para os Mercados expressaram uma tentativa de disciplinar com maior rigidez algumas relações, verificando indícios de criminalização de práticas, por meio da atenção às penalidades estabelecidas.

No caso do Mercado da Candelária o Regulamento foi aprovado mais de três anos após o início de seu funcionamento através de Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e do por edital da Câmara Municipal publicado em 20 de agosto de 1844. Já o Regulamento do Mercado Municipal do Largo do Moura, foi aprovado pela Câmara dos Vereadores aos 11 de janeiro de 1908, nos primeiros dias após os comerciantes se mudarem para a nova praça de mercado. O primeiro aspecto que chama a atenção é que o regulamento do Mercado da Candelária é composto por 39 artigos enquanto que o do Mercado Municipal possuía apenas 6 artigos.

Observando os temas e argumentos que compõem os artigos do Regulamento da Candelária nota-se que uma das primeiras preocupações da Câmara foi estabelecer regras para a venda de peixe fresco, tentando impedir a prática de revenda àqueles que não eram arrendatários de bancas dentro e fora da Praça. Com essa intenção o Art. 3º *“proíbe a revenda do peixe dentro e fora da Praça do Mercado aos que não forem consignatários das bancas ou consignatários dos pescadores”*, evidenciando o interesse em controlar não somente a qualidade do produto mas, também, a possibilidade de um determinado grupo monopolizar o comércio de pescado na cidade. Os dois regulamentos estabeleciam que a administração do Mercado deveria reservar um espaço para abrigar um fiscal do órgão de higiene, cabendo a ele a incumbência de lançar ao mar o peixe que não estivesse em condições adequadas ao consumo.

Juliana Teixeira de Souza analisou os conflitos por poder entre a Câmara Municipal e o Governo Imperial, e nos afirma que entre as infrações mais comuns cometidas pelos negociantes da cidade estava a *“venda de produtos falsificados e a comercialização de gêneros em condições impróprias para o consumo”*<sup>56</sup>. A autora nos explica que desde a

---

<sup>56</sup> Souza, Juliana Teixeira (2007). *A autoridade municipal da Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 108-116.



criação da Junta Central de Higiene em 1850, foram frequentes as disputas entre fiscais e médicos pela prerrogativa de definir a fiscalização dos alimentos e intervir no ordenamento da vida social da cidade.

Tamanha era a apreensão da prefeitura para com a questão do pescado em 1844 que além dos dois artigos supracitados outros quatro tratam do mesmo tema. Além de expressar, como dito anteriormente, a preocupação com a qualidade do pescado podemos notar também a importância do gênero para a alimentação dos moradores da cidade, diante da dificuldade em obter outros tipos de carne verde e da praticidade de possuir seu território margeado pelo mar. No início do século XX, ao lado da preocupação com o pescado, o regulamento do novo Mercado evidenciava o interesse em manter em fiscalização as "*carnes verdes (inclusive miúdos, tripas, etc.) salgadas ou conservas, artigos de salsicharia, legumes e peixe em conserva*"<sup>57</sup>, sobretudo regulando o funcionamento do Matadouro de Santa Cruz nas últimas décadas dos Oitocentos.

Outra preocupação da municipalidade corresponde aos locais e à forma como o comércio de alimentos poderia ser realizado. O interesse aí era manter os Mercados em ordem, sobretudo no centro da praça, e os Artigos 8º e 9º (1844) referem-se justamente à definição de locais adequados para a venda de cada tipo de produto visando manter a coordenação e alinhamento do Centro da Praça, e possibilitar às "*peessoas que ali forem fazer compras*" transitar "*livre e comodamente*". Outros artigos definem horários para descarregar produtos, para concretizar a venda e deixar a praça "*desimpedida*", modos de expor os gêneros evidenciando que o ordenamento do comércio na praça foi definido como questão primordial. Estas normas indicam, principalmente, uma expectativa de disciplinar as ações de comerciantes acostumados à oferecer e negociar livremente suas mercadorias e que, em diversas ocasiões, deram provas de sua aversão à delimitação de seu espaço de trabalho e à imposição de regras restritivas à sua circulação. Outro conjunto de artigos do regulamento de 1844 define normas específicas para os cuidados com a limpeza das bancas que deveriam estar "*sempre no melhor asseio possível*", estabelecendo varrições e lavagem de pisos e o uso de paredes, portais e outros. Há, inclusive, um artigo que regula o uso do chafariz existente no centro da Praça e a retirada das águas do mesmo também expressam essa preocupação com asseio e organização.

Outras regras miravam especialmente a "segurança pública" e as oportunidades de convivência e ajuntamentos proporcionadas pelas Praças de mercado. Assim o artigo 31º proibe "*andarem pretos de ganho dentro da Praça, e os escravos que ali forem mandados*

---

<sup>57</sup> Regulamento da Praça do Mercado Municipal (1908). *Boletim da Prefeitura*, Circulares, Editais. AGCRJ, 11/01/1908. Art. 4ºb.

*por seus senhores fazer compras, não deverão se demorar além do tempo necessário para efetua-las*", indicando o temor de que a ida ao mercado facilitasse a organização dos cativos, o receio de que informações fossem trocadas e que as camadas mais pobres pudessem se organizar contra as desigualdades e opressões.

Na mesma direção o artigo 30 estabelecia que "*ninguém poderá pernoitar nas bancas e casas*" do mercado, a não ser "*os locatários, seus sócios, caixeiros ou escravos, sendo responsáveis os amos pelos caixeiros e os senhores pelos escravos*". Mesmo assim, estavam obrigados a informar por escrito aos fiscais uma lista dos que ali pernoitavam, ameaçando os infratores com a força armada e incursão no Código Penal. Havia previsão de que guardas municipais deveriam "*pernoitar dentro da Praça*" para garantir o fechamento dos portões no horário previsto e mantê-lo fechado até a alvorada. É mais uma evidência da intenção de controlar o acesso e ajuntamento noturno de trabalhadores livres ou escravos, já que dificilmente um locatário precisaria pernoitar no recinto.

No entanto, uma denuncia encaminhada por alguns dos trabalhadores do Mercado à Diretoria Central de Higiene e publicada em 25 de agosto de 1901 pelo *Correio da Manhã*, um jornal de grande circulação da cidade, nos ajuda a compreender melhor não apenas as condições às quais estavam submetidos aqueles trabalhadores que dormiam no mercado mas, principalmente, o uso que eles fizeram das leis e regulamentos municipais que, a princípio, serviriam apenas para regular o comércio dentro e fora do mercado. Na carta publicada pelo *Correio da Manhã* os trabalhadores denunciavam:

*É triste, degradante, nojento o lugar onde dormem os empregados dos comerciantes nesta praça.*

*Nunca a higiene pensou em dar providencias; no entanto, é conhecida por ela a grande imundice que existe neste mercado publico.*

*Mas não é só a higiene a quem apontamos a culpa, é ao carrancismo e à ambição que imperam sobre nós, míseros fatores da fortuna dos comerciantes, estes que sem escrúpulo nos obrigam a pernoitar nas infectas e porcas habitações, e até parece incrível que talvez 300 pessoas sejam os habitantes noturnos do grande e imundo mercado.*

*Estas habitações não têm ar nem luz; o ambiente que respiramos é pestífero, e especializaremos as casas que vendem aves, que são as mais nojentas, pois até criam porcos, o que é contra as posturas municipais. As lavagens destes bichos são despejadas no meio da praça, a horas que os guardas da intendência já dormem a sono solto, e mesmo que não dormissem seria o mesmo.*

*Se não estivéssemos na estação fria, certo teríamos o desenvolvimento de epidemias perigosas, pois estamos num verdadeiro foco.*

*Queremos poupar as vidas que transitam diariamente por estes sítios e as nossas, pois somos obrigados a morar em cubículos, enquanto os nossos amos e senhores vivem em sumptuosas casas, com todo o conforto higiênico, deixando-nos a mercê da porcaria que em seus estabelecimentos existe.*

*É indecoroso, e na vossa proteção confiamos, esperando que pelas colunas do vosso jornal nos auxilieis, pedindo também aos Srs. Diretores da Higiene para ampliar suas vistas sobre a saúde de tantas vidas, que de momento a momento perigam, e sobre tudo mais é necessário e urgente providenciar afim de que se*

*acabe com os dormitórios dentro da praça, pois que é contra todos os preceitos da higiene*<sup>58</sup>.

Não só os trabalhadores invocaram as Posturas Municipais e os repetidos "*preceitos da higiene*" quanto cobraram a ação dos doutores da Diretoria de Higiene para cuidar da "*saúde de tantas vidas*" em risco. A situação descrita pelos trabalhadores da Praça do Mercado da Candelária é muito diversa da imagem positiva que os regulamentos e relatórios dos fiscais querem fazer crer. Toda a sujeira e o elevado número de pessoas que pernoitavam (cerca de 300 pessoas) naquela Praça certamente eram um indício do quanto o Mercado estava longe do que o Regulamento estabelecia.

Esse afastamento dos ordenamentos foi explicado pelos próprios trabalhadores, que iniciam a carta-denúncia alertando aos leitores a respeito da ganância dos locatários, que submentem aos seus empregados a lugares "*sem ar e sem luz*" e a situação de insalubridade era ainda mais caótica nos estabelecimentos que comercializavam animais (aves e porcos). Outro fator destacado por eles é a omissão dos Fiscais da Prefeitura responsáveis pela verificação do cumprimento das normas e, que, segundo os trabalhadores, faziam vista grossa a essas transgressões.

O interessante nessa carta é percebermos como esses empregados utilizaram as leis, o código de posturas e também a imprensa diária - e sua força de pressão sobre as autoridades - a seu favor, para reivindicar melhores condições de trabalho e habitação. Conscientes da sua condição comparam-na à dos patrões afinal, eram "*obrigados a morar em cubículos*", diferentemente dos "*amos e senhores [que] vivem em sumptuosas casas, desfrutando do conforto e higiene, enquanto aos mais pobres restava a "porcaria"*", os riscos de doenças infecciosas, a peste. Chegam, inclusive, a sugerir "*aos Srs. Diretores da Higiene para ampliar suas vistas sobre a saúde de tantas vidas*" que corriam perigo, exigindo com urgência que "*se acabe com os dormitórios dentro da praça, pois que é contra todos os preceitos da higiene*".

Mais interessante é acompanhar os desdobramentos provocados pela carta enviada ao prefeito, que cobrou explicações do Diretor da Higiene, que encaminhou o recorte do jornal ao chefe do Distrito Fiscal da Candelária, o senhor Paulino Werneck. Este, por sua vez, em 30 de agosto do mesmo ano, respondeu aos seus superiores:

*Informando sobre o local, junto do "Correio da Manhã" – devo dizer: Que o local destinado ao domicilio dos empregados da Praça do Mercado da Candelária apresenta boas condições de higiene – que é sabido – que o fim para que for destinado o Mercado se acha adulterado, conforme fiz sentir em documento publico que as casas que fazem o comércio de aves não tem domicílios para os empregados – que os porcos que existem no Mercado, onde alias, não são*

<sup>58</sup> Mercado da Candelária, 1899-1908. AGCRJ, Códice 61.3.3. pp. 21 – 23.

*criados, são leitões de pequeno porte apresentando o peso máximo de 8 kilos e para isso se legalmente licenciados os comerciantes d'esse gênero de negocio – que os dormitórios existentes na Praça do Mercado datam de longo tempo, pois o regulamento da Praça do Mercado, aprovado pela Lei de 20 de Agosto de 1844 concede o domicilio dos locatários e empregados dentro do estabelecimento do Mercado (art. 30) e determina que esse estabelecimento seja fechado às 8 horas da noite e aberto somente no dia seguinte às 5 horas da manhã. Parece-me que o cumprimento exato desta determinação tem motivado desgosto aos empregados – aludidos que se sentem feridos em seus direitos. É o que cabe-me informar a respeito.*

Talvez o fiscal do Mercado tivesse coisas mais importantes a verificar do que checar denúncias de trabalhadores pobres. Vale lembrar que o Regulamento do Mercado estabelecia que no boxe de número 31 da Praça funcionaria a residência de Guardas Municipais designados pelo Fiscal responsável pelo serviço no Mercado. A esses guardas, como cita o fiscal Paulino Werneck, cabia verificar o nome e número de pessoas que dormiam no interior do mercado e supervisionar a limpeza diária no final do funcionamento das atividades. O que nos permite levantar outras questões: talvez as desavenças entre esses trabalhadores e os encarregados de manter a lei e a ordem dentro do mercado já viessem de mais tempo e envolvessem também os guardas da intendência que dormiam dentro do mercado "a sono solto" segundo os denunciante. Além disso, eles afirmam que "mesmo que não dormissem seria o mesmo", ou seja, os guardas nada fariam para cumprir o regulamento já que isso significaria colocar limites às atividades dos comerciantes. Após as denúncias, o Prefeito encaminhou à Diretoria de Obras e Viação para que fossem realizadas obras no pátio do Mercado com o objetivo de melhorar as condições de higiene e asseio. O processo foi arquivado e somente com a construção do novo mercado os trabalhadores poderiam ter esperanças quanto à melhorias em seu local de pernoite.

Quem sabe por conta de denúncias e situações como essas, o Regulamento da nova Praça do Mercado aprovado em 1908 estabeleceu em seu Art. 2º que "*Ninguém poderá pernoitar no interior da praça e nos negócios, a não serem o porteiro e os vigias*"<sup>59</sup>. Além de evitar qualquer brecha para novas disputas entre patrões e trabalhadores no mercado, podemos especular sobre uma preocupação também moral. Afinal o Mercado da Candelária era conhecido como lugar propício à prostituição, às "promiscuidades" de todo tipo e onde o "caos e a desordem" encontravam terreno fértil. A restrição significativa no horário de funcionamento da Praça é outro indício dessa preocupação ou de, pelo menos, manter as aparências:

---

<sup>59</sup> Regulamento da Praça do Mercado Municipal (1908). Op. cit.. Editais de 11/01/1908.

*Art. 1º - A Praça do Mercado abrirá diariamente às 4 horas da manhã e fechar-se-á às 8 horas da noite, com exceção dos compartimentos com frente para a parte externa do edifício, que poderão ficar abertas até às 10 horas da noite, a juízo do Prefeito, desde que não tenham comunicação para o interior da Praça.*

Entretanto, um requerimento de um grupo de Locatários que tinham portas voltadas para o interior do edifício mobilizou-se para conseguir reverter esse artigo, pois todos os comerciantes estabelecidos no mercado reivindicavam o direito de abrir e fechar seus estabelecimentos no mesmo horário. Os comerciantes alegaram que a imposição de fechar às 8 horas da noite, lesava os seus interesses e causava prejuízo em suas vendas. Em documento, com data de 08 de janeiro de 1908, o prefeito encaminha, e endossa a solicitação dos comerciantes à Câmara:

*Exmo Srs.*

*O artigo 1º das instruções dadas em 23 de dezembro passado (1907) para a nova Praça do Mercado, estitui que a mesma Praça se fechará às 6 horas da tarde nos meses de outubro a março e às 5 horas nos outros meses do ano. Ora, sendo considerados como pertencentes à Praça do Mercado os compartimentos que têm entrada pelas ruas externas, segue-se que a todos eles abrange a prescrição da hora para fechamento de portas.*

*Alegam comerciantes interessados na questão que não parece justo equiparar em tudo os compartimentos que abrem para o exterior aos que abrem para as suas externas, nenhum inconveniente haveria, dizem eles, em permitir que os primeiros se fechassem mais tarde, de acordo com as posturas gerais da cidade. – e esta faculdade dar-lhes ia margem para maior soma de negócios.*

*Claro está que a referida licença não implicaria revogar nem modificar o artigo 2º das mesmas instruções, que proíbe a quem quer que seja pernoitar no interior da Praça e nos negócios, exceto o porteiro e os vigias.*

*Representantes do comercio importador de vinhos e outras bebidas solicitam igualmente de V.Ex. que seja permitido na Praça o comercio destes artigos, cuja eliminação absoluta constituiria uma desigualdade, prejudicando notoriamente a sua numerosa clientela.*

*Tendo a honra de transmitir a V.Ex. estes pedidos, a Associação espera do alto critério de V.Ex. uma decisão equitativa que harmonize os interesses da Praça do Mercado e o dos particulares comerciantes que ali pretendem estabelecer-se com as expressões da minha alta estima e apreço.*

*Exmo. Sr. Dr. Francisco Marcellino de S. Aguiar<sup>60</sup>.*

O primeiro aspecto a destacar é a diferença no encaminhamento e nos termos da resposta dada pela Prefeitura às reivindicações desses comerciantes e dos trabalhadores, analisada anteriormente. Ao "transmitir" à Câmara "os pedidos" que recebeu, o prefeito habilmente vai enumerando os aspectos do regulamento recém-aprovado pelos vereadores contra os quais os comerciantes se mobilizaram - diferenciação entre boxes internos e externos, horário de funcionamento -, indicando a necessidade de uma "decisão equitativa que harmonize os interesses" em jogo. Ao encaminhar as demandas dos "representantes do comercio importador de vinhos e outras bebidas" insatisfeitos com a proibição do comércio desses produtos no interior do mercado, o prefeito ao qualificá-las como "uma desigualdade" avaliza as pressões sobre a Câmara para alterar o

<sup>60</sup> Mercado da Praia Dom Manoel, 1907-1914. AGCRJ, Códice 61.3.9 p.7.

regulamento recém-aprovado. E ainda lembra aos vereadores que os comerciantes de bebidas alcoólicas tinham uma "*numerosa clientela*" que também seria prejudicada.

Ou seja, neste caso não apenas não se questiona a legitimidade da reivindicação como, ao reproduzir os argumentos dos "*interessados na questão*" - manter o regulamento "*não parece justo*" - o prefeito apóia o pleito dos comerciantes insatisfeitos, apesar de suas demandas contrariarem o regulamento recém aprovado. Nestes primeiros anos após a inauguração do Mercado Municipal da Praia D. Manoel, o comercio de bebidas alcoólicas era proibido e o regulamento não permita que o produto fosse negociado ali. E não foi ainda desta vez que os comerciantes do ramo de importação conseguiram "*atender a sua clientela*". A Câmara determinou que nada mudaria naqueles anos na Praça do Novo Mercado. Os comerciantes teriam que negociar muito para fazer valer seus interesses.

## Fontes

### Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Boletim da Prefeitura, Circulares, Editais. 11/01/1908.

Código 61.2.34 - Mercado da Praia de D. Manoel, 1897-1903.

Código 61.3.1 - Mercado da Candelária, 1890-1898.

Código 61.3.3 - Mercado da Candelária, 1899-1908.

Código 61.3.9 - Mercado da Praia Dom Manoel, 1907-1914.

### Biblioteca Nacional:

*Coleção das Leis do Império do Brasil*, 1854, Tomo XV, parte 1.

Peres, Pedro Lema. *Causa Célebre: O incêndio do Mercado*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger.1900. I – 202, 5, 15.

Silva, Antonio José. *A prorrogação do arredamento da Praça do Mercado e Chalets*. Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, 1877. II-80,1,11 n.2 .

### Imprensa:

*Almanak Laemmert, Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Império do Brazil para 1844*. Rio de Janeiro.

*Jornal do Commercio*, edições de 14 e 15 de dezembro de 1907.

*Jornal do Brasil*, edições de 14 e 15 de dezembro de 1907.

Revista "*Fon-Fon*", n. 14, 18 de janeiro de 1908.

## Memorialistas:

Azevedo, Moreira de (1877). *Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, V. 2 Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

Costa, Nelson (1958). *Rio de Ontem e de Hoje*, Rio de Janeiro: Leo.

Edmundo, Luís (1957). *O Rio de Janeiro de meu tempo*, Rio de Janeiro: Editora Conquista.

Rio, João do. "Cinematographo", *Gazeta de Notícias*, 12/01/1908.

\_\_\_\_\_ (1951). *A Alma encantadora das ruas*, Rio de Janeiro: Organizações Simões.

Seidler, Carl (1980). *Dez anos no Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia.

## Referências Bibliográficas

Benchimol, Jaime Larry (1990). *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

Farias, Juliana Barreto (2010). "Mercado em greve: Protesto e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885". *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 127.

Figari, Carlos (2007). *As outras cariocas. Interpolações e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Século XVII a XX*, Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: Editora da IUPERJ.

Fridman, Sergio A. & Gorberg, Samuel (2003). *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962*, Rio de Janeiro: S. Gorberg.

Graham, Sandra L. (1992). *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*, São Paulo: Companhia das Letras.

Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer (1991). *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

Sampaio, Antonio Carlos Jucá de (1994). *Magé na crise do escravismo. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*, Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Souza, Juliana Teixeira (2007). *A autoridade municipal da Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.



**JERARQUÍA DEPARTAMENTAL Y AUTONOMÍA MUNICIPAL EN EL OASIS SUR  
DE MENDOZA (ARGENTINA – 1948/1950)**

**HIERARQUIA DEPARTAMENTAL E AUTONOMIA MUNICIPAL NO OÁSIS SUL DE  
MENDOZA (ARGENTINA – 1948/1950)**

**DEPARTMENTAL HIERARCHY AND MUNICIPAL AUTONOMY IN THE SOUTHERN  
OASIS OF MENDOZA (ARGENTINA – 1948/1950)**

**HIÉRARCHIE DÉPARTEMENTALE ET AUTONOMIE MUNICIPALE DANS L'OASIS  
SUD DE MENDOZA (ARGENTINE – 1948/1950)**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124104

Ivana Hirschegger<sup>1</sup>

**RESUMEN**

La presente investigación se inserta dentro de aquellas líneas que estudian el peronismo en el interior del país y analiza las causas de creación del departamento *General Perón* sobre la base del distrito de Malargüe. El cumplimiento de este objetivo implicó estudiar el proceso previo a su creación, estableciendo un recorte temporal desde 1948, año en que se formó la Comisión Pro-departamento Malargüe y con ello la propuesta de separación, hasta 1950, año en que se discutió el proyecto de ley que daría origen al nuevo departamento. De esta manera, estudiamos las motivaciones y criterios que llevaron al peronismo provincial a otorgarle jerarquía departamental y autonomía municipal a Malargüe.

Palabras-clave: peronismo, Malargüe, autonomía, departamento.

---

<sup>1</sup> Profesora de Historia del Instituto de Ciencias Humanas, Sociales y Ambientales, INCIHUSA/ CONICET-Mendoza. E-mail: [ivanah@mendoza-conicet.gob.ar](mailto:ivanah@mendoza-conicet.gob.ar)

## RESUMO

A presente pesquisa se insere nas linhas que estudam o peronismo no interior do país e analisa as causas da criação do departamento *General Perón* sobre a base do distrito de Malargüe. O cumprimento deste objetivo implicou estudar o processo prévio de sua criação, estabelecendo um recorte temporal de 1948, ano em que se formou a *Comisión Pro-departamento Malargüe* e com isso a proposta de separação, a 1950, ano em que se discutiu o projeto de lei que daria origem ao novo departamento. Desta maneira, estudamos as motivações e critérios que levaram o peronismo provincial a outorgar hierarquia departamental e autonomia municipal a Malargüe.

Palavras-chave: peronismo, Malargüe, autonomia, departamento.

## ABSTRACT

The present research is located within the study of Peronism in the interior of the country and analyses the forces behind the creation of the *General Perón* department on the basis of the Malargüe district. Fulfilling this goal meant studying the process prior to its creation and defining a time frame from 1948, the year in which the *Comisión Pro-departamento Malargüe* was formed and the subsequent separation proposal, to 1950, when the bill bringing about the new department was debated. We therefore studied the motives and criteria which led provincial Peronism to confer departmental hierarchy and municipal autonomy to Malargüe.

Key words: Peronism, Malargüe, autonomy, department.

## RÉSUMÉ

La présente recherche s'insère dans les travaux étudiant le péronisme dans les provinces du pays et analyse les causes de la création du département *General Perón* sur les bases du district de Malargüe. L'atteinte de cet objectif a impliqué l'étude du processus préalable à sa création, dans l'intervalle compris entre 1948, l'année de la formation de la *Comisión Pro-departamento Malargüe* et donc de la proposition de séparation, et 1950, l'année où a été débattu le projet de loi qui donnera le jour au nouveau département. Nous avons ainsi étudié les motivations et les critères qui ont amené le péronisme provincial à octroyer le statut de département et l'autonomie municipale à Malargüe.

Mots-clés : péronisme, Malargüe, autonomie, département.

## Introducción

El presente trabajo se inserta dentro de aquellas líneas de investigación que, surgidas en las dos últimas décadas del siglo XX, trabajan en la reconstrucción del peronismo en las provincias argentinas<sup>2</sup> y tiene por objetivo general estudiar la creación del departamento *General Perón* sobre la base del distrito de Malargüe (San Rafael-Mendoza).

En el siglo XIX, el territorio de Malargüe fue organizado bajo el sistema de municipio-partido o departamento, con una larga tradición en la provincia de Mendoza desde la sanción de su primera Constitución en 1854. El partido o departamento constituye una demarcación territorial ficticia, sin pautas establecidas, y que señala como ámbito de jurisdicción municipal no sólo la ciudad o centro poblado -ciudad cabecera- sino también una zona convencional en la que entran otras poblaciones y campañas, denominada zona rural<sup>3</sup>. La ciudad cabecera es el asiento de las autoridades municipales y en los núcleos de población restantes funciona una delegación municipal, cuyo titular es elegido por el intendente municipal del partido del que depende o integra<sup>4</sup>.

Una serie de factores políticos y económicos se conjugaron en la primera creación del departamento de Malargüe, en 1877. Entre ellos el objetivo de extender la frontera indígena, la necesidad del gobierno de la provincia de realizar un acto de jurisdicción en territorios reclamados por el gobierno nacional, y los intereses particulares de Rufino Ortega, quien perseguía beneficios políticos como fue contar con un diputado adicto en la Legislatura. En 1892 el departamento fue suprimido, formando parte nuevamente del departamento de San Rafael. Según Sanjurjo, en dicha supresión incidieron las luchas políticas locales y la inexistencia de una base poblacional sólida, careciendo el territorio de un núcleo social lo suficientemente desarrollado como para obrar como una comunidad política que pudiese

---

<sup>2</sup> En esta línea transitan los trabajos compilados por Macor, Darío y Tcach, César (2003). *La invención del peronismo en el interior del país*, Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral; Melon Pirro, César y Quiroga, Nicolás (2006). *El peronismo bonaerense: partido y prácticas políticas, 1946-1955*, Mar del Plata: Ediciones Suárez; Panella, Claudio (comp.) (2005). *El gobierno de Domingo A. Mercante en Buenos Aires (1946-1952). Un caso de peronismo provincial*, T. I, La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires; entre otros.

<sup>3</sup> Bernard, Tomás (1976). *Régimen municipal argentino. Origen institucional y su evolución hasta la época actual*, Buenos Aires: Depalma, p. 59.

<sup>4</sup> Zuccherino, Miguel (1977). *Teoría y Práctica del Derecho Municipal*, Buenos Aires, p. 16-17.

levantar su voz contra las decisiones de los niveles superiores de gobierno<sup>5</sup>. Sin embargo, en el año 1950, bajo el gobierno peronista, sería creado nuevamente bajo el nombre de *General Perón*.

Hasta ese año, Malargüe, ubicado en el extremo Sur de la provincia de Mendoza, era un distrito perteneciente al departamento de San Rafael -el cual forma parte del Oasis Sur-, y lo separaba de la villa cabecera una distancia de 190 km. Era el distrito más extenso no sólo de aquel departamento sino de toda la provincia (40.000 km<sup>2</sup>) y acusaba, al momento de su creación, alrededor de 14.000 habitantes, superando a varios departamentos de Mendoza. Dos signos de progreso impulsarían el desenvolvimiento económico de la zona: las explotaciones mineras y la llegada del ferrocarril en 1944<sup>6</sup>, no obstante ello, su dependencia con respecto a las autoridades comunales asentadas en la villa cabecera, dada la organización político-administrativa del territorio, hacía que se vieran afectados los intereses municipales. Se producía algo común según la teoría municipal bajo el sistema territorial vigente, y era la limitada expansión de centros poblados que no eran cabecera de departamento, generando como consecuencia la reacción de los pobladores y la aparición de movimientos autonomistas traducidos en peticiones de segregación e independencia<sup>7</sup>.

En la presente investigación, aplicamos el enfoque centro/periferia para análisis de los equilibrios de poder entre los centros de poder y las localidades, considerándose a éstas capaces de generar un espacio propio de poder y de prácticas de una cierta autonomía. Según sostiene Antonio Hespanha, cada agente político tiene una capacidad limitada de control, ya fuera por la accesibilidad geográfica (distancia) o bien la densidad de población. Cuando las condiciones de eficacia del sistema dejan de verificarse, el tipo de organización

---

<sup>5</sup> Sanjurjo, Inés (1991). "Malargüe (1877-1892). Un estudio desde la óptica municipal acerca de la creación y supresión del departamento más austral de la provincia de Mendoza en el siglo pasado". *Revista Historia del Derecho*, n. 19, Buenos Aires: Instituto de Historia del Derecho, p. 366.

<sup>6</sup> Con incidencia en el incremento de las industrias, el comercio y las actividades agropecuarias (Diario *El Comercio*, San Rafael-Mendoza, 7-4-1948, p. 4).

<sup>7</sup> Bernard, T. (1976). Op. cit., p. 60; Zuccherino, M. (1977). Op. cit., p. 14; Alonso Camacho da cuenta del cumplimiento de esta teoría en la provincia a partir de su estudio de la realidad del sur mendocino. Aunque en este trabajo no alude a ejemplos específicos sobre estos movimientos en el caso de Malargüe (Alonso Camacho, Omar (1987). "Conflictos jurisdiccionales en departamentos del sur mendocino, 1914-1970". *Separata del Sexto Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*, Córdoba.

político administrativa se hace también inoperante y es sustituido en la práctica por otros mecanismos de poder<sup>8</sup>.

En 1949, hubo un cambio fundamental a nivel constitucional en el régimen territorial de los municipios de Mendoza, con la introducción del sistema de municipio-urbano<sup>9</sup>. A diferencia del municipio-partido, este sistema reconoce como elemento sustancial a la vecindad y de acuerdo con ello se fija la base territorial. La municipalidad ejerce su jurisdicción y competencia sobre el ámbito urbano -y con posibilidad de integrar lo suburbano-, sin que se le subordinen otros grupos de población capaces de gobierno propio<sup>10</sup>. Este cambio significaba entonces que el gobierno peronista partía de una concepción sociológica del municipio<sup>11</sup>. Si bien el municipio-urbano nunca fue puesto en práctica en la provincia, continuando vigente hasta la actualidad el municipio-partido, otorgarle jerarquía departamental a Malargüe implicaba que sus habitantes gozarían, en relación con el gobierno de San Rafael, de cierta autonomía en la gestión de sus propios intereses<sup>12</sup>.

La transformación de Malargüe junto a un discurso que en materia municipal fue autonomista, se produjo, paradójicamente, en el marco de un régimen de características

---

<sup>8</sup> Hespanha, Antonio María (1993). *La Gracia del Derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna*, Madrid: Centro de Estudios Culturales, p. 127-128.

<sup>9</sup> "Constitución de la Provincia de Mendoza de 1949". *Anales de la Legislación Argentina*, 1949, p. 2.508.

<sup>10</sup> Zuccherino (1977). Op. cit., p. 16-17.

<sup>11</sup> Se lo definía como el "núcleo inicial, el fundamento y la base primaria misma del gobierno democrático (...) comunidad de hombres libres, ligados por el vínculo de vecindad (...) espejo fiel de nuestra forma política y el crisol histórico de nuestra libertad". "Discurso del Gobernador de la Provincia en el Departamento de San Martín" (Diario *Los Andes*, Mendoza, 20-1-1947, p. 6). En la misma línea, los convencionales constituyentes peronistas de 1948/1949 destacaban que "La causa originaria del municipio es el acrecentamiento de las familias, la convivencia en un mismo lugar y el consentimiento (...) entidad encargada de velar por el bienestar colectivo, a quien se le confían los medios conducentes a ese propósito dentro de un territorio determinado para una población compacta y estable que vive en vecindad". Este clima ideológico a favor del municipio-villa o municipio-ciudad contaba, sin duda, con la contribución que la Escuela de la Plata había ido realizando al pensamiento municipalista nacional. Su fundador, Adolfo Korn Villafañe, en la década de 1930 desarrolló la teoría autonomista y reivindicadora del municipio limitado al ejido urbano como el único racional y realista (Inés Sanjurjo e Ivana Hirschegger (2009). "El municipio urbano en las Constituciones mendocinas de 1910 y 1949". *Cuadernos de Historia*, n. 20, Córdoba: Instituto de Historia del Derecho y de las Ideas Políticas Roberto I. Peña de la Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba.

<sup>12</sup> Se trataba, según la Ley Orgánica de Municipios y de acuerdo al concepto proporcionado por Hernández, de una autonomía *semiplena o relativa*. El autor distingue entre la *autonomía plena*, que integra cuatro aspectos: institucional (dictado de la ley orgánica), político (elección popular de sus autoridades), administrativo (prestación de servicios y demás actos sin interferencia de otro orden de gobierno) y económico-financiero (libre creación, recaudación, e inversión de las rentas); y la *semiplena* o relativa que alcanza los tres últimos (*Ley Orgánica de Municipalidades N° 1079*, Mendoza, Imprenta Oficial, 1934; Hernández, Antonio M. (1984). *Derecho Municipal*, vol. I, Buenos Aires, p. 386).

populistas, con fuerte presencia de un líder carismático acompañado de notas “verticalistas”<sup>13</sup> y una tendencia a la centralización del poder con la presencia del caudillo y de un partido con una rígida organización jerárquica. Ahora bien, ¿Cómo puede entenderse políticas de tinte autonomistas bajo un régimen con estas características? Siguiendo ciertas teorías sobre los movimientos populistas latinoamericanos, la legislación social y la atención a las demandas de la sociedad fueron instrumentos utilizados para ejercer el control de las poblaciones – principalmente marginales- por parte del gobierno<sup>14</sup>, y de esta manera asegurar su permanencia y supervivencia política. Esa dinámica concuerda con una característica populista específica del peronismo y es el constante intento de renovar el mandato otorgado por el pueblo. Se trataba de un movimiento electoral que promovía la participación política de los ciudadanos y movilizaba a grupos que hasta entonces eran ajenos a la vida pública<sup>15</sup>. Aunque también se ha avanzado en esa hipótesis y se ha señalado que también hubo concesión en beneficio de la población frente a los programas de bienestar social impulsados desde el Estado<sup>16</sup>. Es decir, debe tenerse en cuenta que la transformación de Malargüe en departamento se produjo en el marco del Estado de Bienestar<sup>17</sup>, cuyas metas principales fueron llevar el desarrollo económico-social<sup>18</sup> y el progreso hasta las zonas más apartadas y

---

<sup>13</sup> Pérez Guilhou, Dardo (2005). *Presidencialismo, Caudillismo y Populismo*, Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas, p. 36.

<sup>14</sup> Hennesy, A. “América Latina”. In Ionescu, Ghita y Gellner Ernest (Compiladores) (1969). *Populismo. Sus significados y características nacionales*, Buenos Aires: Amorrortu editores, p. 38-80.

<sup>15</sup> Moscoso Perea, Carlos (1990). *El populismo en América Latina*, Madrid, p. 55; Rein, Raanan (1998). *Peronismo, populismo y política: Argentina, 1943-1955*, Buenos Aires: Fundación Editorial de Belgrano, p. 29.

<sup>16</sup> Werner, Altman (1983), “Cárdenas y Perón. Una confluencia populista”. In Werner y otros, *El Populismo en América Latina*, México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 85; Worley, Peter (1969). In Ionescu. Op. cit, p. 293.

<sup>17</sup> Sobre el Estado de Bienestar Argentino puede verse a Ross, Peter (1993). “Justicia Social: Una evaluación de los logros del peronismo clásico”. *Anuario del IEHS*, Tandil: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro; Rosanvallón, Pierre (1995). *La nueva cuestión social. Repensar el Estado providencia*, Buenos Aires: Manantial; Andrenacci, Luciano, et al (2004). “Acerca del Estado de Bienestar en el Peronismo Clásico (1943-1955)”. In Bertranou, Julián, et al. compiladores, *El país del no me acuerdo. (Des)memoria institucional e historia de la política social en Argentina*, Buenos Aires: Prometeo Libros; Lvovich, Daniel y Suriano, Juan (editores) (2005). *Las políticas sociales en perspectiva histórica, Argentina, 1970-1952*, Buenos Aires: Prometeo Libros; entre otros.

<sup>18</sup> En el marco de ese Estado entendemos por tal un modelo económico impulsado “hacia adentro”, basado en el crecimiento de la industria y en el mercado interno; por lo tanto, era necesario elevar el nivel de vida de la población mediante la redistribución de la riqueza y la expansión de los servicios sociales. A la vez, se consideraba que el cumplimiento de estos objetivos sociales era esencial al proceso de industrialización, produciéndose así una interrelación entre el crecimiento económico y desarrollo social. Por otra parte, se pensaba en un desarrollo con alcance territorial, es decir, que se expandiera horizontalmente abarcando hasta las zonas más apartadas y pequeñas del país (Ver: Hirschegger, Ivana (2009). *Políticas públicas peronistas y su impacto en el desarrollo económico y social de los municipios mendocinos (1946-1955)*. Tesis (Doctorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo).

atrasadas del interior del país, tal como lo propiciaban los planes quinquenales y la doctrina peronista<sup>19</sup>.

A partir de estas consideraciones y frente al vacío historiográfico sobre la temática<sup>20</sup>, nuestro propósito es aproximarnos a las principales causas de creación del departamento *General Perón*. Esto implica estudiar el proceso previo a su formación, estableciendo un recorte temporal que se extiende desde 1948, año en que se originó la iniciativa y se formó la Comisión Pro-departamento de Malargüe –en adelante CPDM-, hasta 1950, fecha en que se sancionó la ley provincial N° 1937. Es decir, se tendrá primero en cuenta uno de los móviles que ha tenido peso en la Argentina a la hora de concretar la creación o división de municipios, como es el móvil social, relacionado con los movimientos que realizan comunidades en pro de su reconocimiento bajo la forma de “*comisiones pro-autonomía*”<sup>21</sup>. Analizaremos en origen de la CPDM, los motivos de su formación, los intereses que

---

<sup>19</sup> Presidencia de la Nación, Secretaría Técnica, *Plan de Gobierno, 1947-1951*, T. I, Buenos Aires, 1946; Presidencia de la Nación, Subsecretaría de la Presidencia, *Segundo Plan Quinquenal*, Buenos Aires, 1952.

<sup>20</sup> El departamento de *General Perón* durante el período peronista y desde el punto de vista que incluye el estudio de las causas de su creación, la formación de movimientos autonomistas y la relación entre el Estado y la sociedad local, no ha sido estudiado en profundidad. La investigación de Inés Sanjurjo trata, desde una óptica municipal, los motivos de creación y supresión del departamento en el siglo XIX (Sanjurjo (1991). Op. cit). Existen también investigaciones sobre historia del departamento como las de Maza (Maza, Isidro (1991). *Historia de Malargüe*, Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo) y Lacoste (Lacoste, Pablo (1997). *Malargüe, Historia y perspectivas*, Mendoza: Diario UNO). El trabajo de Omar Alonso constituyó un importante aporte ya que estudia desde el punto de vista histórico y en el período 1914-1970 la realidad del sur mendocino, atendiendo a la separación de General Alvear y Malargüe como así también a los intentos (truncos) de independencia de otros distritos de la zona (Real del Padre y Villa Atuel). (Alonso Camacho, O. (1987). Op. cit.). El trabajo de Bianchi de Porras, analiza la década de 1950 estableciendo un balance general de la gestión municipal en diferentes áreas como así también un estudio de las condiciones socioeconómicas antes y después de crearse el nuevo departamento (Bianchi de Porras, Rosa (2001). *Malargüe. Memorias de medio siglo, 1950-2000*, Mendoza: Municipalidad de Malargüe). Desde el punto de vista de la geografía y la organización del espacio están los aportes de Alvarez, Ana, Cortellezzi, Mónica y Karake, Nesrin. “Los departamentos de Mendoza y la organización espacial”. In *Suplemento Diario Los Andes*; Mata Olmo (1992). “Aportaciones al estudio del problema de la tierra en las zonas áridas de la provincia de Mendoza. Malargüe. 1874-1988”. In *Boletín de Estudios Geográficos*, Vol. XXV, N° 88, Mendoza), entre otros; Cépparo, estudia la aplicación de políticas públicas de desarrollo en el departamento y comprueba el avance o retroceso alcanzado, sin embargo, sus investigaciones están dedicadas a la década del 90 en adelante y en el marco del proceso de globalización (Cépparo, María Eugenia (2007). “Aproximaciones sobre las políticas públicas y la oferta territorial de la zona rural del extremo sur mendocino”. In *III Congreso Interoceánico de Estudios Latinoamericanos*. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, UNCuyo; Cépparo, María Eugenia, Gabrielidis, Graciela y Prieto, Estela (2008). “Procesos de reestructuración en el área rural del sur de Mendoza. Iniciativas públicas frente a los desafíos socio-territoriales locales”. In *II Jornadas de Investigación de las economías regionales*, Tandil).

<sup>21</sup> Bazzano, Horacio y Mateo Graciela (2010). “Territorios pasados, presentes y posibles. Estudio de casos: la reactivación de un tren entrerriano y la autonomía municipal en una localidad bonaerense”. In *Territorio, poder e identidad en el agro argentino*, Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, Imago Mundi.

perseguía, su papel como organismo representante de la comunidad local, como así también el protagonismo que adquirió como demandante ante los poderes públicos.

Este estudio nos permitirá observar además, uno de los elementos necesarios para que un municipio posea vida propia, como es el poblacional<sup>22</sup>. En este sentido, se atenderá no sólo al número de población sino también a las características de la misma, a fin de verificar si Malargüe, a diferencia del siglo XIX, poseía una comunidad lo suficientemente desarrollada, organizada en función de intereses comunes y con participación activa en el municipio como para encargarse de sus propios asuntos. Este objetivo se encuentra necesariamente articulado con el origen antropológico y sociológico del municipio. Este, en cuanto conjunto de familias que forman una sociedad local a las que les nace la necesidad de buscar su bien común, le es inherente el derecho de los vecinos a participar en el poder como inscripto en la propia naturaleza del hombre que lo llama a ocuparse del bien de la comunidad política local. La participación deja de ser un derecho legal que depende de la voluntad del legislador, y pasa a ser aceptado como un derecho natural que el Estado podrá reglamentar pero no negar o desconocer<sup>23</sup>. Siguiendo a Ortega, durante el gobierno peronista en algunos departamentos mendocinos (General Alvear y San Martín) hubo un “*vigoroso activismo civil*”, tratándose de una sociedad civil que no parece haber estado “*abatida e inmóvil*”, sino por el contrario bastante “*activa*” según las diferentes cuestiones que le interesaban<sup>24</sup>. Además, y según señala Luis A. Romero para el caso de la provincia de

---

<sup>22</sup> Zuccherino (1977). Op. cit. p. 19-20.

<sup>23</sup> Aunque no es un tema en el que profundizaremos, dos tipos de participación pueden darse en el municipio. Por un lado, la participación política son los distintos modos en que los miembros de la comunidad, y en particular los ciudadanos, toman parte en la actividad estatal (elaboración, toma y ejecución de las decisiones políticas imputables al Estado), sea en forma directa o indirecta; mientras que la participación social es la acción espontánea de los gobernados –al margen del Estado- para cumplir y para realizar tareas que beneficien a la comunidad, como la construcción de una escuela mediante el esfuerzo de un grupo de vecinos (Ábalos, Gabriela (2006). *Municipio y participación política. Análisis histórico, normativo y jurisprudencial*, Mendoza: EDIUNC, p. 11).

<sup>24</sup> Ortega, Laura (2009). “Participación vecinal y asociaciones de la sociedad civil en el ámbito municipal de dos comunidades agrícolas en Mendoza en los comienzos del primer peronismo”. In *Mundo Agrario. Revista de Estudio Rurales*, n. 19, La Plata. El gobierno peronista dejó un espacio abierto para que las diferentes formas de asociacionismo (comisiones vecinales, juntas de fomentos, cooperadoras escolares, sindicatos municipales, etc.) debatieran y plantearan sus intereses tanto al gobierno nacional y provincial, lo que puede verse reflejado en la realización de los Congresos de Asociaciones Vecinales y Municipalidades y en la convocatoria de envío de pedidos y demandas al Presidente de la Nación con motivo de la elaboración del Segundo Plan Quinquenal (Hirschegger, Ivana (2010). “Alcance territorial de las políticas pública peronistas en la Provincia de Mendoza (Argentina). 1946-1955”. In *Revista Apuntes*, n. 66, segundo semestre, Lima-Perú: Centro de Investigaciones de la Universidad Nacional del Pacífico). La participación de la sociedad civil ha comenzado a ser un tema de análisis en la historiografía sobre peronismo. Al trabajo realizado por Acha, Omar (2004). “Sociedad Civil y



Buenos Aires, el movimiento asociativo y la expansión horizontal de la participación de los sectores populares fue impulsada por la misma acción del Estado. Más allá de la concepción corporativa del peronismo, le dio a los intereses, si estaban organizados, la posibilidad de intervenir con fuerza en la toma de decisiones y de instalarse en determinados espacios de resolución del Estado<sup>25</sup>. Cabe entonces indagar acerca de la relación entre la sociedad y el Estado y observar qué posibilidades tuvo la propuesta de la sociedad local de ocupar, desde un principio, un espacio importante en la agenda del gobierno. Ello implica estudiar cómo fue recepcionada por parte de los poderes públicos, el origen y contenido del proyecto de ley, como así también su discusión en la Legislatura Provincial. De ahí se observarán las respuestas del gobierno, los fundamentos esgrimidos, las opiniones, los acuerdos y desacuerdos, marchas y contramarchas de un proceso culminó finalmente en la creación del departamento *General Perón*. Este análisis tiene por finalidad advertir los posibles intereses en juego y desentrañar si fue posible articular los intereses de la población de la localidad con los designios extra locales<sup>26</sup>, es decir, si la política del gobierno buscaba impulsar el bienestar económico y social a la zona, o bien se trató de una estrategia política conveniente al peronismo y que perseguía fines electoralistas. En definitiva, exploraremos cuáles fueron las motivaciones y los criterios que llevaron al peronismo a otorgarle jerarquía departamental y autonomía municipal a Malargüe. Como hemos mencionado, bajo el sistema de municipio-partido o departamento, la demarcación territorial no sigue pautas preestablecidas, por lo tanto, sería oportuno analizar si el elemento poblacional estuvo presente a la hora de decidir la división territorial, y con ello verificar si hubo un acercamiento a la naturaleza social del municipio.

---

Sociedad Política durante el Primer Peronismo". In *Desarrollo Económico*, Vol. 44, n. 174, Argentina) se le suman los estudios de casos realizados por Aboy, Rosa (2004). "El derecho a la vivienda. Opiniones y demandas sociales en el primer peronismo". In *Desarrollo Económico*, Vol. 44, n. 174, Argentina); Elena, Eduardo (2005). "What the People Want: State Planning and Political Participation in Peronist Argentina", 1946-1955. In *Journal of Latin American Studies*, n. 37, Cambridge University Press, entre otros.

<sup>25</sup> Aunque el autor explica este proceso en un contexto de creciente expansión del Estado que controló toda forma de organización espontánea (Romero, Alberto (2002). "El Estado y las Corporaciones, 1920-1976". In Di Stefano, Roberto, Sabato, Hilda, Romero, Luis Alberto y Moreno, José Luis, *De las cofradías a las organizaciones de la sociedad civil. Historia de la iniciativa asociativa en argentina 1776 – 1990*, Buenos Aires: Gadis; Romero, Alberto (2007). *Sectores populares, cultura y política. Buenos Aires en la Entreguerra*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ediciones.

<sup>26</sup> Ortega (2009). Op. cit.

## 1. El distrito de Malargüe (San Rafael) en la década de 1940. Breve reseña sobre algunos aspectos geográficos, demográficos y económicos

Ubicado al Sur de Mendoza, el departamento de San Rafael era una de las zonas de mayor desarrollo socioeconómico de la provincia y poseía varios distritos importantes, entre los que podemos mencionar a Malargüe, con alrededor de 10.200 habitantes al promediar la década de 1940<sup>27</sup>. Dicho distrito, cuenta con una extensión territorial de 40.000 km<sup>2</sup>, y según puede verse en el Mapa N° 1 se encuentra en el extremo sur, separándolo de la villa cabecera de San Rafael, asiento de las autoridades municipales, una distancia de 190 km.

Aproximadamente el 20% de su población -2.100 habitantes- vivía en zona urbana, convirtiéndose la villa del distrito (ubicada en el Mapa), en uno de los centros poblados más importantes del departamento de San Rafael -junto con Monte Comán y Villa Atuel-<sup>28</sup>. En la consolidación de dicho centro urbano, habría incidido el traslado de cientos de trabajadores mineros y ferroviarios (y sus familias)<sup>29</sup>, debido a la llegada del ferrocarril en 1944- ramal Pedro Vargas Malargüe- y a la actividad minera, cuyo desarrollo comenzaba al finalizar la Segunda Guerra Mundial<sup>30</sup>. Además de poseer los servicios básicos -aunque precarios- de recolección de residuos, energía eléctrica, correo y telégrafos; la villa contaba con una considerable cantidad de comercios<sup>31</sup>, y con una sucursal del Banco de la Nación Argentina, instalada en 1948, factores que significaban un importante avance de la actividad comercial y

---

<sup>27</sup> Se trataba de uno de los distritos de mayor población del departamento (*Boletín Informativo del Instituto Técnico de Investigaciones y Orientación Económica de la Producción (1946-1947)*, Mendoza, 1946).

<sup>28</sup> Según lo destaca el Censo Nacional de Población de 1947, que consideraba centro urbano a toda concentración de población de más de 2.000 habitantes (*IV Censo General de la Nación T. I, Vol. I*, Buenos Aires, 1947, p. 307).

<sup>29</sup> Aunque también se ubicaron en otros puntos estratégicos cercanos a las minas (*Revista de la Cámara de Comercio Industria y Agricultura de San Rafael*, 1948, p. 41).

<sup>30</sup> Su desarrollo comenzó ante la necesidad de suplir combustibles sólidos de importación con producción local y de esta manera hacer funcionar sus industrias afectadas por la restricción de la importación del extranjero como consecuencia de la guerra. Malargüe contaba con minas ricas en asfaltitas (en Minacar y la Valenciana) con lo que se podía alimentar tanto a las industrias como a los ferrocarriles. Durante la década de 1950 fue la actividad que absorbió mayor mano de obra, frente a la agricultura y ganadería que habían crecido muy lentamente (Bianchi de Porras (2001). Op. cit., p. 24).

<sup>31</sup> Si bien no poseemos datos de la década del cuarenta ya que el Censo de Comercio de 1947 no proporciona información por distrito, según el *Censo Minero, Industrial y Comercial de 1954* Malargüe contaba con 137 comercios, la mayoría minoristas (almacenes, bazares, ferreterías, aserraderos, carnicerías, florerías, farmacias, tiendas, zapaterías, etc.), destacándose también la prestación de ciertos servicios como alojamientos, comidas y bebidas, espectáculos y diversiones, entre otros. En el aspecto comercial superaba a otros departamentos de la provincia como San Rosa, Tupungato o La Paz. (Poder Ejecutivo Nacional, Secretaría de Estado de Hacienda, Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, *Censo Minero, Industrial y Comercial de 1954*, Buenos Aires, 1960, pp. 61-65).

financiera de la zona. En el plano educativo, existían, en la década de 1940, una escuela provincial de ciclo completo -"Tte. Coronel Rufino Ortega", fundada en 1919- y una Nacional -Nº 217- creada en 1950 y que impartía primero y segundo grado. En cuanto a los establecimientos de salud, la villa contaba en esta época sólo con una sala de primeros auxilios<sup>32</sup>.

En la zona rural se hallaba la mayor cantidad de población (80%), diseminada en un extenso y vasto territorio (0,22 hab/km<sup>2</sup>) y dedicada principalmente a la explotación minera y ganadera<sup>33</sup>, aunque existían también algunos pequeños núcleos poblacionales con un centenar de habitantes en Agua Escondida, Ranquil Norte, Bardas Blancas y Menchequil. Dedicados principalmente al ganado caprino y bovino, los puestos –precarios, humildes y dispersos entre sí- se constituyeron en unidades económicas de producción, cuya única posibilidad de explotación era la forma extensiva debido al régimen de tenencia de la tierra, la falta de agua, de tecnología en el mejoramiento de las razas, y la cultura del puestero que hacía un manejo poco racional de la actividad. Hasta mediados de la década del 1940 las explotaciones agropecuarias fueron las únicas fuentes de riquezas del departamento<sup>34</sup>.

Entre las limitaciones de la oferta territorial se destacan sus características ambientales<sup>35</sup> dado el clima frío, seco y muy riguroso en invierno; y variedad de zonas montañosas y deprimidas, volcanes, basaltos, mesetas, ríos, lagunas y vegas, factores que condicionan la vida de la población<sup>36</sup>. En las áreas rurales se destacaba también la carencia de servicios básicos de carácter municipal debido, entre otras cosas, a las grandes distancias, a la inexistencia o mal estado de los caminos y a la falta de medios de transporte. Por último, en cuanto a los servicios educativos y sanitarios contaba con cuatro pequeñas

---

<sup>32</sup> En cuanto a las condiciones de los servicios educativos y sanitarios de Malargüe durante la década de 1940 puede verse a Hirschegger, Ivana (2010). "La enseñanza primaria en el marco del Estado de Bienestar: los planes de obras y la expansión de los servicios educativos en dos municipios de Mendoza/Argentina (1946-1955)". In *Antíteses*, vol. 3, n. 6. Londrina. Brasil: Universidade Estadual de Londrina; Hirschegger, Ivana (2010) "El bienestar social durante el peronismo clásico. La expansión de los servicios de salud hacia las áreas rurales de los municipios de la provincia de Mendoza (1946-1955)". In *Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales*, n. 21, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata.

<sup>33</sup> En cuanto a la ganadería, hacia 1947 el departamento de San Rafael ocupaba el primer lugar con el 60% de cabezas de toda la provincia (bovinos y caprinos) (Gobierno de Mendoza, Ministerio de Economía, Obras Públicas y Riego, Instituto de Investigaciones Económicas y Tecnológicas, *Censo Agropecuario de 1947*, Mendoza, 1949, p. 93).

<sup>34</sup> El progreso fue un proceso lento y detenido por la erupción del Volcán Descabezado en 1932 que llenó de cenizas el sur de la provincia y dejó fuera de producción una inmensa cantidad de tierras (Bianchi de Porras (2001). Op. cit., p. 23).

<sup>35</sup> Aunque es un medio en el que subyacen valiosos recursos renovables y no renovables.

<sup>36</sup> Cépparo, M. E. (2008). Op. cit.

escuelas (dos en Río Grande y en dos en Agua Escondida) y con sólo una sala de primeros auxilios para atender a toda la población campesina (Agua Escondida).

## **2. La sociedad local y la lucha por obtener la autonomía municipal: la Comisión Pro-departamento de Malargüe**

De acuerdo con la Ley Orgánica de Municipalidades, a comienzos del gobierno peronista se formó en la villa del distrito una Comisión Municipal. Se trataba de una delegación de la Municipalidad de San Rafael que tenía como funciones velar por el mejoramiento edilicio, garantizar el cumplimiento de las ordenanzas y cooperar con la organización de los servicios de asistencia social y percepción de rentas<sup>37</sup>. Para la defensa de los intereses sociales y económicos específicos de la zona, se hallaban constituidas varias instituciones intermedias, entre las cuales se puede mencionar, el Aeroclub Malargüe, los clubes deportivos y Volantes Unidos, el Club Ferrocarril del Estado, el Centro Minero, Club Juventud Unida y el Comité Peronista y la Comisión Vecinal de Fomento<sup>38</sup>.

A estas instituciones se le sumó, en mayo de 1948, la Comisión Pro-departamento de Malargüe –CPDM-. Dicha entidad, constituida mediante asamblea pública, tuvo un rol protagónico en la reforma político-institucional que estamos analizando, ya que fue la encargada de petitionar ante el Estado provincial la creación del nuevo departamento y la autonomía comunal. Formada por destacadas personalidades de la zona, el propósito que persiguió contó con un amplio apoyo de vecinos autoconvocados como así también de las sociedades intermedias existentes<sup>39</sup>, es decir, que representó a gran parte de la población.

El pedido de la creación del departamento y de autonomía municipal por parte de institución se llevó a cabo en un contexto en el cual se propiciaba el desenvolvimiento económico de la zona a partir de la llegada del Ferrocarril y de la actividad minera, sin embargo, el escaso adelanto edilicio de Malargüe fue el motivo principal que incidió en el surgimiento de este movimiento “separatista” y en la necesidad de los pobladores de contar con un gobierno municipal propio. A través de los periódicos de la época, principalmente locales, pudimos corroborar esta situación ya que, entre 1947 y 1949 fueron recurrentes los

<sup>37</sup> Según el artículo 116 (*Ley Orgánica de Municipalidades n° 1079*, Mendoza: Imprenta Oficial, 1934).

<sup>38</sup> Bianchi de Porras (2001). Op. Cit., pp. 23-24; Diario *El Comercio*, 3-6-1948, p. 2; 28-6-1948, p. 6.

<sup>39</sup> *El Comercio*, 3-6-1948, p. 2; 28-6-1948, p. 6.

problemas sin solución relacionados con la falta obras de urbanización<sup>40</sup>, las malas condiciones higiénicas del matadero, el abandono del cementerio de la villa, la falta de agua potable y la deficiente prestación de los servicios de energía eléctrica<sup>41</sup>. En ese estancamiento, habrían influido las grandes distancias, la dilatada extensión del territorio, la gran cantidad de población y, sobre todo, la falta de atención de las autoridades municipales con asiento en la villa de San Rafael, debido, según la prensa, a que la administración edilicia local *“ha estado absorbida, por lo general en su tiempo y en sus gastos por las necesidades de la Ciudad”*. Es decir, la indiferencia, la falta de atención y control gubernamental sobre las condiciones edilicias de Malargüe fue la causa principal del surgimiento del movimiento *“autonomista”*<sup>42</sup>.

Las características del Plan Trienal de Obras Públicas elaborado por la Comuna de San Rafael en 1947, es un ejemplo que refleja la actuación del gobierno municipal en Malargüe, ya que la mayoría de las iniciativas fueron destinadas al progreso urbano de la Ciudad y zonas aledañas, observándose escasas obras a realizarse en las zonas periféricas<sup>43</sup>. Si bien y como ya hemos mencionado, en la villa cabecera de Malargüe existía una Comisión Municipal destinada, entre otras cosas, a velar por el mejoramiento edilicio, no se observa en la prensa de la época información acerca de acciones concretas, sino constantes quejas y reclamos, lo que sugiere la escasa actividad llevada a cabo por dicha institución. Siguiendo a Montbrun, en la provincia de Mendoza, la restricción de sus facultades ha sido la causa principal del fracaso de las comisiones municipales. En la práctica, se ha producido la descentralización de escasas tareas a cargo de *“delegados*

---

<sup>40</sup> Bianchi de Porras (2001). Op. cit., p. 17; *El Comercio*, 2-9-1947, p. 4; 24-9-1947, p. 6; 29-6-1948, p. 5; 14-11-1948, p. 2; 19-11-1948, p.4; 28-2-1949, p. 2.

<sup>41</sup> *El Comercio*, 2-9-1947, p. 4; 19-11-1948, p. 2; 14-11-1948, p. 2. El suministro de luz eléctrica se obtenía por una usina particular que explotaba el servicio mediante el sistema de concesión. Las reiteradas paralizaciones del servicio de debieron a varias causas. Una, la deuda que dependencias oficiales contraían con la empresa concesionaria debido a la falta de pago de los contribuyentes, ocasionando pérdidas a la entidad; el detenimiento de los motores que generaban energía ya que la provisión de agua a la usina no era permanente o regular, por problemas en los canales de distribución y por el congelamiento de las aguas (*El Comercio*, 14-4-1948, p. 6; 24-9-1948, p. 2; 2-12-1949, p. 2).

<sup>42</sup> *Ibíd.*, 10-9-1948, p. 4; *Edición Especial del Diario La Libertad, Fiesta de la Vendimia*, 1949, p. 58-59.

<sup>43</sup> Un detalle de las obras a realizarse en las diferentes zonas del departamento puede verse en Hirschegger, Ivana (2004). “El municipio de San Rafael entre 1947 y 1949, desarrollo y división territorial”. In *Actas del Séptimo Encuentro de Historia Argentina y Regional. En Vísperas del bicentenario de la Revolución de Mayo. Génesis y Proyección: imagen de una historia nacional y regional*, Mendoza.

*municipales*”, es decir, se trataba de empleados municipales con funciones administrativas sin poder de decisión política alguna<sup>44</sup>.

A esas escasas facultades se le sumaba la reducida cantidad de dinero disponible para ejecutar obra pública y prestar servicios municipales<sup>45</sup>. Esta afirmación pudo ser corroborada a través de un análisis de la asignación de gastos que el presupuesto municipal destinaba a las Comisiones Municipales de los cuatro núcleos urbanos de San Rafael. Entre 1948 y 1951, hubo un aumento general de los gastos asignados a las Comisiones Municipales del casi 60%<sup>46</sup>, no obstante ello, el porcentaje que representó en el presupuesto total de la municipalidad disminuyó entre estos años (del 5,6% al 4.2%). Por otra parte, un análisis de cada rubro en particular (Cuadro N° 1) indica que aquel aumento de gastos en las Comisiones se debió principalmente al incremento de sueldos y no de obra pública o prestación de servicios (alumbrado público), los que se mantuvieron constantes, variaron sensiblemente y en algunos casos disminuyeron. Esto sugiere escasa inversión en el aspecto edilicio<sup>47</sup>.

Al igual que lo sucedido con la gestión del Estado nacional y provincial sobre algunos departamentos de la provincia, en esta asignación de recursos para realizar obras y prestar servicios pudieron incidir varios factores. Por un lado, la inexistencia de una adecuada planificación de la Municipalidad por la falta diagnóstico integral previo y del conocimiento de las principales necesidades de ciertas áreas, en este caso de los distritos alejados, dado, entre otras cosas, las características geográficas (distancias, la extensión del territorio) y la indiferencia de las autoridades, tal como se desprende de las declaraciones de la población. Sin embargo, esta asignación debe ser vista también a la luz del contexto inflacionario producto de la crisis económica que comenzó en 1949 y a partir de la cual el gobierno dirigió sus políticas a cubrir la pérdida de poder adquisitivo del salario del personal y a atender en menor medida la infraestructura edilicia<sup>48</sup>. Además se destaca en esta época la falta de mano

---

<sup>44</sup> Montbrun, Alberto (1992). “La base territorial de los municipios”. In *Boletín de la Asociación Argentina de Derecho Constitucional*, Año VIII, n. 76, p. 9.

<sup>45</sup> *El Comercio*, 24-5- 1948, p. 4.

<sup>46</sup> En ese monto influyó la creación de una nueva comisión.

<sup>47</sup> De hecho, entre 1948 y 1950, sólo fue sancionada para Malargüe una ordenanza que disponía la ampliación del alumbrado público en el distrito, a pesar de que la población fue en aumento (de 10.000 a 14.000 entre 1948 y 1950) (Ordenanza N° 719 29-2-1948, *Honorable Concejo Deliberante de la Municipalidad de San Rafael*).

<sup>48</sup> Ver Hirschegger, Ivana (2010). “El primer peronismo y la aplicación diferencial de políticas estatales. La salud pública en la provincia de Mendoza (Argentina), 1946-1955”. In *Mediterránea*, n. 18, Palermo (Italia): Cátedra di Storia Moderna, Facoltà di Lettere e Filosofia; Hirschegger, Ivana (2010). “Alcance territorial de las políticas

de obra<sup>49</sup> y de materiales de construcción, como por ejemplo, del cemento pórtland, lo pudo influir también en el destino y realización de obra pública<sup>50</sup>. Al promediar la década de 1950, Malargüe fue uno de los territorios más afectados por la escasez de este elemento<sup>51</sup>.

En defensa de los intereses municipales, fue constituida en 1947<sup>52</sup> una Comisión Vecinal de Fomento integrada por el delegado comunal en Malargüe (miembro de la Comisión Municipal) y varios vecinos del lugar, algunos de los cuales formarían parte, un año más tarde, de la CPDM<sup>53</sup>. Por lo general, los miembros de esta última transitaban por la vida pública del distrito. Algunos, desempeñaban paralelamente cargos públicos<sup>54</sup>, fueron integrantes de sociedades intermedias<sup>55</sup>, o bien ocuparon luego cargos importantes dentro de la municipalidad<sup>56</sup> y o la legislatura provincial<sup>57</sup>. Es decir, tuvieron finalmente injerencia directa en cuestiones políticas<sup>58</sup>. Puede decirse entonces que la CPDM estuvo formada por destacadas personalidades que tuvieron participación activa en diferentes ámbitos constituidos para la defensa de los intereses del territorio antes y aún después de formado el departamento.

Las actividades que dicha Comisión realizó no se limitaron al pedido de división territorial y autonomía municipal sino que, conjuntamente con otras organizaciones

---

públicas peronistas en la Provincia de Mendoza (Argentina). 1946-1955". In *Revista Apuntes*, n. 66, Lima-Perú: Centro de Investigaciones de la Universidad Nacional del Pacífico.

<sup>49</sup> *El Comercio*, 8-6-1948, p. 4; 28-12-1949, p. 2; 8-2-1949, p. 2.

<sup>50</sup> Según los datos registrados, entre 1947 y 1952 el valor del cemento aumentó un 380% (*Anuario. Síntesis estadística y geográfico-económica*, 1952-1953, Mendoza, 1953, p. 158; Decreto N° 949 5 de junio de 1948, en *Boletín Oficial de la Provincia de Mendoza*, 20 de agosto de 1948, p. 3.170). Por ejemplo, las fábricas de baldosas y mosaicos graníticos hicieron conocer al gobierno de la provincia los graves inconvenientes que la falta de cemento blanco significaba para la producción de esos materiales, situación que entorpecía la ejecución de numerosas obras públicas y privadas en construcción (Considerandos del Decreto N° 1.645 de 14 de setiembre de 1948, *Boletín Oficial...* Op. cit., 10 de noviembre de 1948, p. 4762; Decreto N 2.388, 7 de diciembre de 1949, *Boletín Oficial...* Op. cit., en 21 de diciembre de 1949, p. 5.499).

<sup>51</sup> *El Comercio*, 17-11-1954, p. 5.

<sup>52</sup> *Ibíd.*, 2-9-1947, p. 4.

<sup>53</sup> Como fue el caso de Guillermo Von Zedwitz, Guillermo Salomón, Francisco Fernández Quintana y Fernando López (*Ibíd.*, 19-10-1948, p. 6; 2-9-1947, p. 4; Bianchi de Porrás (2001). Op. cit., p. 25-26 y 235).

<sup>54</sup> Por ejemplo quien fuera su Presidente, Leopoldo Benegas, era también Comisario del distrito.

<sup>55</sup> *El Comercio*, 19-11-1948, p. 2.

<sup>56</sup> Tal fue el caso de los comisionados municipales Alberto Anglat (1950-1952) y Guillermo Von Zedwitz (1954). (*Ibíd.*, 2-9-1947, p. 4; 19-10-1948, p. 6; Bianchi de Porrás (2001). Op. cit., p. 25-26).

<sup>57</sup> Como es el caso del senador provincial Raúl Diógenes Quiroga (1951-1952). Bianchi de Porrás (2001). Op. cit., p. 25-26.

<sup>58</sup> Aunque no es un tema sobre el cual profundizaremos en Malargüe, Nicolás Quiroga, en su estudio sobre el Municipio de Mar del Plata (Buenos Aires), señala que este tipo de organizaciones sirvieron como "trampolín" para que determinados hombres tuvieran participación en la vida política (Melon Pirro, César y Quiroga, Nicolás (2006). Op. cit., p. 115-116).

intermedias, se abocaron al tratamiento de ciertos problemas edilicios<sup>59</sup> y de índole socioeconómica<sup>60</sup>.

La cantidad de habitantes que reunía Malargüe, como así también el núcleo social existente con capacidad de organizarse en función de intereses comunes y de petitionar ante las autoridades de los niveles superiores<sup>61</sup>, son elementos que sugieren que al momento de crearse el departamento *General Perón* existía una comunidad desarrollada y dispuesta a intervenir en sus propios asuntos. Aunque no debemos dejar de advertir el grado de autosuficiencia económico-financiera que poseían, ya que es una de las condiciones para que, en la práctica, pueda existir autonomía municipal<sup>62</sup>. Saber si la comunidad local disponía de los recursos suficientes para auto-gobernarse implica un estudio profundo que escapa a la presente investigación. No obstante ello, una aproximación sobre esta cuestión será desarrollada más adelante.

Si bien la falta de atención a las necesidades edilicias de la villa fue uno de los motivos principales para reclamar la independencia del distrito, el otro fundamento lo constituyó la necesidad de contar con representantes en la Legislatura provincial y en el Congreso de la Nación, y obtener de esta manera beneficios para el progreso de ciertas zonas en aquellas cuestiones de mayor envergadura y que escapaban a la competencia del gobierno local. Aquí podemos citar como ejemplo el problema de las poblaciones rurales, quienes además de carecer de los servicios municipales básicos, vivían en condiciones precarias de salud, educación y vivienda<sup>63</sup> y, en el caso de los puesteros, por ejemplo, atravesaban además por una difícil situación económica. Estas poblaciones comercializaban su ganado con Chile y constituyendo único medio de vida, pero como consecuencia de las medidas de contralor del Poder Ejecutivo Nacional sobre la salida de hacienda -en defensa de los intereses del país-,

---

<sup>59</sup> *El Comercio*, 19-11-1948, p. 2.

<sup>60</sup> La variedad de temas puede verse en el memorial entregado por la comisión al gobernador de la provincia (Ibídem, 20-1-1949, p. 2; *Los Andes*, 25-8-1949, p. 4).

<sup>61</sup> Esto puede verse reflejado en la existencia y formación de las distintas sociedades intermedias que hemos mencionado, la función social que las mismas cumplían, por ejemplo, el reparto del Club de Volantes Unidos de Viveres a hijos de obreros de la mina La Valenciana (*El Comercio*, 2-12-1948, p. 2). También debe mencionarse la amplia convocatoria vecinal de las actividades que organizaban (bailes, campeonatos deportivos, actos, etc.) (Ibídem, 7-4-1948, p. 4; 8-6-1948, p. 6; 9-7-1948, p. 6; 13-7-1948, p. 4; 23-7-1948, p. 6; 14-12-1948, p. 4; 12-1-1949, p. 2).

<sup>62</sup> Zuccherino, M. (1977). Op. cit., p. 32-33.

<sup>63</sup> *El Comercio*, 29-5-1948, p. 4; 18-1-1949, p. 4. 15-5-1949: 5; 25-8-1949, 4; *Los Andes*, 22-3-1948, p.10; 9-5-1948, p. 4; 10-5-1948, p. 10; 15-5-1949, p. 6.



dicho comercio se hallaba paralizado, y dada la mala calidad del ganado no tenía aceptación en ningún otro mercado<sup>64</sup>.

Una vez presentados los fundamentos y motivos de los pobladores de Malargüe que promovieron la separación el distrito, cabe analizar la relación entre dicha propuesta y las respuestas del gobierno. Ello implica estudiar, como mencionamos en la introducción, el origen y contenido del proyecto de ley y su tratamiento en la Legislatura provincial, de manera de rescatar las razones y criterios que llevaron al sector político a llevar a cabo esta reforma, como así también los acuerdos y divergencias entre los diferentes actores.

### **3. Proyectos y debates en la Legislatura en torno a la creación del departamento General Perón (1948-1950)**

#### **3.1. El proyecto de ley del diputado peronista Bernardo Leiva y el intento fallido de disgregación en 1948**

Una vez creada y organizada la CPDM, la primera gestión llevada a cabo con relación al tema fue el envío de un memorándum con los fundamentos de la iniciativa al Presidente de la Nación, quien respondió favorablemente por intermedio de su Secretario Privado Juan Duarte. Dicho memorándum sería enviado posteriormente al Ministerio del Interior para su curso<sup>65</sup>. A nivel provincial, el intento de jerarquización municipal también recibió el apoyo del primer gobernador de la administración peronista, Faustino Picallo (1947-1949) -figura proveniente de las filas del radicalismo<sup>66</sup> -, quien remitió directamente un expediente a la Legislatura en el que reunía todas las gestiones y comunicaciones emitidas por la CPDM<sup>67</sup>.

Fue así que en el año 1948, fue elaborado un primer proyecto de ley con origen en la Cámara de Diputados. Precisamente, fue presentado por un hombre proveniente de San Rafael y de las filas del oficialismo, Bernardo Leiva<sup>68</sup>. Se trató de un proyecto escueto, en el que se denominaba *Juan Domingo Perón* al nuevo departamento, fijaba a grandes rasgos los

---

<sup>64</sup> *Los Andes*, 7-1-1951, p. 4; 14-1-1951, p. 5.

<sup>65</sup> *El Comercio*, 3-6-1948, p. 2; 15-9-1948, p. 3.

<sup>66</sup> Debe destacarse que el peronismo mendocino no se sustentó en sus orígenes en los sectores obreros del Partido Laborista sino en un partido tradicional como fue la Unión Cívica Radical, dada la debilidad de los sectores obreros en la constitución inicial del peronismo en Mendoza (Macor, Darío y Tcach, César (2003). "El enigma peronista", En Macor, Darío y Tcach, César (editores), *La invención del peronismo en el interior del país*, Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, p. 25).

<sup>67</sup> *Los Andes*, 24-7-1948, p. 6; *El Comercio*, 15-9-1948, p. 3.

<sup>68</sup> *El Comercio*, 14-9-1948, p. 7

límites departamentales<sup>69</sup> y hacía referencia a la Sección Electoral de la que formaría parte en las próximas elecciones. En cuanto a la subdivisión territorial, no especificaba los distritos en los que se dividiría el territorio, sino que lo dejaba a futura consideración del Poder Ejecutivo<sup>70</sup>.

Los fundamentos de dicho proyecto fueron de índole geográfica, social y económica y en algunos puntos coincidían con los postulados por los pobladores de Malargüe. Es decir, se atribuía la creación del nuevo departamento a la distancia que separaba a Malargüe de la ciudad de San Rafael y la imposibilidad de la Municipalidad de atender satisfactoriamente los intereses locales de aquel territorio. Además, factores como la cantidad de habitantes, la extensión territorial<sup>71</sup> y las posibilidades en cuanto a las actividades económicas como la minería y la ganadería estuvieron presentes. Es de destacar que tuvieron en cuenta la necesidad de los habitantes de Malargüe de contar con representación en el gobierno y de responsabilizarse directamente en la administración de sus intereses y servicios locales<sup>72</sup>. Sin embargo, dos puntos del proyecto no encontraron el acuerdo de la CPDM, según lo destacaba su vice-presidente Argentino Salomón. El primero se refería a los límites territoriales para el futuro departamento<sup>73</sup>; y el segundo, a la denominación del nuevo municipio. Según el diputado Leiva, el nombre de *General Perón* se debía a la injerencia que la gestión del Presidente había tenido en el progreso del territorio<sup>74</sup>. Sin embargo, dicho nombre, no respondía, según el Sr. Salomón, al anhelo de los pobladores<sup>75</sup>.

No obstante la presentación del proyecto junto con sus fundamentos a la Cámara, la consideración del mismo fue postergada por el bloque mayoritario (el peronista), dado que consideraba necesario intensificar el estudio respecto a la cuestión<sup>76</sup>. Por lo tanto, el tema

---

<sup>69</sup> Norte: Río Atuel, Línea divisoria de los lotes fiscales 6 y 7. Sur: Límite Sur de Mendoza. Este: A partir del extremo Norte indicado, el actual límite este del distrito Malargüe. Oeste: con la República de Chile (*Diario de Sesiones de la Honorable Cámara de Diputados de la Provincia de Mendoza*, 27 de julio de 1948, p. 791-792).

<sup>70</sup> *Ibíd.*

<sup>71</sup> *Ibíd.*, p. 292.

<sup>72</sup> *Ibíd.*, p. 792-793.

<sup>73</sup> Se le restaba unos 7.000 km. Se excluía la zona del Nihuil y el Sosneado. Esta última, ubicada a una distancia menor de Malargüe que de la ciudad de San Rafael, consideraban que podía ser atendida desde el nuevo municipio (*El Comercio*, 15-11-1949, p. 3).

<sup>74</sup> *Diario de Sesiones...*, op. cit., p. 293.

<sup>75</sup> *El Comercio*, 15-11-1949, p. 3.

<sup>76</sup> *Diario de Sesiones de la Honorable Cámara de Diputados de la Provincia de Mendoza*, 28, 29 y 30 de setiembre de 1948, p. 2.086.

quedó inconcluso hasta 1950, año en el que sería presentado y discutido un nuevo proyecto de ley.

### **3.2. La formulación de un nuevo proyecto de ley. El protagonismo del Poder Ejecutivo Provincial y los debates en la Legislatura**

En 1950 sería elaborado un nuevo proyecto de ley, pero esta vez por el Poder Ejecutivo de la provincia, a cargo del gobernador Tte. Coronel Blas Brisoli (1949-1952)<sup>77</sup>. Este proyecto se diferenció del anterior, ya que si bien los fundamentos generales que justificaban la reforma fueron similares, fue más explícito y detallado en el contenido de sus artículos. Entre los puntos básicos se puede observar que continúa la denominación de *General Perón* al nuevo departamento, pero se establece con más detalle los límites departamentales y se especifica la subdivisión en cuatro distritos (y sus límites): Río Grande, Río Barrancas, Agua Escondida y Malargüe. La villa de este último distrito sería el asiento de las autoridades departamentales y municipales. Hace referencia a la Sección Electoral de la que formaría parte, y dispone además lo relativo a las elecciones provinciales (Senadores) y departamentales (Intendentes y Concejales) y prevé la elaboración, por parte del Poder Ejecutivo de la provincia, de un plan económico-financiero, sanitario, cultural, de previsión y acción social tendiente a promover el bienestar y la prosperidad de la población, afianzar el régimen municipal e impulsar el progreso del departamento.

El nuevo proyecto de ley fue tratado en primera instancia en la Cámara de Diputados, con mayoría peronista y minoría radical y demócrata. Si bien no ha sido posible acceder al Diario de Sesiones en el que se discute el citado proyecto<sup>78</sup>, a partir de la información que brinda la prensa y de la literatura sobre el tema<sup>79</sup>, hemos reconstruido parte del debate y rescatado algunas opiniones al respecto.

Uno de los temas que volvió a generar controversias fue el nombre que se le adjudicaba al nuevo departamento. Así, el radical Hernán Cortés, sentó la posición de su bloque manifestando el desacuerdo a denominarlo *General Perón*, denominación

---

<sup>77</sup> Un balance de la gestión de Brisoli puede verse en Cueto, Adolfo (2001). "Los gobiernos peronistas en Mendoza". In *XI Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*, Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia; *Historia Contemporánea de Mendoza a través de sus gobernaciones*, T I (1932-1966), Junta de Estudios Históricos, Mendoza, 1996.

<sup>78</sup> Ya que el mismo no se encuentra en los archivos legislativos de la provincia.

<sup>79</sup> Una breve exposición de las razones emitidas en la Legislatura provincial ha sido realizada por Alonso Camacho, O. (1987). Op. cit.

“desacertada” sostenía, y que debía responder al juicio unánime de la opinión pública. Además señaló, *“el homenaje aparece así retaceado por cuanto es una iniciativa de los propios adherentes”*<sup>80</sup>. Es decir, la denominación del nuevo departamento fue una iniciativa impulsada más por el sentido de lealtad hacia Presidente de la Nación y en homenaje a su labor, que por las verdaderas aspiraciones de los habitantes.

Como es sabido, en esos años los nombres Juan Domingo Perón, Eva Perón y sus familiares fueron utilizados para denominar provincias (La Pampa y el Chaco), ciudades (La Plata, Las Cuevas), departamentos (La Paz y Malargüe), Plazas (Independencia), calles, bibliotecas, hospitales, escuelas, etc.<sup>81</sup>. En definitiva, se trataba de una manifestación de los populismos latinoamericanos en los que se producía la manipulación de las conciencias a través del monopolio de los espacios públicos y de esta manera generar adhesión y consenso<sup>82</sup>. En esta denominación pudo influir también la relación que existía entre el gobernador y el Presidente. Cuando el peronismo mendocino fue cambiando de manos y pasó a gobernar la provincia un militar como fue B. Brisoli, las relaciones con el Presidente de la Nación se afianzaron y la injerencia del Poder Ejecutivo Nacional sobre el Provincial fue notoria. La candidatura de este funcionario, al igual que la de los gobernadores de todas las provincias, fue designada por el Consejo Superior del Partido Peronista para presidir la fórmula gubernativa. Si esto suponía una estrecha relación con el Presidente de la Nación, lo era aún más el hecho de haber sido Brisoli el Secretario privado de Perón<sup>83</sup>. Estos factores, permiten suponer su indudable lealtad hacia el líder a la hora de tomar ciertas decisiones políticas. Además, *“dado el verticalismo del gobierno, los gobernadores obedecían ciegamente las directivas del gobierno central y desviaban las posibilidades de gobernar*

---

<sup>80</sup> *Los Andes*, 31-10-50, p. 4

<sup>81</sup> Lacoste (1997). Op. cit., p. 24.

<sup>82</sup> Así como se produjo también en los espacios educativos, por ejemplo mediante la obligación en las escuelas del uso de ciertos materiales de lectura como “La razón de mi vida”. El sistema educativo fue un instrumento para poner en práctica uno de los caracteres principales de los gobiernos populistas, es decir, el crear las condiciones institucionales que permitiesen ejercer una acción manipuladora de las masas y de esta manera lograr la adhesión al líder. Siguiendo a Plotkin, el gobierno peronista, “introdujo una gran variedad de contenidos en programas y textos educativos que iban mucho más allá de la simple incorporación de propaganda política del régimen”. La reforma del sistema educativo, fue parte de una política más amplia destinada a generar consenso –*unidad espiritual*– a través del adoctrinamiento de la población. Además, fue utilizado no solo como herramienta para lograr lealtad, sino también para la reformulación de importantes aspectos de la cultura política (Plotkin, Mariano (2007). *Mañana es San Perón. Propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*, Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, p. 208-209).

<sup>83</sup> *Historia Contemporánea de Mendoza a través de sus gobernaciones (1932-1966)*, 1996, p. 188 y 196.

*directamente la provincia obedeciendo totalmente las directivas nacionales en lo económico, político y social*<sup>84</sup>.

A pesar de la disconformidad a tal denominación, no se le otorgó al diputado radical “*amplia libertad para expresar su opinión*”, lo que motivó el retiro de los radicales del recinto<sup>85</sup>.

El sector demócrata, a través de su miembro informante Izurrieta Fourquet, representante por San Rafael, manifestó una oposición total al proyecto, es decir, a la transformación de Malargüe, planteando motivos de carácter económico-financieros. En este sentido, preveía que con el nuevo municipio se produciría un desequilibrio entre las rentas y los gastos municipales. Como veremos luego, éste fue también uno de los problemas planteados en la Cámara de Senadores, importante de advertir a la hora de determinar si un municipio tiene capacidad de gobierno propio<sup>86</sup>. A pesar de dicha objeción, el funcionario demócrata se abstuvo de votar, en apoyo a sus correligionarios de la zona quienes eran partidarios de la creación del nuevo departamento.

Lo destacable aquí fueron las declaraciones de los miembros del oficialismo, ya que muestran posturas divergentes dentro del mismo peronismo. Por un lado, el diputado Leiva, proveniente de San Rafael, sostenía que existían razones de índole social que obligaban a la creación del departamento. Su población era diferente a la de San Rafael y distinto era el enfoque de los problemas relacionados con la producción ganadera y minera. A esto se sumaba las vinculaciones de familias y costumbres con el país vecino que hacía que muchas de ellas inscribieran a sus niños recién nacidos o formaran matrimonio en Chile “(*...*) *haciendo una derivación ilógica de los intereses sociales que naturalmente debieran estar ligados específicamente al pueblo argentino (...)*”<sup>87</sup>.

Por el contrario, el diputado peronista Luis Crespo, también oriundo de San Rafael, criticó el proyecto debido a cuestiones económicas, y lo hizo a partir de cálculos y estudios previamente realizados. De la mano de los demócratas, señaló, entre otras cosas, los enormes gastos de funcionamiento que implicaría una municipalidad en Malargüe, sobre todo

---

<sup>84</sup> Alvarez, Graciela (1993). “Mendoza hacia 1955. La Revolución Libertadora. La historia a través de sus testigos”, CEIDER N° 10, Mendoza, Facultad de Filosofía y Letras, p. 176-177.

<sup>85</sup> *Los Andes*, 31-10-50, p. 4.

<sup>86</sup> Zuccherino sostiene que la autonomía jurídica sin autosuficiencia económica, o ésta sin aquella, crean una situación de desequilibrio social (Zuccherino, M. (1977). Op. cit., p. 32-33).

<sup>87</sup> Alonso Camacho, O. (1987). Op. cit., p. 395.

en concepto de sueldos y jornales, y “que sus habitantes no ganarán nada con el cambio, sino que van a tener una carga que no podrán soportar”<sup>88</sup>.

A esta postura adhirió el diario local *El Comercio*, que desde 1949 señalaba:

*No nos parece que por el momento convenga, no solamente al departamento de San Rafael sino al mismo Malargüe, modificar la situación política del distrito, cuyo progreso, si bien notorio y promisor, no ha llegado a los límites que permitan esperar la autonomía sin que sobrevengan situaciones económicas delicadas como los que se advierten actualmente en otros departamentos provinciales que vegetan en su pobreza y dependen generalmente de la ayuda que puede prestarles el gobierno de la provincia*<sup>89</sup>.

A pesar de su oposición total al proyecto de ley, el legislador votó a favor del mismo, lo que evidencia que a pesar de las disidencias dentro del peronismo mendocino, hubo una tendencia al apoyo incondicional a los proyectos elaborados por el gobernador de la provincia. Si bien dicha adhesión de debió, según Crespo a su “solidaridad” con el bloque al que pertenecía y con la población de Malargüe, suponemos que este apoyo respondía también al “verticalismo” del gobierno, en el cual los representantes departamentales obedecían directamente a las directivas del Poder Ejecutivo Provincial, más allá de las verdaderas necesidades y la realidad de cada municipio<sup>90</sup>. De esta manera, uno de los actores centrales en el diseño de las políticas públicas dentro de un régimen democrático cumpliría un rol secundario, produciéndose una centralización de la toma de decisiones en la rama ejecutiva<sup>91</sup>.

En la Cámara de Senadores, con mayoría peronista y minoría radical y demócrata, los fundamentos básicos expuestos y que justificaban la aprobación del mismo eran similares a los señalados con anterioridad. Entre ellos se encontraban la superficie que poseía (40.000 Km<sup>2</sup>.), igual o superior a varias provincias argentinas (Jujuy, Misiones, Tucumán) y países extranjeros (Suiza, Bélgica); y la cantidad de población (14.200 habitantes), que superaba o igualaba a varios departamentos de la provincia (La Paz, Lavalle, Santa Rosa, Tupungato, San Carlos). Además, se destacó el hecho de ser un territorio propicio para ciertas

<sup>88</sup> *El Comercio*, 13-11-1950, p. 6; *Los Andes*, 31-10-50, p. 4

<sup>89</sup> *Ibíd.*, 1-10-1949, p. 4.

<sup>90</sup> Un caso similar se produjo para la elaboración de los planes trienales de Obras Públicas (Ver Hirschegger, Ivana (2009), *Op. Cit.*

<sup>91</sup> En la provincia de Santa Fe, Natacha Bacolla muestra cómo este tipo de prácticas caracterizó al régimen peronista a la hora de diseñar las políticas públicas. Tal fue el ejemplo del tratamiento del presupuesto provincial (Bacolla, Natacha (2003). “Política, administración y gestión en el peronismo santafecino, 1946-1955”. In Macor D. y Tcach, C. (editores). *Op. cit.*

actividades económicas (minería, la ganadería y la producción agrícola) y la importancia que representarían a la provincia en su conjunto. El otro factor fue la necesidad de mayor contacto entre los vecinos y las autoridades municipales<sup>92</sup>. Es decir, entre estos fundamentos estuvo presente el elemento poblacional, no sólo en cuanto a cantidad de habitantes que reunía Malargüe, sino también en cuanto a la necesidad de otorgarles cierta autonomía para dar solución a los problemas concretos del territorio y de esta manera contribuir al desarrollo socioeconómico propiciado por los planes quinquenales y la doctrina peronista.

La postura favorable por parte del peronismo despertó la reacción de la oposición en el Senado. El representante del departamento de San Rafael por el partido demócrata, Oswaldo Ardigó, si bien se abstuvo de votar, rechazó el proyecto por factores económicos ya que *“Malargüe (...), no tiene todavía ni el desarrollo suficiente para que pueda convertirse en Departamento con la creación de Municipalidad y la secuela de gastos ingentes que va a haber”*. Destaca además los problemas por los que atravesaba la ganadería, debido a la restricción de las exportaciones y señala que la minería estaba semi-paralizada. Malargüe, sostiene, *“debe hacerse desde el comienzo; debe hacer frente a todo porque falta todo y tan de todo...”*. Además, no se habían realizado los estudios necesarios para colocarlo en la categoría de departamento. Su afirmación era coherente con el artículo 7º del proyecto por el cual se establecía que:

*El Poder Ejecutivo, después de realizar los estudios pertinentes, someterá a consideración de la Legislatura un plan económico-financiero, sanitario, cultural y de previsión y acción social tendiente a promover el bienestar y la prosperidad de la nación.*

Por último, señaló que la transformación de Malargüe perseguía fines electoralistas, y rendir un homenaje más al Presidente de la República<sup>93</sup>. Esta afirmación se relaciona con un discurso político oficial preocupado por dar una respuesta urgente a una “vieja aspiración de los pobladores” –sin tener considerar las reales condiciones económico-financieras del distrito- y demostrar que *“el Gobierno Justicialista de General Perón ha llegado hasta este lejano rincón de la Patria”*<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> Provincia de Mendoza, *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Sesión del 16 de noviembre de 1950, p. 1920-1922.

<sup>93</sup> Provincia de Mendoza, *Diario de Sesiones del Honorable Senado...*, Op. cit., p. 1921-1924.

<sup>94</sup> *Ibíd.*, p. 1920-1921.

Es decir, según se observa en los debates legislativos, la conversión en departamento no sólo se basó en razones geográficas y sociales y en la idea de satisfacer las necesidades de la población en el marco del Estado de Bienestar, sino que también puede pensarse como un medio utilizado por el gobierno para obtener rédito electoral. Esto puede verse concretado, en cierta medida, en las prácticas electorales de los ciudadanos producidas un año más tarde. En 1951, tuvieron lugar las elecciones nacionales, provinciales y municipales y en *General Perón*<sup>95</sup> el Partido Peronista contó con una amplia mayoría de votos (70%)<sup>96</sup> en todos los niveles, demostrando así su condición de fuerza hegemónica en este territorio.

Siguiendo a Marta Ruffini en su estudio sobre la provincialización de los territorios nacionales, la ampliación de la ciudadanía política fue un proceso alentado por el peronismo como parte de una estrategia integrativa que, justificada ideológicamente en los principios de igualdad y unidad política, estuvo dirigida incorporar nuevas fuerzas sociales y reforzar su hegemonía política. Según la autora, esta reforma debía ser planificada y orientada de forma tal que el comportamiento político de los habitantes ostentara el signo justicialista. La comprobación de la peronización alcanzada se efectivizó en su participación en las contiendas nacionales<sup>97</sup>.

Si bien esta afirmación junto con las visiones acerca de los populismos latinoamericanos planteadas en la introducción constituyen un valioso aporte a nuestro estudio, consideramos que para el caso de Mendoza, nuestra mirada acerca de una estrategia político-electoralista<sup>98</sup> debería ser reforzada mediante el análisis de otras fuentes que trasciendan el discurso político y los resultados de las prácticas electorales de los ciudadanos, como por ejemplo, aquellas que pongan en evidencia si existieron grupos opositores importantes<sup>99</sup> que llevaron al oficialismo a realizar este tipo de estrategias.

---

<sup>95</sup> Forma parte del Tercer Distrito Electoral junto a General Alvear y San Rafael.

<sup>96</sup> *El Comercio y Los Andes*, noviembre 1951. Le siguió el partido radical con el 20% de los votos y el demócrata con el 4%.

<sup>97</sup> Ruffini, Martha (2005). "Peronismo, territorios nacionales y ciudadanía política. Algunas reflexiones en torno a la provincialización". In *Avances del CESOR* N°5, Rosario). También en su estudio sobre la provincialización de territorios nacionales como Neuquén, Bucciarelli plantea si esta política resultó ser una imposición verticalista con pretensiones hegemónicas (Bucciarelli, Mario (2009). "El peronismo clásico y los excluidos de la ley Sáenz Peña. Aportes para un debate desde los territorios nacionales". In *Avances del CESOR* N°6, Rosario).

<sup>98</sup> Postura a la que adhiere también Alonso Camacho (1987). Op. cit.

<sup>99</sup> Tal como lo demuestra Ortega en su estudio sobre el departamento de General Alvear, que también forma parte del oasis sur. La autora señala la fuerte presencia del partido radical en la zona y dada la importancia del radicalismo alvearense, el peronismo perdió las elecciones nacionales en ese departamento en febrero de 1946 (Ortega, L. (2009). Op. cit.).



Como hemos visto, en esta discusión del proyecto, las posturas en contra provinieron de los representantes de San Rafael, ya fueran peronistas -diputado Luis Crespo- o demócratas -diputado Izurrieta Fourquet y senador Oswaldo Ardigó-. Fueron estos funcionarios quienes sacaron a la luz la cuestión de los recursos económicos. Es decir, la escasa capacidad económico-financiera que poseía Malargüe para hacer frente a los gastos que implicaría poseer gobierno propio, fue el punto que los unió. Ahora bien, ¿qué otros factores pudieron influir en su postura disidente? Según sostiene la teoría geográfica moderna *“la división política del espacio es también un instrumento de poder. Es un aparato político que tanto sirve para organizar y estabilizar el poder de determinados grupos sociales como para desvalijar políticamente a otros”*<sup>100</sup>. Siguiendo esta teoría, podemos conjeturar que como políticos sanrafaelinos hubo en ellos cierta resistencia a la división del departamento (San Rafael) del cual formaban parte y representaban en la Legislatura, ya que como consecuencia de esto perdería espacios de poder y vería reducida su capacidad política y rentística. Sin embargo, queda pendiente profundizar acerca de esta cuestión incluyendo el comportamiento de otros actores<sup>101</sup> y un estudio minucioso de los posibles intereses políticos y económicos –concretos- en juego que llevaron a los hombres de San Rafael a ser reticentes a la división política del territorio.

Habiéndose aprobado el proyecto en general y en particular y con la sanción de ambas cámaras se comunicó al Poder Ejecutivo. Así, en 1950 por la ley N° 1937 se creó finalmente el departamento *General Perón* sobre la base del distrito Malargüe<sup>102</sup>.

### Consideraciones finales

En el año 1950, luego de un proceso que comenzó en 1948, fue creado el departamento *General Perón* sobre la base del distrito de Malargüe. Esta iniciativa atravesó por una etapa en la que se presentaron opiniones diferentes, acuerdos y divergencias entre los diferentes sectores. Por un lado, el pedido de disgregación por parte de los pobladores,

---

<sup>100</sup> “Todo grupo social tiene, en función de las características propias de su organización, la capacidad de gestionar ciertos aparatos de poder, quedando otros fuera de su alcance; y esta situación resulta también aplicable a ese aparato político que es el espacio” (Hesphana (1993). Op. cit., p. 89).

<sup>101</sup> Como por ejemplo los ediles municipales.

<sup>102</sup> *Boletín Oficial de la Provincia de Mendoza*, 27 de noviembre de 1950.

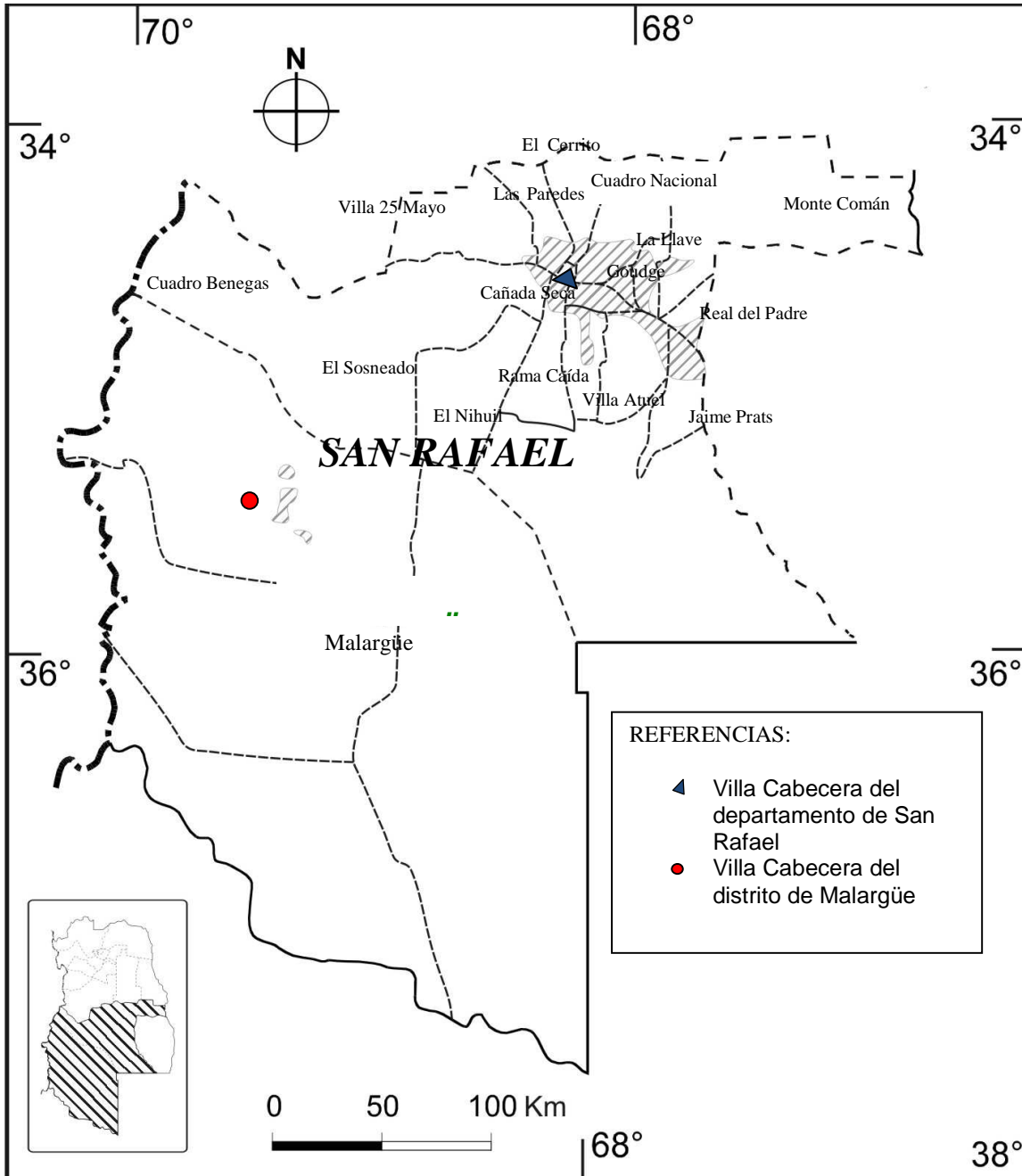
representados a través de la CPDM, se debía al escaso desarrollo alcanzado en Malargüe, dada las grandes distancias, la dilatada extensión del territorio, y la escasa expansión edilicia ante la falta de atención, indiferencia y control de las autoridades municipales instaladas en la villa cabecera de San Rafael, dada la organización político administrativa del territorio. Es decir, la necesidad de autoridades municipales propias que contribuyeran al progreso, fue uno de los motivos principales por el cual se alzaron voces solicitando la separación del distrito y su conversión en departamento. Aunque también debe destacarse la necesidad de contar con representantes en la Legislatura provincial y en el Congreso de la Nación a fin de resolver cuestiones de mayor envergadura y que escapaban a lo meramente municipal.

En cuanto a la respuesta del gobierno al pedido de los pobladores, la misma puede ser tildada de favorable, ya que finalmente fue creado el departamento. Sin embargo, la división territorial esperada transitó por un proceso lento, siendo el proyecto de ley no sólo objeto de acuerdos sino también de desacuerdos, incluso dentro del mismo partido peronista. Puede decirse que los motivos de creación del departamento presentes en el discurso oficial coincidieron con los argumentados por la sociedad local, entre ellos, las características geográficas (grandes distancias, la extensión territorial), la cantidad de población, y la limitada expansión del centro poblado -dado la falta de gestión de las autoridades municipales-. Esto indica que, uno de los criterios que impulsaron al peronismo a otorgar autonomía a Malargüe fue el poblacional y el interés de fomentar el desarrollo de la zona. Con ello se producía cierto acercamiento a la idea de municipio de base sociológica que había propiciado el peronismo en la Constitución de 1949. El estudio realizado pone en evidencia entonces que hubo cierta articulación entre los intereses de la población con los del gobierno en la creación del nuevo departamento.

Sin embargo, la urgente necesidad de cumplir con una vieja promesa realizada a los habitantes de Malargüe y rendir homenaje y lealtad al Presidente de la Nación, dando muestra de su supuesta labor realizada en el territorio -sin considerar la verdadera capacidad económico-financiera del futuro municipio para auto-gobernarse- fueron también las causas inspiradoras de esta política. Aunque cabe profundizar acerca de esta cuestión, puede pensarse en una estrategia política conveniente al peronismo que perseguía fines electoralistas.

Elevar a Malargüe a la categoría departamental significaba, según las disposiciones legales, otorgarle autonomía municipal en lo político, económico-financiero y administrativo. Ahora bien, una vez creado el departamento, fue designado por decreto del gobierno provincial, un Comisionado para hacerse cargo de la administración municipal hasta las próximas elecciones. A partir de este hecho y de los testimonios mencionados acerca de la insuficiencia de recursos económicos, quedan abiertos los siguientes interrogantes. ¿Qué posibilidades tuvo el nuevo municipio de ejercer en la práctica dicha autonomía?. ¿Qué posibilidades tuvo de lograr la expansión de la villa cabecera como así también de la zona rural?. Por último, y en cumplimiento de los planes quinquenales ¿En qué medida el gobierno nacional y provincial contribuyó al desarrollo buscado?

Mapa N° 1: Departamento de San Rafael hasta 1950



**Cuadro N°1: San Rafael: Presupuesto de gastos asignados a las Comisiones Municipales (1948-1951)**

<b>Comisiones Municipales</b>		<b>1948</b>	<b>1951</b>
<b>Villa Atuel</b>	Jornales	18.000	38.400
	Obras Públicas, materiales, herramientas, etc.	8.850	4.000
	Alumbrado Público	7.350	8.500
	Gastos Varios	1.800	1.800
	<b>Total</b>	<b>36.000</b>	<b>52.700</b>
<b>Malargüe</b>	Jornales	16.800	33.600
	Obras públicas, materiales y herramientas	7.000	3.500
	Alumbrado Público	3.000	4.200
	Gastos Varios	1.200	1.200
	<b>Total</b>	<b>28.000</b>	<b>43.000</b>
<b>Monte Comán</b>	Jornales	9.000	24.000
	Obras públicas, materiales y herramientas.	5.000	3.000
	Alumbrado Público	18.000	14.000
	Gastos Varios	1.220	1.000
	<b>Total</b>	<b>28.000</b>	<b>42.000</b>
<b>Real del</b>	Jornales	12.000	24.000

<b>Padre</b>	Obras públicas, materiales y herramientas	7.000	2.000
	Gastos Varios	1.000	800
	<b>Total</b>	<b>20.000</b>	<b>26.800</b>
	<b>Total asignado a Comisiones municipales</b>	<b>112.000</b>	<b>164.600</b>

Fuente: Elaboración propia sobre la base de los datos del Presupuesto de Gastos y Cálculo de recursos (Honorable Concejo Deliberante de la Municipalidad de San Rafael-Mendoza, Ordenanzas N°713/48 y 987/5 1).

## Referencias Bibliográficas

Ábalos, Gabriela (2006). *Municipio y participación política. Análisis histórico, normativo y jurisprudencial*, Mendoza: EDIUNC.

Aboy, Rosa (2004). "El derecho a la vivienda. Opiniones y demandas sociales en el primer peronismo". In *Desarrollo Económico*, Vol. 44, n. 174, Argentina.

Acha, Omar (2004). "Sociedad Civil y Sociedad Política durante el Primer Peronismo". In *Desarrollo Económico*, Vol. 44, n. 174, Argentina.

Alvarez, Graciela (1993). "Mendoza hacia 1955. La Revolución Libertadora. La historia a través de sus testigos", CEIDER n. 10, Mendoza, Facultad de Filosofía y Letras.

Andrenacci, Luciano, et al (2004). "Acerca del Estado de Bienestar en el Peronismo Clásico (1943-1955)". In Bertranou, Julián, et al. compiladores, *El país del no me acuerdo. (Des)memoria institucional e historia de la política social en Argentina*, Buenos Aires: Prometeo Libros.

Alonso Camacho, Omar (1987). "Conflictos jurisdiccionales en departamentos del sur mendocino, 1914-1970". In *Separata del Sexto Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*, Córdoba.

Alvarez, Ana, Cortellezzi, Mónica y Karake, Nesrin. "Los departamentos de Mendoza y la organización espacial". In *Suplemento Diario Los Andes*.

Bazzano, Horacio y Mateo Graciela (2010). "Territorios pasados, presentes y posibles. Estudio de casos: la reactivación de un tren entrerriano y la autonomía municipal en una localidad bonaerense". In *Territorio, poder e identidad en el agro argentino*, Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, Imago Mundi.

Bernard, Tomás (1976). *Régimen municipal argentino. Origen institucional y su evolución hasta la época actual*, Buenos Aires: Depalma.

Bianchi de Porras, Rosa (2001). *Malargüe. Memorias de medio siglo, 1950-2000*, Mendoza: Municipalidad de Malargüe.

Bucciarelli, Mario (2009). "El peronismo clásico y los excluidos de la ley Sáenz Peña. Aportes para un debate desde los territorios nacionales". In *Avances del CESOR* n. 6, Rosario.

Cépparo, María Eugenia (2007). "Aproximaciones sobre las políticas públicas y la oferta territorial de la zona rural del extremo sur mendocino". In *III Congreso Interoceánico de Estudios Latinoamericanos*. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, UNCuyo.

Cépparo, María Eugenia, Gabrielidis, Graciela y Prieto, Estela (2008). "Procesos de reestructuración en el área rural del sur de Mendoza. Iniciativas públicas frente a los desafíos socio-territoriales locales". In *II Jornadas de Investigación de las economías regionales*, Tandil.

Cueto, Adolfo (2001). "Los gobiernos peronistas en Mendoza". In *XI Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*, Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia; *Historia Contemporánea de Mendoza a través de sus gobernaciones*, T I (1932-1966), Junta de Estudios Históricos, Mendoza, 1996.

Elena, Eduardo (2005). "What the People Want: State Planning and Political Participation in Peronist Argentina", 1946-1955. In *Journal of Latin American Studies* N° 37, Cambridge University Press.

Hernández, Antonio M. (1984). *Derecho Municipal*, vol. I, Buenos Aires.

Hespanha, Antonio María (1993). *La Gracia del Derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna*, Madrid: Centro de Estudios Culturales.

Hirschegger, Ivana (2004), "El municipio de San Rafael entre 1947 y 1949, desarrollo y división territorial". In *Actas del Séptimo Encuentro de Historia Argentina y Regional. En Vísperas del bicentenario de la Revolución de Mayo. Génesis y Proyección: imagen de una historia nacional y regional*, Mendoza.

Hirschegger, Ivana (2009). *Políticas públicas peronistas y su impacto en el desarrollo económico y social de los municipios mendocinos (1946-1955)*. Tesis (Doctorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo.

Hirschegger, Ivana (2010). "Alcance territorial de las políticas pública peronistas en la Provincia de Mendoza (Argentina). 1946-1955". In *Revista Apuntes* n. 66, segundo semestre, Lima-Perú: Centro de Investigaciones de la Universidad Nacional del Pacífico.

Hirschegger, Ivana (2010), "La enseñanza primaria en el marco del Estado de Bienestar: los planes de obras y la expansión de los servicios educativos en dos municipios de Mendoza/Argentina (1946-1955)". In *Antíteses*, vol. 3, N. 6. Londrina. Brasil: Universidade Estadual de Londrina.



Hirschegger, Ivana (2010) “El bienestar social durante el peronismo clásico. La expansión de los servicios de salud hacia las áreas rurales de los municipios de la provincia de Mendoza (1946-1955)”. In *Mundo Agrario. Revista de Estudios Rurales*, n. 21, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata.

Hirschegger, Ivana (2010), “El primer peronismo y la aplicación diferencial de políticas estatales. La salud pública en la provincia de Mendoza (Argentina), 1946-1955” In *Mediterránea*, n. 18, Palermo (Italia): Cátedra di Storia Moderna, Facoltà di Lettere e Filosofia.

Hirschegger, Ivana (2010). “Alcance territorial de las políticas públicas peronistas en la Provincia de Mendoza (Argentina). 1946-1955”. In *Revista Apuntes*, n. 66, Lima-Perú: Centro de Investigaciones de la Universidad Nacional del Pacífico.

Hennesy, A, “América Latina”, en Ionescu, Ghita y Gellner Ernest (Compiladores) (1969). *Populismo. Sus significados y características nacionales*, Buenos Aires: Amorrortu editores.

Lacoste, Pablo (1997). *Malargüe, Historia y perspectivas*, Mendoza: Diario UNO.

Lvovich, Daniel y Suriano, Juan (editores) (2005). *Las políticas sociales en perspectiva histórica, Argentina, 1970-1952*, Buenos Aires: Prometeo Libros; entre otros.

Macor, Darío y Tcach, César, (2003). *La invención del peronismo en el interior del país*, Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral.

Mata Olmo (1992). “Aportaciones al estudio del problema de la tierra en las zonas áridas de la provincia de Mendoza. Malargüe. 1874-1988”. In *Boletín de Estudios Geográficos*, Vol. XXV, n. 88, Mendoza

Maza, Isidro (1991). *Historia de Malargüe*, Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo.

Melon Pirro, César y Quiroga, Nicolás (2006). *El peronismo bonaerense: partido y prácticas políticas, 1946-1955*, Mar del Plata: Ediciones Suárez.

Montbrun, Alberto (1992). "La base territorial de los municipios". In *Boletín de la Asociación Argentina de Derecho Constitucional*, Año VIII, n. 76.

Moscoso Perea, Carlos (1990). *El populismo en América Latina*, Madrid, p. 55.

Ortega, Laura (2009). "Participación vecinal y asociaciones de la sociedad civil en el ámbito municipal de dos comunidades agrícolas en Mendoza en los comienzos del primer peronismo". In *Mundo Agrario. Revista de Estudio Rurales*, n. 19, La Plata.

Panella, Claudio (comp.) (2005). *El gobierno de Domingo A. Mercante en Buenos Aires (1946-1952). Un caso de peronismo provincial*, T. I, La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires.

Pérez Guilhou, Dardo (2005). *Presidencialismo, Caudillismo y Populismo*, Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas.

Rein, Raanan (1998). *Peronismo, populismo y política: Argentina, 1943-1955*, Buenos Aires: Fundación Editorial de Belgrano.

Rosanvallón, Pierre (1995). *La nueva cuestión social. Repensar el Estado providencia*, Buenos Aires: Manantial.

Ross, Peter (1993). "Justicia Social: Una evaluación de los logros del peronismo clásico". In *Anuario del IEHS*, Tandil: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro.

Romero, Alberto (2002), "El Estado y las Corporaciones, 1920-1976". In Di Stéfano, Roberto, Sabato, Hilda, Romero, Luis Alberto y Moreno, José Luis, *De las cofradías a las organizaciones de la sociedad civil. Historia de la iniciativa asociativa en argentina 1776 – 1990*, Buenos Aires: Gadis.

Romero, Alberto (2007). *Sectores populares, cultura y política. Buenos Aires en la Entreguerra*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Ediciones.

Ruffini, Martha (2005). "Peronismo, territorios nacionales y ciudadanía política. Algunas reflexiones en torno a la provincialización". In *Avances del CESOR* n. 5, Rosario.

Sanjurjo, Inés (1991). "Malargüe (1877-1892). Un estudio desde la óptica municipal acerca de la creación y supresión del departamento más austral de la provincia de Mendoza en el siglo pasado". In *Revista Historia del Derecho* n. 19, Buenos Aires: Instituto de Historia del Derecho.

Sanjurjo, Inés y Hirschegger, Ivana (2009). "El municipio urbano en las Constituciones mendocinas de 1910 y 1949". In *Cuadernos de Historia*, n. 20, Córdoba: Instituto de Historia del Derecho y de las Ideas Políticas Roberto I. Peña de la Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba.

Werner, Altman (1983). "Cárdenas y Perón. Una confluencia populista". In Werner y otros, *El Populismo en América Latina*, México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Zuccherino, Miguel (1977). *Teoría y Práctica del Derecho Municipal*, Buenos Aires.

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NO PENSAMENTO POLÍTICO-TEOLÓGICO CATÓLICO: A  
TEMÁTICA DA GERAÇÃO DA VIDA NA EDUCAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

**LA EDUCACIÓN SEXUAL EN EL PENSAMIENTO POLÍTICO-TEOLÓGICO CATÓLICO:  
LA TEMÁTICA DE LA GENERACIÓN DE LA VIDA EN LA EDUCACIÓN SEXUAL DE  
NIÑOS Y ADOLESCENTES**

**SEX EDUCATION ACCORDING TO CATHOLIC POLITICAL-THEOLOGICAL THOUGHT:  
THE THEME OF REPRODUCTION IN SEX EDUCATION AIMED AT CHILDREN AND  
TEENAGERS**

**L'ÉDUCATION SEXUELLE DANS LA PENSÉE POLITICO-THÉOLOGIQUE  
CATHOLIQUE : LA THÉMATIQUE DE LA GÉNÉRATION DE LA VIE DANS L'ÉDUCATION  
SEXUELLE DES ENFANTS ET ADOLESCENTS**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124105

**Anna Marina Barbará Pinheiro<sup>1</sup>**

**RESUMO**

No presente trabalho, temos como objetivo analisar algumas reflexões acerca da sexualidade a partir da temática da geração da vida na educação sexual de crianças e adolescentes, elaboradas por dois intelectuais ligados a Igreja Católica-romana no segundo pós-guerra; André Berge; intelectual francês com formação nas áreas de psicologia, educação, filosofia e letras que, por ocasião da publicação de “A Educação Sexual e Afetiva”, pela Livraria Agir, no final dos anos de 1960 - dirigia a parte médica do Centro Psico-pedagógico Claude Bernard; e Gerald Kelly; jesuíta norte-americano ligado ao Instituto de Educação Religiosa, que, na convenção de 1940 do Instituto, seria designado, juntamente com mais dois de seus membros - Pe. Benjamim R. Fulkerson S. J., A. M., S. T. L., do Departamento de Religião da Universidade de Saint Louis (S. J. Louis, Missouri) e Pe. Clarence F. Whitford, S. J., A. M., Phd do Departamento de Filosofia da Universidade de Marquette (Milwaukee, Wisconsin) – a

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da UFRJ. É coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero (LEG/UFRJ). E-mail: [annapin09@gmail.com](mailto:annapin09@gmail.com)

elaborar um livro que “atendesse às necessidades intelectuais e práticas” de rapazes e moças no início dos estudos universitários e versasse, sobre a castidade, notadamente a extramatrimonial, por tratar-se de um público majoritariamente não-casado. O livro intitulou-se, “Juventude, Sexo e Moral”, e foi publicado no Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em co-edição com a Livraria Agir, em meados dos anos de 1950.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, Igreja Católica.

## RESUMEN

En este trabajo, tenemos por objetivo analizar algunas reflexiones sobre la sexualidad a partir de la cuestión de la generación de la vida en la educación sexual de los niños y adolescentes, desarrolladas por dos intelectuales vinculados a la Iglesia Católica Romana en la segunda postguerra. André Berge, intelectual francés de formación en psicología, educación, filosofía y letras que, durante la publicación de *La Educación Sexual y Afectiva* por la “Livraria Agir” a fines de los años 1960, dirigía la parte médica del Centro Psicopedagógico Claude Bernard; y Gerald Kelly, jesuita norte-americano afiliado al Instituto de Educación Religiosa que, en la Convención de 1940 del Instituto, sería designado en conjunto con más dos de sus miembros – Ver. Benjamin R. Fulkerson S. J., A. M., S. T. L., del Departamento de Religión de la Universidad de Saint Louis ( S. J. Louis, Missouri) y el Reverendo Clarence F. Wtford, S.J., A. M., Phd del Departamento de Religión de la Universidad de Marquette (Miwaukee, Wisconsin) – a producir un libro que “respondiera a las necesidades intelectuales y prácticas” de niños y niñas en los primeros estudios universitarios y versara acerca de la castidad, sobre todo fuera del matrimonio, por tratarse de un público, en su mayoría, de solteros. El libro se intitula *Juventud, Género y Moral*, fue publicado en Brasil por la Universidad Católica de Río de Janeiro en copublicación con la “Livraria Agir” a mediados de los años 1950.

Palabras-clave: género, sexualidad, Iglesia Católica.

## ABSTRACT

The objective of the present study is to analyse reflections on sexuality based on the theme of reproduction in sex education aimed at children and teenagers by two post-World War II

intellectuals linked with the Roman Catholic Church. The first is André Berge, a French intellectual operating in the fields of psychology, education, philosophy and literature who was head of the medical section of the Claude Bernard Psychoeducational Centre when Livraria Agir published “Sexual and Affective Education” at the end of the 1960s. The second is Gerard Kelly, a North-American Jesuit linked to the Religious Education Institute, who was assigned under the institute’s 1940 convention to complete a book which “would meet the intellectual and practical needs” of young people beginning their university studies, along with two other members, Benjamin R. Fulkerson, from the Department of Religion at the University of Saint Louis (Missouri) and Clarence F. Whitford, PhD from the Department of Philosophy at the University of Marquette (Milwaukee, Wisconsin). The book also discussed chastity, notably of the extramarital variety, as its audience was mainly unmarried. It was entitled “Youth, Sex and Morals” and was published in Brazil by Rio de Janeiro Pontifical University and Livraria Agir in the middle of the 1950s.

Key words: gender, sexuality, Catholic Church.

## **RÉSUMÉ**

Dans ce travail, notre objectif est d’analyser certaines réflexions autour de la sexualité à partir de la thématique de la génération de la vie dans l’éducation sexuelle des enfants et des adolescents, élaborées après la Seconde Guerre mondiale par deux intellectuels liés à l’Église catholique romaine. Tout d’abord, André Berge, un intellectuel français des domaines de la psychologie, de l’éducation, de la philosophie et des lettres, qui, à l’occasion de la publication au Brésil de *L’Éducation sexuelle et affective*, par la librairie Agir à la fin des années 1960, dirigeait le Centre psychopédagogique Claude Bernard. Puis Gerald Kelly, un jésuite nord-américain lié à l’Institut d’éducation religieuse qui, lors de la convention de 1940 du même institut, sera désigné, conjointement avec deux autres de ses membres, Benjamin R. Fulkerson, du Département de religion de l’Université de Saint Louis (Missouri) et Clarence F. Whitford, Docteur du Département de philosophie de l’Université de Marquette (Milwaukee, Wisconsin), pour élaborer un ouvrage qui « répond aux besoins intellectuels et pratiques » des jeunes gens entrant à l’université, traitant de chasteté, notamment extra-matrimoniale étant donné qu’il s’agissait d’un public pour la plupart encore non lié par les liens du mariage. Le livre intitulé en portugais *Juventude, Sexo e Moral* (Jeunesse, sexe et morale) sera publié

au Brésil par l'Université catholique Rio de Janeiro, en coédition avec la librairie Agir, au milieu des années 1950.

Mots-clés : genre, sexualité, Église catholique.

Neste trabalho, temos como objetivo, analisar algumas reflexões acerca da sexualidade a partir da temática da geração da vida na educação sexual de crianças e adolescentes, elaboradas por um conjunto de intelectuais ligados a Igreja Católica-romana no segundo pós-guerra.

Iniciando nossa análise pela obra de André Berge; intelectual francês com formação nas áreas de psicologia, educação, filosofia e letras que, por ocasião da publicação do volume em questão, dirigia a parte médica do Centro Psico-pedagógico Claude Bernard; identificamos logo no prefácio a colocação de uma discussão acerca da educação sexual:

*(...) Os educadores de outrora salientavam, de preferência, o **aspecto negativo e perigoso da sexualidade**, em vez de pensar em fazê-la cooperar na construção da pessoa humana. (...) Os termos '**sexual**' e '**afetivo**'(...) designam dois terrenos que se interpenetram. Digamos que a sexualidade sustém toda a afetividade, mas, no ser humano a afetividade ordena a sexualidade: dá-lhe valor e significação. Preocupando-nos com a '**educação sexual e afetiva**', tivemos sempre em mira o **desenvolvimento salutar do ser integral**, levando em conta, tanto a sua **realização pessoal** como a sua **integração social** (...)<sup>2</sup>.*

Anunciando a um só tempo sua concepção acerca da sexualidade como importante dimensão de realização existencial e afetiva, e da educação como um processo multifacetado e intrinsecamente relacionado à construção da identidade individual (percebida como saúde do "ser integral") e coletiva (percebida como a "integração" deste ser na sociedade), o autor, que escreve diretamente para os pais, prossegue no corpo do livro, abordando a questão da sexualidade e; especificamente, da educação sexual; nesta dupla dimensão, positiva e negativa.

Sendo assim, no item em que trata do modo pelo qual os pais deveriam responder às curiosidades sexuais da criança, o aspecto negativo da sexualidade aparece quando o autor menciona o constrangimento dos mesmos no exercício desta função:

---

<sup>2</sup> Bergé, André (1968). *A Educação Sexual e Afetiva*, R J: Agir, Coleção Família 2.

*(...) Se tantos pais se sentem constrangidos para responder às perguntas que a criança (...) lhes faz, é, sem dúvida, porque, embora confusamente, ainda consideram como uma coisa vergonhosa a sua vida sexual, embora seja a mais legítima possível (...).*

*É esse constrangimento, acreditamos que deturpa a atitude dos educadores e os impede de encontrar (...) as fórmulas mais amplas que tranqüilizariam o jovem interlocutor (...).*

*É preciso, portanto, saber falar à criança (...) sem constrangimento; explicar-lhe em termos acessíveis tudo quanto ela deseja saber e ensinar-lhe a refletir tão livremente sobre esses problemas como sobre outros quaisquer.<sup>3</sup>*

Observa-se assim, a opção do autor pela informação normatizadora (exata, clara e dada no momento certo), em detrimento da repressão (representada pelo silêncio), enquanto instrumento pedagógico fundamental à educação sexual, idéia que permeará todo o seu livro. Tal opção aparece de forma muito clara, por exemplo, nas explicações que Bergé recomenda serem dadas à criança acerca da geração da vida:

*(...) Quando ela (a criança) ousa falar, começa geralmente por perguntar: ‘Donde vêm as crianças?’ (...) É fácil fazê-la compreender que os bebês de todas as espécies crescem primeiro no interior das mães. E se for necessário especificar ainda mais, explicar-se-á que **as senhoras possuem uma espécie de bolsa que já existe no corpo da menina – e é por isso que a menina não é feita como o menino** (...).*

*Certas mães acham estarem próximas da verdade, afirmando que antes do nascimento o bebê ‘está dentro do coração das mães’. Para quem tem uma noção ainda que insignificante do que é um coração, essa fantasia pseudo-sentimental não pode deixar de ser um pouco perturbadora (...).<sup>4</sup>*

É interessante notar os múltiplos processos que informam a construção do texto pelo autor. Assim, se por um lado, Bergé dá conta de informações técnicas e sugere aos pais que, para explicar a reprodução humana a seus filhos estabeleçam comparações entre a mesma e a reprodução de outras espécies de animais e até de plantas, por outro, realiza a discussão sobre a importância da informação na educação sexual (muito cara à teologia católica desde os seus primórdios) à qual nos referíamos e, numa terceira dimensão do discurso vai, aos poucos, construindo as representações ideológicas de homem e mulher com que trabalhará ao longo do livro, acrescentando-lhes novos elementos à medida que outras temáticas relativas à sexualidade forem se acrescentando à temática da geração da vida.

Retomando a discussão sobre o lugar da gestação na explicação a ser dada aos filhos, Bergé sublinha a importância dos pormenores no âmbito da mesma, já que: “(...) a menor idéia falsa pode levar a imaginação para caminhos aberrantes o que prejudicaria o

---

<sup>3</sup> Ibidem, p.71.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 71-79.



*equilíbrio afetivo (da criança). A exatidão nunca será demasiada (...) e não se deve evitar nenhuma interrogação(...)*<sup>5</sup>.

Quanto à construção de gênero realizada pelo autor deve-se, inicialmente, atentar para a identificação no interior de seu pensamento entre feminilidade e maternidade por um lado, e masculinidade e paternidade, por outro. Assim, a primeira referência à maternidade localizada no texto, entendendo-a ainda, apenas como a capacidade feminina de procriar, lhe atribui a função de valorização da mulher, identificando-a, portanto, como um atributo que, simultaneamente, define a condição feminina e lhe auferir prestígio, como podemos verificar na seguinte passagem:

*(...) Essa primeira informação (sobre o lugar que existiria no corpo da mulher para a gestação de seus futuros filhos, diferenciando-a do homem) <sup>6</sup> tem a vantagem de realçar, justamente o valor da menina aos olhos do menino, como a seus próprios olhos (...).*<sup>7</sup>

Avançando na discussão sobre as diferenças sexuais à medida que caminha no detalhamento do processo de fecundação, Bergé definirá a paternidade como um estado em que já se “(...) *tem bastante força para trabalhar, ganhar a vida da família e defender os filhos (...)*” e seguirá mantendo a definição de maternidade circunscrita a um conjunto de potencialidades de ordem biológica. Assim, para poder ser mãe, o autor afirmará ser preciso que a menina esteja suficientemente crescida e seus seios tenham se desenvolvido “(...) *para que ela possa dar leite ao pequenino*”<sup>8</sup>.

Por fim, o passo subsequente que encerra a descrição do ato da fecundação será aquele em que o autor procura auferir-lhe sentido, identificando-o como um ato de amor:

*(...) É uma força extraordinária que impele (...) o homem e a mulher um para o outro, dando-lhes **vontade de se aproximarem e de se casarem**; essa força poderosíssima chama-se **amor**: E é nas carícias que trocam os que se amam, é num impulso de ternura mútua, que se produz essa ‘fecundação’ muito semelhante à que acontece nas plantas (...). **O filho é uma obra do amor comum, é uma prova do amor de seus pais (...).** É bom que ele não conceba a aproximação de seus procriadores nem como uma espécie de aproximação quase (...) cirúrgica, nem como **um prazer egoísta** dos adultos, donde o seu pensamento teria sido completamente excluído (...).*<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> Parênteses nossos.

<sup>7</sup> Bergé, A. (1968). Op. cit.

<sup>8</sup> Ibidem, p.81.

<sup>9</sup> Ibidem.

Nesta passagem em que amor e atração sexual confundem-se; a concepção de sexualidade de Bergé adquire maiores contornos, ora aproximando-se, ora afastando-se da concepção católica mais tradicional. Ao identificar amor e atração sexual, o autor inverte a operação intelectual característica do pensamento católico que trabalha no sentido de dessexualizar o amor. Tomando, por outro lado, o desejo sexual como “desejo de se casar”, circunscreve o exercício da sexualidade à esfera do casamento, de forma análoga a que faz a Igreja. E, ao qualificar o prazer sexual como egoísta, caso não contemple o desejo de ter filhos, acaba assumindo uma concepção de sexualidade, basicamente procriativa, bem semelhante à católica.

Na obra do jesuíta norte-americano Gerald Kelly, as discussões precedentes assumem dimensões um tanto diferenciadas. A discussão sobre a importância da informação sexual, por exemplo, aparece na abordagem de outra temática, a da menstruação na educação sexual das meninas. Kelly assim, afirmará ser:

*(...) coisa notável que muitas mães dizem pouco ou mesmo nada a suas filhas a respeito da menstruação e em consequência disso algumas meninas ficam completamente assustadas com o que deveria ser tomado como uma ocorrência fisiológica perfeitamente normal<sup>10</sup>.*

Teólogo moralista ligado ao Instituto de Educação Religiosa, o autor, na convenção de 1940 do Instituto, é designado, juntamente com mais dois de seus membros<sup>11</sup>, a elaborar um livro que “atendesse às necessidades intelectuais e práticas” de rapazes e moças no início dos estudos universitários e versasse, sobre a castidade, notadamente, a extramatrimonial, por tratar-se de um público majoritariamente não-casado.

Em função de tais objetivos editoriais, a discussão sobre a sexualidade que se realiza no livro, encontra-se circunscrita à idéia católica de castidade, assim como a todas as outras que lhes são correlatas (amizade, “camaradagem entre os sexos” e amor). Desta forma, o caráter dual do fenômeno percebido como, simultaneamente positivo e negativo, presente na obra de outros autores (André Bergé, por exemplo), perde ênfase, ganhando relevo o fato do mesmo pertencer, a um só tempo, à ordem divina e à ordem da natureza.

---

<sup>10</sup> Kelly, Gerald S. J. (1956). *Juventude, Sexo e Moral*, 3ª Ed., col.: Servir, Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora, p.63.

<sup>11</sup> Pe. Benjamim R. Fulkerson S. J., A. M. , S. T. L., do Departamento de Religião da Universidade de Saint Louis (S. J. Louis, Missouri) e Pe. Clarence F. Whitford, S. J. , A. M., Phd do Departamento de Filosofia da Universidade de Marquette (Miwaukee, Wisconsin).

Efetuada operação semelhante a que realizou St.º Agostinho por ocasião da incorporação de aspectos da filosofia platônica à teologia católica, tendo em vista racionalizar dogmas fundamentais a esta religião, assim como a própria idéia de Deus, Kelly, parece ter como um de seus principais objetivos o de inscrever o fenômeno da sexualidade na ordem divina, acrescentando a idéia católica de Deus à percepção do fenômeno como natural. Assim, ao abordar a temática da geração da vida, falará em “plano divino da reprodução” e, identificando sexo com reprodução afirmar-se-á:

*(...) Somente quando percebemos todo o sentido da geração humana podemos compreender porque Deus nos criou homens uns, e outros mulheres, porque fez nossos corpos tão diferentes, porque dotou a cada um particularmente com as características necessárias para a maternidade ou a paternidade, e porque nos deu aquela forte atração mútua (...) Deus poderia ter estabelecido um mundo em que ele criasse cada ser humano, alma e corpo. Nesse caso, não haveria necessidade de sexo e de suas características concomitantes. Poderíamos todos ter o mesmo tipo de corpo, e o ponto máximo de nossas relações seria a simples amizade. (...) Deus estabeleceu a presente ordem das coisas. Estabeleceu um sistema de reprodução que requer a colaboração de pais humanos (...)<sup>12</sup>.*

Nesta perspectiva de apreensão da sexualidade como um fenômeno de determinação divina e natural, a parte que cabe aos seres humanos é percebida apenas como “colaboração” e, mesmo nesta parte, o autor sublinha a presença de Deus:

*(...) Porque foi Deus quem nos deu, como a pais potenciais, uma faculdade generativa, foi Deus quem ligou ao uso dessa faculdade um especial prazer físico, foi Deus quem deu um forte apetite para o gozo desse prazer. Alguma coisa de cada um desses três elementos há de servir (...) para indicar como eles se ajustam ao plano divino<sup>13</sup>.*

Cabe detalhar um pouco mais a aproximação que sugerimos entre a interpretação fornecida pelo autor acerca da sexualidade e a apropriação agostiniana do pensamento platônico. Enquanto Sto. Agostinho apropria-se de aspectos da filosofia platônica no sentido de conciliá-los às “verdades reveladas pela fé cristã” e assim, dotá-las de maior eficácia visando à construção da hegemonia da Igreja enquanto instituição política, Gerald Kelly, orgânico à mesma instituição vivendo um outro momento de sua história, busca inscrever a percepção da sexualidade como fenômeno natural, já bastante recorrente no século em que vive, à cosmovisão católica no sentido de torná-la mais palatável ao público jovem para o qual sua obra se destina.

<sup>12</sup> Kelly, Gerald S. J. (1956). Op. cit, p. 53.

<sup>13</sup> Kelly, Gerald S. J. (1956). Op. cit, p.65.

Importa sublinhar, entretanto, que neste processo, o autor abandona, parcialmente, a percepção agostiniana acerca da sexualidade e avança em relação a ela. No cerne desta percepção encontra-se a identificação do pecado por Sto. Agostinho como transgressão da lei divina e do primeiro pecado cometido pela humanidade como intrinsecamente relacionado ao sexo.

Segundo Uta Ranke Heinemann<sup>14</sup>, Sto. Agostinho herdou o desprezo pelo sexo que permeia a obra dos padres da Igreja, tanto antes quanto em seus dias, e a ele agregou um novo fator: “uma ansiedade sexual pessoal e teológica”. Associou a transmissão do pecado original, que desempenha um papel decisivo em seu sistema de redenção, com o prazer da relação sexual.

De acordo com Agostinho, quando Adão e Eva desobedeceram a Deus e comeram o fruto proibido do paraíso, “sentiram vergonha e cobriram o sexo com folhas de figueira”. Conclui desta passagem que “eis de onde vem”. Para Heinemann, ele quer dizer com isso que, o que ambos tentavam esconder era o lugar através do qual o primeiro pecado havia sido transmitido. Assim, para o autor, a relação sexual, ou mais especificamente o prazer que dela emana, constituiria o “elo transmissor” do pecado original continuamente, de geração a geração, e a única pessoa gerada e concebida sem pecado em toda a humanidade teria sido Cristo. Esse elo entre prazer e pecado só seria oficialmente abandonado pela Igreja no século dezenove. Em função disso, a “Imaculada Conceição” - que se refere à concepção de Maria por sua mãe, sem pecado original – e que só passa a ser considerado um dogma católico a partir de 1854.

Heinemann credita em parte, o pessimismo sexual do autor à aspectos de sua biografia. Segundo a autora, Agostinho preparou-se para a conversão rejeitando, aos 29 anos, a mulher com quem vivera por 12 anos, e que lhe havia dado um filho, Adeodato (= dado por Deus), quando tinha apenas 17 anos. Ficou com o menino, mandando embora a mulher que mesmo assim, lhe jurou fidelidade.

No curso desta relação, Agostinho praticou, de forma rigorosa, a contracepção, observando os dias de infertilidade da companheira, embora tivesse frustrado sua vigilância com um erro de cálculo que resultou no nascimento de Adeodato. A prática da contracepção

---

<sup>14</sup> A partir deste momento passaremos a resumir a interpretação fornecida pela autora acerca da concepção agostiniana de gênero e sexualidade em: Heinemann, Uta Ranke (1996). *Eunucos pelo Reino de Deus, mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*, RJ: Record: Rosa dos Tempos.

neste contexto, explica-se, em parte, pela indisposição de Agostinho quanto a se casar com uma mulher que não pertencia a sua classe social. Após a conversão, sua consciência arrependida face à própria traição em relação à amante tornou-se desprezo pelo amor sexual em geral. Culpado como, provavelmente se sentiu, tendeu a deslocar a culpa de si mesmo para o “prazer maligno” do ato sexual. A moralidade sexual pessimista de Agostinho é, portanto, identificada pela autora como “(...) *uma repressão de sua consciência sexual arrependida, sua aversão às mulheres uma revelação contínua da causa responsável por seu próprio fracasso (...)*”<sup>15</sup>.

Quanto à teoria formulada pelo autor sobre a transmissão do pecado original, importa determo-nos na reflexão que a mesma traz consigo acerca da existência ou não de relações sexuais no paraíso. No final de sua vida Agostinho conclui que, mesmo no Éden a reprodução ocorria através do sexo. Tal conclusão decorre da dificuldade do autor em atribuir à mulher qualquer outra função que não a procriação. Se a mesma foi criada por Deus para ajudar ao homem; para que exatamente, ela serviria senão para procriar, já que, em todas as demais atividades – o cultivo da terra, companhia na solidão – outro homem seria de maior serventia?

Admitida a existência de sexo no paraíso, restava ainda, pensar sobre o prazer neste tipo de relação, haveria prazer no paraíso? A resposta de Agostinho será negativa. Antes da queda os homens tinham total controle sob seus corpos, e os órgãos sexuais eram “servos obedientes da humanidade”, de forma análoga aos demais órgãos do corpo humano.

Nesta perspectiva, o desejo sexual é identificado como punição pelo pecado da desobediência. Como desobedeceu à Deus, o homem não conseguiria mais obedecer a si próprio. O castigo pela queda teria assim, incidido, prioritariamente sob a esfera da sexualidade. Estava, portanto, estabelecido pela hierarquia celibatária da Igreja que “o lócus por excelência do pecado estava no sexo”.

Retomando a análise do pensamento de Gerald Kelly deparamo-nos com duas asserções do autor acerca da atração sexual entre homens e mulheres que nos remetem a Sto. Agostinho. A primeira constitui-se, na verdade, numa indagação sobre os motivos divinos que teriam levado à criação do prazer sexual: “Deus poderia ter criado seres de corpos indiferenciados que tivessem como ponto máximo de suas relações a amizade, então,

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 92.

por que o prazer sexual?” A resposta dada pelo autor não é tão negativa quanto a agostiniana que concebe o prazer como punição divina à desobediência de Adão e Eva, mas o simples movimento de tentar imaginar como seria a reprodução humana sem o sexo revela uma desconfiança em relação à ele, assim como ao prazer que dele emana.

Kelly acaba por concluir que a associação por Deus, da “faculdade generativa” nos seres humanos a um “especial prazer físico”, que vem acompanhado de um “forte apetite para gozá-lo”, só pode ser vista como necessária. Faz parte do plano divino que assim seja, é o máximo da explicação que o autor consegue elaborar.

Outro aspecto que chama a atenção em sua análise e também está relacionado à cosmologia católica é a idéia de alma que defende e as repercussões desta idéia em sua percepção acerca da sexualidade. Afirmando que:

*(...) No momento da concepção, o ser vivo, formado no corpo da mulher (...), é verdadeiramente um ser humano, com os direitos de um ser humano, e a dignidade de um ser humano, com uma alma imortal formada à imagem de Deus, e destinada a receber a vida sobrenatural de Cristo e a viver eternamente unida com a santíssima Trindade (...)*<sup>16</sup>.

Kelly acrescenta, não apenas ser absurdo, como ainda, anticristão e inumano, falar em ciência da reprodução humana e ignorar completamente a alma, e, desta forma, mais uma vez enfatiza o caráter procriativo da sexualidade, manifestando-se contrariamente à contracepção e, principalmente, ao aborto. O contexto norte-americano do início dos anos de 1940, provavelmente explica esta postura do autor.

No livro do educador francês Jean Violett, publicado pelas Edições Paulinas em 1961, reencontramos a idéia católica de alma inserida na discussão sobre educação sexual aqui referenciada.<sup>17</sup> Assim, logo no prefácio afirma-se que:

*(...) Nenhum educador contesta a necessidade da educação sexual e sentimental (...). O importante da questão, porém, é saber a quem compete fazer essa educação e a maneira de proceder. Alguns pretenderam que deveria ser efetuada na escola por professores qualificados ou médicos. Os pais revoltaram-se à idéia de que **o mais delicado e importante problema da formação moral de seus filhos** fosse tratado (...), diante de crianças ou adolescentes de moralidade variável e, na maioria das*

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>17</sup> Viollet, Jean (1961). *Educação do pudor e do sentimento*, SP: Paulinas.

vezes, unicamente sob o ponto de vista fisiológico e higiênico. Viram aí, e com razão, um **grave perigo para a alma de seus filhos (...)**<sup>18</sup>.

Embora o livro não traga quaisquer informações sobre a relação existente entre o autor e a Igreja Católica, nem sobre sua formação profissional ou “estado de vida”, aparecendo apenas a indicação de que seria educador; traz consigo, além da idéia católica de alma, o pessimismo sexual cristão, presente na identificação da sexualidade como “o mais delicado e importante problema” da formação moral de crianças e adolescentes e na enunciação dos “perigos para a alma” que uma educação sexual indevida poderia ocasionar, manifestos na seguinte indagação do autor: “(...) *Como agir e o que dizer para não perturbar as jovens imaginações e **manter** no seu coração o respeito pelos pais, diante de revelações facilmente perturbadoras?(...)*”<sup>19</sup>.

Nesta perspectiva em que as informações sobre o funcionamento da sexualidade humana, mesmo as mais básicas, são tidas como capazes de por a perder o respeito dos pais pelos filhos, torna-se necessário, detalhar ao máximo a maneira de ministrá-las. De modo que o capítulo em que o autor se dedica a tal função, assume a estrutura de um conjunto de exemplos de conversas entre pais e filhos, agrupadas por temas (geração da vida, puberdade, amor...) e pela faixa etária do público ao qual se direcionam. Assim, por exemplo, a temática da geração da vida, será abordada da seguinte forma quando se tratar da explicação a ser dada a uma criança entre 7 e 10 anos, por seus pais:

*(...) Seu filho preocupa-se em saber como virá ao mundo o irmãozinho que a mamãe espera. (...) Dirigi-se primeiramente à mãe (...) Esta não o engana, e lhe dá explicações desse teor:*

*“Sabias que antes de ser um bebê, (...) a criancinha é semelhante a um pequenino germe, (...) impossível de se ver a olho nu? (...)”.*

*Mas Deus não podia, permitir que esse grãozinho fosse lançado em qualquer lugar sobre a terra, pois ele se perderia e fatalmente morreria. (...) Mas, principalmente (...) este grãozinho tem a necessidade de ser amado por um coração de mãe.*

*‘Onde pensas então, que o bom Deus o colocaria?’*

*Esponaneamente, a criança exclamará: ‘no coração das mães’.*

*E a mãe responderá:*

*‘Sim é no coração das mães, ou melhor, pertinho do seu coração, que o bom Deus coloca as criancinhas, às quais quer dar vida. É lá que durante nove meses, elas o guardam preciosamente, alimentando-as de seu amor e de seu próprio sangue, até o dia em que, bastante fortes, possam ver a luz do dia.*

*Foi assim que Deus te confiou a mim. Enquanto te trazia em meu seio, causaste-me muitos mal estares e fadigas. Suportei tudo com alegria porque já amava muito o bebezinho que Deus me confiava. Para que nascesses em boas condições e que desde cedo te inclinasses a fazer o bem, apliquei-me a não ter para ti senão desejos*

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>19</sup> Ibidem.

*de perfeição durante o tempo que tu e eu éramos um só. Sabia que o dia em que te separarias de mim, meu corpo passaria grandes dores e riscos a ponto de colocar minha vida em perigo. Mas, de antemão, aceitaria todos os sofrimentos, pronta a tudo suportar pelo filho que eu já amava mais do que a mim mesma.*

*Quando vieste ao mundo, sofri tanto que pensei morrer. Fiquei doente durante quarenta dias. Mas tudo me parecia leve, comparado à alegria de ter um filho, certa de que um dia ele seria um homem bom e perfeito. Este filho és tu, hoje eu o possuo, (...) Compreendes agora porque meu amor por ti é mais forte que todo outro amor, e que a própria morte não pode mais separar-nos? Só tenho um desejo, é que o meu filho nunca pratique o mal. Meu único receio é que ele não compreenda suficientemente a grandeza do amor que lhe dedico e que não empregue todos os seus esforços para se tornar cada dia melhor'.*

- *'Minha querida mãezinha, como tudo isso é bonito e como te quero bem! Hei de me esforçar para que fiques sempre contente comigo! (...)*

Do ponto de vista fisiológico as informações são extremamente confusas e nada convincentes, o que revela que, apesar do relativo consenso entre os pensadores católicos no início dos anos de 1960 quanto à necessidade da educação sexual, ainda havia muita dificuldade em instruir os pais à ministrá-la.

Importa notar que a explicação que Violetta sugere ser dada às crianças acerca do lugar no corpo da mulher que se destina à gestação é, precisamente, aquela que André Bergé critica em seu livro. Avanço na visão católica acerca da educação sexual que, talvez, se explique apenas pelo contexto de produção de cada uma das obras (a publicação de Violetta é de 1961 e a de Bergé de 1968), já que a vinculação de ambos os autores à Igreja parece ser semelhante (Bergé é pensador leigo e não tem formação na área de teologia e Violetta é referendado apenas como educador).

Do ponto de vista subjetivo, a maternidade é idealizada em função do sofrimento inerente à gestação e ao parto. Projeta-se assim, sobre a criança, uma enorme culpa (pelo sofrimento causado à mãe antes de nascer), que vem acompanhada de pesadas expectativas acerca de si própria: deve ressarcir a mãe do sofrimento que lhe causou, procurando ser perfeita.

De onde viria esta imagem de mulher-mãe "heroicizada" pelo sofrimento decorrente das dores e riscos do parto. Quais seriam as matrizes teórico-políticas desta concepção de maternidade?

Segundo Ângela Mendes de Almeida<sup>20</sup> com a elaboração da teoria agostiniana do pecado original no início da Era Cristã e hegemonização da mesma ao longo do período medieval surge no Ocidente uma imagem de mulher-mãe marcada pela negatividade.

<sup>20</sup> Almeida, Angela Mendes de (1996). *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*, Seropédica: EDUR.



Percebida como a transmissora do pecado original para a criança, um ser ao qual também não se dava muita importância, a mãe cristã teria como única possibilidade de redenção no interior da visão católica de mundo, o mito de Maria.

Tal mito, entretanto, se enaltecia a maternidade, a esvaziava de todo conteúdo sexual, já que a mãe santificada era apenas aquela que havia concebido sem atividade sexual alguma. Separando de forma dicotômica maternidade de sexualidade, o mito não tinha, portanto, nenhuma condição de resultar na revalorização do exercício do papel de mãe, uma vez que, para as mulheres de carne e osso, a maternidade só era possível através do intercuro sexual.

Sendo assim, a autora demonstra que, do início da Era Cristã ao fim do século XVIII, sempre que se produziram brechas na cultura ocidental de direção masculina para revalorização do feminino, a questão da maternidade foi posta de lado. Tal é, por exemplo, o caso da discussão sobre a igualdade entre os sexos que se depreende do movimento iluminista, no final do século XVIII.

O amplo movimento de secularização do mundo que tem seus antecedentes no Renascimento e precede as revoluções burguesas do século XVIII, intensifica o processo de construção da idéia de indivíduo, iniciado pela Igreja Católica no século XIII, com a reorganização do rito da confissão e a instituição do exame de consciência e direção espiritual. Tal processo, colocando em questão as idéias de liberdade e igualdade, acaba recolocando a questão de gênero: “O que diferenciaria homens de mulheres?”, e “Por que não, estender também às mulheres a experiência da liberdade?”.

É no espaço social dos salões franceses e ingleses do século XVIII, que tal discussão transcorreria dando origem a um modo de vida que, ao longo do século, também seria, em parte, adotado pelos setores populares das grandes cidades dos países mencionados. Epicentro da vida social mundana, intelectual e política destes países, os salões constituíram-se no “domínio das mulheres da classe dominante” dos mesmos. No restrito território social destes salões passou a vigorar uma ética sexual própria, onde a liberdade valia tanto para homens quanto para mulheres.

Esta ética constituía-se na aplicação prática da moral iluminista que questionava o estoicismo, tal como relido e disseminado pela Igreja Católica, no novo espaço dos salões “(...) muitas mulheres buscaram sucesso pessoal e intelectual, disputando com os homens

*territórios antes monopolizados por eles (...)*<sup>21</sup>. Para elas a maternidade parecia indigna, sendo percebida como obstáculo á disputa pelo prestígio que circulava neste novo espaço.

Na ausência de métodos contraceptivos eficazes, a rejeição à maternidade assumiria a forma de recusa da amamentação e dos primeiros cuidados com a criança, atividades então consideradas vulgares e típicas das camponesas. A conseqüência desta dupla rejeição consistia na entrega das crianças recém-nascidas a amas-de-leite que, com elas permaneciam até cerca de quatro ou cinco anos, configurando um tipo de abandono que, constituía-se num infanticídio disfarçado, mas tolerado <sup>22</sup>.

Esse conjunto de valores disseminados pelo “mundanismo dos salões”, começaria a transformar-se a partir das últimas décadas do século XVIII, quando a criança passa a ser valorizada como objeto de amor e a maternidade a ser enaltecida, como parte de um novo modelo ideal de família. Tal ruptura teria tido Rousseau como principal ideólogo, integrando um processo de transmutação da filosofia iluminista centrado na “busca da natureza essencial do homem” <sup>23</sup>. O ideal de naturalidade e a busca da espontaneidade abririam desta forma, caminho ao “império dos sentimentos” que resultaria no Romantismo.

Rousseau desenvolveria suas reflexões acerca da família, da mulher e da criança no romance epistolar intitulado “A Nova Heloísa”, de 1761 e em “O Emílio”, de 1762. Em tais escritos o autor construiria “(...) a idéia da harmoniosa família nuclear burguesa, na qual o papel da mãe, bem como de sua simbiose com a criança na primeira infância, assumiria características totalmente inovadoras, enquanto o do pai seria o de (...) manter economicamente o grupo e, através dessa estrutura, o poder de chefe de família (...)”<sup>24</sup>.

A atribuição deste destino à mulher, já havia sido feita anteriormente, a novidade, entretanto, estava no ardor com que Rousseau buscava demonstrar, não apenas que o mesmo era inexorável por estar inscrito nas leis da natureza, como ainda, que era venturoso e feliz. <sup>25</sup>. Nesta perspectiva, Júlia, a heroína “D’ A Nova Heloísa”, constituir-se-ia no primeiro modelo de mãe ideal do Ocidente Cristão, passível de identificação com “mulheres de carne e osso”.

---

<sup>21</sup> Ibidem, p.57.

<sup>22</sup> Ibidem, p.60.

<sup>23</sup> Ibidem, p.61.

<sup>24</sup> Ibidem, p.63.

<sup>25</sup> Ibidem, p.64.

O pensamento rousseauísta, de caráter secular, traria, portanto, contraditoriamente, consigo a chave para a resolução da contradição que retirava do mito de Maria, eficácia simbólica enquanto instrumento de sacralização e ideologização da maternidade humana. É nele que se encontram algumas das raízes do processo de idealização da maternidade realizado no âmbito do pensamento teológico-católico contemporâneo, exemplificado pela obra dos autores aqui tratados.

### **Referências Bibliográficas**

Almeida, Angela Mendes de (1996). *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*, Seropédica: EDUR.

Bergé, André (1968). *A Educação Sexual e Afetiva*, RJ: Agir, Coleção Família 2.

Heinemann, Uta Ranke (1996). *Eunucos pelo Reino de Deus, mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*, RJ: Record: Rosa dos Tempos.

Kelly, Gerald S. J. (1956). *Juventude, Sexo e Moral*, 3ª Ed., col.: Servir, Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora.

Viollet, Jean (1961). *Educação do pudor e do sentimento*, SP: Paulinas.

Recebido para publicação em agosto de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

**LA CORTE SUPREMA DE JUSTICIA ARGENTINA Y EL ORDEN CONSERVADOR: UN  
ANÁLISIS DE TRAYECTORIAS (1853-1930).**

**A CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA ARGENTINA E A ORDEM CONSERVADORA: UMA  
ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS (1853-1930).**

**THE ARGENTINE SUPREME COURT OF JUSTICE AND THE CONSERVATIVE ORDER:  
AN ANALYSIS OF TRAJECTORIES (1853-1930).**

**LA COUR SUPRÊME DE JUSTICE ARGENTINE ET L'ORDRE CONSERVATEUR : UNE  
ANALYSE DE TRAJECTOIRES (1853-1930).**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124106

**Andrés del Río<sup>1</sup>**

**RESUMEN**

En el presente trabajo analizaremos la trayectoria institucional del establecimiento de la Corte Suprema de Justicia Nacional de la República Argentina. Nos detendremos en las mudanzas institucionales y legislativas, la trayectoria jurisprudencial y las variaciones en la composición del Alto Tribunal. Simultáneamente, observaremos el escenario político y económico en el cual se estableció el Alto Tribunal. De esta forma, analizaremos ciertos rasgos que se presentan en el complejo desarrollo institucional de la Corte Suprema en Argentina en los inicios de la República.

Palabras-clave: Corte Suprema – Relación Ejecutivo-Judicial – Argentina – Historia Política.

---

<sup>1</sup> Professor Visitante da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - RJ (FGV-RJ – Faculdade de Direito).  
E-mail: [andres.delrio@gmail.com](mailto:andres.delrio@gmail.com)

## **RESUMO**

Neste artigo analisamos a trajetória institucional do estabelecimento do Supremo Tribunal Nacional da Argentina. Focalizamos nas mudanças institucionais e legislativas, na trajetória da jurisprudência e nas variações na composição do Alto Tribunal. Ao mesmo tempo, observaremos o cenário político e econômico em que o Supremo Tribunal foi estabelecido. Desta forma, discutimos algumas características que estão presentes no complexo desenvolvimento institucional da Suprema Corte da Argentina no início da República.

Palavras-chave: Suprema Corte, relação Executivo-Judiciário, Argentina, história política.

## **ABSTRACT**

In this article we analyse the institutional trajectory of the establishment of the National Supreme Court of Argentina. We focus on institutional and legislative changes, the trajectory taken by jurisprudence and the variations in the structure of the High Court. We also observe the political and economic scene in which the Tribunal Court was established. We therefore discuss various characteristics present in the Supreme Court of Argentina's complex institutional development in the early days of the republic.

Key words: Supreme Court, Executive-Judiciary relations, Argentina, political history.

## **RÉSUMÉ**

Dans cet article, nous analyserons la trajectoire institutionnelle de la juridiction suprême nationale argentine. Nous étudierons principalement les changements institutionnels et législatifs relatifs à la jurisprudence et les variations dans la composition de la plus haute cour du pays. Nous observerons également le contexte politique et économique de sa création. Nous débattons ainsi de quelques caractéristiques du développement institutionnel complexe de la Cour suprême d'Argentine aux débuts de la République.

Mots-clés : Cour suprême, relations Exécutif-Judiciaire, Argentine, histoire politique.

*En los primeros años, la Corte tendría un papel inferior al que luego alcanzaría. No tenía ni estatura ni fortaleza. Tampoco tenía tradiciones, ni valoraciones institucionales que la sostuvieran y protegieran.*

Julio Oyhanarte<sup>2</sup>

## **I - Una aproximación**

A mediados del siglo XIX, Argentina se encontraba en pleno proceso de construcción institucional de la Nación. El establecimiento de la Corte Suprema estuvo influenciado por todo este proceso. En esta fase, se trató del periodo institucional más estable del Alto Tribunal. Pero en el desarrollo, la Corte Suprema fue transformándose de forma gradual, intentando lograr el porte institucional diseñado en la Constitución de 1853-60.

Los estudios sobre la Corte Suprema Argentina estuvieron siempre vinculados con la ruptura institucional como principal factor desencadenante, particularmente en aquellos trabajos focalizados en el siglo XX. Así, las transformaciones institucionales siempre eran consecuencias de tales rupturas. Sin embargo, cuando analizamos las primeras décadas del Alto Tribunal, la problemática que surge es diferente. En el presente trabajo intentaremos sistematizar los rasgos predominantes de la transformación y cambio institucional de la Corte Suprema Argentina, desde su establecimiento hasta el primer quiebre institucional (1853-1930). De este modo, el quiebre institucional siempre observado por los estudios del área no se presenta en el periodo adoptado para nuestro trabajo. Aquí es donde reside la importancia de nuestra investigación: cooperar con un estudio sobre este periodo inicial de la Corte (los trabajos sobre esta época son de por sí escasos) y proponer un análisis sobre cambios institucionales en esta etapa de establecimiento. Así, al observar el desarrollo institucional nos guiaremos por otras formas de análisis, y no solamente por la ruptura. Es decir, existe un sinnúmero de mudanzas que podrían ser del tipo hormiga y que no se encuentran consideradas por la generalidad de la literatura. Este es uno de los puntos del trabajo, observar a través de la complejidad de la historia, el proceso de desarrollo institucional del Alto Tribunal.

Siguiendo a Streeck y Thelen<sup>3</sup>, cambios importantes pueden ser practicados y

---

<sup>2</sup> Oyhanarte, Julio C. (2001). "La historia del Poder Judicial." In *Recopilación de sus obras*, Buenos Aires: M. Oyhanarte, p. 153.

observados conjuntamente con una fuerte continuidad institucional. Existe la posibilidad de cambiar significados y funciones en instituciones estables. Las teorías contemporáneas sobre desarrollo institucional localizan, en general, al cambio como una ruptura abrupta. Pero más que hablar de ruptura y discontinuidad, podríamos comenzar a observar los cambios transformativos que resultan de la acumulación de un cambio gradual e incremental.<sup>4</sup> Según Streeck y Thelen<sup>5</sup> las instituciones políticas no son periódicamente puesta a prueba o debatidas, sino que son objetos de constantes exámenes. Los actores tratan de interpretar o re direccionar instituciones para alcanzar ventajas para el logro de sus objetivos, intereses o reglas que chocan con sus intereses. No se trata de grandes cambios producto de grandes shocks, sino cambios incrementales con resultados transformadores.

Particularmente en el caso de estudio, no se trata de *breakdowns* de viejas instituciones reemplazadas por nuevas. Obviamente han existidos contextos críticos, lo que es remarcable y precisa explicación son algunas sorprendentes continuidades en características claves de las instituciones a pesar de las crisis contextuales. Como sugiere Thelen<sup>6</sup>, no se debe generar una profunda división entre estabilidad y cambio institucional. A veces los cambios institucionales son abruptos, pero otras no. A veces muestran un padrón de cambio incremental a través de realineamientos políticos y de renegociación. En fin, nuestra clave es reflexionar como las instituciones persisten y cambian a través del tiempo.

La construcción institucional envuelve la realización de coaliciones y, por lo tanto, moviliza a varios sectores sociales y actores políticos en apoyo a una configuración institucional particular. Cuando la institución es creada no es abrazada por todos los actores. Esta continúa siendo un objetivo de lucha, donde los actores batallan por las formas que estas instituciones deben tener y las funciones que deben realizar. La idea de desarrollo institucional es un desafío o contienda entre varios actores para establecer las reglas sobre las cuales estructura los resultados para que ese equilibrio sea más favorable para ellos.<sup>7</sup>

---

<sup>3</sup> Streeck, Wolfgang e Thelen, Kathleen (2005). "Beyond Continuity. Institutional Change". In *Advanced Political Economies*, Oxford: Oxford University Press, p.18.

<sup>4</sup> Pierson, Paul (2008). "Moving, and... Invisible. Macrosocial Processes in the Study of comparative Politics." In *Comparative Historical Analysis in the Social Science*, Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>5</sup> Streeck, W. e Thelen, K. (2005). Op. cit, p.19.

<sup>6</sup> Thelen, Kathleen (2004). *How Institutions Evolve: The Political Economy of skills in Germany, Britain, the United States and Japan*, Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 31-32.

Examinar cambios en las coaliciones se basa en que las instituciones se apoyan en ellas, y es importante para comprender como instituciones sobreviven y cambian a través del tiempo. La renegociación política que acompaña los realineamientos en las coaliciones son cruciales para comprender los cambios a través del tiempo de como las instituciones son configuradas y qué realizan.<sup>8</sup> El trabajo apunta a comprender el proceso histórico en el cual se dio el establecimiento institucional de la Corte Suprema (1853-1930). Para ellos observaremos la trayectoria del Alto Tribunal. Simultáneamente, analizaremos el escenario político y económico.

## **II - El Escenario Político Argentino: 1853 -1930**

El sistema político argentino sufrió importantes mudanzas en el período 1853-1930, se trataba de un sistema político en construcción. Parte del conjunto, el sistema político argentino se encontraba en la lucha cotidiana de la segunda mitad del siglo XIX: la formación y construcción del Estado Nación. En este período existen tres momentos claros que analizaremos a seguir.

En el primer período (1853-1880), conocido como de transición. Con la derrota de Juan Manuel de Rosas en la batalla de Caseros en 1852, la Argentina se embarcaría en la creación de la Constitución Nacional en 1853, con Buenos Aires dándole la espalda a la Confederación. Posteriormente a la victoria de la Confederación liderados por Urquiza, se reformó la Constitución en 1860, incorporando a la provincia de Buenos Aires. El grupo que asumiría el poder en 1861 se formó con los principios de la Generación del 37. Así, ya con el país unificado desde 1862, se sucedieron las presidencias de Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento y Nicolás Avellaneda<sup>9</sup>.

A pesar de la unificación del territorio nacional, existieron en este período recurrentes insurrecciones en diferentes regiones del país reprimidas por la intervención del gobierno nacional. La amplia misión organizadora, basada en las ideas de nacionalidad, constitución y

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>9</sup> Al asumir Mitre, el Partido Liberal sufre una división, dando origen al Partido Nacionalista adicto a Mitre y el Partido Autonomista que apoyaba a Alsina. Mitre apoyaría la candidatura de Sarmiento. La sucesión de este último caería en manos de Avellaneda, que realizaría un acuerdo con Mitre y Alsina. Ver: Bidart Campos,



libertad, que impuso Mitre tropezó, a los tres años de su asunción presidencial, con el inicio de la larga guerra con el Paraguay.

Como sugiere Abel Medina y Suarez Cao<sup>10</sup> el sistema de partidos lentamente se constituiría como consecuencia de la apertura del sistema político creado por sectores que habían vencido en largas guerras civiles. Lejos se encontraba el país de la *paz interior*.<sup>11</sup> Además, la fragmentación política era importante.<sup>12</sup> Sin embargo, las experiencias pasadas unían más de lo que separaban. En esta época se pugnó por reorganizar el país con criterios modernos sumada a una óptica liberal vinculada a una serie de grupos de poder, que se homogenizaría y se estructuraría en el gobierno de Roca.

El segundo período (1880-1916) comenzaría con la presidencia de Roca y terminaría con la sanción de la Ley Sáenz Peña, implementándose las elecciones libres en el país. Según el trabajo de Botana es el orden conservador, o sea, es un sistema de hegemonía gubernamental que se mantiene gracias al control de la sucesión. Es decir, "*Un sistema de transferencia de poder mediante el cual un reducido número de participantes logró establecer dos procesos básicos: excluir a la oposición considerada peligrosa para el mantenimiento del régimen y cooptar por el acuerdo a la oposición considerada moderada, con la que se podía transar sobre cargos y candidaturas*".<sup>13</sup> Este sistema se fue moldeando con las autoridades nacionales contribuyendo para la construcción de la dirigencia nacional basada en una alianza entre Buenos Aires y el interior, cuya estructura organizativa era la liga de los gobernadores y el partido Autónomo Nacional.<sup>14</sup> El sistema de partidos se configuraría por la existencia de partidos locales o regionales, de tipo conservador y elitista, que estructuraban sus disputas políticas al interior del Partido Autónomo Nacional. Estos grupos conservadores representaban a los sectores terratenientes vinculados directa o indirectamente a la

---

Germán (1976). *Historia Política y Constitucional Argentina T I-III*, Buenos Aires: EDIAR, p. 26-29.

<sup>10</sup> Abel Medina, Juan e Suárez Cao, Julieta (2002). "La competencia partidaria en la Argentina: sus implicancias sobre el régimen democrático." In *El asedio a la política*, Rosario: Homo Sapiens, p. 170-171.

<sup>11</sup> Además de las innumerables intervenciones en diversas áreas del país, el 11 de abril de 1870 se asesinó a Urquiza, ex presidente de la Confederación Argentina.

<sup>12</sup> Chavez, Rebecca Bill, Ferejohn, John A. e Weingast, Barry R. (2009). "A Spatial Theory of the Politically Independent Judiciary: A Comparative Study of the United States and Argentina", Paper presented in *Judicial Politics in Latin America Conference*, Mexico City, 4-7 March, 2009, p. 18.

<sup>13</sup> Botana, Natalio R. (1979). *El Orden Conservador: La política Argentina entre 1880 y 1916*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, p. 70-78.

<sup>14</sup> Rapoport, Mario e colaboradores (2000). *Historia económica, política y social de la Argentina*, Buenos Aires: Ediciones Macchi, p. 34.

exportación de productos agrícolas. La ideología liberal conservador era ampliamente compartida.<sup>15</sup> Entre las diversas facciones existía la coincidencia que dentro de la sociedad había muy pocos en condiciones de determinar con acierto cuales eran los caminos a seguir en beneficio del interés general, concediéndoles un perfil casi Burkeano.<sup>16</sup>

Existieron dos factores que influenciaron en la permanencia de la elite dirigente que se instaló en el poder. Por un lado, el fuerte crecimiento económico que se prolongó por largo tiempo, y el otro, la gran cantidad de inmigrantes recibidos representando del 60 al 70 % de la población masculina y que por la legislación vigente en ese momento estaban excluidos de la vida política. En palabras de Botana, existieron dos Repúblicas, la abierta y la restringida.<sup>17</sup> La primera se basaba en la Constitución Nacional y fomentaba las libertades civiles que de ella surgían y la segunda, en el cual las libertades políticas estaban condicionadas por el poder: el fraude sistémico para asegurar la continuidad del régimen.

El último período fue de 1916 a 1930, ya con la ley Sáenz Peña<sup>18</sup> en vigor y con la primera Guerra Mundial como paisaje, el país se dirigiría hacia un nuevo momento político: el Radicalismo. Las tres presidencias que se desarrollaron en este breve período fueron radicales en su origen partidario. La Unión Cívica Radical, con Yrigoyen como candidato, se quedó con las primeras elecciones presidenciales bajo el imperio de la nueva normativa electoral. De este modo, se realizó la primera ampliación del sistema político argentino, a partir del triunfo de una estructura político partidaria moderna que pacientemente se había instalado en toda la geografía del país, la UCR. Sin embargo, el primer presidente electo popularmente, tuvo serias dificultades. Por un lado, la oligarquía tradicional continuaría controlando gran parte del poder político y social. Además, el gobierno radical no tendría aspiraciones de modificar los acuerdos sociales sobre los cuales descansaba el orden

---

<sup>15</sup> Abel Medina, J. e Suárez Cao, J. (2002). Op. cit, p. 170.

<sup>16</sup> Gargarella, Roberto (1998). "Después del diluvio. El perfeccionismo conservador en la nueva jurisprudencia de la Corte Suprema (1990-1997)." In *Desarrollo Económico*, v. 38, n. 149, p. 444.

<sup>17</sup> Botana, N. R. (1979). Op. cit, p. 53.

<sup>18</sup> Joaquin V Gonzalez, un enorme jurista de la época, debatiendo la ley electoral indicaba: "*Este país, según mis convicciones después de un estudio prolijo de nuestra historia, no ha votado nunca*". La ley electoral fue sancionada en 1912, pero los habilitados para votar eran un porcentaje bajo sobre la totalidad de la población nacional. Se esperaba que con la nueva ley se orientase a la concentración de fuerzas, sobre la base de los distritos electorales, con el propósito de fomentar la formación de partidos nacionales y populares. Ver: Adrogué, Gerardo (1995). "El nuevo sistema partidario Argentino". In *La Nueva Matriz política argentina*, Buenos Aires: Nueva Visión, p. 30.

político argentino. Por otro, el radicalismo tenía minoría en el senado, en varias provincias y en varios niveles gubernamentales. La UCR tendría mayoría solamente en la cámara de diputados en siete de los trece años de gobierno.<sup>19</sup> En definitiva, existió un cambio en el sistema electoral, pero el cambio en las estructuras demoraría en efectivizarse. No existió, en este escenario, cambios profundos en el Poder Judicial, integrado por miembros del orden que se intentaba dejar atrás.

En 1922, en las elecciones presidenciales fue electo el candidato del radicalismo Marcelo T. de Alvear y Eldipio Gonzalez como vice. Este provenía de la elite terrateniente, con buenos vínculos en el exterior. Al asumir, el nuevo presidente se desviaría del rumbo que había trazado Yrigoyen. La división interna del radicalismo explotaría en 1924: los anti personalistas, seguidores de Alvear, se separarían del radicalismo. En 1928, ante una oposición desarticulada, Yrigoyen alcanzaría nuevamente la presidencia con el apoyo del 60% de los votos. El retorno no debe considerarse una continuidad política. El presidente ahora se apoyaba en sectores populares y se disponía a estructurar una democracia social, de carácter nacionalista. Sin embargo, a fines de la década del 20, la ineficiencia administrativa y legislativa cooperaron para la reconstrucción de la oposición. Con las consecuencias de la crisis económica en 1929, varios hechos de violencia política y un atentado fallido sobre Yrigoyen, la tensión política nacional se multiplicaba. Además, un nuevo factor entró en escena: las Fuerzas Armadas. Estas, no tenían una buena relación con el presidente desde su primera presidencia. El 6 de septiembre de 1930, Yrigoyen fue depuesto por el primer golpe de estado, liderados por José Feliz Uribúru. Una importante causa de la caída de Yrigoyen fue la coalición opositora que se fue construyendo desde su primer mandato, integrado por diversos grupos de intereses económicos y políticos, nacionales e internacionales, que se esforzaron para generar un clima propicio para su salida.

---

<sup>19</sup> Smith, Peter H. e Sylvestre, Graciela (1967). "Los radicales argentinos y la defensa de los intereses ganaderos, 1916-1930." In *Desarrollo Económico*, v. 7, n. 25, p. 801.

### III - El Escenario Económico Argentino: 1853 – 1930

A partir del análisis de las diferentes etapas políticas del periodo, en el ámbito económico la trayectoria transitó la historia sobre bases más lineares. Es decir, la hegemonía liberal se fue consolidando gradualmente, alcanzando su solidez con el orden conservador.

Es a partir de la segunda mitad del siglo XIX, especialmente desde 1860, que se inauguró una nueva etapa del desarrollo argentino: la economía primaria exportadora. Dos factores sentaron las bases: la expansión e integración creciente de la economía mundial y la gran extensión de tierras fértiles, escasamente pobladas, en la zona pampeana.<sup>20</sup> Simultáneamente, la coalición dominante aristocrática que se asentaría en el Estado Nacional.

La etapa de la economía primaria exportadora en la Argentina está íntimamente ligada al protagonismo de Gran Bretaña en el orden mundial de la época. Este país jugó un rol fundamental como exportador de capitales y fuente de corrientes migratorias. La Argentina se constituiría en uno de los principales centros de atracción del flujo migratorio europeo y del movimiento internacional de capitales. Entre 1857 y 1914 la inmigración proveniente de Europa ascendería a 3.300.000 millones. En 1913, el total de capitales extranjeros invertidos en Argentina representaban el 8.5% de las inversiones extranjeras en América latina y el 42% de las inversiones del Reino Unido en la misma región.<sup>21</sup> A comienzos del siglo XX comenzarían a arribar capitales norteamericanos, profundizándose gradualmente con el transcurso del tiempo. Entre 1870 y 1914, la rápida expansión y crecimiento de la Argentina fue de tal magnitud que se acercó a los niveles de ingreso de los países más avanzados, alcanzando el promedio del 6%.<sup>22</sup>

Por otra parte, la matriz elitista y de exclusión heredada del pasado se fue consolidando por la apropiación territorial durante la etapa de transición y las últimas décadas del siglo XIX. Primeramente, la Ley de Enfiteusis en 1826, distribuyó arrendamientos en pocas manos. Posteriormente, la Ley Avellaneda, que establecería

---

<sup>20</sup> Ferrer, Aldo (2008). *La economía Argentina: Desde sus inicios hasta principios del Siglo XIX*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, p. 143.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 152-159.

<sup>22</sup> Cortés Conde, Roberto (2007). *La economía de la Argentina en el siglo XX*, Buenos Aires: Edhasa, p. 11.

acceso a nuevos colonos, quedó en una mera declaración de buenas intenciones. La ocupación territorial en el país culminó con la llamada conquista al desierto comandada por el general Julio Argentino Roca, a fines de la década 1870, donde se incorporaron más de 30 millones de hectáreas.<sup>23</sup> Ya en 1884 la totalidad de las tierras pampeanas tenían dueño y no había más para ofrecer a los inmigrantes. En 1914 las explotaciones de más de 1.000 hectáreas de superficie representaban el 8.2% de las explotaciones totales y abarcaban el 79,4% de la superficie total.<sup>24</sup> Un dato esclarecedor en este período total es que la superficie sembrada con trigo, maíz, lino, avena y cebada crecieron 61,4 veces, siendo la región pampeana el motor principal.<sup>25</sup> El papel clave del sector agropecuario representaría el desarrollo de la primera etapa de la economía primaria exportadora. De este modo, la concentración de capital en pocas manos aglutinó la fuerza representativa del sector rural en un grupo social que ejerció, consecuentemente, una poderosa influencia en la vida nacional. Según O'Donnell<sup>26</sup> la burguesía pampeana y sus prolongaciones urbanas se enraizaron directamente en el Estado Nacional. Como señala Bidart Campos,<sup>27</sup> la industrialización no hallaría fuerzas demasiado interesadas en promoverla, frente a la tradicional especialización agropecuaria. Aunque la industrialización<sup>28</sup> aparecería en cierto modo como una prolongación de la actividad agropecuaria principal, con saladeros, frigoríficos, molinos de harina, fábricas de vinos, absorbiendo fuertes capitales. La industria *moderna* se iniciaría realmente en la década del veinte -particularmente en los últimos años de la década.

La republica restrictiva del orden conservador, administrada por la elite tradicional y los titulares del poder económico del modelo primario exportador, fue suficiente para organizar el país dentro de la división internacional del trabajo de la época. Así, desde las últimas

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>24</sup> Ferrer, Aldo (2008). Op. cit, p. 164-166.

<sup>25</sup> Barsky, Oswaldo e Gelman, Jorge (2009). *Historia del Agro Argentino: Desde la conquista hasta comienzos del siglo XIX*, Buenos Aires: Sudamericana, p. 190.

<sup>26</sup> O'Donnell, Guillermo (2004). *Contrapuntos, ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*, Buenos Aires: Editorial Paidós, p. 38.

<sup>27</sup> Bidart Campos, G. (1976). Op. cit, p. 243.

<sup>28</sup> La industria adquiriría en el nuevo siglo un notable desarrollo, aunque marginal con relación a lo agropecuario. La industria en 1908 tenía 32.000 fábricas y talleres, empleando 330.000 obreros. Generalmente estas estaban localizadas en la provincia de Buenos Aires. La industria vitícola contaba con 3.409 bodegas; la cervecera con 29, y la azucarera con 37 ingenios. Por su parte los molinos harineros instalados en el país era 350 y produjeron 700.000 toneladas de harina. Ver: Padilla, Miguel (2004). *La Corte Suprema Argentina y la Suprema Corte de Justicia Nuertoamericana*, Buenos Aires: Ad-Hoc, p. 200.

décadas del siglo XIX, el libre cambio y la apertura incondicional al capital externo constituyeron la visión del mundo, el pensamiento único predominante, que sustentó la estrategia del modelo primario exportador: comercio, inmigrantes y capitales.<sup>29</sup> Pero con la crisis del 29 y el golpe de estado de 1930 Argentina exhibiría la falta de autonomía de su economía abierta, particularmente su enorme vulnerabilidad a la evolución y necesidades de Gran Bretaña.

#### IV - La trayectoria de la Corte Suprema de Justicia Nacional

Teniendo en consideración los procesos políticos y económicos descriptos, ahora analizaremos la trayectoria institucional del Alto Tribunal argentino. En primer lugar, con la inauguración de la Corte y su puesta en marcha, la República logró cumplir con el texto fundamental. Sin embargo, la creación de uno de los más importantes órganos que la Constitución de 1853 estableció, no trajo aparejada automáticamente la normalización institucional de la República Argentina. En este sentido, como sugiere Bianchi,<sup>30</sup> la Corte Argentina – al igual que la norteamericana – tendría que llevar adelante *la proeza de hacer de la Constitución un texto real cargado de vigencia*. Al momento de su sanción no era más que un papel escrito y fue la Corte, quien sentencia a sentencia, logró que ella fuera no sólo un instrumento *respetable* sino también *respetado*.

Con relación al periodo inicial de transición, siguiendo a Carrió,<sup>31</sup> al instalarse la primera Corte de Justicia fue necesario cristalizar, a través de pronunciamientos, los principios básicos en los que se asentaba la Constitución. La Corte Suprema era el intérprete final de los derechos y garantías del texto fundamental y era quien debía ponerse firme ante los abusos y demasías de los otros poderes. Este rol de control de legalidad de los otros poderes podría ser fuente de tensiones, pero era importante establecer los límites de las atribuciones emanadas de la Constitución y recordarlo en cada decisión que realizará. En este sentido, en el desarrollo institucional de la Corte, sus sentencias iban creando

---

<sup>29</sup> Ferrer, Aldo (2008). Op. cit, p. 176-177.

<sup>30</sup> Bianchi, Alberto B. (1996). *Dinámica del Estado de Derecho. La seguridad jurídica ante las emergencias*, Buenos Aires: Editora Ábaco de Rodolfo Depalma, p. 35.

<sup>31</sup> Carrió, Alejandro (1996). *La Corte Suprema y su Independencia*, Buenos Aires: Abeledo-Perrot, p. 33.

constantemente la interpretación, los límites y funciones dentro de la realidad Argentina.

En los primeros años de funcionamiento de la Corte, la naturaleza de las cuestiones era las relacionadas a su competencia. La idea de lo excepcional de su jurisdicción no quedaría arraigada en la sociedad, sino con el paso del tiempo. En estos años iniciales, la autoridad no reposaba sobre bases firmes y la alteración del orden dependía de un accidente cualquiera. Al año siguiente al establecimiento, estalló una rebelión en Mendoza en contra de las autoridades. Pero, fueron varias las localidades y regiones donde se producirían acontecimientos de esta raíz. La enorme cantidad de rebeliones y sediciones tomarían la escena nacional. Y serían estos acontecimientos los que llegarían al Alto Tribunal.

Siguiendo el *leading case* norteamericano Marbury vs Madison, la Corte repitió pasajes enteros de ésta en la sentencia SOJO de 1887, analizando el control judicial de constitucionalidad y la supremacía constitucional. En esta sentencia la Corte indicaba que:

*El palladium de la libertad no es una ley suspendible en sus efectos, revocable según las conveniencias públicas del momento, el palladium de la libertad es la Constitución, esa es el arca sagrada de todas las libertades, de todas las garantías individuales cuya conservación inviolable, cuya guarda severamente escrupulosa debe ser el objeto primordial de las leyes, la condición esencial de los fallos de la justicia federal.*  
32

De esta manera, la Corte reivindicaría por primera vez su potestad para determinar la validez de las leyes del Congreso a la luz de las pautas constitucionales, pese a que ninguna cláusula expresa de la Constitución autorizaba a la Corte a anular o invalidar leyes del Congreso.<sup>33</sup> Innúmeras tensiones políticas llegaron al Alto Tribunal. En 1888, en la decisión *Municipalidad de la Capital c/ Elortondo*, la Corte declarararía inconstitucional parte de una la ley para expropiar un terreno. Pero establecería de forma clara que:

*Es elemental en nuestra organización constitucional, la atribución que tienen y el deber en que se hallan los tribunales de justicia, de examinar las leyes en los casos concretos que se traen a su decisión, comparándolas con el texto de la Constitución, para averiguar si guardan o no conformidad con ésta, y abstenerse de aplicarlas, si las encuentran en oposición con ella; constituyendo esta atribución moderadora uno de los fines supremos y fundamentales del Poder Judicial Nacional y una de las mayores*

---

<sup>32</sup> Fallo, 32:120.

<sup>33</sup> Iaryczower, Matías, Spiller, Pablo T. y Tomassi, Mariano (2000). *Un enfoque estratégico para entender el comportamiento de la Corte Suprema de Justicia de la Nación*, Buenos Aires: Fundación Gobierno y Sociedad, p. 59.

*garantías con que se han entendido asegurar los derechos consignados en la Constitución, contra los abusos posibles e involuntarios de los poderes públicos.*<sup>34</sup>

Según Carrió<sup>35</sup> se trató de una decisión que plasmaría la base de nuestra organización constitucional, al remarcar en aquella decisión la reivindicación de todos los miembros del Poder Judicial y su misión de velar por los derechos fundamentales de los individuos contra los abusos de los poderes del Estado. En 1893, la Corte estableció su doctrina sobre las cuestiones políticas no judiciales en la sentencia Cullen c/Llerena,<sup>36</sup> inspirada en la decisión de la Suprema Corte americana, Luther vs Borden del 1849. La Corte estableció que: “*La Intervención Nacional en las provincias,(...),es un acto político por su naturaleza, cuya verificación corresponde exclusivamente a los poderes políticos de la Nación*”.<sup>37</sup> Pero, a diferencia de la Corte Norteamericana, en el caso argentino, se dejó que los intereses políticos se debatan y resuelvan en su propio y delimitado escenario. Durante las primeras décadas, la Corte Suprema intentó afianzar la justicia y la construcción institucional. Sus sentencias en esta etapa inicial fueron demarcando sus poderes dentro del juego político e institucional de la Nación.

Con el nuevo siglo, en 1902, se dictó la Ley n 4.055 que creaba cuatro cámaras Federales (Capital Federal, La Plata, Paraná y Córdoba). Esta modificación afectó la tarea del Alto Tribunal, disminuyendo considerablemente su labor. Un año más tarde ingresaría a la Corte, Antonio Bermejo, y sería designado como presidente del Tribunal en 1905. Según Oyhanarte,<sup>38</sup> es con la llegada de este ministro que comenzaría una etapa que abrazaría con fidelidad la ortodoxia inflexible de la concepción liberal. La Corte sería defensora de la propiedad individual, realizando interpretaciones amplias y liberales.<sup>39</sup> En 1903, en la decisión Hileret c/Pcia. De Tucumán, sobre una controversia impositiva, la Corte lo invalidaría

---

<sup>34</sup> Fallo, 33:62.

<sup>35</sup> Carrió, A. (1996). Op. cit, p. 36.

<sup>36</sup> Fallo, 53:420.

<sup>37</sup> Según Gelli la doctrina de las cuestiones políticas no judiciales recibió fuertes críticas en Argentina. La línea divisoria entre las cuestiones revisables y las que no lo son es difícil de trazar, éstas pueden presentarse como un enmascaramiento de la retracción de la Corte Suprema frente al poder político y, más que expresar el respeto por la división de poderes y por las cuestiones privativas de cada uno de ellos, manifestar, en cambio, el retroceso del Tribunal en su función de control. Ver: Gelli, Maria Angelica (2003). “La Corte Suprema de la Republica Argentina en las emergencias económicas.” In *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, n.7, p. 171.

<sup>38</sup> Oyhanarte, J. C. (2001). Op. cit, p. 143.

<sup>39</sup> Carrió, A. (1996). Op. cit, p. 39.



a favor del derecho de igualdad, trabajo, comercio e industria. Es decir, se oponía a todo lo que se considerase contrario al derecho de propiedad.<sup>40</sup> En la misma línea decidiría en el caso Grosso c/ Mendoza, en 1918.

En 1922, la Corte cambiaría su postura en la decisión Ercolano c/Lanteri de Renshaw, sobre emergencia locativa validando leyes que limitaban la libertad contractual en materia de locaciones.<sup>41</sup> En esta enunciaba que el derecho de propiedad, al igual que cualquier otro, no es absoluto. También remarcó que: *“la protección de los intereses económicos constituye para el Estado una obligación de carácter primario y tan ineludible como lo es la defensa de la seguridad, de la salud y de la moralidad”*. Es decir, la Corte se convertiría en fiel defensora de la propiedad en su primera época, pero esta posición cambiaría y sería abandonada después de la primera Guerra Mundial, pero no de forma brusca.<sup>42</sup> Estos cambios se asentarían con mayor fuerza durante la década del 30. La Corte daría preeminencia a la propiedad con sentido social por sobre la propiedad individual. En este sentido, correspondiendo al clima de su época, la Corte (al igual que la Suprema Corte de los Estados Unidos) aplicó en materia de derechos económicos y sociales la política de *self restraint*, inhibiéndose de ejercer el poder de constitucionalidad sobre leyes restrictivas del derecho de propiedad. De esta manera, a partir de la década del veinte, con nuevas líneas intelectuales efervesciendo, el Estado se orientaría, de forma tímida, rumbo a la intervención estatal en la economía. En este sentido, la Corte con sus diferentes integrantes, acompañó con su aprobación la evolución política y jurídica producida, convalidando a través de sus decisiones.<sup>43</sup> Con el Radicalismo en el Poder, existieron cambios en la composición de la Corte. Sin embargo, estos hechos no cambiaron la postura de la Corte y su orientación

---

<sup>40</sup> En palabras Del Alto Tribunal: *“Que si fuese aceptable la reglamentación impuesta al azúcar, podría hacerse extensiva a toda la actividad industrial, y la vida económica de la Nación, con las libertades que la fomentan, quedaría confiscada en manos de legisladores o Congreso que usurparían por ingeniosos reglamentos todos los derechos individuales.... Así hasta caer en un comunismo de Estado en que los gobiernos serían los regentes de la industria y del comercio, y los árbitros del capital y la propiedad privada”*.

<sup>41</sup> En suma, la Corte Suprema, elaboró una regla auto limitativa —aplicable tanto a la competencia del Congreso para reglamentar los derechos constitucionales en razón del bienestar general, como al ejercicio de los poderes de emergencia— en virtud de la cual el Tribunal no estaba atribuido para examinar la necesidad, oportunidad, conveniencia o eficacia de las medidas restrictivas. Ver: Gelli, M. A. (2003). Op. cit, p. 184.

<sup>42</sup> Recordemos que meses después, en la decisión Horta c/ Harguindeguy, el resultado fue adverso; una clara demostración que la orientación de la Corte se materializaría años más tarde. Ver: Bianchi, A. B. (1996). Op. cit, p. 57-63.

<sup>43</sup> Bianchi, A. B. (1996). Op. cit, p. 57-59.

predominantemente liberal.

En definitiva, la Corte se esforzó, en este período, por establecer los límites y afianzar la institucionalidad en un contexto de fragilidad y construcción institucional de la Nación. Se encontraba con la responsabilidad de formar la jurisprudencia de la Constitución. La Corte gozó relativa independencia de los otros poderes y jugó un importante papel en la manutención del *rule of law*.<sup>44</sup> La Corte no precisó de ser controlada ni guiada políticamente. Desempeñó su limitado rol, funcional al sistema, con decoro y sin incorporar el rasgo corrupto que tan presente se encontraba en los sectores de la coalición dominante. Sin embargo, la Corte no avanzó en la tutela de los inmigrantes ni en la protección del trabajador ni puso freno a los excesos policiales. El Alto Tribunal tampoco intentó nada contra el masivo fraude electoral, simplemente lo acompañó.<sup>45</sup> Como indica Bianchi,<sup>46</sup> su misión de interprete final de la Constitución se ha desarrollado con vaivenes – por momentos bruscos – de un sistema en marcha. Por su parte, Zavalía nos aclara la diferencia entre los primeros tiempos de la Corte y los años de posguerra mundial:

*En los comienzos de la vida institucional del país, lo primordial fue afianzar el imperio de las instituciones federales, defendiendo prerrogativas de los estados particulares. El interés de la Nación estuvo en los primeros tiempos en prestigiar los textos de la constitución recién jurada; y la Corte sirvió ese interés con interpretaciones luminosas. Actualmente lo primordial es fortalecer el poder central, y de nuevo la Corte ha de servir esa causa con el claro concepto, en ella proverbial, de que su alta misión consiste precisamente en cambiar su jurisprudencia cuando un alto interés nacional lo exige.<sup>47</sup>*

## V - Consideraciones finales

Como vimos, las transformaciones institucionales pueden provenir de diversos orígenes, o ser influenciadas por una multiplicidad de factores. En este sentido, y siguiendo a

<sup>44</sup> Walker, C. J. (2006). "Toward Democratic consolidation? The Argentine Supreme Court independence and the rule of law." In *Florida Journal of International Law*, v. 18, n. 3, p. 773; Negretto, Gabriel e Ungar, Mark (1997). "Independencia del Poder Judicial y Estado de derechos en América Latina: los casos de Argentina y Venezuela." In *Política y Gobierno*, v.IV, n.1, p. 99.

<sup>45</sup> Schiffrin, Leopoldo (1998). "Sobre la justicia". In *Quince años de Democracia. Ensayos sobre la nueva república*, Buenos Aires: Editorial Norma, p. 178.

<sup>46</sup> Bianchi, A. B. (1996). Op. cit, p. 38.

<sup>47</sup> Zavalía, Clodomiro (1920). *Historia de la Corte Suprema de Justicia de la República Argentina: en relación con su modelo americano*, Buenos Aires: J. Peuse, p. 10-11.

Thelen y Streeck,<sup>48</sup> cambios importantes pueden ser practicados y observados conjuntamente con una fuerte continuidad institucional. En el desarrollo institucional de la Corte Suprema, existieron diversos factores que fueron moldeando la institución y direccionando el norte de su producción. En este sentido, la coalición conservadora que se prolongó en el periodo, conjuntamente con la hegemonía liberal económica, determinarían al Alto Tribunal.

Con el establecimiento de la Corte Suprema, la Argentina comenzó un proceso de construcción institucional a nivel nacional. La ausencia de estructuras institucionales que provenían del pasado posicionó a la Argentina ante dos situaciones particulares: por un lado, la ausencia de instituciones dejaba una importante libertad para el diseño institucional que se pretendía. Es decir, no existían lazos que impidiesen establecer ciertas características en sus instituciones. Por otro lado, la ausencia de estructuras exigió un mayor esfuerzo en la construcción de la arquitectura institucional a nivel nacional, además de recursos humanos para llevar a cabo las innovaciones. De esta forma, fue a partir de cada sentencia que el Alto Tribunal fue ganándose su lugar en el juego político. El desafío era el horizonte, no el pasado.

En el desarrollo del periodo, el Alto Tribunal fue incrementando su labor e importancia en el escenario político. Por un lado, los cambios institucionales en la Corte Suprema estuvieron vinculados con la expansión estatal a nivel Nacional. En este sentido, los cambios ayudaron en la construcción del Alto Tribunal. Por otra parte, la producción del Alto Tribunal fue ganando en diversidad de temas y fortaleciendo su estabilidad. Al analizar el movimiento y consolidación de la coalición dominante del periodo como un todo, destacamos que los miembros de la Corte Suprema surgieron predominantemente de aquella coalición. No solo surgieron de aquella, sino también, una amplia mayoría pasó por cargos, tanto en el ejecutivo como en el legislativo, en algún momento del periodo<sup>49</sup>. De esta forma, existió una conciliación entre los intereses hegemónicos de la coalición dominante con la orientación de la Corte. En esta línea, la coalición trató de interpretar o re direccionar instituciones para

---

<sup>48</sup> Streeck, W. e Thelen, K. (2005). Op. cit, p.18.

<sup>49</sup> Para ver un análisis detallado: Del Rio, Andrés (2010). *El desarrollo Institucional de la Corte Suprema de Justicia Nacional y del Supremo Tribunal Federal: Trayectorias comparadas desde el establecimiento a la*

alcanzar ventajas para el logro de sus objetivos, intereses o reglas que chocan con sus intereses. La idea de desarrollo institucional fue un desafío o contienda entre varios actores del sistema político para establecer las reglas en las cuales estructura los resultados para que ese equilibrio sea más favorable para ellos.<sup>50</sup> Al existir altas coincidencias entre la coalición y los miembros del Alto Tribunal, la persecución de alcanzar ciertas ventajas no fue tan conflictiva como sería en el futuro.

Si observamos el periodo, la trayectoria económica pasó de la transición de 1853 a la consolidación del modelo agro exportador liberal. Con él, la coalición dominante de perfil agropecuario se extendió en el entramado estatal.<sup>51</sup> En la trayectoria económica Argentina, la Corte Suprema acompañó la consolidación de la hegemonía liberal, apoyada por la coalición dominante. Remarcamos, que si bien existían diversidad de pensamiento e importantes debates en la época, las experiencias pasadas (periodo de Rosas), la dificultad de promulgar la Constitución de 1853-1860, y la influencia del pensamiento liberal de la generación del 37, redujeron algunas diferencias en la coalición en el escenario nacional. Marginalmente se quería volver al periodo anterior, de luchas civiles sangrientas. En la trayectoria económica, la hegemonía liberal encontró su consolidación a partir de 1880, con la presidencia de Roca. La Corte acompañó el afianzamiento de tales posiciones. Y es a partir de 1900, con la entrada de Bermejo, que el Tribunal fortaleció tal posición. Con la primera guerra mundial y los vaivenes económicos internacionales, la Argentina fue adoptando de forma tímida, algunas medidas proteccionistas. Sin embargo, estas no se materializarían con firmeza hasta entrada la década del 30. Simultáneamente, a partir de la década del veinte, la Argentina comenzó un proceso industrializador. El escenario económico internacional fue moldeando la economía hacia una pseudo intervención estatal. Con la crisis del 29 esta orientación se fortalecería. Se trató más de una necesidad que de una opción en el rumbo económico. Así, la Corte transitó estos años acompañando la hegemonía liberal y adaptándose a las necesidades de nuevas orientaciones en política económica.

En fin, en esta etapa de establecimiento del Alto Tribunal, la económica fue dominada

---

*redemocratización*. Tesis (Doctorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>50</sup> Thelen, K. (2004). Op. cit, p. 31-32.

<sup>51</sup> O'Donnell, G. (2004). Op. cit, p. 38.

en el periodo por una hegemonía económica liberal profunda. La Corte se acopló a la visión predominante de la coalición conservadora. Así, la propiedad era considerada un valor absoluto. En palabras de Julio Oyhanarte, sobre la producción de la Corte en este orden conservador:

*(...) la elaboración jurisprudencial encaminada a preservar las estructuras de la Argentina roquista, agropecuaria y exportadora de materias primas, a través del liberalismo extremista que ve en el Estado una amenaza para la libertad y está convencido de que el progreso es un efecto inmediato, fácil, casi automático, del funcionamiento de los mecanismo del mercado.*<sup>52</sup>

Con las crisis internacionales y la industrialización la Argentina se orientó hacia una mayor presencia estatal, a fines de la década del 20. Este leve cambio de norte se presentó más como una necesidad que como una opción. La Corte Suprema respaldó jurídicamente tales mudanzas. Sin embargo, el Alto Tribunal no avanzó en todos los temas de origen políticos. Principalmente, temas de fraude en las elecciones, participación, inmigración, entre muchos otros. En todo el periodo, la Corte Suprema no fue alterada como ocurriría posteriormente, a mediados del siglo XX. La estabilidad de la Corte Suprema fue coincidente con la permanencia de una visión hegemónica de la economía en la coalición que dominó este proceso histórico de establecimiento institucional. Existió una fuerte coincidencia de la Corte con relación a las preferencias políticas imperantes.<sup>53</sup> Por un lado, los jueces eran reclutados de los grupos de la coalición dominante.<sup>54</sup> Por otro lado, la Corte Suprema gozó de relativa estabilidad y autonomía.<sup>55</sup> Con el paso del tiempo, la Corte fue incrementando gradualmente su importancia institucional dentro de un sistema político en construcción. Simultáneamente, fue aumentando la preocupación de la coalición por comprender los movimientos de esta institución. Aunque este comportamiento lo veremos con claridad en el desarrollo del siglo XX.

---

<sup>52</sup> Oyhanarte, J. C. (2001). Op. cit, p. 164.

<sup>53</sup> Iaryczower, M., Spiller, P. T. y Tomassi, M. (2000). Op. cit, p. 28.

<sup>54</sup> Schiffrin, L. (1998). Op. cit, p. 177.

## Referencias Bibliográficas

Abal Medina, Juan y Suárez Cao, Julieta (2002). "La competencia partidaria en la Argentina: sus implicancias sobre el régimen democrático." In: Cavarozzi, Marcelo y Abal Medina, Juan Manuel (2002). *El asedio a la política*, Rosario: Homo Sapiens.

Adrogué, Gerardo (1995). "El nuevo sistema partidario Argentino". In: Acuña, Carlos (1995). *La Nueva Matriz política argentina*, Buenos Aires: Nueva Visión.

Barsky, Osvaldo y Gelman, Jorge (2009). *Historia del Agro Argentino: Desde la conquista hasta comienzos del siglo XIX*, Buenos Aires: Sudamericana.

Bianchi, Alberto B. (1996). *Dinámica del Estado de Derecho: La seguridad jurídica ante las emergencias*, Buenos Aires: Editora Ábaco de Rodolfo Depalma.

Bidart Campos, Germán (1976). *Historia Política y Constitucional Argentina T I-III*, Buenos Aires: EDIAR.

Botana, Natalio R. (1979). *El Orden Conservador: La política Argentina entre 1880 y 1916*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

Carrió, Alejandro (1996). *La Corte Suprema y su Independencia*, Buenos Aires: Abeledo-Perrot

Chavez, Rebecca Bill, Ferejohn, John A., and Weingast, Barry R. (2006). "A Spatial Theory of the Politically Independent Judiciary: A Comparative Study of the United States and Argentina". Paper presented in *Judicial Politics in Latin America Conference*, Mexico City, 4-7 March, 2006.

Cortés Conde, Roberto (2007). *La economía de la Argentina en el siglo XX*, Buenos Aires: Edhasa.

Del Río, Andrés (2010). *El desarrollo Institucional de la Corte Suprema de Justicia Nacional y del Supremo Tribunal Federal: Trayectorias comparadas desde el establecimiento a la*

---

<sup>55</sup> Walker, C. J. (2006). Op. cit; Chavez, R. B., Ferejohn, J. A., and Weingast, B. R. Op. cit.

*redemocratización*. Tesis (Doctorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Ferrer, Aldo (2008). *La economía Argentina: Desde sus inicios hasta principios del Siglo XIX*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico.

Gargarella, Roberto (1998). “Después del diluvio: El perfeccionismo conservador en la nueva jurisprudencia de la Corte Suprema (1990-1997).” In *Desarrollo Económico*, v. 38, n. 149 (Apr. - Jun. 1998), p. 439-456.

Gelli, María Angélica (2003). “La Corte Suprema de la República Argentina en las emergencias económicas.” In *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, n. 7, p. 165-207.

Iaryczower, Matías, Spiller, Pablo T. y Tomassi, Mariano (2000). *Un enfoque estratégico para entender el comportamiento de la Corte Suprema de Justicia de la Nación*, Buenos Aires: Fundación Gobierno y Sociedad.

Negretto, Gabriel y Ungar, Mark (1997). “Independencia del Poder Judicial y Estado de derechos en América Latina: los casos de Argentina y Venezuela.” In *Política y Gobierno*, v.IV, n.1, p. 81-114.

O'Donnell, Guillermo (2004). *Contrapuntos, ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*, Buenos Aires: Editorial Paidós.

Oyhanarte, Julio C. (2001). “La historia del Poder Judicial.” In Oyhanarte, Julio C. (2001). *Recopilación de sus obras*, Buenos Aires: M. Oyhanarte.

Padilla, Miguel (2004). *La Corte Suprema Argentina y la Suprema Corte de Justicia Norteamericana*, Buenos Aires: Ad-Hoc.

Pierson, Paul. (2008). “Big, Slow – Moving, and... Invisible. Macrosocial Processes in the Study of comparative Politics.” In Mahoney, James, Ruescemeyer, Dietrich (Editors) (2008). *Comparative Historical Analysis in the Social Science*, Cambridge: Cambridge University Press.

Rapoport, Mario e colaboradores (2000). *Historia económica, política y social de la Argentina*, Buenos Aires: Ediciones Macchi.

Schiffrin, Leopoldo (1998). "Sobre la justicia." In: Rejtman, Román (1998). *Quince años de Democracia: Ensayos sobre la nueva republica*, Buenos Aires: Editorial Norma.

Smith, Peter H. y Sylvestre, Graciela (1967). "Los radicales argentinos y la defensa de los intereses ganaderos, 1916-1930." In *Desarrollo Económico*, v. 7, n. 25 (Apr. – Jun.). p. 795-829.

Streeck, Wolfgang and Thelen, Kathleen (2005). *Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies*, Oxford: Oxford University Press.

Thelen, Kathleen (2004). *How Institutions Evolve: The Political Economy of skills in Germany, Britain, the United States and Japan*, Cambridge: Cambridge University Press.

Walker, C. J. (2006). "Toward Democratic consolidation? The Argentine Supreme Court independence and the rule of law." In *Florida Journal of International Law*, v. 18, n.3. p. 746-780.

Zavalía, Clodomiro (1920). *Historia de la Corte Suprema de Justicia de la República Argentina: en relación con su modelo americano*, Buenos Aires: J. Peuser.

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.



## **MOVIMENTO NEOCLÁSSICO NA ADMINISTRAÇÃO: UM EXEMPLO HISTÓRICO**

## **MOVIMIENTO NEOCLÁSICO EN LA ADMINISTRACIÓN: UN EJEMPLO HISTÓRICO**

## **THE NEOCLASSICAL MOVEMENT IN ADMINISTRATION: A HISTORIC EXAMPLE**

## **LE MOUVEMENT NÉOCLASSIQUE DANS L'ADMINISTRATION : UN EXEMPLE HISTORIQUE**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124107

**Claudio Gurgel<sup>1</sup>**

**Robson Moreira Cunha<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho visa contribuir com o entendimento dos processos políticos e econômicos envolvidos no surgimento do Movimento Neoclássico, corrente da Administração pouco explorada na literatura. Com base nos pressupostos de Kuhn buscou-se também avaliar se o neoclassicismo teve influência suficiente para representar um novo paradigma no pensamento administrativo. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico abordando obras relacionadas com as teorias administrativas, a política, nos e dos Estados Unidos, e a economia norte-americana internamente e na relação com o mundo pós-guerra, Como resultados observou-se que o Movimento Neoclássico foi pouco coeso e, portanto, sequer deve ser considerada uma teoria. Mas a sua influência se fez ampla até os nossos dias e efetivamente é um exemplo histórico da relação empírica e teórica entre a administração, a política e a economia, diálogo que marca as teorias organizacionais.

Palavras-chave: Movimento Neoclássico, teorias administrativas, política, economia.

---

<sup>1</sup> Professor Associado I da Universidade Federal Fluminense; professor e consultor convidado da Fundação Getúlio Vargas - RJ, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Fundação Escola de Serviço Público, da Universidade Corporativa da PETROBRAS; do Banco Central. E-mail: [crmurgel@hotmail.com](mailto:crmurgel@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com orientação de Cláudio Roberto Marques Gurgel. E-mail: [robsoncunha@id.uff.br](mailto:robsoncunha@id.uff.br)

## **RESUMEN**

El presente trabajo tiene por objetivo contribuir para el entendimiento de los procesos políticos y económicos envueltos en el surgimiento del Movimiento Neoclásico, corriente de la Administración poco explorada en la literatura. Con base en los presupuestos de Kuhn se buscó, también, evaluar si el neoclasicismo tuvo influencia suficiente para representar un nuevo paradigma en el pensamiento administrativo. Para tal, fue realizado estudio bibliográfico teniendo en cuenta obras relacionadas con las teorías administrativas, la literatura sobre la política, en y de los Estados Unidos, internamente y en su relación con el mundo postguerra, y la economía norte-americana y mundial de la época. Como resultado, se observó que el Movimiento Neoclásico tuvo poca cohesión y por lo tanto ni siquiera debe ser considerado una teoría. Pero su influencia se amplió hasta nuestros días y efectivamente es un ejemplo histórico de la relación empírica y teórica entre la administración, la política y la economía, diálogo que marca las teorías de las organizaciones.

Palabras-clave: Movimiento Neoclásico, teorías de gestión, política, economía.

## **ABSTRACT**

The present study aims to contribute to the understanding of political and economic processes involved in the emergence of the Neoclassical Movement occurring in administration and rarely discussed in literature. Based on Kuhn's assumptions, we have also aimed to assess if neoclassicism exerted sufficient influence to represent a new paradigm in administrative thought. A bibliographic survey was thus undertaken approaching works related to administrative theory, the United States' policy, the North-American domestic economy and its relation to the rest of the post-war world. Results showed that the Neoclassical Movement was incohesive and it should not therefore be considered as a theory. Its influence has been considerable even up to the present day and it effectively provides a historic example of the empirical and theoretical relations between administration, politics and economics - a dialogue key to organizational theories.

Key words: Neoclassical Movement, administrative theories, politics, economics.

## **RÉSUMÉ**

Cet article a pour objectif de contribuer à la compréhension des processus politiques et économiques impliqués dans l'apparition du Mouvement néoclassique, un courant de

l'administration encore peu étudié. Sur la base des présupposés de Kuhn, nous avons également voulu savoir si le néoclassicisme a jouit d'une influence suffisante pour représenter un nouveau paradigme au sein de la pensée administrative. À cette fin, nous avons réalisé un relevé bibliographique des œuvres liées aux théories administratives, à la politique (des et aux États-Unis), à l'économie nord-américaine et aux relations avec le monde de l'après-guerre. Nous avons pu en conclure que le Mouvement néoclassique manquait de cohésion et qu'on ne peut par conséquent même pas le considérer comme une théorie à part entière. Mais son influence est assez large jusqu'à nos jours et représente effectivement un exemple historique de rapports empiriques et théoriques entre l'administration, la politique et l'économie, dans un dialogue significatif pour les théories organisationnelles

Mots-clés : Mouvement néoclassique, théories administratives, politique, économie.

## **Introdução**

A evolução do pensamento da Administração é elemento fundamental para que gestores, pesquisadores e estudantes de todos os níveis aprendam com as experiências passadas, entendam melhor o contexto em que as teorias surgiram e sejam capazes de lançar um olhar crítico sobre as diversas práticas de gestão.

De acordo com o Conselho Federal de Administração, a história dos cursos de Administração no Brasil é recente, principalmente em comparação com os Estados Unidos, onde cursos na área datam do final do século XIX, com a criação da Wharton School, em 1881 (CFA, 2011)<sup>3</sup>.

No Brasil, a profissão somente foi regulamentada em 9 de setembro de 1965, por meio da Lei nº 4.769, dando origem a figura do Técnico de Administração, já que o termo Administrador surge apenas em 1985 com a Lei nº 7.321.

A regulamentação da profissão influenciou o Conselho Federal de Educação a fixar o primeiro currículo mínimo do curso de Administração, fato ocorrido em 1966. Desde então consta nos currículos dos cursos superiores a matéria de Teoria Geral da Administração ou Teorias da Administração, como seria provavelmente mais exato.

Ao longo dessa disciplina os estudantes têm o primeiro contato com as teorias que

---

<sup>3</sup> CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. "História da Profissão". Disponível em: <[www.cfa.org.br](http://www.cfa.org.br)>. Acessado em: abril, 2011.

influenciaram e influenciam o exercício da profissão. Um dos temas abordados é o Movimento Neoclássico. Porém, de todas as correntes essa talvez seja a de menor aprofundamento, constituindo efetivamente uma lacuna na literatura de Administração. Apesar de registrar, entre os seus mais destacados nomes, a legendária figura de Peter Drucker, há pouca pesquisa referente à abordagem neoclássica e a rigor nenhuma referência mais detida no contexto em que emerge.

Com este trabalho estamos explorando alguns elementos que podem contribuir para uma melhor caracterização do Movimento Neoclássico. Queremos igualmente tomar esta análise como uma oportunidade de expor uma característica comum na constituição das teorias organizacionais. Referimo-nos à contextualização – aspecto que grande parte da literatura especializada parece fazer questão de ignorar.

Em recente pesquisa bibliográfica/documental, realizada por Piazi, em sua monografia intitulada *As crises do capitalismo e suas conseqüências no campo da Administração*, de 40 livros de autores estrangeiros e brasileiros sobre teorias organizacionais, apenas 9 fazem referência à crise dos anos 1930, associando-a à Escola das Relações Humanas<sup>4</sup>. Vale dizer que além deste episódio explícito demais para não ser notado, nenhuma outra teoria, na amostra de livros pesquisada, teve seu surgimento relacionado com as condições políticas e/ou econômicas determinadas, de sua época.

Há, entretanto, evidente relação entre as dimensões da vida social e a emergência das teorias administrativas. Frequentemente, os aspectos políticos e/ou econômicos se encontram para criar um ambiente de mudanças, mais ou menos radical. É nesse ambiente que florescem as ideias e formulações teóricas – também da administração.

Vale lembrar que esta relação entre política, economia e administração pode ser observada em vários momentos da particular história das teorias administrativas. No caso da crise dos anos 1930, verifica-se uma evidência muito acentuada, mas a rigor é raro que as teorias organizacionais não estejam triangulando com a economia e a política. Foi assim que Taylor situou sua motivação no prefácio de *Princípios de Administração Científica*, ao abrir sua exposição com as palavras de Theodore Roosevelt (Taylor, 1960).<sup>5</sup> É igualmente assim que, como já lembrado, parte da literatura explica o advento do humanismo administrativo, ao associá-lo à grave crise dos anos 1930.<sup>6</sup> Igualmente assim

---

<sup>4</sup> Piazi, Eduardo (2011). *As crises do capitalismo e suas conseqüências no campo da administração*. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal Fluminense, p. 34-36.

<sup>5</sup> Taylor, Frederic (1960). *Princípios de administração científica*, São Paulo: Atlas.

<sup>6</sup> Ferreira, Ademir e outros (1997). *Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias*, São Paulo: Pioneira;

é possível explicar outras passagens que geraram formulações teóricas relevantes, no campo da Administração.

A emergência da teoria sociológica burocrática, com a divulgação do pensamento weberiano e sua sociologia da dominação, onde se insere o tipo racional-legal ou burocracia moderna, está evidentemente associada à expansão do Estado, verificada a partir dos anos 1930. Mais um efeito da crise, o novo Estado, aumenta suas atividades, assume um papel organizativo e fomentador da economia e precisa ampliar o tamanho e a complexidade de seu aparelho. É nestas novas condições que o Estado igualmente necessita de uma teoria que lhe dê organização superior e ordenamento racional-legal, um ordenamento burocrático. Não foi à toa que Talcott Parsons, já ilustre sociólogo, vai traduzir, para o inglês, *Economia e Sociedade*, de Max Weber, a obra em que, dentre outros assuntos, está o longo capítulo da sociologia da dominação e outras passagens relacionadas à teoria burocrática. Mais uma vez administração, economia e política triangulam na resposta a um desafio histórico.

No caso do Movimento Neoclássico configura-se uma situação extraordinária, em que a descrição do contexto oferece um quadro que nos permite supor que o Movimento é um exemplo histórico de constituição das teorias organizacionais.

## 1. Historicidade e modo de produção

Neste trabalho, seguem-se, pela ordem, a metodologia da pesquisa, a caracterização do Movimento Neoclássico e, nas duas seções subseqüentes, faz-se a contextualização histórica, com algumas reflexões acerca do *neoclassicismo*, particularmente no sentido de examinar o seu significado teórico e histórico mais profundo e a seguir um exame do possível caráter paradigmático do Movimento.

A partir do reconhecimento de que há uma relação construtivista entre Política, Economia e Administração, nossa metodologia terá como referência o desenvolvimento do capitalismo moderno. Neste sentido, nosso método tem caráter historicista. Sua finalidade é explicar, após breve descrição, o advento e sentido do Movimento Neoclássico, extraindo daí o seu significado para a Administração e sua repercussão no plano do mesmo desenvolvimento capitalista que lhe deu origem.

---

Motta, Fernando C. Prestes (1989). *Teoria Geral da Administração: uma introdução*, 15<sup>o</sup> Ed. São Paulo: Pioneira; Sobral, Filipe e Peci, Alketa (2008). *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*, São Paulo: Pearson Prentice Hall; Robbins, Stephen (2003). *Administração: mudanças e perspectivas*, São Paulo: Saraiva; Kwasnicka, Eunice (1989). *Teoria Geral da Administração: uma síntese*, São Paulo: Atlas.

Levamos em conta a totalidade social e organizacional, em ambiente no qual a ação recíproca dos fenômenos, em contínuo movimento de transformação, faz com que os conflitos se resolvam com desenlaces freqüentemente inovadores e superiores.

Para alcançar esse movimento, no campo material e das ideias, a pesquisa bibliográfica se dará sobre 3 tipos de literatura: a literatura que trata do Movimento Neoclássico, presente nas obras relacionadas com as teorias administrativas, a literatura sobre a política nos e dos Estados Unidos, internamente e na relação com o mundo pós segunda guerra, e aquela que trata da economia norte-americana e mundial da época.

Os Estados Unidos têm sido dominantes na formulação das correntes teóricas, com algumas exceções. No caso do movimento neoclássico, esta dominação se dá plenamente, razão porque se acentuam a política e a economia norte-americanas como objeto de análise.

## **2. Caracterização do Movimento Neoclássico**

O Movimento Neoclássico aborda aspectos administrativos comuns às organizações. Foca também nos princípios básicos de organização, como divisão do trabalho, especialização, hierarquia e amplitude administrativa. Outro tema de seu interesse são as funções do administrador, que recebem algumas adaptações dos teóricos desse movimento.

Uma das principais preocupações do Movimento são os tipos de organização e a departamentalização. O neoclassicismo caracteriza-se pela ênfase na organização formal (até mesmo por uma reação aos humanistas) e pelo maior número de órgãos especializados (sendo esta especialização horizontal).

Trata-se de uma concepção teórica que valoriza o pragmatismo, reduz os controles de meios e acentua o controle de resultados, introduzindo no ambiente das empresas o culto às metas de produção. Uma intensa pressão pelo cumprimento de metas é parte desse culto, de certa forma retomando o centro de atenções de Taylor, para quem o tempo padrão, a produção padrão e a importância da peça produzida, como medida de avaliação são referenciais da gerência e das relações sociais de trabalho.

Por isto, o ápice do Movimento Neoclássico foi sem qualquer dúvida a Administração por Objetivos (APO), conhecida também como administração por resultados. Seu surgimento ocorreu em 1954 com a publicação do livro *The Practice of*

*Management* (traduzido posteriormente para o português, como *Prática da Administração de Empresas*) de Peter Drucker, considerado o criador da APO<sup>7</sup>.

É possível dizer que a APO é uma metonímia do Movimento Neoclássico, tal a representatividade do todo que tem esta parte do Movimento.

APO é caracterizada pela adoção de uma visão voltada para os resultados, ou seja, com foco nos fins. Portanto, atenta-se mais para a eficácia do que para a eficiência. Nesse modelo o planejamento e a definição dos objetivos são fatores fundamentais, bem como o desenvolvimento de indicadores para acompanhar a evolução dos planos e permitir uma comparação do que foi alcançado com os resultados que eram esperados.

Na Administração por Objetivos, metas são definidas por gerentes e subordinados. Esses últimos, possuem um grau maior de liberdade para desempenharem suas funções, não se verificando o forte controle de meios que se destacava no classicismo. O modelo da APO é compatível com práticas de auto-controle. Segundo Peter Drucker (1981), na Administração por Objetivos os esforços individuais devem ser reunidos para atingir um resultado ótimo. O empregado trabalha sem um controle superior, os gestores estão preocupados se ele é capaz de obter os resultados esperados. A forma como irá fazer isso, fica relativamente a cargo dele. Trata-se, portanto, de um processo de internalização do controle<sup>8</sup>.

Montana e Charnov falam de um “*contrato de desempenho*”, que seria um “*acordo ente o gerente e o subordinado sobre as responsabilidades e padrões para o subordinado, durante um certo período de tempo*”.<sup>9</sup>

Os mesmos autores, tratando do planejamento de objetivos, dizem que há um momento que “*é hora de definir e comunicar ao funcionário o que o ciclo orçamentário significa pessoalmente para ele – de concordar mutuamente sobre as expectativas que cairão sobre ele. Isto é feito através do contrato de desempenho*”.<sup>10</sup>

Parte integrante deste espírito da época é o advento da abordagem quantitativa da administração, certamente uma parceira importante da APO. Igualmente herdeira direta da segunda guerra, foi uma transferência de conhecimentos gerados no âmbito militar, de que o próprio Drucker lançou mão. Trata-se de apoio matemático e estatístico na solução

---

<sup>7</sup> Drucker, Peter F. (1981). *Prática de administração de empresas*, Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo: Pioneira.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Montana, Patrick e Charnov, Bruce (1998). *Administração*, São Paulo: Pioneira, 1998, p. 129.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 135.

de problemas, na fixação de objetivos e metas e no seu controle. Como lembra Robbins, “em 1953, o Instituto de Ciências da Administração definiu como seus objetivos “identificar, ampliar e unificar o conhecimento científico que contribuísse para a compreensão da prática da administração”, recuperando para a administração o conceito de ciência – racionalidade instrumental, acima de tudo - que Taylor havia imprimido com seus Princípios da Administração Científica. É desta época o surgimento do periódico *Management Science*.<sup>11</sup>

Lembra ainda Robbins que “a nova geração de gerentes seria instruída em técnicas da teoria da probabilidade, programação linear, teoria da fila e teoria dos jogos”.<sup>12</sup> Tudo isto fazia parte do esforço de elevar o rigor de previsão e controle sobre objetivos e metas organizacionais.

A APO trouxe importantes contribuições para o pensamento administrativo, além de projetar Peter Drucker como um dos principais teóricos da Administração. Percebe-se por essa breve caracterização que estamos tratando de formulações duradouras, que hoje fazem parte do discurso teórico da gestão contemporânea, onde conceitos como *empowerment*, círculos de qualidade e gestão por competência são frequentemente usados. Como um movimento, agregou um grande número de teóricos, que, ao longo dos anos, se redistribuíram por correntes do pensamento administrativo que se seguiram ou que conviviam à época. Além de Peter F. Drucker, figuras expressivas como Ernest Dale, autor, com L. C. Michelon, de *Gerência Empresarial — Métodos Modernos*, Harold Koontz e Cyril O'Donnell, ambos autores do conhecido *Princípios de Administração*, Michael Jucius que escreveu, com William Schlender, *Introdução à Administração - elementos de ação administrativa*, George Odiorne, que aportou métodos quantitativos sofisticados ao planejamento, William Newman, que publicou *Ação administrativa*, Theo Haiman, autor de *Dirección e Gerencia*, publicado em língua neolatina pela Hispano Europea, Ralph Davis, George Terry, Morris Hurley, Louis Allen e outros, cuja influência foi certamente sentida ao longo dos anos, até os dias de hoje.

Isto acabou por introduzir as ideias centrais do Movimento em práticas comportamentais, estruturalistas, sistêmicas, contingenciais e da própria *administração flexível*, ditas pós-fordistas. É curioso observar que autores, como Rebouças, situam a APO como uma teoria “integrante da Escola Contingencial”.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Robbins, S. (2000). Op. cit, p. 501-502.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> Rebouças, Djalma (2008). *Teoria Geral da Administração*, São Paulo: Atlas, p. 275.



Mas a sua matriz está firmemente estabelecida sobre as bases históricas que a inspiraram naqueles anos do pós-guerra. É a motivação ali existente, posta como desafio e incentivo, que vai se expressar no âmbito da administração de empresas. Foi a dura luta por impor objetivos e metas, como o centro de atenções, e subordinar todas as funções da administração ao planejamento, fazendo deste um processo focado no programa de trabalho, nos resultados, enfim. Esta herança parece muito viva no que foi se constituindo o planejamento contemporâneo, essencialmente voltado para as estratégias competitivas das organizações e sendo o ponto de partida de tudo mais – estrutura e sistemas – como ensina a tese dos 3S (*strategy, structure and systems*).

Como observa Rebouças, a teoria da administração por objetivos surgiu em um contexto organizacional de “*forte pressão recebida pelos profissionais das organizações para apresentarem resultados*”.<sup>14</sup>

### **3. Contexto histórico: cenários econômico e político**

O Movimento Neoclássico surge, como dissemos na sua caracterização, no início da década de 1950, com o crescimento das organizações e representa um retorno à teoria clássica, ou seja, um resgate de alguns postulados defendidos pelos clássicos. Isso por si só, nada significa em nossa análise, já que em maior ou menor grau todas as teorias administrativas fazem referência aos princípios clássicos, mesmo que para criticá-los.

A compreensão do núcleo do pensamento teórico que constitui a distinção e inovação só é possível recuperando as relações que esse pensamento trava com o todo social. Tentaremos então, compreender o contexto histórico que precedeu e acolheu o desenvolvimento da concepção neoclássica. Um contexto que começa por explicar o vertiginoso crescimento das empresas norte-americanas no pós-guerra.

#### **3.1 Cenário econômico**

No campo da economia o pós-guerra foi impactado por dois acontecimentos marcantes. Um deles foi o acordo de Bretton Woods (ocorrido em 1944), no qual foi definido um sistema de gerenciamento econômico internacional. Nesse acordo, conforme

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 279.

relatado por Oliveira *et al* foram estabelecidas as regras para as relações comerciais e financeiras entre as principais potências do mundo.<sup>15</sup>

Através de Bretton Woods surgiram o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), conhecido como Banco Mundial, e o FMI (Fundo Monetário Internacional), instituições que ficariam encarregadas de contribuir para a regulação da política econômica internacional. Os dois organismos, talvez venha a ser desnecessário dizer, nascidos e orientados sob forte influência norte-americana. Nas palavras de Hobsbawn, “*as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial (‘Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento’) e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se de facto subordinadas à política americana*”.<sup>16</sup>

Além disso, temos como uma das principais medidas do acordo a adoção de uma política monetária que mantivesse a taxa de cambio das moedas dos países participantes em um valor indexado ao dólar, que, por sua vez, estaria ligado ao ouro (na base fixa de 35 dólares por onça Troy).

O resultado desse conjunto de atos e fatos econômicos foi um relativo favorecimento ao sistema liberal e um significativo aumento da capacidade econômica dos Estados Unidos.

Comentando Bretton Wood e a sua repercussão sobre as finanças internacionais, Harvey observa que:

*O Acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo, em troca em troca de uma abertura de mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações.*<sup>17</sup>

Significa dizer que grande parte da economia global, principalmente aquela em que ocorreriam os grandes investimentos da reconstrução física e econômica do mundo destruído pela guerra, se convertera em extensão do mercado norte-americano. Tratava-se de uma espécie de anexação econômica, cujo efeito talvez tenha sido mais eficiente

---

<sup>15</sup> Oliveira, Giuliano C. de; Maia, Geraldo; Mariano, Jefferson (2008). “O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional”. *PESQUISA & DEBATE*, SP, volume 19, número 2 (34), p. 195-219.

<sup>16</sup> Hobsbawn, Eric (1995). *A era dos extremos*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 269.

<sup>17</sup> Harvey, David (1994). *A condição pós-moderna*, Rio de Janeiro: Edições Loyola, p. 131.

do que uma eventual anexação político-econômica.

Neste sentido, ganha enorme objetividade o comentário do New York Times, em sua edição de 6 de janeiro de 1948, a propósito do Plano Marshall – desdobramento de Bretton Woods: “*Difícilmente poderíamos ir mais longe sem nos apoderarmos dos governos dos dezesseis países beneficiários*”.

Como um desdobramento desta movimentação, finda a guerra, outro importante fato econômico foi o referido Plano Marshall, parte integrante da *Doutrina Truman*, alusão ao então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Desenvolvida no limiar da posse do sucessor de Roosevelt, parte da *Doutrina Truman* consistia na reconstrução dos países aliados europeus no pós-guerra, para o que foi formulado o Plano Marshall, disponibilizando algo em torno de 13 bilhões de dólares, na época, sem dúvida um expressivo volume de capitais.

O Plano incluía a intenção de contribuir para barrar a expansão comunista na Europa (principalmente na Europa Ocidental). Os Estados Unidos ajudavam na reconstrução dos países europeus e em troca garantiam a liberdade das atividades das empresas norte-americanas no mercado europeu.

Em *The Marshall Plan*, observa Michael Hogan que “*a commitment to privatism thus took its place among the constellation of motives that infused American recovery policy*”.<sup>18</sup> Mas além deste objetivo geral, difuso e amplo, havia também, segundo o mesmo autor, finalidades mais pontuais: “*the goal, as expressed in the Foreign Assistance Act, was a recovery program that encouraged the unification of European economies, promoted peace and productivity and served the needs of private trade and investment.*”<sup>19</sup> Sem pretender cansar o leitor, vale a pena acrescentar mais duas passagens de Hogan que confirmam esta associação entre política externa e interna, do Plano Marshall. Diz Hogan, em página anterior, referindo-se ao Plano, leia-se EEUU, que “*it should also provide basic grants for essential commodities and capital equipment that would bring immediate gains in production*”.<sup>20</sup> A segunda passagem é a sintomática ressalva do patriótico autor para quem “*nor was it simply that act contained sops to particular private interest or provision under which American surpluses could be dumped in Western Europe*”.<sup>21</sup>

Ressalvada as antipatias ou simpatias ideológicas, o Plano Marshall se configura

<sup>18</sup> Hogan, Michael (1987). *The Marshall Plan*, New York: Cambridge University Press, p. 93.

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 93.

como uma operação política e econômica de rara eficiência, que viria a estimular intensamente a economia norte-americana, em sua relação com o mercado europeu.

Não é à toa, como já dissemos em página passada, que o New York Times de 6 de janeiro de 1948, comentando o Plano Marshall, indagou: "*que melhor proteção poderíamos desejar? Dificilmente poderíamos ir mais longe sem nos apoderarmos dos governos dos dezesseis países beneficiários*".

Pode-se com facilidade perceber, que, com o Plano Marshall, os Estados Unidos, além de conseguirem abalar a popularidade dos partidos trabalhistas, social-democratas e movimentos comunistas na Europa Ocidental, promoveram a ampliação da demanda pelos seus produtos.<sup>22</sup>

Ainda sobre o Plano Marshall, confirmando o significado econômico, para os Estados Unidos, de um programa de investimento na Europa destruída, vale a pena resgatar Harvey, quando fala da penetração do fordismo:

*O longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional.[...] consolidado e expandido no período de pós-guerra, seja diretamente através de políticas impostas na ocupação,[...] ou indiretamente, por meio do Plano Marshall ou do investimentos direto americano subsequente. [...]Essa abertura de investimento estrangeiro (especialmente na Europa) e do comércio permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures.*<sup>23</sup>

É esta “capacidade produtiva excedente”, criada ao longo da segunda guerra, com o apoio aberto do Estado, que precisou de todas as providências tomadas antes que a própria guerra acabasse. A experiência da Grande Depressão havia ensinado, aqueles mesmos governantes, que se tornava absolutamente necessário dispor de mercado consumidor para explorar a capacidade produtiva, agora mais qualificada ainda, por força dos ensinamentos metodológicos e tecnológicos gerados pela guerra. Foi ainda sob o peso das armas, dentre elas duas bombas atômicas explodidas e um arsenal desconhecido, que os Estados Unidos aprovaram os acordos de Bretton Woods e uma série de outros acordos, capazes de assegurar liderança política e econômica sólida em pelo menos 2/3 do mundo e principalmente sobre o mundo rico.

Esta liderança, como demonstram todos os depoimentos, significava mercados abertos, fluxos comerciais livres, demandas de investimentos crescentes – tudo isto

---

<sup>22</sup> Combat, Flávio A. (2007). *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> Harvey, D. Op. cit, p. 131.

destinado a uma economia capitalista de Estado, a economia keynesiano-fordista americana, já posicionada como a mais poderosa do mundo.

### **3.2. Cenário Político**

Na década de 1930, o humanismo administrativo iniciou uma fase de significativo crescimento. Grande parcela dessa maior atenção aos fatores humanos pode ser atribuída aos resultados da experiência de Hawthorne, coordenada por Elton Mayo. A pesquisa de Hawthorne ganha este nome por se ter realizado na empresa Western Electric, localizada no bairro de Hawthorne, em Chicago. Inicialmente, a hipótese da pesquisa associava a produtividade à luminosidade do ambiente de trabalho. Supunha-se que com mais luminosidade, os trabalhadores produziam mais. Entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1930, esta hipótese mecanicista perde energia e aquela que ganha força tem cunho social. Os testes que se vão realizando no andamento da pesquisa alimentam uma nova suposição: as relações humanas que se travam no processo de produção podem estimular ou não os trabalhadores. A forte repercussão das conclusões da pesquisa “mexeu” com a dinâmica das relações de trabalho. Fatores como normas sociais e expectativas grupais entraram em cena.<sup>24</sup> Mas evidentemente foi a crise dos anos 1930 que desacreditou os padrões clássicos, seja no plano econômico, seja no plano da administração e se tornou o ambiente propício para a evolução das novas ideias de Mayo, Follet e Barnard.<sup>25</sup> Naquele momento, 25% da população ativa dos Estados Unidos se encontravam desempregada e os que se mantiveram ocupados, sofreram profundas perdas salariais. Para ilustrar o tamanho das perdas, basta dizer que Ford, o principal empregador norte-americano, reduziu o salário dos seus operários de U \$ 5 ao dia para 50 cents de dólar.<sup>26</sup> Nestas condições, tornava-se difícil tratar os trabalhadores nos termos autoritários do modelo clássico de gestão. O governo Roosevelt, por seu turno, no âmbito do New Deal, valorizava os sindicatos e investia os trabalhadores de certa capacidade de intervenção antes desconhecida.

Em 1939, inicia-se a Segunda Guerra Mundial. No primeiro momento, de certa

---

<sup>24</sup> Ferreira, A. e outros (1997). Op. cit; Motta, F. P. (1989). Op. cit; Bateman, Thomas e Snell, Scott (1998). *Administração*, São Paulo: Atlas.

<sup>25</sup> Motta, F. P. e outros (1989). Op. cit; Robbins S. (2000). Op. cit; Sobral, F. e Peci, Alketa (2008). Op. cit; Paradela, Victor e outros (2009). *Modelos de Gestão*, Rio de Janeiro: FGV.

<sup>26</sup> Gurgel, Claudio e Rodriguez, Martius (2009). *Administração - elementos essenciais para a gestão das organizações*, São Paulo: Atlas, p. 41.

forma repetindo o ocorrido em 1914, os Estados Unidos preferem manter-se fora do conflito direto. Contudo, em 1941 ocorre o ataque a Pearl Harbor (base naval dos Estados Unidos), que provoca a entrada do país na guerra.

A escassez de mão-de-obra criada pela mobilização militar promove a valorização do trabalhador. Houve uma necessidade urgente de substituir a mão-de-obra especializada que morria nos campos de batalha.<sup>27</sup> Nesse período, há relatos da capacitação de profissionais em tempo inferior à metade do que anteriormente se achava necessário.

A guerra também estreitou ainda mais a aliança de Roosevelt com os sindicatos de trabalhadores – agora todos de braços dados com o Estado e o patronato, reproduzindo no plano interno o arranjo político que reunia Stalin, Churchill e Roosevelt, no que ficou conhecido com Aliados contra Hitler.

Ao longo dos anos em que se desenrola a guerra e aqueles imediatamente seguintes, o que se observa é um constante crescimento do humanismo e de formas de disputa no campo das ideias e dos exemplos. Crescentes conquistas de direitos sociais e trabalhistas se verificam, alcançando o clímax com o advento do Estado de Bem-Estar, nascido no imediato pós-guerra, na Inglaterra.

Porém, pouco antes do fim da guerra e, mais acentuadamente, com a morte de Roosevelt e a ascensão de Truman, surgem algumas reações a esse cenário.

As disputas pelo espólio da guerra, principalmente na Europa, combinadas com as contradições ideológicas cada vez mais acentuadas, acabaram por explicitar e radicalizar a bipolarização do mundo. De um lado os Estados Unidos e de outro a União Soviética, naquilo que seria a marca de um tempo relativamente longo. Seguiu-se então uma série de conflitos nos quais as duas potências buscavam garantir a hegemonia do modelo que defendiam. Capitalismo e Socialismo travaram batalhas incansáveis por áreas de influência.

Observa Hobsbawn que *“a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra mundial na*

---

<sup>27</sup> Brigido, R.V. “Certificação e normalização de competências: origens, conceitos e práticas”. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271a.htm>>.

chamada 'Guerra Fria'.<sup>28</sup>

Entre os dois países, se criou toda espécie de motivação para o enfrentamento – das disputas estratégicas, como a guerra da Coreia, à conquista do espaço, quando o satélite Sputnik desafiou a NASA e passou a ser uma referência russa na corrida espacial. Todas as nações do mundo, de algum modo, foram afetadas por esta disputa. Quando se diz, *afetada* podemos estar nos referindo a conflitos armados, como o da Coreia ou do Vietnã, golpes de Estado, como no Irã ou Panamá, restrições político-partidárias, como a ilegalidade dos Partidos Comunistas no Brasil e no México ou até mesmo a colocação no índice político-ideológico de publicações qualificadas, como foi o caso da revista Problemas, cuja circulação se tornou clandestina em vários países do mundo, por sua vinculação à III Internacional. Líderes políticos, intelectuais, dirigentes sindicais, artistas, cientistas, todos os homens e todas mulheres que de alguma maneira tivessem alguma posição tática ou estratégica nas suas sociedades estavam clivadas pela competição entre comunismo e capitalismo, expressa na Guerra Fria.

No contexto dos Estados Unidos, claro, não poderia ser diferente. Antes, pelo contrário. Ali, no seu interior, as hostilidades chegavam ao paroxismo, com o *macarthismo*. O *macarthismo*, que se caracteriza pelo período de intensa patrulha anticomunista, começou em 1947, com a criação do Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas, no Senado, e durou até 1955.

Esse período, segundo Rodeghero, ficou marcado pelo medo exagerado da influência do comunismo nas instituições estadunidenses, além de ações contra a espionagem real e o que se supunha espionagem soviética.<sup>29</sup> O *macarthismo* recebeu esse nome como referência ao senador Joseph McCarthy, presidente do Comitê congressional responsável pelos inúmeros inquéritos abertos contra líderes sindicais, políticos e intelectuais suspeitos de servirem ao projeto comunista. Durante esse período, representantes das áreas política, sindical, científica, artística e cultural, entre eles atores, diretores e roteiristas sofreram perseguições por suas manifestações de pensamento. Nas palavras de Hobsbawn, um “*sinistro e irracional frenesi da caça às bruxas anticomunista*” tomou conta dos Estados Unidos.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> Hobsbawn, Eric (1995). Op. cit, p. 223.

<sup>29</sup> Rodeghero, Carla Simone (2002). “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. *Rev. Bras. Hist.* [online]. vol. 22, n.44, pp. 463-488. ISSN 0102-0188.

<sup>30</sup> Hobsbawn, Eric (1995). Op. cit, p. 232.

Extensas literatura e filmografia se produziram sobre esse período, oferecendo-se como um meio interessante de conhecimento dessa página indecorosa da política americana. Desde o jocoso *Testa de ferro por acaso*, do comediante e vítima do macarthismo, Zero Mostel, até o mais recente, indicado ao Oscar, em 2006, *Boa noite, boa sorte*, na bem sucedida direção do ator George Clooney. O macarthismo feriu tanto a sociedade americana que, passados mais de 50 anos, ainda repercute na arte e na cultura, inspirando gestos políticos radicais. Em 1999, na entrega do Oscar ao diretor Elia Kazan, alguns presentes na cerimônia, como os atores Jeff Bridges e Warren Beatty viraram às costas para o palco, em protesto pelo histórico de Kazan, associado à delação de colegas do teatro e do cinema à Comissão McCarthy.

Mas a marca mais profunda do macarthismo foi a prisão e execução do casal Julius e Ethel Rosenberg, acusados de ceder informações sobre a bomba atômica aos agentes de espionagem russos. A morte dos dois, em 1953, apesar da consternação mundial provocada, que mobilizou de Sartre ao Papa Pio XII, não foi suficiente para estancar a ação do Comitê McCarthy, que ainda operou até dezembro de 1954.

Esses episódios, que consumiram sete anos, ficaram conhecidos, já vimos, como “caça às bruxas” e evidentemente repercutiram sobre o ambiente do trabalho, patrocinando maiores restrições ao discurso e à prática de inspiração humanística, sempre confundidos com sindicalismo e socialismo. Vale a pena dar especial atenção ao que diz Hobsbawn acerca do macarthismo, ligando-o ao *espírito do capitalismo americano*: “o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos(“americanismo”) que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo”.<sup>31</sup>

É nesse contexto, de hostilidade aos discursos humanistas e de alta demanda econômica, que surge o Movimento Neoclássico. Esse período além de representar um desgaste dos conceitos defendidos pela Escola das Relações Humanas e pelo Comportamentalismo, também se caracteriza por um cenário econômico similar ao que precedeu a teoria de Taylor.

As condições econômicas favoráveis careciam de uma administração voltada para a produtividade, para um mercado agora medido em escala mundial. Tratava-se de revigorar os referenciais “científicos”, que associavam a valorização do trabalhador ao

---

<sup>31</sup> Ibidem.



volume de produção que oferecesse, não mais a sua condição humana e social, destacada nos tempos críticos da economia americana e nos tempos de cooperação entre as classes que o inimigo comum, o nazi-fascismo, inspirou.

Esta relação, que era compatível com uma época, não cabia para os novos tempos, em que uma produção em escala internacional precisava ser alcançada, não dando espaço a considerações que pudessem, inclusive, na imaginação *macarthista*, ser uma forma disfarçada de sabotagem dos interesses “americanistas”.

Como observou com precisão Rebouças, em passagem já citada, é um período marcado por “*forte pressão recebida pelos profissionais das organizações para apresentarem resultados*”.

#### **4. O Movimento Neoclássico como paradigma**

Os principais aspectos do processo de substituição de paradigmas são encontrados na teoria de Thomas Kuhn, que iniciou sua carreira acadêmica como físico e posteriormente direcionou seus estudos para a história da ciência. Nesse sentido, a teoria da ciência de Kuhn buscava uma maior adequação com a situação histórica.

De acordo com Chalmers uma característica-chave da teoria de Kuhn é a ênfase dada ao caráter revolucionário do progresso científico, em que uma revolução implica o abandono de uma estrutura teórica e sua substituição por outra, incompatível.<sup>32</sup>

Os que trabalham dentro de um paradigma praticam aquilo que foi denominado por Kuhn de ciência normal. Os cientistas tentarão entender a realidade através dos pressupostos do paradigma vigente. Diante de dificuldades e falsificações aparentes um paradigma pode se desgastar e entrar em crise. Esta é resolvida pelo surgimento de um novo paradigma, que deve ter força suficiente para substituir a teoria vigente.

Centrado nas ciências naturais, Kuhn defende que o desenvolvimento da ciência ocorre através da substituição de paradigmas, formando uma escala. Cada degrau representaria um paradigma, sendo galgado graças ao que foi desenvolvido no degrau anterior.<sup>33</sup> A substituição ocorre quando um paradigma já não é visto como adequado ao contexto e surge outro com uma identificação maior com a realidade presente.

---

<sup>32</sup> Chalmers, A. F. (1992). *O que é a Ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense.

<sup>33</sup> Kuhn, Thomas (1982). *A estrutura das revoluções científicas*, 2a Ed. Trad. Beatriz Vianna Bocura. São Paulo: Perspectiva.

As teorias administrativas, assim como a ciência, evoluem através da sucessão de paradigmas, que, segundo Chalmers, são compostos de suposições teóricas gerais e de leis e técnicas para a sua aplicação adotadas por uma comunidade científica específica.

Sabemos, porém, que no caso da administração, diferentemente do que ocorre nas ciências naturais, o advento de um novo paradigma não significa o abandono definitivo da concepção anteriormente predominante. É comum a integração transformadora de um pelo outro. Ou a convivência de referenciais teóricos – teoria burocrática, fordismo, comportamentalismo – no mesmo tempo e espaço.

Podemos observar a evolução das teorias da Administração sob a óptica de Kuhn, fazendo, entretanto, as devidas ressalvas, como dissemos, uma vez que, como todas as ciências sociais, na Administração há um movimento paretiano de circulação teórica. Muitas formulações atuais são quase que reproduções dos primórdios: gestão do conhecimento, gestão da qualidade, remuneração flexível, *just-in-time*, etc.

Como vimos em Chalmers, um paradigma é composto de suposições teóricas gerais e técnicas para sua aplicação. A revolução científica, ou substituição de paradigma, ocorre por meio de mudança descontínua capaz de deslocar a comunidade científica.

Esse deslocamento se assemelha a uma “conversão religiosa”, já que segundo Kuhn não há argumentação puramente lógica que demonstre a superioridade de um paradigma sobre outro e que force, assim, um cientista racional a fazer a mudança. Isso ocorre devido a variedade de fatores presentes no julgamento que um cientista faz dos méritos de uma teoria científica.<sup>34</sup>

Com base na caracterização do Movimento Neoclássico e na sua contextualização histórica é possível fazer uma comparação entre os principais critérios da teoria de Kuhn e os aspectos que marcaram o desenvolvimento do neoclassicismo.

---

<sup>34</sup> Chalmers, A. F. (1992). Op. cit.

### **Quadro de Comparação entre Pressupostos da Teoria de Kuhn e Características do Movimento Neoclássico.**

<b>Paradigma</b>	<b>Movimento Neoclássico</b>
Novo padrão teórico, formado por suposições gerais, leis e técnicas para sua aplicação.	Verifica-se pouca coesão entre os autores.
Geralmente uma teoria emergente resiste a críticas durante algum tempo até que consiga demonstrar força suficiente para abalar o paradigma vigente.	O Movimento Neoclássico durou pouco mais de 10 anos.
Ampla adoção pela comunidade científica.	Pouca difusão dos pressupostos. Uma demonstração disso é que atualmente a comunidade acadêmica conhece muito pouco sobre esse período.

Após as exposições anteriores pode-se observar que o que ocorre na verdade é uma retomada dos postulados clássicos, porém levando em consideração conceitos aplicados pelas diversas outras teorias e inevitavelmente alguns avanços nas relações de trabalho que correspondiam à aparentemente irreversível civilidade nascida das otimistas perspectivas do pós-guerra. Por isso, é comum a literatura sobre o assunto referir-se ao caráter eclético do neoclassicismo.

Além disso, os autores desse movimento, embora não possuam visões divergentes, também não se preocupam com um alinhamento. Dessa forma, o neoclassicismo, que durou pouco mais de 10 anos, não pode sequer ser considerado uma teoria, e sim um movimento pouco uniforme.

## **5. Conclusão**

O presente trabalho buscou analisar o impacto do movimento neoclássico na evolução do pensamento administrativo, bem como descrever suas características e peculiaridades tendo como base a contextualização histórica.

Analisando principalmente o cenário político e econômico pode-se perceber que esse movimento na verdade representou uma retomada dos postulados clássicos,

principalmente como resposta ao ambiente economicamente favorável aos Estados Unidos.

O Movimento Neoclássico foi uma corrente administrativa que expressou o renascimento da Teoria Clássica, atualizada e adaptada aos problemas (e soluções) da época, porém tendo como centro da atenção a produtividade, tal qual em outros tempos de intensa demanda. A referência ao classicismo não decorre de outra coisa, senão do reconhecimento de que uma resposta gerencial semelhante, ainda que não igual, aqueles tempos primordiais da gestão, se tornara necessária.

Os acordos de Bretton Woods, que colocavam o dólar como indexador relativo dos meios de troca, internacionalmente, e o Plano Marshall que vinculava a reconstrução europeia à economia americana, foram iniciativas estratégicas fundamentais para colocar os Estados Unidos na condição de fornecedor de capitais e mercadorias para o mundo.

No plano político, um contexto internacional de hostilidades entre os Estados Unidos e a União Soviética, a chamada Guerra Fria, repercutiu no interior da nação americana, motivando uma onda de anticomunismo que arrastou toda forma de humanismo, inclusive o humanismo administrativo.

Um conjunto de fatores parece se combinar para resgatar o espírito taylorista dos pesos e das medidas. Agora, um espírito não mais expresso pelo cronômetro e pela balança. Trabalha-se com formulação e controle de metas e com recursos quantitativistas sofisticados, herdados dos planos militares, que a matemática e a estatística agregaram à gestão das empresas.

O Movimento Neoclássico não chega a ser um autêntico paradigma das teorias organizacionais, nos critérios de Khun. Não havia consenso entre os autores dessa abordagem da Administração a ponto de se justificar chamá-la de teoria, sendo mais adequado, portanto, o termo Movimento Neoclássico pelo qual corretamente é conhecido.

Apesar das transformações provocadas pelos novos conceitos surgidos, não houve força suficiente para promover o deslocamento da comunidade científica, aspecto apontado por Thomas Kuhn como característica dos novos paradigmas.

Os defensores desse Movimento não foram capazes de promover o abandono do paradigma vigente, “convertendo” a maioria da comunidade científica aos seus novos cânones. O movimento não foi revolucionário, seus teóricos sequer tinham essa pretensão. Na verdade, nem mesmo eles possuíam um consenso do que era o Movimento Neoclássico.

Mas a sua eficiência como resposta adequada a um momento histórico extremamente relevante é exemplar. Este aspecto de adequação à conjuntura tem maior importância quando se examina o significado daqueles anos imediatamente pós-guerra para o posicionamento imperial que os Estados Unidos teriam, a partir de então, no conjunto das nações.

O Movimento Neoclássico teve a capacidade de corresponder aos cenários econômico e político descritos, que necessitavam de, como diria Drucker, uma “ação administrativa” competente, rigorosa, para extrair todas as vantagens empresariais possíveis da posição econômica e política privilegiada, construída pelo capitalismo monopolista do Estado norte-americano.

É neste sentido que podemos considerar o Movimento Neoclássico um exemplo perfeito do diálogo que habitualmente travam a economia, a política e a administração na sociedade e no mercado. Um diálogo em que estas dimensões da realidade e do conhecimento se ajudam, seja no enfrentamento das crises, como ocorreu nos anos 1930, seja no aproveitamento das situações de oportunidade, como, para os Estados Unidos, foram sem dúvida os anos imediatos do pós-guerra.

## **Referências Bibliográficas**

Bateman, Thomas e Snell, Scott (1998). *Administração*, São Paulo: Atlas.

Brígido, R.V. (2001). “Certificação e normalização de competências: origens, conceitos e práticas”. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271a.htm>>.

Chalmers, A. F. (1992). *O que é a Ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense.

Combat, Flávio A. (2007). *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Conselho Federal de Administração. “História da Profissão”. Disponível em: <[www.cfa.org.br](http://www.cfa.org.br)>. Acessado em: abril, 2011.

Drucker, Peter F. (1981). *Prática de administração de empresas*, Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo: Pioneira.

Ferreira, Ademir e outros (1997). *Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias*, São Paulo: Pioneira.

Gurgel, Claudio e Rodriguez, Martius (2009). *Administração – elementos essenciais para a gestão das organizações*, São Paulo: Atlas.

- Harvey, David (1994). *Condição pós-moderna*, Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- Hobsbawn, Eric (1995). *A era dos extremos*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Hogan, Michael (1987). *The Marshall Plan*, New York: Cambridge University Press.
- Kuhn, Thomas (1982). *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectiva.
- Kwasnicka, Eunice (1998). *Teoria Geral da Administração: uma síntese*, São Paulo: Atlas.
- Montana, Patrick e Charnov, Bruce (1998). *Administração*, São Paulo: Pioneira.
- Motta, Fernando C. Prestes (1989). *Teoria Geral da Administração: uma introdução*, São Paulo: Pioneira.
- Oliveira, Giuliano C. de; Maia, Geraldo; Mariano, Jefferson (2008). "O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional". *PESQUISA & DEBATE*, SP, volume 19, número 2 (34), p. 195-219.
- Paradela Ferreira, Victor e outros (2009). *Modelos de gestão*, Rio de Janeiro: FGV.
- Piazi, Eduardo (2011). *As crises do capitalismo e suas conseqüências no campo da administração*. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal Fluminense
- Rebouças, Djalma (2008). *Teoria Geral de Administração*, São Paulo: Atlas.
- Robbins, Stephen (2003). *Administração: mudanças e perspectivas*, São Paulo: Saraiva.
- Rodeghero, Carla Simone (2002). "Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria". *Rev. Bras. Hist.* [online]. Vol. 22, n.44, p. 463-488. ISSN 0102-0188.
- Sobral, Filipe e Peci, Alketa (2008). *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*, São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Taylor, Frederick W. (1960). *Princípios de Administração Científica*, São Paulo: Atlas.

Recebido para publicação em outubro de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

**BENJAMIN, W. & SAID, E.  
APROXIMAÇÕES INTELLECTUAIS E AFETIVAS**

**BENJAMIN, W. & SAID, E.  
APROXIMACIONES INTELLECTUALES Y AFECTIVAS**

**BENJAMIN, W. & SAID, E.  
INTELLECTUAL AND AFFECTIVE APPROXIMATIONS**

**BENJAMIN, W. & SAID, E.  
RAPPROCHEMENTS INTELLECTUELS ET AFFECTIFS**

DOI: 10.5533/1984-2503-20124108

**Gisálio Cerqueira Filho<sup>1</sup>**

Dedicado à Lene, minha mulher.

**RESUMO**

O presente ensaio aproxima os pensadores Walter Benjamin e Edward Said tanto na crítica ao paradigma dito canônico quanto na busca de alternativas teóricas e práticas para a política. Discute ainda a tradução para o português (*Origem do drama trágico alemão*), realizada por João Barrento (2011) do título da obra de W. Benjamin: *Ursprung des deutschen trauerspiels*, que contrasta com a tradução proposta (*Origem do drama barroco alemão*) por Sergio Paulo Rouanet (1984).

Palavras-chave: Walter Benjamin, Edward Said, teoria política, prática política, paradigma científico.

**RESUMEN**

El presente ensayo acerca a los pensadores Walter Benjamin y Edward Said tanto en la crítica al paradigma dicho canónico como en la búsqueda por alternativas teóricas y prácticas para la política. Además, se discute la traducción al portugués (*Origem do*

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Teoria Política. Editor de *PASSAGENS – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. E-mail: [gisalio@superig.com.br](mailto:gisalio@superig.com.br)

*drama trágico alemão*), realizada por João Barrento (2011) del título de la obra de W. Benjamin: *Ursprung des deutschen trauerspiels*, que contrasta con la traducción propuesta (*Origem do drama barroco alemão*) por Sergio Paulo Rouanet (1984).

Palabras-clave: Walter Benjamin, Edward Said, teoría política, práctica política, paradigma científico.

## **ABSTRACT**

The present study considers the thinkers Walter Benjamin and Edward Said for both their criticism of the so-called canonical-paradigm, and their search for theoretical and practical political alternatives. It also discusses the Portuguese translation (*Origem do drama trágico alemão*) by João Barrento (2011) of W. Benjamin's work *Ursprung des deutschen trauerspiels*, which contrasts with the proposed translation (*Origem do drama barroco alemão*) by Sergio Paulo Rouanet (1984).

Key words: Walter Benjamin, Edward Said, political theory, political practice, scientific paradigm.

## **RÉSUMÉ**

Ce texte effectue un rapprochement entre les penseurs Walter Benjamin et Edward Said, aussi bien au niveau de la critique du paradigme dit canonique qu'à celui de la recherche d'alternatives théoriques et pratiques en politique. Sera également abordée la traduction en portugais (*Origem do drama trágico alemão*), réalisée par João Barrento (2011), de l'œuvre *Ursprung des deutschen trauerspiels* de W. Benjamin, qui contraste avec la traduction proposée (*Origem do drama barroco alemão*) par Sergio Paulo Rouanet (1984).

Mots-clés : Walter Benjamin, Edward Said, théorie politique, pratique politique, paradigme scientifique.

O foco proposto para reflexão, aproximando Walter Benjamin (1892-1940) de Edward Said (1935-2003), é a crítica de ambos ao que muitos chamam de paradigma canônico. Mas não só.



A oportunidade foi criada pelo recente lançamento de *Origem do drama trágico alemão (Ursprung des deutschen trauerspiels)*, de W. Benjamin, tradução de João Barrento, 336 pp. e publicada pelo Grupo Editorial Autêntica, Belo Horizonte, 2011. Não se enganem os leitores. Sendo E. Said inscrito na causa palestina, nascido em Jerusalém, educado no Cairo e em Nova York, ele muito se aproxima de W. Benjamin, embora este último esteja inscrito na cultura judaica. Aliás, se vivos fossem, certamente estariam trabalhando juntos pela aproximação de judeus e palestinos.

A leitura de um e outro, nas obras aqui referidas, é importante passo para abertura de novos caminhos para a teoria e a prática políticas.

Mas, neste breve ensaio eles estão associados na perspectiva crítica ao que é dominante e, muitas vezes, trás consigo o nome de canônico, pedido emprestado à antiga expressão do Velho Testamento. Ambos estão engajados nos estudos culturais, quase sempre de fronteira, suscitando novas indagações, hipóteses temáticas, diretrizes para uma ação política visando passagens e travessias.

Desejo de atravessar o Rubicão...

De E. Said retomamos as conferências (radiofônicas) de Reith, 1993, publicadas em *As representações do intelectual (Representations of the Intellectual)*, tradução de Milton Hatoum, 127 pp. e publicada pela Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2005.

De autoria de W. Benjamin, a obra *Origem do drama trágico alemão* é apropriada também para uma compreensão do que vai ocorrer na Alemanha no período 1920-1946 e que muito nos interessa.<sup>2</sup> Não se trata da primeira tradução para o português, mas esta de agora, vem assinada por João Barrento, germanista, tradutor muito premiado<sup>3</sup> e professor de Literatura Alemã e Comparada na Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Como editor e tradutor, tem sido responsável por algumas das mais importantes publicações de autores alemães para o português, com destaque para Goethe (nove

---

<sup>2</sup> Cerqueira Filho, Gisálio (2004). *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Editora Escuta.

<sup>3</sup> Entre outros, João Barrento recebeu o Grande Prêmio de Tradução (anos de 1993 e 1999), o Premio Calouste Gulbenkian da Academia das Ciências (Tradução de Poesia, 1979), o Prêmio de Tradução Científica e Técnica da União Latina (2005); o Prêmio de Tradução do Ministério da Cultura da Áustria (2010); além da Cruz de Mérito Alemã (1991) e da Medalha Goethe.

volumes, 1991-1993), Robert Musil (oito volumes, desde 2005) e Walter Benjamin (sete volumes, desde 2004).

Para o leitor brasileiro, o que logo chama atenção é que o título em português confronta a anterior tradução *Origem do drama barroco alemão* (São Paulo, Brasiliense, 1984) de Sergio Paulo Rouanet, diplomata, escritor renomado, germanista, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-ministro da Cultura. Rouanet é responsável também pela apresentação e notas do referido volume.

Por seu turno Walter Benjamin é um dos grandes pensadores alemães do século XX com seu nome associado à Escola de Frankfurt. A obra *Ursprung des deutschen Trauerspiels* (esboçada em 1916, escrita em 1924-1925 e publicada em 1928) foi sua tese de livre-docência. O curioso é que ela foi rejeitada pelo Departamento de Germanística e, depois, pelo Departamento de Estética da Universidade de Frankfurt, que a considerou pouco convencional. Todavia, W. Benjamin preferiu retirar os materiais para o exame de livre docência, após saber das dificuldades para aprovação, do que deixar que a Universidade de Frankfurt assumisse o ônus político da não aceitação da tese. Benjamin chegou a pensar nesta última hipótese, mas acabou não a colocando em prática, demonstrando na prática uma notável contradição entre o pensamento e a ação.

Filósofo, ensaísta, crítico literário e tradutor, escreveu peças para rádio, além de artigos para diversos jornais e revistas literárias. Colaborou com a *Zeitschrift für Sozialforschung*, revista do Instituto de Pesquisa Social (que mais tarde ficou conhecido como “Escola de Frankfurt”). Filho de judeus foi obrigado a deixar a Alemanha em 1933, rumo à Paris, onde ficou até a invasão nazista. Em 1940, fugiu ilegalmente para a Espanha e, na cidade de Portbou, Catalunha, se suicidou para não ser capturado pela Gestapo. Walter Benjamin deixou vasta e brilhante obra literária, além de ter contribuído enormemente para a teoria estética, para a filosofia, para o pensamento político e para a história.

Assim, são dois os pontos que gostaríamos de ressaltar nesta comunicação:

- 1- a postura crítica de ambos, Benjamin e Said, confrontando, com *sprit de finesse*, o que é considerado canônico e dominante à época de cada qual.

2- A polêmica em torno da tradução do título da obra *Ursprung des deutschen Trauerspiels* que acaba por envolver João Barrento e Sergio Paulo Rouanet.

O termo canônico está diretamente vinculado à expressão *cânon*, que aparece no Velho Testamento. Embora o Novo Testamento venha contestar o “Velho Livro”, e Paulo, originário de Tarso, depois da sua conversão do judaísmo ao cristianismo, se torne, por assim dizer, o militante mais visível da causa do cristianismo, ocorreu que as ideias cristãs foram combatidas com vigor durante os primeiros tempos do Império Romano, após a crucificação de Cristo. Esse foi o período das catacumbas onde o cristianismo viveu uma fase não institucionalizada e profética estreitando-se os laços comunitários entre cristãos e judeus. Paulo, ex-judeu e com funções rabínicas dedicou-se, nas suas viagens, sobretudo à conversão dos judeus. Entretanto, desde que Império Romano, com o Imperador Constantino, assumiu o cristianismo como religião oficial, a institucionalização impôs-se gradualmente implicando afinal no poder formidável, e em curto espaço de tempo, da Igreja Católica Romana. Sem dúvida, este foi ainda um dos efeitos, da criação do Código de Direito Canônico de Graciano na consolidação das leis do Império, isto é do Direito Romano. Este acabou por absorver o termo *cânon* e ambos – o direito romano e os seus cânones – tendo sido recepcionados pela Igreja Católica Romana contribuíram para fortalecer a tradição teológica do Direito Canônico e do Direito Eclesiástico, referidos ao catolicismo romano. Mas, de fato o termo *cânon* fala mais do que à tradição do catolicismo romano. Ele ecoa o fundamentalismo cristão de natureza protestante, após Martinho Lutero, e as cisões promovidas pelo protestantismo. Ele fala, e desde os tempos do Velho Testamento, à tradição fundamentalista judaica; assim como falará mais tarde ao fundamentalismo islâmico.

Portanto, o termo canônico está vinculado àquilo que, desde um ponto de vista absolutista e fundamentalista, rege a ação humana. Em determinadas circunstâncias e no contexto histórico do iluminismo, o termo canônico foi secularizado querendo significar dominante, mas de uma forma permanente e irrefutável. O termo canônico carece, pois de laicização, ecoando na atualidade uma notável influência de longa duração de uma “teologia política”.

A postura adotada por W. Benjamin e E. Said comporta uma reflexão substantiva com relação ao que é considerado canônico. Tanto em *Ursprung des deutschen*

*trauerspiels* quanto em *Representations of the Intellectual* os autores tomam decidida posição de enfrentamento e afrontamento àquilo que se pretende como absoluto, dominante, permanente, resistente a qualquer mudança. E certamente o que é considerado canônico pressiona fortemente a atividade dos intelectuais.

Para Said, estas pressões podem ser assim resumidas: (a) a da especialização restrita que empobrece a análise e depõe contra o prazer e o arrebatamento da descoberta. (b) no que concerne ao mundo do pós-guerra a pressão da especialização resulta na expertise e no culto do técnico ou perito especializado. Muitos se referem a esses intelectuais credenciados pelo pensamento dominante e hegemônico como “especialistas”. (c) inevitavelmente a pressão imposta pelo “profissionalismo” é a tendência para a colagem com o poder e a autoridade entre os adeptos e seguidores. Não são apenas as exigências e prerrogativas do poder, mas um movimento mais ou menos afirmativo para que o intelectual seja diretamente empregado por ele. (d) os que defendem uma atividade intelectual alimentada mais pelo desejo, pela afeição e pelo lúdico, são rapidamente desclassificados como intelectuais profissionais e rotulados de amadores. O que resulta é que a exigência do profissionalismo, contíguo ao poder, movido por uma especialização egoísta e estreita (poderíamos dizer oportunista) é aquela via que é oferecida como capaz de alcançar o lucro, a riqueza material e o sucesso. Para E. Said dissolve-se grandemente a consciência crítica do intelectual com relação ao poder que o circunda.<sup>4</sup> E, talvez, por isso mesmo deveríamos resgatar o adjetivo “amador” e a atividade lúdica do intelectual.

Já W. Benjamin explica a sua intenção era apresentar uma nova leitura do drama alemão do século XVII. Queria distinguir a forma desse drama, enquanto “drama trágico” (*Trauerspiel*), da tragédia (*Tragödie*). A obra em si procura situar as afinidades existentes entre a forma literária do drama trágico e a forma artística da “alegoria”. T.W. Adorno, da Escola de Frankfurt, classificou-a como a obra mais complexa de Benjamin, pois ofereceria uma chave interpretativa para o drama trágico alemão, além de ser uma espécie de epistemologia do ensaio, que certamente escapa à especialização restrita. Esta epistemologia chocou-se com o convencional de então e marcou uma virada de paradigma. Por seu método e por seu estilo, deu densidade à teoria crítica, mas também

---

<sup>4</sup> Said, Edward (2005). *As representações do intelectual*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 80-87.

aos estudos literários, oferecendo uma abertura para os estudos culturais. A arte de vanguarda teria, a partir de então, na teoria da alegoria aqui apresentada seu procedimento chave. Por sua crítica à estética acadêmica e à filologia tradicional, este livro é uma referência decisiva para todos aqueles que querem pensar a arte.

Ainda no campo da teologia política, W. Benjamin instiga leituras múltiplas e concorrentes entre si para a atualidade. E promove uma discussão sobre o excesso tanto na política quanto na arte. Um indício é precisamente a abertura do volume com a preocupação, logo no primeiro capítulo, em relação à “teoria barroca do drama trágico”. O barroco ocorre nas situações históricas em que não se vivenciaram as inovações culturais do renascimento, mesmo quando tal aconteça com apropriações especialmente técnicas. O conteúdo de natureza religiosa, e prevalente no período medieval, prevalece então vigente no renascimento.

Já na perspectiva iluminista o barroco é trágico porque implica numa certa resistência histórica à mudança. Mas a recíproca não é necessariamente verdadeira, pois nem toda tragédia é barroca. Talvez pudéssemos dizer que o drama barroco fala à forma e o drama trágico fala ao conteúdo. Sem dúvida, o excesso presente na estética barroca se oferece caricaturalmente à crítica social.

Segundo João Barrento, na tradução promovida pela Ed. Autêntica (Belo Horizonte), o termo *Trauerspiel* deveria traduzir-se, literalmente, por *drama lutuoso*, que não corresponde a nenhuma designação de gênero em português.

*Optei por drama trágico para fugir à tradução, comum nas línguas românicas, de drama barroco, que não está no termo original nem designa também nenhum gênero dramático particular. Drama trágico (já usado em traduções inglesas), parece-me ter pelo menos duas vantagens: indicia uma ligação à forma clássica da tragédia (que o termo alemão também pressupõe, quando surge no século XVIII); e torna-se linguisticamente mais operativo como título e ao longo de todo um livro.<sup>5</sup>*

O próprio autor Benjamin, em nota biográfica que abre a obra, explica o seu intento, que justifica a renomeação: “Este livro propunha-se fornecer uma nova leitura do drama alemão do século XVII. O seu propósito, como ressaltamos, é o de distinguir a forma desse drama, enquanto ‘drama trágico’ (*Trauerspiel*), da tragédia (*Tragödie*), e

---

<sup>5</sup> O que se fala no livro *Origem do drama trágico alemão*, tradução de João Barrento, (orelha e quarta capa) é renovado em entrevista ao repórter Guilherme Freitas, de *O Globo*, para o Jornal “Prosa & Verso”, 31/12/2011, p. 6.

*procura demonstrar as afinidades existentes entre a forma literária do drama trágico e a forma artística da alegoria”.*

Considerado por T.W. Adorno a obra mais complexa de Benjamin; para muitos, o livro interessaria menos por oferecer uma chave interpretativa para o drama trágico alemão do que por fornecer uma espécie de epistemologia do ensaio. Esta epistemologia, por sua vez, marcou, por seu método e por seu estilo, não apenas a teoria crítica, mas também os estudos literários. Para Benjamin, o barroco é considerado

*(...) via uma tipologia sociológica que se apresenta como uma visão de mundo em que a razão é posta como um princípio insuficiente. Essa insuficiência da razão para o crítico alemão seria uma via para a consideração da imanência como condição do mundo humano, tal como é a concepção barroca do século XVII. A saída do plano estético do barroco que o filósofo alemão faz, permite a sua transposição para um âmbito da filosofia da história. Posição de interesse de Walter Benjamin.<sup>6</sup>*

Por ironia, T. W. Adorno recebeu a “habilitação” na mesma Faculdade em 1931.

Adorno não apenas cita inúmeras vezes o livro de Benjamin, quanto

*(...) defendeu, na sua aula inaugural, um conceito de atualidade filosófica que se solidarizava em muitas passagens com o ‘Prólogo epistemológico-crítico de Ursprung des deutschen trauerspiels (...) No semestre de Verão de 1932, Adorno orienta em Frankfurt um seminário sobre o livro de Benjamin e foi o orientador na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Frankfurt da primeira tese dedicada ao pensamento de Benjamin.<sup>7</sup>*

Ressalte-se que no momento que escreve *Ursprung des deutschen trauerspiels*, Benjamin ainda está distante das reflexões sobre o materialismo histórico, isto é, o marxismo. Este será, posteriormente, alvo de suas preocupações intelectuais. Não no momento. Daí considerar que *“a linguagem formal do drama trágico que está a constituir-se, pode perfeitamente ser vista como o desenvolvimento de necessidades contemplativas inerentes à situação teológica da época”*.<sup>8</sup> Esta constituição aí referida consiste precisamente na estética barroca. Daí porque o autor avança observando que

*(...) uma delas, resultante de toda a escatologia, é a tentativa de encontrar consolo para a renúncia ao estado de graça através de um retorno ao estado original da criação. Nesta, como em outras esferas da vida do Barroco, é determinante a*

---

<sup>6</sup> Uchôa, Mateus Vinícius Barros (2011). “DARSTELLUNG: Walter Benjamin e a magia do nome”. In *Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, VII Edição.

<sup>7</sup> Benjamin, Walter (2011). *Origem do drama trágico alemão (Ursprung des deutschen trauerspiels)*, Tradução de João Barrento, Belo Horizonte: Grupo Editorial Autêntica, p. 311.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 77.

*transposição dos dados originalmente temporais para uma simultaneidade espacial figurada, que nos permite penetrar na estrutura íntima desta forma dramática.*<sup>9</sup>

Por este caminho temos uma dupla indução: 1) para visualizar a capacidade da tragédia e do pensamento trágico em pensar os fenômenos políticos. 2) para aproximar o campo dos fenômenos políticos do campo teológico, mas enquanto ideologia, como, aliás, já sugere Maquiavel.

Fica também sublinhada a área de estudos de fronteira que falam à interdisciplinaridade na construção do objeto teórico.

Aqui gostaríamos de chamar atenção para o fato de que especialmente o drama trágico impõe a contradição e a ambivalência dos sujeitos históricos, daí o fascínio que sempre exerceu sobre pensadores do porte de Sigmund Freud, Max Weber, Walter Benjamin, Arthur Schnitzler. Poderíamos propor um padrão de contradição não apenas entre a teoria (pensar) e a prática (agir) como foi ressaltado por Karl Marx, mas sobretudo entre o sentir (“emoções inconscientes”, conforme Freud), em relação ao pensar & agir.<sup>10</sup> De fato, a tragédia e, particularmente, o drama trágico ou, se quisermos fechar o círculo, o drama barroco (aqui necessariamente trágico) se constituem numa forma de apresentação do conflito como dado radicalmente inevitável, irresolúvel, que impõe a hesitação como forma subjetiva de ser. Assim, não é sem sentido, a célebre expressão shakespeariana “*the time is out of joint*” para falar profeticamente do caos das grandes guerras civis e religiosas da década de 1640. E que a Thomas Hobbes recordava o medo (*fear*) terrível que a “anomia” já presente na Guerra do Peloponeso dera notícia a ele mesmo Hobbes, tradutor de Tucídides.<sup>11</sup>

Daí também porque vemos a hesitação no teatro de Shakespeare imortalizada no mote do personagem Hamlet: “*to be or not to be*”.

Se Hamlet “*é alguém que, como dizem as tias, não sabe o que quer*”<sup>12</sup> é precisamente porque ele está imprensado entre sistemas de valores, códigos morais, que,

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Para uma exposição desse padrão de ambivalência e contradição entre o sentir, pensar e agir, ver: Cerqueira Filho, Gisálio (1982). *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

<sup>11</sup> Ginzburg, Carlo (2008). “Fear, Reverence Terror: reading Hobbes today”, European University Institute, *Max Weber Lecture Series - MWP - 2008/ 05*. (ISSN 1830 7036), Badia Fiesolana, Italy.

<sup>12</sup> Lacan, Jacques (1993). “Hamlet: um caso clínico”. In *Lacan Oral*, Buenos Ayres: Xavier Báveda, p. 93. Apud Rinesi, Eduardo (2011). *Política e Tragédia: Hamlet entre Maquiavel e Hobbes*, Buenos Ayres: Coliheu, p. 12.

antagônicos, disputam sua alma e, de certo modo, o imobilizam. A subjetividade atormentada enlaça radicalmente o princípio antagônico da contradição no qual a experiência trágica se estrutura.

Ora, W. Benjamin quer resgatar o vínculo entre as experiências subjetivas cravadas sim no princípio da contradição, mas que falam à contemporaneidade e de algum modo à política da época que lhe tocou viver; devendo ser capturadas na experiência estética, não de todo afastada do campo da teologia e não só judaica. Daí a carta que escreve a Carl Schmitt nos termos que seguem:

Berlin-Wilmerzdorf, 9 Dez., 1930  
Prinzregenstr, 66

*Exmo. Sr. Professor:*

*Receberá dentro de dias, enviado pelo editor, o meu livro *Ursprung des deutschen trauerspiels*. Com estas linhas gostaria, não apenas de lhe anunciar a saída do livro, mas também manifestar a minha alegria por poder enviar-lhe, por sugestão do Sr. Albert Salomon. Constatará facilmente como o livro é devedor, do seu trabalho na exposição sobre a doutrina da soberania no século XVII. Permita ainda que lhe diga que encontrei também nas suas obras posteriores (Cf. Carl Schmitt, *Die Diktatur Von den Anfängen des modern Souveranitätgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf*, Munchen-Leipzig, 1928), e nas suas reflexões sobre a filosofia política a confirmação dos caminhos das minhas investigações no domínio da filosofia estética. Se a leitura do meu livro o levar à percepção deste sentimento, darei por bem sucedida a minha intenção de enviar-lho. Com a mais elevada consideração atentamente,*

*Walter Benjamin.*<sup>13</sup>

Quando em carta a G. Scholem, datada de 30/03/1918, Benjamin mais que agradece o trabalho “*Sobre o lamento e o canto de lamentação*”, ele registra o quanto lhe deve o esclarecimento acerca de um problema sobre o qual se debruçava há dois anos.<sup>14</sup> Benjamin refere-se assim ao problema de então: “*a questão [era] de saber como a linguagem em geral se pode realizar no luto e ser expressão desse luto*”. De fato, diz o autor, “*em alemão, o lamento só ganha destaque na linguagem do drama trágico e este, no que diz respeito ao alemão, é praticamente subalternizado à tragédia*”. A sequência seria: tragédia, drama, o trágico no drama, o drama trágico alemão no século XVII, tão pouco estudado como lhe disse uma ocasião a amiga e dramaturga Asja Lacis.

Na carta a Scholem, Benjamin acata a hipótese de que uma tal hierarquia é tão importante em alemão quanto em hebraico, reconhecendo implicitamente o quanto de cultura judaica lateja nas suas pesquisas e reflexões e sem que o imaginasse.

<sup>13</sup> Benjamin, W. (2011). Op. cit, p. 294.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 332.



Se aceitarmos a premissa de que o barroco tem um traço hiperbólico, cujo realce poderia, talvez, permitir o flagrante no drama trágico (seja alemão, seja judaico), podemos compreender porque o primeiro sub-ítem capítulo 1 (Drama trágico e tragédia) da obra *Ursprung des deutschen trauerspiels* se intitula *Teoria barroca do drama trágico*.

Sergio Paulo Rouanet, ao optar por traduzir a obra para o português, em 1984, como *Origem do drama barroco alemão* não fez mais do que valorizar desde um solo “iluminista” os aspectos afetivos, afetuosos, relativos a lamentação e ao luto (podemos falar em sentimentos lutosos) inscritos por uma via tortuosa no pensamento de Walter Benjamin. Ao traduzir a obra para o português por *Origem do drama trágico alemão*, conforme o faz João Barrento, abre-se uma polêmica que não faz justiça ao barroco que, no seu conjunto, mantém como característica uma atitude não polêmica. Como diz Herbert Cysarz, no barroco, “*cada um procura o mais possível e ainda que siga a própria voz, dar a impressão de que segue os passos dos mestres que venera e das autoridades consagradas*”.<sup>15</sup> Mas não é isso que define o canônico?

Creemos que a expressão “drama barroco” alude ao paroxismo na relação paradoxal entre emoção & política (*emotion in motion*)<sup>16</sup>, que exprime um desejo pulsante de Walter Benjamin na obra *Ursprung des deutschen trauerspiels*.

## Referências Bibliográficas

Barrento, João. “Entrevista ao repórter Guilherme Freitas, de *O Globo*”, para o Jornal “Prosa & Verso”, 31/12/2011.

Benjamin, Walter. (2011). *Origem do drama trágico alemão (Ursprung des deutschen trauerspiels)*, Tradução de João Barrento, Belo Horizonte: Grupo Editorial Autêntica.

---

<sup>15</sup> Cysarz, Herbert (1924). *Deutsche Barockdichtung. Renaissance, Barock, Rokoko*, Leipzig, p. 72. Apud Benjamin, W. (2011). Op. cit, p. 53.

<sup>16</sup> Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho. “*Emotion in motion*”, *Universidad Antigua de Oñati*, Espanha, 1996. Em português está publicado com o título “*Emoção e Política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*” por Sérgio Fabris Editor, Porto Alegre, 1997.

\_\_\_\_\_. (1984). *Origem do drama barroco alemão (Ursprung des deutschen trauerspiels)*, Tradução de Sergio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense.

Cerqueira Filho, Gisálio (2004). *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*, São Paulo: Editora Escuta.

\_\_\_\_\_. (1982). *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

Cysarz, Herbert (1924). *Deutsche Barockdichtung. Renaissance, Barock, Rokoko*, Leipzig.

Ginzburg, Carlo. "Fear, Reverence Terror: reading Hobbes today". European University Institute, *Max Weber Lecture Series - MWP - 2008/05*. (ISSN 1830 7036), Badia Fiesolana, Italy.

Lacan, Jacques (1993). "Hamlet: um caso clínico". In *Lacan Oral*, Buenos Ayres: Xavier Báveda.

Neder, Gizlene e Cerqueira Filho, Gisálio (1997). *Emoção e Política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*, Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor. Originalmente (1996). *Emotion in motion*", *Universidad Antigua de Oñati*, Espanha.

Said, Edward (2005). *As representações do intelectual. (Representations of the Intellectual)*, Tradução de Milton Hatoum, São Paulo: Editora Companhia das Letras.

Uchôa, Mateus Vinícius Barros (2011). "DARSTELLUNG: Walter Benjamin e a magia do nome". In *Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS*, Porto Alegre, VII Edição.

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

## COLABORADORES DESTE NÚMERO

### **Andrés del Río**

Bolsista de Pós-doutorado Júnior. Possui graduação pela Facultad de Direito e Ciências Sociais - Universidad de Buenos Aires (2002) e mestrado em Estudios Internacionales - Universidad Torcuato Di Tella (2004). É Doutor em Ciências Políticas IESP/ Universidade Estado do Rio de Janeiro. Foi Visiting Assistant no Research, Political Science, Graduate School, Yale University (Fall 2008, Spring 2009). É bolsista Pós-Doutorado Junior pelo INCT-PPED. Foi Pesquisador Visitante na área de Ciência Política e Administração da Universidade de Salamanca, Espanha (2011). É Professor Visitante da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - RJ (FGV DIREITO RIO). Co-coordenador do grupo de pesquisa: Poder Judiciário na América Latina da Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política.

E-mail: [andres.delrio@gmail.com](mailto:andres.delrio@gmail.com)

### **Anna Marina Madureira de Pinho Barbará Pinheiro**

Possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993), mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997) e doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da UFRJ. É coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero (LEG/UFRJ). Tem experiência nas áreas de Ciência Política e História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria política clássica, política social, instituições políticas brasileiras, gênero e sexualidade.

E-mail: [annapin09@gmail.com](mailto:annapin09@gmail.com)

### **Claudio Roberto Marques Gurgel**

É economista, com mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1993); mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (1998) e doutorado em Educação pela UFF (2001). Atualmente é professor efetivo, Associado I, da Universidade Federal Fluminense. É professor e consultor convidado da Fundação Getúlio Vargas - RJ, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Fundação Escola de Serviço Público, da Universidade Corporativa da PETROBRAS; do Banco Central e de outras instituições públicas e acadêmicas brasileiras. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes campos: administração pública, estratégia, teoria das organizações, processo decisório e ética. Publicou 4 livros: “Estrelas e borboletas - origens e questões de um partido a caminho do poder”; “Evolução do Pensamento Administrativo”, “A Gerência do Pensamento - gestão contemporânea e consciência neoliberal e Administração - Elementos essenciais para a gestão das organizações”.

E-mail: [crmurgel@hotmail.com](mailto:crmurgel@hotmail.com)

### **Gisálio Cerqueira Filho**

Cientista político e sociólogo. Professor Titular de Teoria Política da UFF - Universidade Federal Fluminense, *campus* do Gragoatá, Niterói, R.J. Professor Titular de Sociologia (aposentado) da UCAM - Universidade Cândido Mendes. Pesquisador sênior no Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF). Doutor em Ciência Política pela USP (1980) com pós-doutorado na Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal (1999). Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ (1975). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, FNF - UB (1969), hoje UFRJ. Professor orientador do Programa de Pós-graduação (Mestrado / Doutorado) em Ciência Política da UFF (PPGCP). Ex-diretor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RIO (1983-1988). É membro do *Research Committee on Sociology of Law (RCSL/ISA)*, da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). É membro do Conselho Editorial da Editora Escuta, São Paulo, e do Conselho Consultivo da Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental (*Qualis A-1*). É editor de *PASSAGENS* - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (*on line*). Vasta obra publicada no Brasil e no exterior. Acaba de lançar *Memória de uma Vida*, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011 e *Duas Margens: Ideias Jurídicas e Sentimentos Políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*, colaboração com Gizlene Neder, Rio de Janeiro: Ed. Revan e Fundação Gulbenkian (Lisboa).

E-mail: [gisalio@superig.com.br](mailto:gisalio@superig.com.br)

### **Giselle Martins Venancio**

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1987), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Realizou estágio de doutorado sanduíche na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS/Paris), sob a direção de Roger Chartier (bolsista CAPES - 2000/2001). Foi bolsista de pós-doutorado do CNPq/FAPEMIG (2006/2007) na Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisadora com Bolsa de Investigação para Estrangeiros da Fundação Calouste Gulbenkian na Universidade de Évora, em Portugal (2007). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da História, Historiografia e em História do Brasil Império e República, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, história do livro, da leitura e da produção editorial, e pensamento social no Brasil.

E-mail: [gmvenancio@yahoo.com](mailto:gmvenancio@yahoo.com)

### **Ivana Hirschegger**

Licenciada em Ciências Políticas e Administração Pública e Doutora em História pela Universidade Nacional de Cuyo (Mendoza-Argentina). Foi pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas e Técnicas, Argentina) no Instituto de Ciências Humanas, Sociais e Ambientais, INCIHUSA/ CONICET-Mendoza, entre 2004-2011. Atua na área de História Institucional.

E-mail: [ivanah@mendoza-conicet.gob.ar](mailto:ivanah@mendoza-conicet.gob.ar)

### **Laura Antunes Maciel**

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997); mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1983). Atualmente é Professora Associada I da Universidade Federal Fluminense, com atuação na graduação e na pós-graduação. É tutora do Programa de Educação Tutorial em História/Conexão de Saberes na UFF. Membro do conselho consultivo das revistas História & Perspectivas (UFU) e História (Unesp). Tem experiência na formulação e implementação de propostas curriculares e avaliação de cursos de graduação em História. Atua na área de História, com ênfase em História Social, com pesquisa, ensino e orientação nos seguintes temas: imprensa e memória; cultura, linguagens e memória; ensino de história; cidade, cultura e poder.

E-mail: [lauramaciel@uol.com.br](mailto:lauramaciel@uol.com.br)

### **Marcelo Cheche Galves**

Possui graduação em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Avaré (1995), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atualmente é professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, e professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Socioespecial e Regional da mesma Universidade. Atua nas áreas de História da América e História do Maranhão, no Oitocentos. Orienta pesquisas sobre história política, com ênfase na circulação de ideias e de impressos. É coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Maranhão Oitocentista (NEMO) e pesquisador associado do Centro de Estudos do Oitocentos (UFF).

E-mail: [marcelocheche@ig.com.br](mailto:marcelocheche@ig.com.br)

### **Robson Moreira Cunha**

Graduando em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com orientação de Cláudio Roberto Marques Gurgel; formado no Curso Superior de Empreendedorismo e Inovação (complementação de estudos) também pela Universidade Federal Fluminense. Participação na elaboração de Planos de Negócios de empresas de base tecnológica, revisão dos Modelos de Negócios das empresas participantes da Rede de Incubadoras do Rio de Janeiro, participação na elaboração e revisão de projetos de planejamento estratégico, em projetos de gestão da inovação e captação de recursos.

E-mail: [robsoncunha@id.uff.br](mailto:robsoncunha@id.uff.br)

### **Vitor Leandro de Souza**

Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, com orientação de Laura Antunes Maciel. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Rio de Janeiro, habitação, fotografia, posturas municipais e tensões sociais.

E-mail: [vitorleandro@if.uff.br](mailto:vitorleandro@if.uff.br)